

PROCESSOS E DINÂMICAS GEOGRÁFICAS NO MOÇAMBIQUE CONTEMPORÂNEO



ORGANIZADORES
Lucas Atanásio Catsossa
Edvaldo Cesar Moretti

PROCESSOS E DINÂMICAS GEOGRÁFICAS NO MOÇAMBIQUE CONTEMPORÂNEO

ORGANIZADORES
Lucas Atanásio Catsossa
Edvaldo Cesar Moretti



EDITORA TOTALBOOKS

CONSELHO EDITORIAL MULTIDISCIPLINAR

Dr^a Adriana Dorfman
Dr. Alfa Oumar Diallo
Dr^a Ana Maria Colling
Dr. Antonio Moreno Jiménez
Dr. Bruno de Souza Lima
Dr. Celso Augusto Nunes da Conceição
Dr. Charlei Aparecido da Silva
Dr^a Cintia Santos Diallo
Dr^a. Cristina Vargas Cademartori
Dr. Eduardo Salinas Chavez
Dr. Edvaldo César Moretti
Dr^a Edvania Gomes de Assis Silva
Dr^a Elisabeth Ritter
Dr. Eliseu José Weber
Dr. Emerson Galvani
Dr. Fabio de Oliveira Sanches
Dr^a Gilca Lucena Kortmann
Dr. Gustavo Daniel Buzai
Dr. Henrich Hasenack
Dr. Henri Luiz Fuchs
Dr. Henrique Carlos de Oliveira Castro
Dr^a Irene Santos Garcia
Dr. Javier Garcia López
Dr. Jefferson Cardia Simões
Dr. Jose Luis Gurria Gascón
Dr. Paulo José Moraes Monteiro e Teixeira Germano
Dr. Paulo Roberto Fitz
Dr. Roberto Verdum
Dr. Rodrigo Stumpf Gonzáles
Dr. Rogério Gomes da Silva
Dr^a Valéria Silveira Brisolara
Dr. Vinícius Gadis Ribeiro



EDITORA TOTALBOOKS®

Av. Willy Eugênio Fleck, 1500/337 – CEP 91150-180 – Porto Alegre - RS
www.totalbooks.com.br

Copyright © Lucas Atanásio Catsossa e Edvaldo Cesar Moretti
Capa: Marise Massen Frainer e Felipe Klauck Fitz.
Editoração: Paulo Roberto Fitz
Revisão: TOTALBOOKS

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Processos e dinâmicas geográficas no Moçambique contemporâneo [livro eletrônico] / organização Lucas Atanásio Catsossa, Edvaldo Cesar Moretti. -- Porto Alegre, RS : Totalbooks, 2023.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-88393-51-2

1. Geopolítica - África 2. Moçambique – Problemas sociais 3. Políticas sociais I. Catsossa, Lucas Atanásio. II. Moretti, Edvaldo Cesar.

23-152772

CDD-327.101

Índices para catálogo sistemático:

1. Geopolítica : Relações internacionais : Política internacional 327.101

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

DOI 10.52632/978.65.88393.51.2

ISBN 978-65-88393-51-2

Todos os direitos reservados para o autor.

EDITORA TOTALBOOKS® EIRELI

www.totalbooks.com.br

contato@totalbooks.com.br

Não é permitida a reprodução total ou parcial desta obra, por quaisquer meios, sem a prévia autorização por escrito do autor.

Os autores são responsáveis pelos conteúdos apresentados (textos, figuras, tabelas etc.) e assumem total responsabilidade pública e jurídica sobre os mesmos.

APRESENTAÇÃO

O livro que aqui apresentamos é uma contribuição para a compreensão dos processos e das dinâmicas geográficas em curso em Moçambique, um país africano que, politicamente, se descolonizou de Portugal em 1975, mas que ainda mantém situações de colônia. Entendemos que a compreensão de Moçambique enquanto “Estado-Nação”, que atualmente se encontra em uma encruzilhada, passa pelo debate aberto e democrático de ideias sem amarras de ideologias de natureza político-partidária, visando trazer soluções aos problemas que apoquentam a sociedade moçambicana em vários níveis.

Na capa deste livro, nota-se um cenário interessante, mas que está em risco por conta dos processos de transformação da estrutura social, econômica, política e cultural verificada em Moçambique, que, de forma desigual e contraditória, vêm destruindo as relações preexistentes produzindo outras guinadas à acumulação e reprodução ampliada do capital em escala global. Marise Massen Frainer, programadora visual e coordenadora da Editora da Universidade Federal da Grande Dourados (EduUFGD/Brasil) que é, ao mesmo tempo, autora do logotipo que aparece na capa deste livro, fez saber que nela estão representadas “as ancestralidades e a cultura moçambicana, através das figuras de mãe e a filha, usando as cores da bandeira do país”.

Esse mesmo país pelo qual essa mulher e sua filha estão usando as cores da bandeira, em demonstração do processo de produção de uma “moçambicanidade” (e de forma extensiva, a “africanidade”), enquanto uma relação de pertencimento, está passando por um momento muito delicado, caracterizado pela emergência de novos fenômenos desde a sua existência como “Estado-Nação”, os quais colocam em causa a manifestação dessas ancestralidades e da cultura moçambicana, que faz parte do “modo de vida” secular e geracional dos povos nativos.

Trata-se, pois, de fenômenos violentos para o ser humano diretamente implicado, os quais concorrem para a banalização e degradação da condição humana, sendo o terrorismo, um deles. O terrorismo que tem se expandindo por toda a região norte, tendo começado em Cabo Delgado no ano de 2017, passando por Niassa em 2021, e, recentemente, na província de Nampula em setembro de 2022, com o risco de alcançar outras regiões do país, merece uma atenção especial dos geógrafos. Neste livro, o terrorismo, enquanto um poder ilegal, que visa à ocupação, domínio e controle do território, aparece no primeiro capítulo. Este fenômeno precisa ser analisado com profundidade para a sua compreensão crítica, visando trazer respostas e soluções.

Este livro que aqui apresentamos é o culminar dos esforços coletivos empreendidos no Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA, certificado pelo CNPq/Brasil), e foi organizado com o intuito de socializar os conhecimentos produzidos tanto pelos seus membros como também pelos/as pesquisadores/as convidados/as. A publicação deste livro, com artigos de estudiosos/as moçambicanos/as, acaba por ser um momento espacial para os pesquisadores envolvidos nesse intercâmbio de ideias entre pesquisadores brasileiros e moçambicanos, com participação efetiva e solidária do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGG/UFGD), no âmbito da sua política de internacionalização no processo de produção, publicação e disseminação do conhecimento científico.

Um dado importante a destacar é que a publicação deste livro abre uma nova página para a internalização das instituições do ensino superior onde os seus organizadores estão vinculados. Neste caso, a Universidade Púnguè (UniPúnguè) em Moçambique e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no Brasil. A particularidade deste livro é que, dentro dele, encontra-se uma pluralidade de saberes, utopias, ideias, abordagens e concepções teórico-metodológicas, onde os seus autores e autoras procuram analisar os processos e fenômenos geográficos que marcam a atualidade moçambicana sob vários olhares.

Embora apresentem abordagens e concepções teórico-metodológicas distintas, os textos presentes neste livro permitem compreender os processos e as dinâmicas socialmente produzidas no atual Moçambique. Em termos científicos, as reflexões contidas neste livro são relevantes sob o ponto de vista social, cultural, político, econômico e ambiental. Com esta publicação, acreditamos que as ideias presentes nas páginas deste livro possam despertar interesse a geógrafos/as e estudiosos/as de diferentes áreas de conhecimento científico para a realização de outros estudos, buscando sempre trazer soluções para os problemas que enfermam a sociedade moçambicana. Por serem temas muito complexos em termos de abordagem, o debate de ideias não se esgota nos capítulos que compõem esse livro.

Agradecemos o apoio financeiro disponibilizado pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), pois, sem ele, não seria possível a publicação deste livro. Igualmente, agradecemos os autores destes excelentes textos, uma vez que sem eles não seria possível tornar público este livro. De igual modo, agradecemos à prefaceadora deste livro, a Prof^a. Dr^a. Inês Macamo Raimundo, uma das precursoras da “Geografia Moçambicana”, que, no meio de tantos afazeres, aceitou contribuir com o seu saber, dizendo algumas palavras, geograficamente.

O nosso agradecimento é extensivo à Marise Massen Frainer, coordenadora da Editora da Universidade Federal da Grande Dourados (EduUFGD/Brasil), que autorizou o uso da capa da sua autoria, inicialmente produzido no contexto do projeto de intercâmbio acadêmico intitulado «*Práticas, Saberes e Territórios em Moçambique: viabilidade das alternativas produtivas no mundo da sustentabilidade*». Destaca-se, ainda, que este projeto envolvia duas instituições públicas do ensino superior, sendo uma brasileira, neste caso, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e uma moçambicana, a Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Do lado brasileiro, esse projeto era coordenado pelo Prof. Dr. Edvaldo Cesar Moretti, e em Moçambique, pela Prof^a. Dr^a. Inês Macamo Raimundo, e teve a duração de seis (6) anos, com financiamento da CAPES/AULP.

O projeto tinha como objetivo principal, “compreender o processo de constituição do território rural em Moçambique, especificamente no Distrito de Marracuene e promover a construção de conhecimentos pautada na socialização de saberes e fazeres entre docentes e discentes dos grupos de pesquisas do Brasil e de Moçambique participantes do projeto”. Destaca-se que este projeto incluiu estudantes e docentes/pesquisadores/as de diferentes cursos, desde Geografia, Sociologia, Antropologia e Psicologia de ambas as instituições envolvidas.

No decurso da sua implementação saíram, de Moçambique, sete (7) integrantes para o Brasil, incluindo a coordenadora. Já, do Brasil para Moçambique, saíram doze (12) integrantes, incluindo o coordenador. Vale realçar que tanto do lado moçambicano quanto brasileiro, os deslocamentos aconteceram em momentos diferentes. Através desse projeto, houve troca de conhecimento e experiências em matéria de ensino, extensão e pesquisa, entre as duas instituições envolvidas, como também abriu espaço para a formação dos geógrafos/as moçambicanos/as, sobretudo em programas de pós-graduação (mestrado e doutorado).

Desejamos uma boa leitura a todos/as os/as leitores/as!

*Lucas Atanásio Catsossa
Edvaldo Cesar Moretti*

Moçambique & Brasil, setembro de 2022

PREFÁCIO

Devo confessar que sinto que não fiz tudo o que deveria ter feito como autora na elaboração deste livro, apesar da grande insistência e motivação de Lucas Catsossa nesse sentido. Não foi por falta de vontade, mas por causa dos vários compromissos de trabalho que assumi e continuo a assumir no domínio da pesquisa e da publicação.

O livro para o qual tenho o privilégio de fazer este prefácio, é um dos resultados do incansável trabalho do professor Edvaldo Moretti, que há cerca de dez (10) anos vem interagindo com geógrafas e geógrafos moçambicanas e moçambicanos.

A vinda a Moçambique do professor Moretti, através do professor Douglas Santos, despertou o interesse de brasileiros e brasileiras nos assuntos relacionados com a Geografia de Moçambique, particularmente nas suas abordagens físico-geográfica e socioeconômica. Através do projeto “Práticas Sociais e Saberes de Mulheres e Homens e a Produção do Território Rural no Distrito de Marracuene em Moçambique: viabilidade das alternativas produtivas no mundo da sustentabilidade”, o professor Moretti eliminou as barreiras físicas que separavam Brasil e Moçambique no contexto da cooperação científico-acadêmica na área de Geografia, e, com a contraparte moçambicana, representada pela professora Inês Raimundo, lançou uma semente que foi responsável pela formação de uma nova geração de doutoras e doutores, e mestres e mestras, comprometida em estudar e mostrar ao mundo as potencialidades das áreas anteriormente referidas, deste belo Moçambique. Podemos, por isso, e com toda a segurança, dizer que o professor Moretti conseguiu unir geógrafas e geógrafos moçambicanos de Rovuma a Maputo, numa cooperação que iniciou com a Universidade Eduardo Mondlane e que se estendeu para outras universidades de Moçambique, tais como Universidade Pedagógica de Maputo e Universidade Save (no sul), Universidade Púngoè e Universidade Licungo (no centro), e Universidade Lúrio e Universidade Rovuma (no norte).

É importante também referir que foi graças ao professor Moretti que a comunidade da Universidade de Grande Dourados, no Brasil, onde ele é professor, passou a conhecer um pouco mais sobre muitos aspectos da Geografia de Moçambique.

Parabéns, professor Moretti, principalmente pela sua persistência e pela paixão que tem por Moçambique. Foi também através dele que se desmistificou o conceito de “África” que era, para muitos brasileiros e brasileiras, o equivalente a um país. Hoje, graças a ele, as brasileiras e os brasileiros chamam Moçambique pelo seu próprio nome, e já sabem que não existe nenhum

país que se chama África, apesar do nome ser usado para diferentes zonas que constituem o referido continente, tal como Moçambique é usado para se referir às três regiões e zonas climático-botânicas (norte, centro e sul) que o caracterizam.

Apesar das limitações financeiras existentes para a realização de pesquisas que nos possam conduzir a publicações, é importante notar que nenhuma ou nenhum autor(a) deste livro se escudou no velho ditado que diz “não se fazem omeletes sem ovos”. Pelo contrário, arregaçaram as mangas, e nos trouxeram este conjunto de textos que deram azo ao livro “Processos e Dinâmicas Geográficas no Moçambique Contemporâneo”.

Parafraseando o jornalista Bento Neves, doutorando em História pela Universidade Pedagógica de Maputo, precocemente falecido, nos nove capítulos do livro podemos “ver Moçambique”, ou os vários Moçambiques geográficos. No **primeiro capítulo**, Lucas Catsossa discute a “Questão Agrária, Estrangeirização de Terras e Fome em África: desafios para Moçambique no Alcance à ‘Fome Zero’ na Era de Globalização Neoliberal”. Nele, o autor traz às leitoras e aos leitores um debate já antigo (sobre estrangeirização de terras) iniciado por historiadores na análise do processo de usurpação e controle dos territórios africanos e da introdução forçada de culturas “estranhas” nos países de climas tropicais da América, Ásia e África, no contexto da introdução dos sistemas agrícolas, ou de plantações coloniais, cujo objetivo era o de produzir alimentos e matérias-primas para a indústria em formação no continente europeu. Para o efeito, foram introduzidas e usadas grandes extensões de terra para a produção de oleaginosas (girassol, copra e amendoim), chá, café, cacau, cana-de-açúcar, sisal, algodão, tabaco, entre outras culturas. De acordo com Lucas Catsossa, o sistema de plantações em monoculturas sempre manteve a dependência dos referidos estados na importação de alimentos europeus, e nos preços menos atrativos e injustos dessas matérias-primas, perpetuando, desta forma, a fome, a miséria e a desgraça nos países dos referidos continentes. Ainda no seu texto, Catsossa aborda a questão do agronegócio e das políticas de “manutenção” dos camponeses fora dos processos de decisão sobre a sua terra, sobre o que produzir, e em que mercado colocar seus produtos.

No **segundo capítulo**, Elmer de Matos nos apresenta a “Importância do Território para a Família Rural Moçambicana”. O centro do seu debate orienta-se para o que diz ser a secundarização do agricultor familiar em Moçambique. Além disto, também discute as crises econômicas de Moçambique no pós-independência, e o seu impacto no desenvolvimento rural.

O autor, ao discutir as categorias de território, nos remete à necessidade de olharmos o mesmo como um lugar onde se estabelecem relações de poder e, por isso, um lugar onde os Estados o definem como objeto de proteção e de defesa. Na sua análise, Elmer de Matos enfatiza a ideia de que a população rural continua omissa aos projetos de desenvolvimento, principalmente no abastecimento da água, habitação, energia, saneamento entre outros aspectos. Na apresentação do seu trabalho, Elmer termina chamando a atenção para a necessidade de uma melhor compreensão do conceito de território rural que, segundo ele, passa necessariamente pela compreensão do território das comunidades rurais dos seus múltiplos usos, assim como das lógicas que norteiam a organização social e espacial das famílias rurais moçambicanas.

O **terceiro capítulo**, intitulado “Aptidão Agrícola das Terras na Bacia Hidrográfica do Rio Maue em Angónia”, é um trabalho coautorado por Ringo Benjamim Victor e Nádía Regina do Nascimento. Neste trabalho, estes autores chamam a atenção dos leitores para o fato de terem em mente a agricultura como um dos segmentos mais importantes na cadeia produtiva, e a sua forte dependência às condições ambientais, particularmente caracterizadas por desastres naturais, tal como foi mencionado por Williamson (2022¹). O lugar do estudo foi o Distrito de Angónia, o mais ocidental distrito de Moçambique, que faz fronteira com a República do Malawi. Através do uso do software ArcGis 10, plataforma ArcMap 10.3, os autores analisaram a morfologia dos solos e, com base em análises laboratoriais físico-químicas, avaliaram classes de aptidão agrícola e elaboraram o mapa de aptidão agrícola das terras do referido distrito. Neste contexto, Victor e Regina identificaram 10 (dez) classes de solos representando, desta forma, uma diversidade de solos que, segundo eles, representam para os camponeses locais uma importante vantagem, na medida em que lhes permite diversificar a produção de diferentes culturas (mandioca, hortícolas, milho e amendoim) de acordo com a diversidade dos referidos solos. Victor e Regina avaliaram também a aptidão agrícola das terras da Bacia do Rio Maue no Distrito de Angónia, identificaram 5 (cinco) classes de aptidão de solos, e constataram a existência de solos propícios para silvicultura e pastagem natural, outros mais apropriados para a pastagem plantada, solos com aptidão limitada a alguns níveis de lavoura, e solos sem aptidão para a prática agrícola. Os referidos autores concluem o seu trabalho dando ênfase à importância da identificação do potencial produtivo das terras, e à possibilidade de fornecer informação imprescindível para o planejamento ambiental.

¹ Williamson, C. 2022. Exploring Household Vulnerability: The Compounding Loss of Resource and Service Access in Post-Cyclone Idai Beira, Mozambique. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10012/18389>.

O **quarto capítulo**, “Avaliação histórica do risco de seca na província de Manica (Mozambique) de 1989 – 2019”, escrito por Alfredo A. Cumbuia, Hélio V. Nganhane e Euginol Chaves, avalia o risco de seca na Província de Manica (Moçambique) entre 1989 e 2019, isto é, num período de 30 anos. Os autores reconhecem a potencialidade agroecológica da província, apesar da irregularidade da chuva e da grande incidência da seca. As conclusões a que chegaram, demonstram a existência de um período úmido e quente, de outubro a abril, e seco e fresco, de abril até outubro. Além disto, os autores apresentam também no seu estudo, os picos de seca extrema, e de precipitação fora do padrão, identificando os períodos de 1990-1991, 1994-1995, 2009-2010, 2011-2012 e 2012-2013, como sendo aqueles em que se registrou a maior seca, em oposição aos períodos de precipitação acima do período normal, identificados nos períodos de 1989-1990, 1995-1996, 1996-1997, 1998-1999, 1999-2000, 2000-2001, 2015-2016 e 2016-2017. Nesta avaliação, demonstram ter sido o período de 1990 até 1992 onde se registou seca extrema. Neste contexto, observam que, por se tratar de uma província agrícola, a elevada dependência das condições meteorológicas e a extrema estiagem, afetam a agricultura e a criação de animais e, conseqüentemente, a segurança alimentar e nutricional, a capacidade produtiva das famílias, e a elevada vulnerabilidade.

O **quinto capítulo**, intitulado “Atribuição de Parcelas de Terra na Zona de Proteção Parcial: a Dissonância Institucional entre o Poder do Governo Central e os Poderes dos Órgãos Locais do Estado em Moçambique”, é da autoria de Raimundo Alberto Mulhaise e Sofia Tembe Adolfo. Estes autores trazem para o debate a discussão interminável sobre processos de atribuição de terras aos cidadãos, onde entram em palco os legítimos proprietários da terra que as têm por herança ou por direito constitucional, o Estado moçambicano, que é o legítimo proprietário (de acordo com a constituição), e as empresas que buscam a terra para diversos investimentos. Através de um estudo de caso, estes autores perceberam que a disputa entre a Companhia de Pipeline Moçambique-Zimbabwe (ZPP) e as comunidades locais não é um caso isolado, na medida em que se observa em todo o território Moçambicano. No seu debate, os autores apresentam o que eles definem como sendo desajustamento ou dissonância institucional entre o poder do governo central e os poderes dos órgãos locais do Estado, na vertente de atribuições de parcelas de terra à ZPP, e as formas de ocupação do espaço pela parcela acima referida.

No **sexto capítulo**, os autores José João Passe, Jacinta Janeth Frank Solomone, Eduardo Simba Rashe e Jeremias Muachissene, discutem o “Patrimônio cultural, natural, e seus atrativos turísticos: um subsídio da utilização das águas termais em Boroma, no distrito de Marara”.

Neste capítulo, os leitores descrevem a existência de águas termais (*geysers*) num dos distritos da Província de Tete, mostrando ao público a importância das águas ambientais para o ecoturismo, para o desenvolvimento da comunidade agraciada por este recurso, assim como para a importância terapêutica que elas possuem. Importa referir que o texto “Patrimônio cultural, natural, e seus atrativos turísticos: um subsídio da utilização das águas termais em Boroma, no distrito de Marara” é, na minha percepção, um dos pioneiros no pós-independência de Moçambique que discute um lugar ou um território que é duplamente cultural e natural e, por isso, de alto valor turístico para o lugar e para Moçambique.

O **sétimo capítulo**, escrito por Ivos Viegas Chamissone Baulene, incide sobre a “Qualidade de Ensino e Rendimento na Perspectiva do Ensino Secundário na Disciplina de Geografia na Cidade de Tete: Escola Miniarte e Chingodzi”.

O **oitavo capítulo** discute o que o autor chama de “Guerra civil na Zambézia-Moçambique (1976-1992) e sua mitologia local: a função dos Naparama e Mulelapia”. Nele, Celestino Taperero Fernando descreve questões mitológicas em torno da referida guerra, e nos apresenta o papel desempenhado pelos Naparama e Mulelapia, situação comparada com o que se passou no sul de Moçambique, onde se acreditava no espírito Mungói que defendia os guerrilheiros da Renamo e os militares do Estado moçambicano.

Por último, o texto que nos é apresentado no **nono capítulo**, foi escrito por Roberto Cândido Anselmo e discute a “A Gestão da Segurança Rodoviária no Contexto da Utilização de Mototáxi na Cidade de Tete (2016-2018)”, assunto que tem sido motivo de debates televisivos devido aos constantes acidentes rodoviários mortíferos que ocorrem ao longo da Estrada Nacional Número 1, estrada que liga o sul, o centro e o norte de Moçambique.

Assim, os caros leitores e as caras leitoras terão, ao longo do livro, material sobre vários assuntos de Moçambique apresentados ao longo dos seus dez capítulos. Uma das particularidades desta obra é o fato de ter sido escrita por jovens investigadores e investigadoras, ainda no início da carreira da docência e de pesquisa. Por isso, leitoras e leitores, peço para que “descontem” alguns dos erros (quem é que não os comete) de natureza metodológica e conceitual que possam ser encontrados. *Seat and enjoy your reading.*

Inês Macamo Raimundo
Maputo, agosto de 2022

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PREFÁCIO.....	8
SUMÁRIO	13
QUESTÃO AGRÁRIA, ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS E FOME NA ÁFRICA: DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE NO ALCANCE À “FOME ZERO” NA ERA DE GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL.....	14
A IMPORTÂNCIA DO TERRITÓRIO PARA A FAMÍLIA RURAL MOÇAMBICANA	62
APTIDÃO AGRÍCOLA DAS TERRAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MAUE EM ANGÓNIA	85
AVALIAÇÃO HISTÓRICA DO RISCO DE SECA NA PROVÍNCIA DE MANICA (MOÇAMBIQUE) DE 1989 - 2019	107
ATRIBUIÇÃO DE PARCELAS DE TERRA NA ZONA DE PROTEÇÃO PARCIAL: A DISSONÂNCIA INSTITUCIONAL ENTRE O PODER DO GOVERNO CENTRAL E OS PODERES DOS ÓRGÃOS LOCAIS DO ESTADO EM MOÇAMBIQUE	119
PATRIMÔNIO CULTURAL, NATURAL, E SEUS ATRATIVOS TURÍSTICOS: UM SUBSÍDIO PARA A UTILIZAÇÃO DAS ÁGUAS TERMAIS EM BOROMA, NO DISTRITO DE MARARA	141
QUALIDADE DE ENSINO E RENDIMENTO NA PERSPECTIVA DO ENSINO SECUNDÁRIO DA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA NA CIDADE DE TETE: CASO DAS ESCOLAS MINIARTE E CHINGODZI	154
A GUERRA CIVIL NA PROVÍNCIA DA ZAMBEZIA ENTRE 1980 E 1992 E A SUA MITOLOGIA LOCAL: A FUNÇÃO DOS NAPARAMA E MULELAPIA	162
GESTÃO DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA NO CONTEXTO DA UTILIZAÇÃO DE MOTOTÁXI NA CIDADE DE TETE (2016-2018).....	177
SOBRE OS AUTORES.....	194

QUESTÃO AGRÁRIA, ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS E FOME NA ÁFRICA: DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE NO ALCANCE À “FOME ZERO” NA ERA DE GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

Lucas Atanásio Catsossa

«Quando os missionários chegaram [à África], os africanos tinham a terra e eles a bíblia. Ensinaram-nos a orar de olhos fechados. Quando os abrimos, eles tinham a terra e nós a bíblia.» (Provérbio Africano).

«Antigamente, as grandes nações mandavam os seus exércitos para conquistar territórios e o nome disso era colonização. Hoje, as grandes nações mandam as suas multinacionais conquistar mercados e o nome disso é globalização.» (Milton Santos).

«A questão agrária, é antes de outras implicações, um problema territorial. [...] A procura de novos territórios para a expansão da agricultura tem hoje uma nova característica. Empresas e governos de países ricos estão arrendando, comprando e dando terras por arrendamento.» (Bernardo Mançano Fernandes).

Introdução

A partir da primeira década do século XXI, o mundo conheceu um fenômeno muito complexo – a *estrangeirização de terras*, que acabou se configurando num novo elemento da questão agrária na geopolítica global. Esse fenômeno ganhou novo ímpeto com a crise de preços de alimentos verificada nos anos de 2007 e 2008. É a partir deste período que se constata a mobilidade espacial do capital financeiro global para outros territórios, onde as oportunidades de negócios existiam por excelência. Curiosamente, essa mobilidade espacial do capital financeiro foi feita no sentido do norte para o sul global, e não o inverso.

Essa mobilidade espacial do capital financeiro, a única novidade que trouxe foi a expansão dos negócios a escala mundial e a formação dos monopólios e a reprodução da barbárie em países pobres. De realçar que tais monopólios foram formados pelos capitalistas vindos dos países economicamente poderosos, na sua maioria do norte global. Ademais, alguns desses monopólios foram formados por meio de alianças entre o capital financeiro e as elites capitalistas dos países pobres. Neste processo, os Estados Nacionais, infelizmente, passaram a ser instrumentalizados, capturados e usados como “veículos” para a materialização dos interesses de toda a “classe burguesa” e, enfim, da reprodução ampliada do capital financeiro em escala global.

Na tentativa de se reinventar perante esta crise estrutural, o capital financeiro passou a adquirir extensas áreas de terras em países pobres, na sua maioria, africanos. Neste contexto, a África passou a ser vista apenas como um espaço de superação da crise mundial de preços de

alimentos. Em pouco tempo, verificou-se uma disputa acirrada por terras agrícolas envolvendo empresas estrangeiras e governos de países ricos. Para que fosse possível a aquisição de extensas áreas de terras na África, as empresas estrangeiras, e os governos de países ricos, passaram a vender ideários segundo os quais as suas iniciativas tinham em vista promover o desenvolvimento, combater a fome, a miséria, o desemprego, dentre outras promessas.

O agronegócio passou a ser o modelo de produção dominante, e, para garantir a sua legitimidade, dava-se relevância à sua importância econômica para a balança comercial, além dos ideários acima referenciados. Os governos africanos passaram a acreditar cegamente que os problemas africanos seriam resolvidos pelas empresas estrangeiras e pelos governos dos países ricos. Prova disto é que os governos de muitos países africanos passaram a concessionar e a entregar extensas áreas de terras às empresas estrangeiras e governos de países ricos, as quais simplesmente eram transformadas em campos de produção de *commodities*.

Mas, à medida que o tempo foi passando, verificou-se que a disputa por terras agrícolas desencadeada pelas empresas estrangeiras e governos de países ricos tinha outra finalidade, contrária aos ideários que vendiam aos governos africanos. Na verdade, o objetivo principal não era para resolver os problemas da África, mas, sim, lucrar com base na exploração capitalizada das terras africanas. A finalidade por trás da aquisição de terras na África tinha em vista a acumulação e reprodução ampliada do capital em escala global, ao verificar-se a produção de *commodities*, sobretudo milho e soja, as quais eram usadas para a preparação de ração animal para alimentar aves (frangos).

Para o agravo, a comercialização da produção agrícola acontecia fora do continente africano, onde possivelmente teriam mais lucros. A África era apenas um espaço de produção de *commodities* de interesse do mercado internacional, situação idêntica à que ocorreu durante a colonização europeia. Neste processo, além de terras, verifica-se também a apropriação e privatização dos demais recursos naturais importantes para a sobrevivência das comunidades locais, com destaque para a água e as florestas. No caso específico da água, esta passou a ser inserida nas dinâmicas da acumulação e reprodução ampliada do capital, ao ser usada exclusivamente para a irrigação dos campos agrícolas em áreas de expansão do agronegócio.

Neste sentido, o continente africano estava condenado a manter a sua condição colonial na geopolítica global. Este texto procura refletir sobre as implicações do fenômeno de estrangeirização de terras sobre a estrutura fundiária e agrária africana. Igualmente, procura trazer as contradições, ambivalências, desigualdades, tensões de territorialidades,

conflitualidades, dramas e dilemas, como também as consequências socioterritoriais geradas pela estrangeirização de terras do continente africano. De forma empírica, este debate acaba desaguando em Moçambique, um país africano que, num passado recente, foi colônia de Portugal, mas que nunca deixou essa condição. No caso moçambicano, essas *colonialidades* estão cada vez mais visíveis no atual contexto de globalização neoliberal caracterizado pela mobilidade espacial do capital financeiro em busca de terras para garantir a sua acumulação e reprodução ampliada.

Questão agrária, estrangeirização de terras e fome na África: uma leitura geográfica

O fenômeno de estrangeirização de terras já apresenta um conceito consolidado e fundamentado dentro da ciência geográfica, com uma vasta literatura, na qual nota-se algumas críticas e divergências teóricas entre estudiosos envolvidos no debate. Vários encontros científicos têm sido organizados em alguns países do mundo, os quais juntam estudiosos/as com único objetivo: compreender a dimensão espacial da estrangeirização de terras, tendo em consideração os seus atores, interesses, dinâmicas e suas contradições socioterritoriais. Além de estudiosos/as deste fenômeno, nestes encontros científicos, participam, também, governos nacionais, Organizações Não Governamentais (ONGs), e movimentos sociais, dentre outros interessados.

Os trabalhos de geógrafos/as como Oliveira (2010), Fernandes (2013, 2016); Clements e Fernandes (2013), Pereira (2015, 2018), Catsossa (2017a; 2019, 2020), são relevantes para a compreensão deste fenômeno no mundo, sobretudo em países em desenvolvimento da América Latina e da África. Fora da Geografia, há trabalhos que ajudam também a compreender este fenômeno, sendo os de Sauer e Leite (2012), Zommers (2013), Sauer e Borra Jr. (2016), Sassen (2015); Borrás Jr. & Suárez (2010), alguns deles. Na África, o debate acadêmico sobre a estrangeirização de terras é um pouco tímido, embora este fenômeno esteja a ganhar contornos alarmantes sob o ponto de vista socioterritorial.

A estrangeirização de terras é um fenômeno muito complexo. A sua complexidade deve-se pelo fato de verificar-se a multiplicidade de atores, fatores e interesses a sua volta. Tal complexidade deve-se também por ser um fenômeno multiescalar. Muitos/as estudiosos/as encontram dificuldades em analisar cientificamente este fenômeno devido à falta de informações sistematizadas em muitos países. As análises que têm sido feitas por diversos estudiosos/as espalhados em vários quadrantes do mundo são baseadas numa metodologia cientificamente aceita, que relaciona as empresas estrangeiras existentes num determinado

contexto geográfico, a quantidade de terras em sua posse, os tipos de culturas produzidos, e os destinos da produção.

A falta dessas informações dificulta, por exemplo, saber o número real das propriedades privadas e os seus usos num determinado país. Por sua vez, dificulta saber quais territórios são ocupados pelo agronegócio e/ou latifúndio, pelo campesinato, e a quantidade de terras que está ainda em poder do Estado (FERNANDES, 2016). Nos países onde ocorre o regime de propriedade estatal, como Moçambique, a indisponibilidade de informações sobre a estrangeirização de terras não permite saber se todas as terras na posse das empresas estrangeiras estão sendo usadas na sua plenitude e de acordo com os planos de exploração apresentados ao Estado. É por esta razão que há muita terra ociosa. A indisponibilidade de informações referente à estrangeirização de terras em muitos casos é intencional em alguns países, pois visa burocratizar a governança da terra, impedindo, assim, que as pessoas que fazem parte dos governos saibam o que está acontecendo.

A estrangeirização de terras é um conceito polêmico, pois tem trazido divergências teóricas entre os envolvidos no debate, e isto pode ser lido em Oliveira (2011). Mesmo com essas divergências teóricas, é consensual afirmar que a estrangeirização de terras consiste na apropriação e controle dos territórios por empresas estrangeiras e governos dos países economicamente poderosos em países pobres, com o objetivo de produzir *commodities* agrícolas destinadas à exportação. Essa apropriação e controle dos territórios se dá pela compra e arrendamento de terras pelo capital financeiro global. Igualmente, essa apropriação e controle dos territórios se dá pela concessão de terras feitas pelos governos nacionais, as quais são entregues aos investidores estrangeiros para a sua exploração capitalista, às vezes, sem a autodeterminação das populações nativas, tidas como donas consuetudinárias das terras.

Neste processo, outros recursos naturais, com destaque para a água, minérios, e florestas, são apropriados e controlados pelo capital financeiro, sendo que alguns deles são incorporados às dinâmicas da acumulação ampliada do capital em escala global. A água tem sido um dos recursos naturais mais apropriados e privatizados pelas empresas para irrigação dos campos agrícolas.

A estrangeirização de terras leva ao que Santos (2011) chamou de fragmentação e compartimentação do espaço geográfico, que passa a ser governado pelos dinheiros internacionalizados. É o dinheiro internacionalizado querendo se reproduzir de forma ampliada em escala global a partir de apropriação de terras e de outros recursos naturais. A

estrangeirização de terras é um fenômeno que impacta diretamente na estrutura fundiária e agrária dos países. É por esta razão que a estrangeirização de terras acabou se tornando num novo elemento da questão agrária na geopolítica global do século XXI (FERNANDES, 2013, 2016; CATSOSSA, 2019). A estrangeirização de terras gera uma concentração fundiária por onde ocorre, e tal cenário verifica-se em muitos países onde as empresas estrangeiras detêm extensas áreas de terras.

À medida que se expande por outros territórios, o capital financeiro vai capturando terras, concentrando-as em sua posse, gerando uma nova (des)ordem socioterritorial. Na maioria das vezes, esses territórios ora estrangeirizados (e na posse do capital financeiro), tornam-se conflituosos, violentos e ingovernáveis. Na América Latina, por exemplo, à medida que as empresas estrangeiras foram se estabelecendo e capturando extensas áreas terras, esse processo gerou o que Fernandes (2008, 2013) considerou de “república da soja”. Trata-se de extensas áreas de terras ocupadas por empresas estrangeiras para a produção de soja, territórios que compreendiam a Argentina, a Bolívia, o Brasil, e o Paraguai. No caso brasileiro, a captura de terras por empresas estrangeiras, gerou a *ingovernabilidade territorial* (SANTOS, 2011).

É importante realçar que a estrangeirização de terras não acontece apenas de forma *material*, isto é, pela territorialização das empresas estrangeiras num determinado contexto geográfico, mas também de maneira *imaterial*. Em termos imateriais, a estrangeirização se materializa pela criação de legislação específica e/ou ainda reformas nas políticas fundiárias para acomodar os interesses do capital financeiro. A estrangeirização de terras tem efeitos sobre os *territórios materiais* e *imateriais*, sendo que estes últimos garantem a efetivação dos primeiros, mas que se conflituam mutuamente, produzindo *multiterritorialidades*. A estrangeirização de terras não respeita as populações nativas, uma vez que essas são expropriadas e expulsas dos seus territórios e, mais tarde, forçadas a terem que se territorializar em locais bem distantes, às vezes impróprios e sem meios necessários para garantir a sua reprodução social. Além de gerar violência, desigualdades sociais, fome, miséria, e comunidades rurais sem-terra, a estrangeirização de terras espolia e destrói as relações sociais e produtivas preexistentes dentre outras barbáries.

A estrangeirização de terras, inevitavelmente, gera conflitos sociais e disputas territoriais em vários lugares do mundo. É preciso considerar que se trata de duas classes sociais distintas com objetivos diferentes, no que tange ao uso da terra e da água. Enquanto que para as famílias camponesas a terra é tida como a base da sua existência material e simbólica, no sentido de que vivem da e na terra, as empresas agrícolas a tratam como um instrumento de

negócio, um meio de acumulação e reprodução ampliada do capital em escala global. Significa que na estrangeirização de terras estão forjadas as lutas de classes caracterizadas por disputas territoriais. Embora tenha recebido a atenção nesta primeira década do século XXI, a estrangeirização de terras é um fenômeno muito antigo no mundo.

Este fenômeno já ocorria, mas não nos moldes atuais, o que se confunde com uma nova onda de recolonização dos países pobres pelo capital financeiro globalizado. Para Fernandes (2009, n. p.) está cada vez mais “evidente que este processo não é novo, o que é novidade é que além de empresas, os governos estão mais envolvidos nos acordos que reforçam o neocolonialismo, e conseqüentemente aprofundam as formas de dependência” econômica e alimentar. Este fenômeno ganhou um novo ímpeto entre os anos de 2007/8, como resultado da crise de preços de alimentos. Com esta crise, verificou-se uma mobilidade espacial do capital financeiro em busca de novos territórios para a realização de negócios.

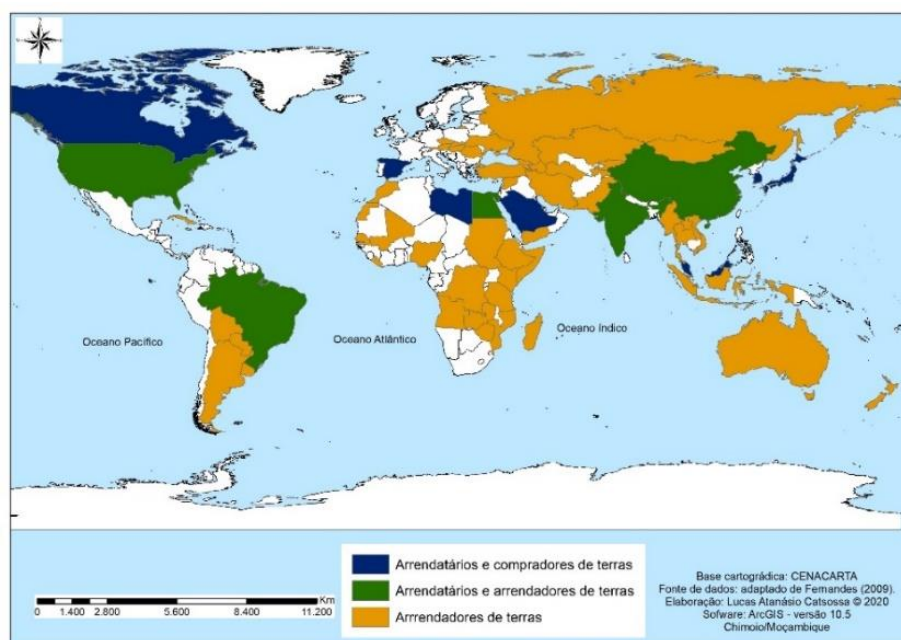
A “fome” por terras agrícolas, gerada pela crise de preços de alimentos de 2007/8, levou os investidores estrangeiros e governos de países ricos a dizerem que na África havia vazios humanos, ou seja, terras livres e subutilizadas, as quais eram propícias para a expansão de *commodities* de interesse do mercado global. Em seguida, na África ocorreu uma delimitação territorial, a qual identificava países que tinham “terras livres” e/ou “terras subutilizadas”, as quais poderiam ser transformadas em campos de produção de *commodities* com base nas “técnicas modernas”. A área delimitada, da qual Moçambique fazia parte, foi mais tarde apelidada de “Savana da Guiné”, e as estatísticas apontavam que possuía cerca de 400 milhões de hectares, dos quais dizia-se que apenas 10% eram explorados para a produção agrícola (SCHLESINGER, 2013).

Em outras palavras, dizia-se que havia muita terra disponível, a qual poderia ser usada para agricultura em larga escala. Na verdade, além de ser um mito, esta era uma narrativa imperial, visando a apropriação e controle (monopolístico) dos territórios, alguns dos quais, pertencentes às populações nativas. Significa que a ideia segundo a qual na África existem extensas áreas de terras disponíveis para a produção agrícola em grande escala, nos termos do direito tradicional, não constitui uma verdade. A maior parte das terras tidas como disponíveis, são aquelas deixadas pelas populações nativas em pousio para se recompor naturalmente após seu esgotamento. Outras são reservas comunitárias, onde as populações nativas usam coletivamente para várias finalidades.

Com base nesta narrativa imperial que apontava sobre a existência de terras disponíveis na África, as empresas estrangeiras e os governos de países ricos passaram a adquirir extensas áreas de terras para a produção de *commodities* agrícolas destinadas à exportação. Os governos dos países pobres desempenharam (e continuam desempenhando) um papel de destaque neste processo. Estes governos estão envolvidos nas negociações e concessões de terras em seus países, cujos processos nem sempre são transparentes. Tais concessões de terras, às vezes, têm um longo período de exploração, superior à esperança de vida das populações africanas.

O intervalo de exploração da terra em alguns países chega a ser de 50 anos renováveis por igual período, sendo Moçambique um deles. Como se pode ver, trata-se de um intervalo suficiente para o capital financeiro garantir a sua acumulação e reprodução ampliada em escala global. Ademais, há casos em que, por exemplo, os capitalistas e governos de países ricos forçam, às vezes por meio de chantagens, os governos locais para que possam realizar reformas nas políticas fundiárias. Contudo, além de sugerirem o aumento do intervalo de exploração de terras, passam também por criar mecanismos legais de proteção dos investimentos, sobretudo na área da agricultura. Além de concessionar grandes extensões de terras, e as entregar para as empresas estrangeiras e governos de países ricos, há também governos dos países pobres envolvidos na venda deste recurso natural.

Figura 1 - Países compradores/arrendatários e vendedores/arrendadores de terras no mundo.



Fonte: adaptado de Fernandes (2013).

A falta de informações estatísticas sistematizadas faz crer que no continente africano a estrangeirização de terras não ocorre com maior intensidade. Há, portanto, dificuldades de

encontrar dados estatísticos referentes à quantidade de empresas estrangeiras existentes no continente africano. Por sua vez, desconhece-se a quantidade de terras atualmente nas mãos das empresas estrangeiras, do campesinato e do Estado. Os estudiosos que tratam deste fenômeno, procuram apenas relacionar a origem do capital, as *commodities* aí produzidas por estas empresas, e o destino final das mercadorias (FERNANDES, 2016, PEREIRA, 2017; CATSOSSA, 2019, 2020). Ao sintetizar a informação estatística sobre a apropriação e controle de terras na África por empresas estrangeiras e governos de países ricos, o site *Land Matrix* também relaciona a origem do capital, as *commodities* produzidas e o destino da produção.

As poucas informações estatísticas disponíveis referentes ao continente africano, sobretudo aquelas que o site *Land Matrix*, e alguns estudiosos tentam sistematizar, permitem afirmar que milhares de hectares de terras foram concessionadas e entregues às empresas estrangeiras e aos governos de países ricos. Igualmente, extensas áreas de terras foram vendidas a estes mesmos atores. Estima-se que grande parte dos cerca de 200 milhões de hectares de terra adquiridos pelos empresários e governos de países ricos no mundo, no intervalo de 2006 a 2011, ocorreram em países africanos (SASSEN, 2015). Países como, por exemplo, a China, têm obtido grandes extensões de terras na África para a plantação de monoculturas do seu interesse.

Por exemplo, este país asiático teria conseguido na República Democrática de Congo (RDC), uma concessão estimada em 2,8 milhões de hectares de terra, destinados à produção de palmeiras (BAXTER, 2010). Deve-se realçar que o processo de concessão de terras às empresas estrangeiras e aos governos de países ricos nem sempre é transparente e inclusivo. Os processos que deveriam merecer aprovação dos parlamentos por envolver grandes extensões de terras, infelizmente são decididos nos gabinetes, envolvendo apenas as elites africanas no poder e os grupos próximos a estas, sendo estes últimos, na sua maioria, lobistas.

Os maiores beneficiários das concessões de terras têm sido essas elites e outros grupos sociais próximos a elas, em detrimento das comunidades locais que dependem dessas terras para a sua sobrevivência. Esse aspecto também foi referenciado por Sassen (2015, p. 102) em seu estudo, onde afirma que, em algumas vezes, “os governos anfitriões aceitam os negócios para o benefício das elites locais, outras vezes simplesmente sucumbem a pressões e comissões”. Em muitos países africanos, as comissões são baseadas em mecanismos de corrupção e clientelismo político (troca de favores), e as mesmas têm autorizado alguns grupos sociais dentro dos governos extraírem a renda da terra. Estas práticas têm permitido que esses grupos acumulem privadamente riquezas sem produzir quase nada.

Na África, o fenômeno de estrangeirização de terras é acompanhado também pela venda de ideários aos governos locais por parte das empresas estrangeiras e também dos governos de países ricos. Neste sentido, o alcance do “desenvolvimento” caracterizado pela redução das desigualdades sociais, da pobreza, fome, desnutrição e do desemprego na África, estaria condicionado à concessão e entrega de extensas áreas de terras aos investidores estrangeiros e aos governos de países ricos para a produção de *commodities* agrícolas destinadas à exportação.

Convencidos que o subdesenvolvimento da África, caracterizado pela reprodução ampliada da pobreza, a fome, e a desnutrição, ficariam de fato no “túmulos” da história, além de concessionar e vender terras às empresas estrangeiras e aos governos de países ricos, paradoxalmente, os governos africanos começaram, também, a realizar reformas nas políticas fundiárias em seus países de forma a acomodar os interesses do capital financeiro global. Tais reformas não acontecem porque os governos africanos assim o querem, mas, sim, por imposição dos atores estrangeiros.

Nos países onde o regime de propriedade da terra ainda é estatal, como é o caso de Moçambique, o Banco Mundial faz de tudo para empreender uma reforma fundiária e agrária de mercado, no intuito de acomodar os interesses do capital financeiro. Embora alguns governos de países economicamente poderosos perdoem as dívidas contraídas pelos governos africanos, esta conduta, na verdade, tem sido uma nova forma de colonização. Essas dívidas, segundo Sassen (2015), têm criado espaço para as aquisições de terras na África pelos governos de países economicamente poderosos. Em troca do perdão às dívidas contraídas pelos governantes africanos, os governos dos países ricos impõem alterações pontuais e profundas nas políticas fundiárias africanas, visando acomodar os seus interesses.

Nesse sentido, pode-se citar o que está acontecendo em Moçambique, onde a Política de Terras foi revista, a fim de adequá-la aos desafios e às exigências atuais. Depois de influenciar nas reformas fundiárias, os governos de países economicamente poderosos promovem conferências nos países africanos como forma de criar condições para que empresários de seus países tenham acesso à terra para a implementação de projetos. É assim que países como os EUA, a China, o Japão, a França, e tantos outros operam na África. Neste contexto, a pobreza das nações africanas tem sido usada como um meio para acumulação e reprodução ampliada do capital em escala global. Neste processo, o Banco Mundial enquanto representante do capital financeiro global, tem desempenhado um papel de destaque ao propor reformas agrárias e fundiárias de mercado, com vistas a acomodar os interesses de toda a “classe buguesa” estrangeira.

Trata-se, pois, de “uma agenda ajustada à plataforma neoliberal” (SAUER & PEREIRA, 2006), que visa criar espaço para a apropriação e controle de terras por empresas estrangeiras e governos de países ricos. Esse tipo de reforma agrária e fundiária promovidas e apadrinhadas pelo Banco Mundial, mostrou a sua ineficiência na resolução dos problemas sociais em muitos países do mundo, embora a sua implementação fosse fundamentada como sendo um mecanismo de “aumento da produtividade agrícola e do alívio a pobreza rural” (SAUER & PEREIRA, 2006, p. 7). Na verdade, a sua implementação nesses países ampliou os problemas sociais, uma vez que gerou a concentração de terras, elevou os índices de pobreza, fome, a desnutrição, e a violência, e os conflitos aumentaram.

Destaca-se que o enfraquecimento das economias africanas, aliado à ganância e corrupção envolvendo as elites africanas no poder, segundo Sassen (2015, p. 107) torna “mais fácil para governos e investidores de países ricos adquirirem grandes extensões de terras na África Subsaariana”. O paradigma do alcance da “Fome Zero” na África, passou, igualmente, a ser associado às reformas nas políticas fundiárias, pelos governos de países economicamente poderosos interessados na terra. Os governantes africanos passaram a reproduzir os ideários da classe dominante em seus próprios países, destacando a necessidade de rever-se urgentemente as leis de terras para permitir maior dinamismo do setor da agricultura. O coordenador da FAO para a África Central, Hélder Muteia, moçambicano de nacionalidade, mas com uma vasta experiência no setor da agricultura, numa das suas aparições em público, de forma confiante, afirmou que a África tinha condições para atingir a “Fome Zero” até 2030.

Para Hélder Muteia, é nas políticas de terras dos países africanos onde está a fórmula mágica para o alcance da “Fome Zero”. Para que tal desiderato fosse possível, no entender deste governante africano, as políticas de terras africanas deveriam facilitar o acesso ao crédito bancário aos intervenientes no processo de produção agrícola (O PAÍS, 2021). Na verdade, Hélder Muteia defende a necessidade da realização da reforma fundiária e agrária de mercado nos países africanos, igual àquela que o Banco Mundial vem desencadeando em muitos países africanos, incluindo Moçambique. Mas, para uma determinada política de terras facilitar o acesso ao crédito, significa que a mesma precisa ser revista no sentido de desburocratizá-la e tornar o ambiente de negócio mais favorável aos investidores externos.

Igualmente, significa que se as políticas de terra de um determinado país africano não permitiam a *transmissibilidade dos títulos de terras*, ou seja, a mercantilização dos títulos da terra, elas devem ser revistas para que tal processo ocorra normalmente mediante as leis do mercado sem a interferência do Estado. Na maioria das vezes, esse tipo de reforma das políticas

de terras proposta por Hélder Muteia, tende a responder aos interesses do capital financeiro e não das populações nativas. Os bancos comerciais podem passar, também, a concentrar enormes extensões de terras, não necessariamente pela compra, mas sim, pela penhora e/ou hipoteca. Os agricultores que pedem empréstimos bancários para dinamizar as suas atividades produtivas, caso não consigam devolver o dinheiro a tempo, correm o risco de terem suas terras penhoradas ou hipotecadas pelos bancos comerciais como forma de pagamento.

Tal cenário leva à emergência de trabalhadores rurais sem-terra, e, conseqüentemente, à reprodução das desigualdades sociais e pobreza no meio rural. A proposta de Hélder Muteia é uma armadilha e um caminho sinuoso no que tange à promoção da justiça social no meio rural. A proposta de reforma semelhante à de Hélder Muteia não promove a democratização da estrutura agrária e socioeconômica das “nações”. Propostas iguais à de Hélder Muteia são feitas “para substituir a reforma agrária redistributiva por esquemas de financiamento de compra de terras por trabalhadores rurais” (SAUER & PEREIRA, 2006, p. 7). A relação que esses trabalhadores rurais têm com a terra é meramente mercantilista, a de usá-la como instrumento de acumulação e reprodução ampliada do capital em escala global.

Contudo, não é uma proposta com a qual se pode combater as desigualdades e as injustiças sociais. Propostas semelhantes à de Hélder Muteia já trazem conseqüências nefastas sob ponto de vista social, em muitos países africanos, incluindo em Moçambique. As reformas agrárias e fundiárias de matrizes neoliberais, em curso no continente africano, permitem e facilitam a estrangeirização de terras, e não têm sido capazes de promover o acesso igualitário da terra. Cada vez mais que as terras são concessionadas e entregues aos investidores estrangeiros, verifica-se a redução dos territórios das populações nativas. Essa redução dos territórios das populações nativas está na origem da reprodução da fome e da desnutrição em muitos países africanos. A redução dos territórios faz com que as populações nativas não consigam ter terras suficientes para aumentarem as suas áreas de produção, e, por esta via, obterem altos índices de produtividade agrícola.

Como conseqüência disto, a maioria das famílias camponesas africanas não têm conseguido ter acesso a todas as refeições diárias, e muito menos a uma alimentação adequada. O fato é que, além dessas famílias camponesas perderem suas terras neste processo, as empresas beneficiárias pouco fazem para atenuar a fome. Esta situação decorre de o fato dessas empresas produzirem *commodities* destinadas à exportação e não alimentos que vão diretamente à mesa dos cidadãos. Mesmo quando produzem alimentos, estes não são suficientes, e seu acesso é limitado, sobretudo para as famílias de baixa renda. Tendo em vista que alguns dos produtos

agrícolas advindos do agronegócio são comercializados em mercados especializados e elitizados, em muitos países africanos, as famílias mais pobres não conseguem ter acesso aos mesmos pelo fato de serem caros. Isso significa que o agronegócio exclui também pelo consumo.

Como consequência disso, milhares de crianças africanas sofrem de desnutrição por falta de alimentos de qualidade e ricos em vitaminas. Em muitos países africanos, na maioria das vezes, a segurança alimentar e nutricional é garantida pelos países ocidentais; os mesmos que estão diretamente envolvidos na expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras, num cenário completamente neocolonial. De um lado, esses governos promovem a expropriação e a expulsão dos camponeses das suas terras através dos investimentos vindos dos seus países, e, do outro, apresentam sua solidariedade, financiando ações humanitárias e, em algumas vezes, apoiando projetos para geração de renda. Para as elites políticas africanas, esses países estão promovendo o desenvolvimento na África, se esquecendo que milhares de famílias camponesas estão em situação de extrema pobreza, insegurança alimentar e desnutrição por terem sido expropriadas e expulsas das suas terras pelas corporações capitalistas.

Em setembro de 2021, as Nações Unidas descreveram que a situação na África era muito preocupante, pois aproximadamente 282 milhões de africanos passavam fome. A situação da fome na África vem piorando desde 2013, e a tendência é o seu agravamento, embora os líderes mundiais afirmem ser possível o alcance da “Fome Zero” neste continente. As guerras civis, o terrorismo, as tempestades, os ciclones tropicais, as cheias, secas, as pandemias, dentre outros fenômenos, estão também por trás da insegurança alimentar e desnutrição na África. Para as Nações Unidas, os níveis de insegurança alimentar e desnutrição foram altos nos anos de 2019 e 2020, mas a pandemia da COVID-19 apenas veio ampliar a situação no continente africano². Dados estatísticos apontam que o número de pessoas expostas a uma eventual crise alimentar cresceu em muitas regiões do continente africano, tendo passado de 10,8 milhões, em 2019, para 40,7 milhões, em 2022 (OBSERVADOR, 2022).

A invasão russa à Ucrânia veio a acentuar ainda mais o problema de insegurança alimentar no continente africano. A Rússia e a Ucrânia são os maiores produtores e exportadores de cereais no mundo, sobretudo o milho e o trigo. Contudo, desde a invasão russa à Ucrânia em fevereiro de 2022, nenhum navio com cereais para a distribuição conseguia sair dos portos ucranianos em direção a outros continentes. Essa guerra bloqueou também as

² Disponível em: <https://news.un.org/pt/tory/2021/12/1773702>. Acesso: 18/04/2022.

colheitas de cereais que estavam programadas para serem feitas no interior da Ucrânia. Nesse conflito, o continente africano foi o que saiu mais afetado sob o ponto de vista da disponibilidade e acessibilidade aos alimentos, situação que gerou uma crise alimentar.

O líder da União Africana, Macky Sall, num diálogo por meio de videoconferência com o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, falou das implicações da guerra sobre a fome na África. Zelensky foi direto, ao afirmar que o fim da fome no mundo, e na África, passava por combater o *colonialismo russo* desencadeado por Vladimir Putin. Tal combate passava pelos governos africanos condenarem abertamente a invasão russa à Ucrânia, mas poucos países o fizeram, tendo pautado pela neutralidade, como foi o caso de Moçambique. Possivelmente, a invasão russa à Ucrânia aumentou o número de desnutridos em países onde a situação da fome já era grave.

Em relação à desnutrição, vista por regiões, 44,4% das pessoas subnutridas vivem na África Oriental, 27% na África Ocidental, 20% na África Central, 6,2% na África do Norte e 2,4% na África Austral (OBSERVADOR, 2019). Em países africanos de língua portuguesa, a prevalência da desnutrição por causa da indisponibilidade de alimentos, é preocupante. Por exemplo, Cabo Verde tem 15,5%, Moçambique, 31,2%, e São Tomé e Príncipe, 11,9% de pessoas desnutridas³. Na África, as mortes por fome são inevitáveis. De 2019 a 2022, o número de pessoas que passaram fome no continente quadruplicou. Os dados estatísticos publicados pela União Africana (UA), confirmaram o crescimento exponencial do número de desnutridos por região, no continente africano, conforme a Tabela 2.

Tabela 2 - Distribuição de número (milhões) de pessoas subnutridas na África por região.

Região	2000	2010	2014	2015	2016	2017	2018	Mudanças entre 2014-2018
África	199,7	199,8	212,1	217,9	234,6	248,6	256,1	44
Central	37,7	36,5	36,7	37,9	41,1	43,2	44,6	7,9
Oriental	112,4	118,6	116,1	119,3	126,9	129,8	133,1	17
Setentrional	9,7	8,5	15,8	15,5	16,1	16,5	17,0	1,2
Austral	3,8	4,2	4,7	5,0	5,5	5,4	5,3	0,6
Ocidental	36,1	31,9	438,7	40,3	45,0	53,7	56,1	17,4

Fonte: União Africana (2020).

Como se pode observar na Tabela 2, em quase vinte anos a desnutrição foi crescente em todas as regiões da África. O pior cenário em termos de desnutrição verificou-se na África Ocidental, seguido da África Oriental e África Central, respectivamente. Esse cenário verificou-

³ Disponível em: <https://news.un.org/pt/tory/2021/12/1773702>. Acesso: 18/04/2022.

se por falta ou indisponibilidade de alimentos. Nesse período, houve restrição no acesso aos alimentos devido a vários fatores, como, por exemplo, conflitos, eventos climáticos, e abrandamento e/ou encolhimento das economias africanas, desigualdades sociais e pobreza. Na África, a desnutrição transformou-se em um problema de saúde pública, sendo que em alguns casos é hereditário uma vez que é transmitido da mãe para os/as filhos/as.

A desnutrição está na origem de milhares de mortes de crianças no continente africano. A Somália é um dos países africanos mais assolado pela desnutrição, onde 7,1 milhões de crianças necessitam de assistência para reduzir o número de mortes relacionadas com a fome. Na Somália, por exemplo, dados estatísticos apontam que, em 2022, cerca de 730 crianças morreram por má nutrição, e, nessa altura, alertava-se para o crescimento deste número, caso não houvesse ações concretas para o seu combate por parte dos governos nacionais (O PAÍS, 2022). Os problemas gerados pela desnutrição em crianças menores de 5 anos incluem déficits cognitivos, baixo rendimento, risco de mortalidade, e morbidade, entre outros (UNIÃO AFRICANA, 2020). A hipotrofia é outro problema de saúde pública gerado pela desnutrição que atinge as crianças. Trata-se da baixa altura para a idade, verificada nas crianças. No continente africano, o número de crianças com o problema de hipotrofia é maior, embora, em alguns anos, tenha se mostrado decrescente em algumas regiões, conforme ilustra a Tabela 3.

Tabela 3 - Distribuição de número (milhões) de pessoas subnutridas na África por região.

Região	1999	2010	2015	2019	1990	2010	2015	2019
África	42,3	33,9	32	21,3	46,6	56,1	58,1	60
Central	46,7	33,9	31,8	32,1	6,3	8,1	8,3	8,5
Oriental	51,2	40,1	38	35,2	19	23,4	24	24,5
Setentrional	27,7	19,7	18,7	17,2	6	4,7	5	5,4
Austral	36,6	30	28,7	29,3	2,2	2	1,9	2,1
Ocidental	40,9	33,7	32,4	29,2	13,2	18	19	19,5

Fonte: União Africana (2020).

Tendo em vista que o número de crianças menores de 5 anos com problemas de desnutrição tende a aumentar no continente africano como resultado da indisponibilidade e/ou escassez dos alimentos, esse problema será prevaiente. Os avisos sobre o risco de mortes em massa de crianças por causa da fome e desnutrição na África não são recentes, mas aumentaram em 2020. Em 2021, o presidente do Banco Africano de Desenvolvimento, Akinwuni Adesina, salientou que o risco de morrer de fome na África era muito maior do que o risco de morrer da

pandemia da COVID-19. A fome era tanta que até fez com que cerca de 250 milhões de pessoas fossem hospitalizadas em quase todo o continente africano⁴.

Na África subsaariana, por exemplo, em 2022 as Nações Unidas afirmaram que o risco dessa tragédia social acontecer era maior do que nunca (OBSERVADOR, 2020). No mesmo ano, as Nações Unidas alertaram que aproximadamente dois milhões de crianças corriam o risco de morrer de fome, sobretudo nos países do “Chifre da África”, com destaque para Etiópia, Somália e Quênia. Por exemplo, na Somália, cerca de seis milhões de pessoas, o correspondente a 40% da população, enfrentava fome severa⁵, e esse cenário deixava aproximadamente 500 mil crianças em risco de morrer⁶; no Quênia, aproximadamente 500 mil pessoas estavam caminhando para uma crise alimentar; e finalmente, na Etiópia, a insegurança alimentar e a desnutrição já haviam superado os níveis de emergência⁷.

Quando uma criança atinge o estágio da desnutrição aguda, apresenta maior probabilidade de morrer, caso localmente não haja nenhuma intervenção, e/ou assistência hospitalar. Na África, a fome é uma das epidemias que mais mata, sobretudo crianças e mulheres em estado de gestação. Igualmente, na África, a fome transformou-se numa emergência global, de tal maneira que as agências multilaterais das Nações Unidas, sobretudo a FAO, a UNICEF, a ACNUR, têm feito esforços no sentido de apelar ao mundo para uma ação conjunta no seu combate, visando salvar vidas em situação de risco.

Essas instituições têm trabalhado de mãos dadas com os governos africanos, visando implementar ações para minimizar os efeitos da fome nos corpos das pessoas, sobretudo em crianças e mulheres grávidas. O desvio de fundos destinados à implementação de esforços de mitigação dos efeitos da fome, para a produção de alimentos de qualidade e ricos em proteínas, e a sua disponibilização nos mercados locais a preços acessíveis, têm contribuído para o aumento do número de famintos e desnutridos na África, e, conseqüentemente, a morte destes. A “fome zero” não se alcança estrangeirizando terras, como se verifica em muitos países africanos. É verdade que a estrangeirização de terras não é o único fator por trás da fome e da desnutrição, mas esse fenômeno tem um peso significativo na reprodução ampliada deste mal social na África. A estrangeirização de terras apenas contribui para o aumento dos níveis de

⁴ Disponível em: <https://www.tsf.pt/mundo/risco-de-morrer-de-fome-em-africa-e-muito-maior-que-de-morrer-de-covid-132625586.html>. Acesso: 19/01/2023.

⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/04/26/onu-diz-que-2-milhoes-de-criancas-correm-o-risco-de-morrer-de-fome-no-chifre-da-africa.ghtml>. Acesso: 19/01/2023.

⁶ Disponível em: <https://news.un.org.pt/story/2022/09/1800931>. Acesso: 19/01/2023.

⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/04/26/onu-diz-que-2-milhoes-de-criancas-correm-o-risco-de-morrer-de-fome-no-chifre-da-africa.ghtml>. Acesso: 19/01/2023.

concentração deste recurso nas mãos de poucas pessoas, sobretudo nas corporações do agronegócio.

Tais corporações pouco fazem para evitar que haja milhares de pessoas passando fome e crianças subnutridas na África, uma vez que a sua racionalidade é o lucro. Igualmente, a “fome zero” não se alcança relegando a produção agrária aos atores estrangeiros, prática que tem sido recorrente em muitos países africanos. A falta de políticas agrárias ajustadas à realidade dos países africanos está por trás da reprodução da fome e da desnutrição em muitos países africanos. Muitas das políticas agrárias são importadas de outros contextos do mundo, com características diferentes, e são implementadas sem serem ajustadas às condições locais. Como consequência, falham de forma retumbante.

Além disso, as próprias políticas agrárias, quando elaboradas, são orientadas para a produção de mercadorias destinadas à exportação. Há pouco interesse por parte dos governos africanos em investir e apoiar a produção de alimentos, e, na maioria das vezes, incentiva-se a agricultura de média e grande escala, ou seja, o agronegócio. A agricultura (de base) camponesa, aquela que, de fato, produz alimentos de qualidade e saudáveis para o consumo humano, com base em técnicas agroecológicas, ambientalmente responsáveis e sustentáveis, não é apoiada pelos governos africanos, destacando a sua incapacidade e falta de competitividade. Como consequência, os governos africanos têm concessionado grandes extensões de terras aos capitalistas estrangeiros, relegando a eles a produção de alimentos.

Questão agrária, estrangeirização de terras e fome em Moçambique

A estrangeirização de terras tem dominado o debate sobre a questão agrária em Moçambique, envolvendo muitos estudiosos (MOSCA, 2015; CATSOSSA, 2015, 2017, 2019; 2020a; 2021; MANDAMULE, 2017), e todos apontam as implicações nefastas deste fenômeno neste país africano. No debate sobre a estrangeirização de terras, verifica-se também o envolvimento da sociedade civil organizada, a qual tem questionado e contestado abertamente este fenômeno, por entenderem que o mesmo está por trás de várias atrocidades no meio rural, dentre as quais, a expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras, concentração de terras nas mãos dos capitalistas do agronegócio, violência, conflitos e convulsões sociais, dentre outras barbáries contra a classe camponesa. Tanto da parte dos acadêmicos/estudiosos, quanto da sociedade civil organizada, há uma unanimidade de que o fenômeno de estrangeirização de terras é uma ameaça, não apenas para a segurança de posse da terra dos camponeses, mas também para a soberania territorial e alimentar dos povos nativos.

Em Moçambique, a estrangeirização de terras não é um fenômeno novo, embora ganhe novos contornos, e mostra-se cada vez mais complexo nos dias atuais. Este fenômeno vem se reproduzindo desde o período colonial. Durante a colonização portuguesa, parte do território moçambicano foi entregue aos capitalistas estrangeiros para a sua exploração por meio de concessões. Sem capacidade financeira para ocupar e explorar todo o território moçambicano, Portugal criou o que chamou de *Companhias não Magistráticas*, onde extensas áreas de terras eram exploradas por grupos empresariais estrangeiros em *sistema de arrendamento*. Por meio deste sistema de exploração de terras, Portugal conseguia extrair a renda da terra, como, também, parte da produção que saía destes territórios.

Este fenômeno sobreviveu com a independência do país, mesmo num contexto de produção socialista do espaço, onde combatia-se a acumulação privada mediante a exploração capitalista da terra e dos recursos naturais. Algumas das empresas que operaram no período colonial, continuaram explorando a terra em forma de concessão, mas sob forte controle do Estado (PITCHER, 2003; CATSOSSA, 2020a). Com as reformas econômicas ocorridas na década de 1980, resultantes do colapso do projeto socialista da FRELIMO (*Frente de Libertação de Moçambique*⁸), a estrangeirização de terras ganhou novos contornos.

Em pouco tempo, verificou-se a corrida de terras agrícolas por parte dos investidores estrangeiros, sendo que alguns deles tinham uma relação direta com o período colonial. Esses grupos beneficiaram-se de extensas áreas de terras. Outros, são algumas empresas que sobreviveram à transição do período colonial para o período socialista (PITCHER, 2003; CATSOSSA, 2020a). A falta de transparência e corrupção, caracterizaram o processo de concessão de terras para os capitalistas estrangeiros durante este período (MOSCA, 1999, 2011; PITCHER, 2003; CASTEL-BRANCO, 2017; CATSOSSA, 2020a; CATSOSSA & FABRINI, 2020).

A *grilagem de terras* de terras públicas e camponesas foi outro fenômeno que marcou o período das reformas econômicas iniciadas na década de 1980. Parte considerável das terras, na sua maioria públicas e camponesas, foram açambarcadas pelas elites políticas nacionais que exerciam cargos de chefia na função pública, e, mais tarde, registradas em seus nomes e de parentes (MOSCA, 1999, 2011; CATSOSSA, 2020a; CATSOSSA & FABRINI, 2020).

⁸ A FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique, é o movimento que conduziu a luta armada de libertação contra o Estado colonial português que teve a duração de 10 anos (1964-1974). Como movimento de libertação, a FRELIMO nasceu em 1962, está no poder desde 1975, e tornou-se partido político em 1977, durante o Terceiro Congresso, onde igualmente declarou-se ser de orientação *marxista-leninista*.

Em consequência, emergiram, em Moçambique, oligarquias nacionais detentoras de terras sem capitais (CASTEL-BRANCO, 2017), cuja capitalização passou a ocorrer pela venda e arrendamento, como também pela sua aliança com o capital financeiro para a produção de mercadorias de interesse do mercado internacional. Por esta via, as elites políticas nacionais conseguiam extrair a renda da terra, mesmo que de forma subordinada ao capital financeiro, cenário que continua acontecendo até os dias atuais (CATSOSSA, 2020a).

Atualmente, esses grupos sociais que detêm extensas áreas de terras resultantes da grilagem de terras públicas e camponesas durante as reformas econômicas, têm pressionado o governo para avançar com a reforma na política de terras, visando adequá-la às regras do mercado, cuja finalidade é a oficialização do mercado de terras. Para este grupo, a estatização da propriedade da terra, além de ser burocrática, não permite a acumulação rentista e reprodução ampliada do capital em escala global. Influenciado por uma agenda neoliberal e imperial, esse grupo que detém o poder dentro do partido FRELIMO sempre pressionou o governo a avançar com reformas na política fundiária, sob alegações de adequá-la à conjuntura, e aos desafios atuais.

Desde a década de 1990, esse grupo vinha tentando influenciar a revisão da política fundiária, e somente conseguiu os seus intentos em 2017, com o lançamento oficial da revisão da Política de Terras de 1995. O lançamento oficial da revisão da Política de Terras de 1995 foi feito pelo presidente Filipe Nyusi, durante o *IX Fórum de Consultas sobre Terras*, realizado na cidade de Maputo. Durante o lançamento da “auscultação pública” em 2020, o presidente Filipe Nyusi garantiu que a terra continuaria propriedade do Estado, descartando qualquer hipótese da sua privatização. Mesmo tendo descartado qualquer mecanismo de privatização formal, ou seja, assistida pela lei, o resultado da revisão da Política de Terras de 1995 deu espaço para a *oficialização da transmissibilidade* (comercialização) dos títulos de terras.

Outra prática que também aparece oficializada com esta reforma é a *colateralização da terra*, que dá espaço aos bancos comerciais penhorarem e/ou hipotecarem (títulos de) terras dos agricultores, sobretudo aqueles que não conseguem devolver o dinheiro. O que estava em curso era uma reforma fundiária e agrária de mercado, igual àquela defendida pelo Banco Mundial desde a década de 1980. Esta proposta de política fundiária apenas beneficia o capital financeiro, os banqueiros, e as elites nacionais detentoras de extensas áreas de terras, as quais foram açambarcadas do Estado e dos camponeses durante as reformas econômicas na década de 1980, e, outras, posteriormente. Com a aprovação da nova Política de Terras pelo Conselho

de Ministros em novembro de 2022, tanto a *transmissibilidade dos títulos de terras* quanto a *colateralização de terras* estão oficializadas, e podem correr à luz das regras do mercado.

Contudo, com a aprovação da nova Política de Terras, abre-se uma oportunidade para as elites nacionais ligadas ao partido FRELIMO entrar na órbita da acumulação privada, vendendo parte das suas terras, às vezes de forma especulativa. O arrendamento da terra que era permitido na Política de Terra de 1995 não garantia a especulação e, conseqüentemente, a acumulação rentista de forma ampliada. Já com a aprovação da nova Política de Terras, que oficializa a *transmissibilidade dos títulos de terras*, essas elites nacionais detentoras de extensas áreas de terras, poderão vendê-las em pequenas “fatias” para quem elas quiserem. Isso significa que a nova política fundiária pode propiciar o fenômeno de estrangeirização de terras.

Em Moçambique, o fenômeno de estrangeirização de terras começou a ganhar nova roupagem a partir do século XXI, sobretudo com o advento da crise de preços de alimentos de 2007/2008. A partir de então, extensas áreas de terras foram concessionadas e entregues aos investidores estrangeiros e governos de países ricos; às vezes, sem nenhuma transparência e autodeterminação das populações nativas (UNAC & GRAIN, 2015; CATSOSSA, 2020a). As consultas comunitárias preconizadas pela Lei de Terras – Lei 19/97, além de serem fracas e ineficientes, em algumas vezes passaram a ser fraudadas de forma premeditada por aqueles que deveriam criar condições para que tal cenário não acontecesse.

A fraude tem sido desencadeada para beneficiar o capital financeiro que busca terras para garantir sua acumulação e reprodução ampliada em escala global. Nessa fraude, os líderes comunitários têm desempenhado um papel de destaque. Essas elites tradicionais aparecem como “caciques” do capital financeiro global. Verifica-se, portanto, uma aliança entre essas elites com o capital financeiro, sendo que os primeiros aparecem sempre subordinados ao segundo. Na maioria das vezes, essas elites têm trabalhado arduamente para garantir que haja terras para o capital financeiro garantir a sua acumulação e reprodução ampliada em escala global. Em troca, recebem dinheiro, produtos, e em algumas vezes, são prometidos empregos para os seus parentes. Desta forma, o capital financeiro consegue obter extensas áreas de terras, em processo que constitui numa fraude (CATSOSSA, 2020a). Há casos, por exemplo, em que localmente essas elites funcionam como “angariadores” de terras para as empresas do agronegócio. Se não são eles, então, mandam os seus subordinados, e estes andam de família em família, perguntando quem tem terras disponíveis para ceder às empresas e, em troca, receber dinheiro, casas melhoradas, silos, empregos, produtos alimentares, etc.

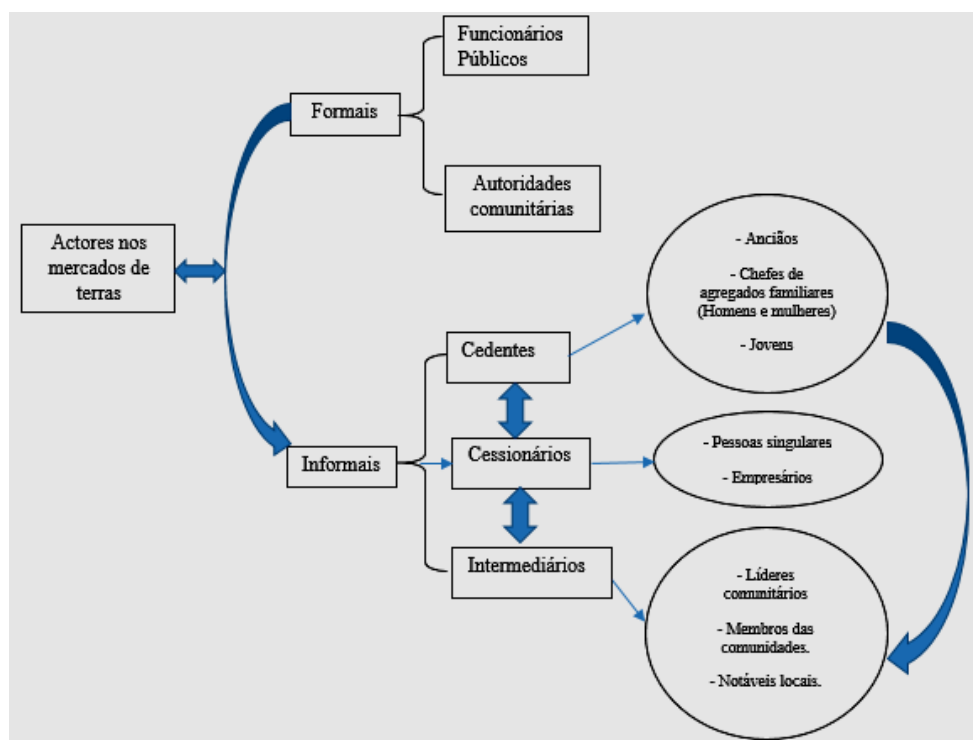
Significa que a pobreza de muitas famílias camponesas tem sido usada por essas elites para cancelar a estrangeirização de terras. Em Moçambique, grandes quantidades de terras estão nas mãos das corporações capitalistas e de governos de países ricos. Estas têm servido apenas para a produção de *commodities* de interesse do mercado internacional. Embora ocorra o regime de propriedade estatal da terra em Moçambique, a terra está cada vez mais concentrada nas mãos de empresas estrangeiras (MOSCA, 2015; MANDAMULE, 2017; CATSOSSA, 2020a; CATSOSSA e FABRINI, 2020). Em termos de terras estrangeirizadas, Mosca (2015) apresenta que Moçambique é o terceiro país africano, depois da Etiópia e Sudão.

É verdade que Moçambique apresenta uma das políticas fundiárias mais progressivas da África e do mundo, por considerar a terra como “um meio de criação de riqueza e bem-estar social”, mas essa política apresenta seus pontos fracos e contradições, as quais têm contribuído para a perpetuação da concentração de terras, das desigualdades e injustiças sociais, e da violência no campo. Os gestores da máquina estatal, as autoridades comunitárias, e outros grupos interessados na terra, aproveitam as lacunas e omissões que são esses pontos fracos presentes na política fundiária, para simplesmente entregar a terra aos capitalistas estrangeiros que buscam por este recurso natural para desenvolver seus negócios em Moçambique.

A lista dos grupos sociais envolvidos na estrangeirização de terras é maior, sendo que a mesma envolve atores formais e informais. Dos atores formais, destacam-se alguns funcionários públicos que exercem funções nos ministérios, nas direções provinciais e distritais. Destes, verifica-se também a participação das autoridades comunitárias, cuja existência é reconhecida pelo Estado. Já em relação aos atores informais, o destaque vai para os “angariadores de terras” e/ou intermediários, comissionistas, dentre outros.

Estes atores têm contribuído para a consolidação deste fenômeno em Moçambique. A busca por terras agrícolas por parte das empresas do agronegócio e de governos de países ricos, ganhou um novo ímpeto a partir da primeira metade do século XXI, sobretudo nos anos de 2007 e 2008, em resultado da crise de preços de alimentos verificados no mundo naquele período. Numa tentativa de dar resposta à crise, viu-se a mobilidade espacial do capital financeiro em busca de novas oportunidades e territórios para fazer negócios, e Moçambique foi um dos alvos. Moçambique acabou se tornando um território fértil para o capital financeiro global, porque, nessa altura, estava em vigor a *Estratégia da Revolução Verde* (EDV), com a qual o governo Armando Guebuza pretendia expandir a produção de *Jatropha* no quadro dos *agrobiocombustíveis*.

Figura 2 - Teia de atores envolvidos na estrangeirização de terras em Moçambique.



Fonte: Mandamule e Manhican Jr. (2019).

A produção da *Jatropha* levou à ocupação de extensas áreas de terras pelas empresas estrangeiras na província de Manica, sobretudo no distrito de Vanduz. O projeto de produção de *Jatropha* falhou de forma retumbante, e a empresa que explorava as terras, neste caso, a *SunBiofuls*, abandonou a área sem deixar rastros. O projeto não conseguiu colher e exportar nem sequer uma tonelada da *Jatropha*. Muito dinheiro foi investido para nada. Se esse dinheiro fosse investido na produção de alimentos, provavelmente a fome e a desnutrição poderiam ser atenuadas no país. No local, é possível observar algumas árvores de *Jatropha* abandonadas. Parte das terras abandonadas pela empresa foram sendo ocupadas por populares para a construção de suas casas, traduzindo-se numa área residencial. Este é apenas um dos exemplos de estrangeirização de terras em Moçambique, cujo projeto traduziu-se num insucesso. O que mais contribui, também, para a estrangeirização da terra em Moçambique, são as opções políticas do governo, no que tange ao desenvolvimento agrário nacional. A política agrária moçambicana promove práticas agrícolas que demandam a apropriação de terras por parte das grandes corporações agrícolas. Tanto o *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA)* quanto o *Plano Nacional de Investimento do Setor Agrário (PNISA)*, promovem tais práticas agrícolas. Trata-se, pois, de práticas agrícolas voltadas para o agronegócio, as quais demandam a ocupação de extensas áreas de terras para a produção de *commodities* de interesse do mercado internacional.

O atual presidente de Moçambique, Filipe Nyusi, no âmbito da sua diplomacia econômica, tem-se destacado na promoção do agronegócio. O presidente Filipe Nyusi acredita que o país poderá sair do subdesenvolvimento, de tal maneira que as condições de vida dos moçambicanos poderão melhorar; postos de emprego serão criados; a pobreza, a fome e a desnutrição ficarão para o “túmulos” da história moçambicana (CATSOSSA, 2020a). Esse cenário tem contribuído para a corrida por terras agrícolas em Moçambique, por parte das empresas estrangeiras e dos governos de países ricos.

Em Moçambique, a maior parte das concessões de terras foram (e continuam sendo) feitas nos chamados corredores de desenvolvimento. O destaque vai para o Corredor de Nacala (que engloba alguns distritos das províncias de Nampula, Niassa e Zambézia), e para o Corredor da Beira (abrange alguns distritos da província de Sofala e Manica). Esses corredores de desenvolvimento acabaram por se transformar em campos de produção de *commodities* agrícolas, com os quais o capital financeiro procura garantir a sua acumulação e reprodução ampliada em escala global. O Corredor de Nacala é o que concentra maior parte dos investimentos do ramo de agronegócio no país, conforme a Tabela 3.

É possível ver, na Tabela 3, uma crescente concentração de terras nas mãos de monopólios do agronegócio, os quais produzem apenas monoculturas de exportação, embora alguns produzam hortícolas. Para o agravamento da situação, nem todas as terras que estão na posse das corporações agrícolas estão sendo usadas conforme os planos de exploração submetidos ao Estado no âmbito do pedido de DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento de Terras). O não uso da terra por parte destas empresas do agronegócio, por onde se territorializa, faz parte do seu caráter rentista, algo que pode dar lugar à especulação fundiária, caso o governo oficialize o mercado de terras na nova política fundiária.

O Corredor da Beira é o segundo território com elevados níveis de concentração de terras nas mãos das empresas agrícolas. É onde o Estado continua a realizar concessões de terras, as quais são entregues aos capitalistas estrangeiros que buscam terras agrícolas para implementar os seus projetos. Das províncias que integram o Corredor da Beira, a província de Manica é a que apresenta o maior número de empresas do agronegócio. Na província de Manica, o distrito de Sussundenga é onde há maior concentração das empresas do agronegócio, as quais detêm maiores extensões de terras, que são usadas para a produção de *commodities*, como, por exemplo, macadâmias e lichia.

Tabela 3 - Monopólios do agronegócio presentes no Corredor de Nacala/Moçambique.

Nome das empresas agrícolas	Extensão territorial (ha)	Culturas produzidas ou a produzir
Companhia do Desenvolvimento do Vale do Lúrio	607.237	Construção de barragem hidroelétrica, produção de milho, cana-de-açúcar e algodão
MOZACO & Grupo Espírito Santos	2.389	Soja, milho e algodão
AgroMoz	9.000	Soja, milho e feijões
Hoyo-Hoyo	28.000	Soja e milho
Murrimo Macadâmias Ltda.	3.200	Macadâmia e milho
Chazeiras de Moçambique	2.228	Chá
Mathária Empreendimentos	20.000	Soja, milho e algodão
Matanuska	3.000	Bananas
Green Resources Moçambique	126.000	Eucaliptos
Alfa Agricultura	1.650	Criação de galinhas para a produção de ovos
New Horizontes Moçambique	380,75	Criação de galinhas para a produção de ovos
Rei Agro	12.500	Soja e milho
Corredor Agro	8.200	Bananas e mandioca
Trigon Mozagri Spv	19.800	Algodão
MedErg Global	10.000	Cereais
African Century Agriculture	4.800	Soja e milho
Avian Limitada	9.000	Cereais
Onça Moçambique	9.500	Cereais
Olan Moçambique	9.530	Cereais e Caju
Sisaleira(s) de Monapo	5.500	Sisal
Eggs for África	27.996	Criação de galinhas para a produção de ovos
Santos Agrícola	1.300	Gergelim, cereais e hortícolas
Raízes Profundas Agrícolas	500	Soja, milho e hortícolas
Amarula Farms	780	Gergelim e hortícolas
Alfa Agricultura Nacololo	1.080	Caju
Agrobusiness	1.000	Caju
Agro Mercado	1.000	Milho e tabaco
Chá de Magoma	1.719	Chá
Macadâmias G&F	836,33	Macadâmia
Alfa Química	1.700	Soja e milho
ATFC	3.052	Eucaliptos
SDZ	2.688	Chá
Chá Mitilile	600	Chá
Jacarandá	6.050	Soja, milho, cana-de-açúcar, criação de gado e aves (frango)
Mosagri Lda	4.000	Moringa

Fonte: Catsossa (2020a); e Catsossa e Fabrini (2020).

Na província de Manica, a empresa Portucel Moçambique, de capital português, e que se dedica ao agronegócio de eucaliptos, é a que concentra a maior parte das terras ora concessionadas pelo Estado. Até a sua entrada, a Portucel Moçambique tinha um DUAT de 186 mil hectares de terras; mas, informações atualizadas apontam para mais de 200 mil hectares.

Há, portanto, indícios de que parte das terras da Portucel Moçambique foram sendo adquiridas de forma ilegal e fraudulenta por meio dos chamados “angariadores de terras”. Por sua vez, existe a possibilidade de parte das terras na posse da Portucel Moçambique terem sido anexadas ao seu DUAT sem o devido consenso com as famílias camponesas locais.

Deve-se destacar que parte das terras são reivindicadas pelas populações, que alegam que foram enganadas pela empresa. A Portucel Moçambique está se constituindo num monopólio, e, aos poucos, vai consolidando sua hegemonia, capturando terras comunitárias. Fora disso, a Portucel Moçambique também detém extensas áreas de terras na província da Zambézia: aproximadamente 178 mil hectares. E, parte delas, são reivindicadas pelas populações que dizem terem sido expropriadas e enganadas pela empresa. Uma outra concessão que está por trás dos conflitos sociais e disputas territoriais, encontra-se na posse da empresa *Mozambique Holdings Lda*, a qual detém uma área de cerca de 500 mil hectares no distrito de Lugela, na província da Zambézia, usada para a plantação de eucaliptos.

Esta empresa vem sendo acusada de estar cometendo várias atrocidades, entre elas: a violência contra os camponeses; destruição de celeiros dos camponeses; queima das culturas de subsistência familiar presentes nas machambas; interdição de passagem dos camponeses próximo das plantações de eucalipto dentre outras barbáries. Estas truculências acontecem sob o olhar do Estado. Em vez de defender os direitos dos camponeses, o Estado aparece do lado do capital financeiro, destacando a sua importância para o “desenvolvimento” do país. Na maioria das vezes, a empresa vem se beneficiando da força policial local, a qual aparece sempre reprimindo as famílias camponesas que protestam e reivindicam as suas terras (JUSTIÇA AMBIENTAL, 2021).

Recentemente, uma outra concessão, que é a mais polêmica feita pelo Estado, beneficiou o *Centro de Promoção de Desenvolvimento Económico de Cabo Delgado (CPDECD)*, cujos investidores se desconhece. Para efeito, foram concessionados aproximadamente 12.000 hectares, sem nenhuma auscultação pública. Aliás, há informações que apontam que o governo pretende aumentar a área atribuída ao CPDECD de 12.000 hectares para 25.000 hectares (CARTA DE MOÇAMBIQUE, 2022). Neste caso específico, o governo aproveitou a ausência dos camponeses ora deslocados pelo terrorismo para concessionar e entregar o DUAT ao CPDECD. Tratando-se de Palma, o “coração” da província de Cabo Delgado, por ser o local onde estão concentrados os maiores investidores do gás do continente africano, é possível inferir que essas terras ora concessionadas e entregues ao CPDECD venham

a ser usadas para a produção de mercadorias agrícolas para atender ao mercado local, e, quiçá, internacional.

Fica claro que a guerra em Cabo Delgado acabou por se constituir num mecanismo de expansão geográfica do capital financeiro para a ocupação, domínio, e controle do território, visando garantir a sua acumulação e reprodução ampliada em escala global. Mas, é possível que seja também uma oportunidade de negócio para as elites nacionais ligadas ao partido FRELIMO, as quais controlam o aparelho do Estado. Por sua vez, é possível que, no âmbito das concessões, tenham sido estabelecidas alianças para a exploração capitalizada da terra para a produção de *commodities* de interesse do mercado. Através da aliança com o capital estrangeiro, as elites nacionais, por serem descapitalizadas, procuram se inserir nas dinâmicas do capital, extraindo assim a renda (capitalizada) da terra, o que garante a sua reprodução social.

Ademais, a política fundiária moçambicana permite a emergência de formas ilícitas de aquisição de terras por parte das empresas. Algumas empresas têm aproveitado a pobreza em que milhares de famílias camponesas vivem, para adquirir terras, e, em seguida, são anexadas ao seu DUAT num processo fraudulento, às vezes caracterizado por corrupção (CATSOSSA, 2021). A estrangeirização de terras, além de ocasionar a concentração fundiária, conflitos sociais, disputas territoriais, violência, e outras barbáries no campo moçambicano, tem contribuído para a espoliação e destruição do campesinato.

Em determinados contextos geográficos, as populações nativas não têm tido terras suficientes para abrirem suas machambas para produzirem culturas básicas de subsistência. As populações não têm terra suficiente para construir suas *palhotinhas*, sobretudo em áreas onde verifica-se maior densidade populacional. Em muitos casos, as populações nativas são forçadas a se (re)territorializarem de forma precária, acantonando-se em pequenas parcelas de terras impróprias para a produção agrícola. Tal situação tem contribuído para a perpetuação da fome e desnutrição. Por sua vez, os rios que correm nessas áreas são apropriados por estas empresas agrícolas, os quais mais tarde serão usados para a irrigação das lavouras. Logo em seguida, estas áreas são vedadas por arame farpado que, às vezes, é ligado à corrente elétrica.

A colocação de arame farpado, às vezes ligado à corrente elétrica, visa exatamente inibir as populações de entrarem e ocuparem as terras. Desta forma, as populações nativas são inibidas, primeiro, de circular livremente, e, depois, de usufruir dos recursos naturais lá existentes, que são vitais para a sua existência material e simbólica. Essa situação tem contribuído para a perpetuação da violência, desigualdades sociais, fome e miséria no campo

moçambicano. Com a nova Política Terras aprovada em novembro de 2022 que, entre outras coisas, oficializa a *transmissibilidade dos títulos de terras*, que, em termos práticos, passa a permitir o mercado de terras, a estrangeirização de terras pode alcançar níveis alarmantes em Moçambique.

Figura 3 - Vedações erguidas por algumas empresas do agronegócio que operam em Moçambique.



Fonte: captadas pelo autor durante a pesquisa de campo (2017 e 2022).

Os grupos sociais financeiramente poderosos, na sua maioria estrangeiros, podem se beneficiar na oficialização do mercado de terras em Moçambique. Neste contexto, os grupos sociais mais pobres, na sua maioria compostos pelos camponeses, podem ser aliciados a venderem as suas terras a preços mais baixos no mercado. Assim, a possibilidade de a oficialização do mercado de terras ocasionar a sua concentração nas mãos de pequenos grupos, e, conseqüentemente, gerar comunidades rurais sem-terra em Moçambique, é maior. As desigualdades sociais, a miséria, a fome, a violência, os conflitos, podem simplesmente aumentar, numa situação de oficialização da transmissibilidade dos títulos em Moçambique.

Nos países onde ocorreu a reforma agrária de mercado, caracterizada pela oficialização do mercado de terras ou a privatização da terra, os aspectos e/ou fenômenos aqui referenciados foram recorrentes. Na região austral da África, a África do Sul é exemplo de um país onde a distribuição de terras é desigual. Neste país africano, o governo local liderado pelo presidente Cyril Ramapossa tenta avançar com uma reforma agrária, com o intuito de expropriar os fazendeiros brancos, sem indenizá-los; mas tem desembocado em fracasso. Esses fazendeiros brancos são os maiores produtores agrícolas na África do Sul, e uma situação de expropriação pode ser trágica para o presidente Cyril Ramapossa. Tal decisão pode levar à fuga desses produtores rurais da África do Sul para outros países, na sua maioria vizinhos. Em seguida, tal decisão poder ocasionar a redução dos níveis de produção e produtividade agrícolas, e,

consequentemente, a queda da oferta nos mercados sul-africanos. A escassez de alimentos poderá ser grande dentro da África do Sul, com o risco de gerar convulsões sociais por falta de comida.

Como se pode ver, o governo Cyril Ramapossa está num verdadeiro dilema. Se o governo Cyril Ramapossa avançar com a reforma agrária visando expropriar os fazendeiros brancos sem indenização, possivelmente os custos poderão ser elevados.

Contudo, é possível afirmar que o governo Cyril Ramapossa esteja temendo sanções econômicas vindas do Ocidente, iguais às que se verificaram na República do Zimbabwe na década de 2000, após Robert Mugabe desencadear a reforma agrária que levou à expropriação sem indenização dos fazendeiros ingleses, que detinham extensas áreas de terras, e consequentemente, a sua fuga. No Zimbabwe, a expropriação e fuga dos fazendeiros ingleses teve consequências socioeconômicas nefastas. Além deste país africano mergulhar numa profunda crise econômica e financeira, que faz sentir até os dias atuais, caracterizada pelo aumento da inflação, dos índices de desigualdades sociais e de pobreza, a produção e a produtividade agrícola decaíram, o que deu lugar à fome e desnutrição. De um momento para o outro, a República do Zimbabwe, antes considerada “Celeiro da África”, passou a depender de apoio alimentar vindo de outros países.

Para piorar, o Zimbabwe perdeu a sua soberania, ao transformar-se numa colônia do Ocidente, na medida em que o dólar norte-americano passou a ser a moeda de referência para a maioria das transações. Por isso, é possível afirmar que o governo Cyril Ramapossa não quer entrar em colisão com o Ocidente, preferindo manter as desigualdades e injustiças sociais, caracterizadas pela concentração de terras nas mãos da minoria branca, o que, de algum modo, demonstra ser uma opção eminentemente política. Na América Latina, o Brasil é um dos exemplos clássicos. Neste país latino-americano, verifica-se a distribuição desigual da terra, caracterizada pela concentração fundiária nas mãos de grupos ligados ao agronegócio.

No Brasil, a propriedade privada da terra gerou comunidades rurais sem-terra, que estão organizadas num dos maiores movimentos sociais globais, o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)*. No caso brasileiro, o MST tem reivindicado e desencadeamento de lutas para que o acesso à terra seja igualitário, propondo a realização da reforma agrária (FERNANDES, 2018). Esses são exemplos de que o caminho pelo qual o governo Filipe Nyusi está trilhando, ao oficializar o mercado de terras, é socialmente desigual.

A estrangeirização de terras em Moçambique está na origem de vários problemas sociais, sendo a fome e a desnutrição alguns deles. Muitos estudos (CATSOSSA, 2017; CATSOSSA, 2020a) mostram que as grandes empresas agrícolas, as quem têm-se beneficiado de extensas áreas de terras pelo Estado, nada fazem de concreto para combater a fome e a desnutrição em Moçambique. Paradoxalmente, a fome e a desnutrição mostram-se cada vez mais crescentes em áreas onde o agronegócio tem-se expandido com maior intensidade.

Os dados oficiais apontam para uma tendência crescente da fome e da desnutrição em Moçambique. Um dado curioso é que a fome em Moçambique começa a mostrar-se cada vez mais crescente a partir do segundo ano do mandato do presidente Filipe Nyusi, sobretudo em 2016. Em relação ao crescimento dos níveis de fome em Moçambique, a Figura 4 que está disponível no *site* do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), é reveladora.

Figura 4 - Situação da insegurança alimentar entre 2004 e 2016 em Moçambique.



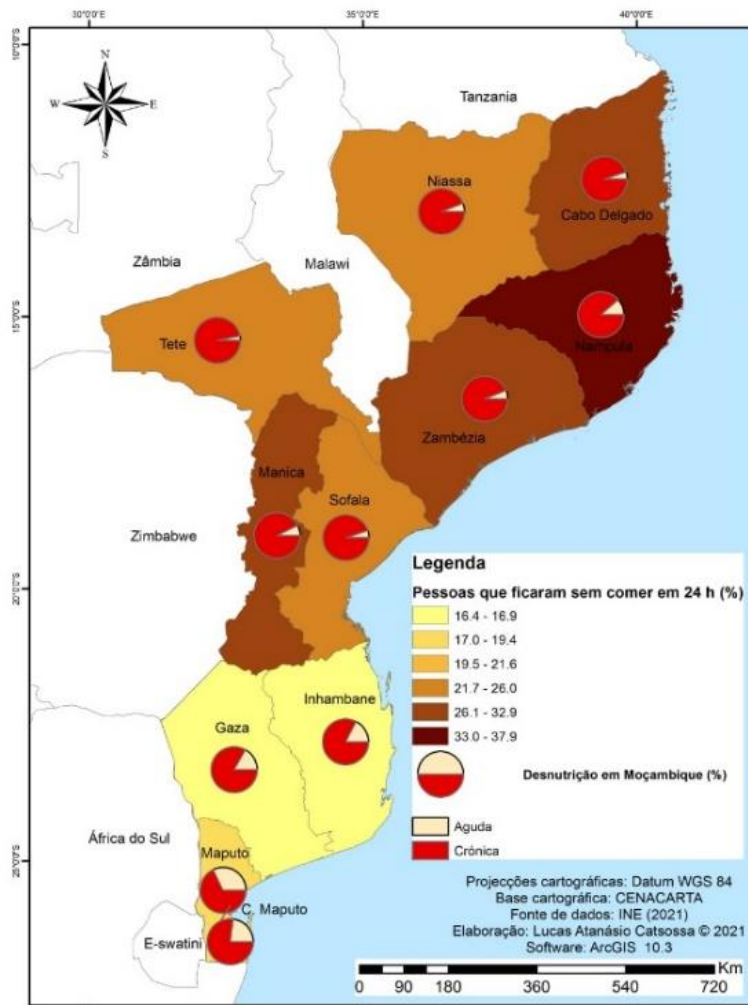
Fonte: <https://www.agricultura.gov.mz/estatisticas/san/inseguranca-alimentar-aguda>.
Acesso em: 08/08/2022.

De 2016 em diante, a fome foi crescendo de tal forma que, nos anos seguintes, atingiu níveis preocupantes, com milhares de famílias a dormir sem comer quase nada. Os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2021 sobre o estágio da segurança alimentar e nutricional apontam também para a reprodução da fome e da desnutrição em Moçambique. Esse cenário contraria o discurso proferido pelo presidente Filipe Nyusi durante a tomada de posse para o seu primeiro mandato, onde prometeu tudo fazer para que nenhum moçambicano fosse dormir sem um prato de comida na sua mesa. No seu discurso de tomada de posse, Filipe Nyussi afirmou que, no seu governo seria intensificada “a produção de

alimentos e o seu acesso pelo cidadão de modo a garantir a segurança alimentar e nutricional. Alimentação condigna não deve constituir um privilégio. Ela é um direito humano básico que assiste a todos os moçambicanos”. Este discurso foi aplaudido por especialistas em estudos agrários. Mosca (2015, p. 8) afirma que “o discurso do Presidente Filipe Nyusi, está em completa convergência à estratégia de trabalho do OMR [Observatório do Meio Rural]”.

Contudo, a realidade demonstrou que o discurso do presidente Filipe Nyusi era apenas retórica visando ganhar a simpatia dos moçambicanos, ao ser visto como um líder revolucionário, aquele que vinha acabar com a fome e a desnutrição no país. Embora no seu discurso de tomada de posse tenha afirmado que no seu governo “alimentação condigna não seria um privilégio”, os dados publicados pelo INE sobre a situação da segurança alimentar e nutricional mostram que há quem não coma por falta de comida na mesa.

Figura 5 - Distribuição espacial da fome e desnutrição por província em Moçambique.



Fonte: autor (2021).

A informação estatística espacializada na Figura 5 comprova que milhares de famílias moçambicanas não comem e muito menos têm acesso a uma alimentação condigna. Essa informação estatística permite afirmar que, para milhares de famílias, o acesso à alimentação condigna continua sendo um privilégio. A fome e a desnutrição mostram-se ser mais críticas nas províncias de Nampula, Zambézia e Manica, locais onde o agronegócio tem maior expressão. Não obstante, as províncias de Niassa, Tete e Sofala, são outras onde o agronegócio tem maior expressão. Os dados divulgados pelo Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) no dia 22 de setembro de 2022, apontam a prevalência da desnutrição em Moçambique, sendo Nampula, Cabo Delgado e Niassa, as províncias onde o cenário é mais preocupante.

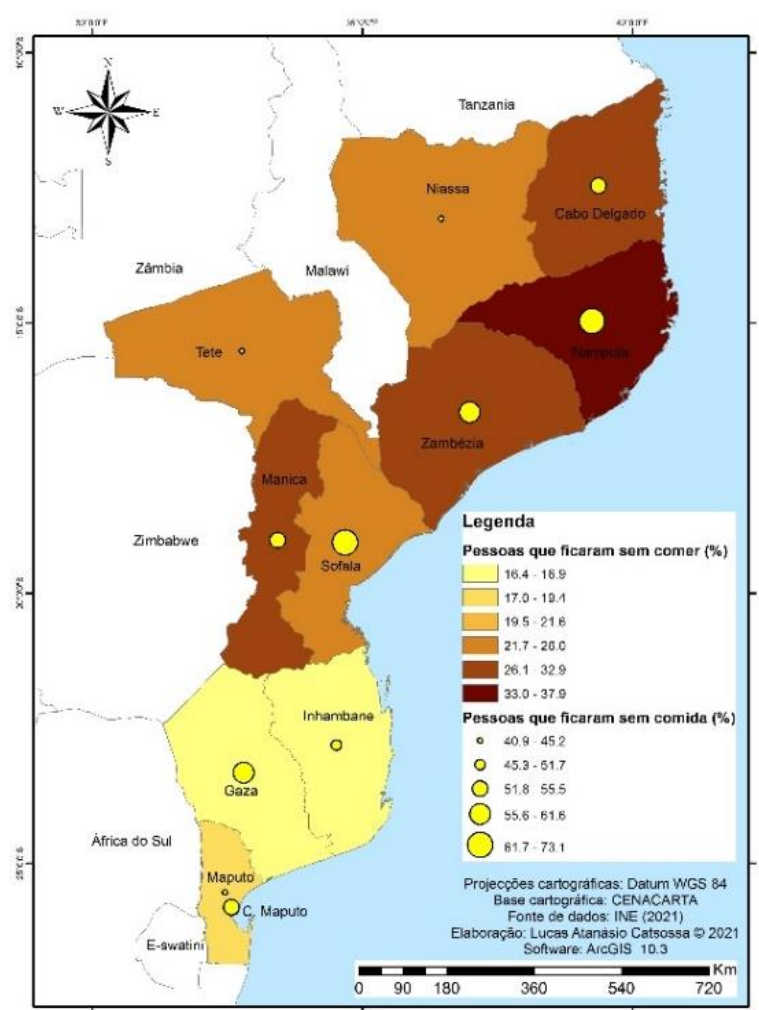
O SETSAN fez saber, por exemplo, que a província de Nampula apresenta uma média de 47% de crianças desnutridas e as províncias de Cabo Delgado e Niassa possuem 45% (O PAÍS, 2022). No caso da província de Cabo Delgado, o terrorismo que ocorre desde 2017, tendo mais tarde se expandido para as províncias de Niassa (em 2021) e Nampula (em 2022), tem maior peso na reprodução da fome e da desnutrição. Em relação à província de Cabo Delgado, o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) afirmou que aproximadamente 900 mil pessoas estão em risco.

Embora a seca causada pela falta (e/ou a queda irregular) da chuva esteja entre os fatores por trás dos altos índices de insegurança alimentar, para o SETSAN, o terrorismo fez com que faltasse a disponibilização dos alimentos neste ponto do país (O PAÍS, 2022), uma vez que as populações não conseguiam produzir quase nada. É verdade que o governo do presidente Filipe Nyusi foi marcado por vários fenômenos adversos, como, por exemplo, secas, cheias, tempestades/ciclones tropicais, guerras e terrorismo, em alguns contextos geográficos, os quais não permitiram a produção de alimentos por parte das populações camponesas. Mas, as suas opções em termos de políticas agrárias, têm muito peso na reprodução da fome e da desnutrição em Moçambique.

Paradoxalmente, além de concessionar extensas áreas de terras para as empresas estrangeiras do agronegócio, o governo Filipe Nyusi tem criando condições materiais para a integração perversa e subordinada do campesinato à lógica do modo capitalista de produção, incentivando os camponeses a produzirem “mercadorias”, como soja, gergelim, algodão, tabaco, etc. Como se pode ver, promove-se e fomenta-se a produção do que não se come, ou seja, de gêneros que não vão diretamente à mesa do cidadão.

Para irem para a mesa dos cidadãos, alguns desses produtos precisam ser transformados, e o processo acontece nos países de destino dessas mercadorias. Depois de serem transformados e agregados valores, estes produtos chegam a Moçambique, onde são comercializados a preços elevados para uma população majoritariamente pobre que, segundo os relatórios internacionais, vive com menos de um dólar por dia. A pobreza acaba sendo um fator limitante para milhares de famílias terem acesso a estes produtos. Os dados divulgados pelo INE em 2021, revelam que a pobreza tende a crescer no país, onde milhares de famílias chegam a ficar/dormir sem comer por falta de comida dentro de casa, conforme ilustra o mapa da Figura 6.

Figura 6 - Distribuição espacial das famílias que ficaram sem comer e sem comida, por província.



Fonte: autor (2021).

Como se pode observar no mapa da Figura 6, a província de Nampula é a que apresenta o maior número de pessoas que não comem e/ou ficam sem comida devido à pobreza. As províncias de Cabo Delgado, Zambézia e Manica são as que seguem com o maior número de pessoas que não comem e ficam sem comida nas suas casas, por causa da pobreza. Tal cenário

tem contribuído negativamente para a segurança alimentar e nutricional destas mesmas famílias, sendo que a situação é crítica nas zonas rurais. O aumento da fome e da desnutrição, em áreas de expansão do agronegócio, apenas revela que este modelo de produção não é a solução para Moçambique.

Muitos estudos (OLIVEIRA, 2003; FABRINI & ROOS, 2014; SANTOS, 2014; CATSOSSA, 2017; 2020a) são unânimes em afirmar que o combate à fome, à miséria e ao desemprego são mitos do modelo agrário/agrícola do agronegócio. Segundo estes estudos, a concentração de terras, renda e riqueza nas mãos de uma minoria, sobretudo grupos sociais (nacionais e estrangeiros) ligados ao agronegócio, está na origem do baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Nas áreas onde o agronegócio se expande no campo, o IDH tende a ser mais baixo. Tal cenário deve-se à degradação e banalização da condição humana em resultado da expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras para dar lugar às plantações de monoculturas destinadas à exportação.

Em relação ao IDH, o Relatório de Desenvolvimento Humano da UNDP de 2021/2022, coloca Moçambique entre os sete piores países do mundo, com índice igual a 0,446, estando apenas à frente de países como Mali (0,428), Burundi (0,426), República Centro Africana (0,404), Níger (0,400), Chade (0,394) e Sudão do Sul (0,385). Ainda neste relatório, países como Burquina Faso, Iêmen, República Democrática do Congo (RDC) e Guiné, só para citar alguns exemplos, estão melhor posicionados que Moçambique. No caso moçambicano, esse baixo IDH deve-se a vários fatores, sendo um deles, o modelo de desenvolvimento agrário/agrícola ancorado no agronegócio.

É verdade que o relatório aponta a educação e a saúde, como setores responsáveis pela queda de Moçambique em relação ao IDH; mas, esse modelo de desenvolvimento agrário/agrícola é o responsável por esse cenário, sobretudo no campo. No âmbito da expansão do agronegócio no campo, milhares de famílias camponesas, além de serem expropriadas e expulsas das suas terras, são exploradas pelo mesmo capital financeiro que as expropriou.

Na maioria das vezes, as condições de trabalho pelas quais os camponeses ora expropriados são submetidos, são análogas à escravidão. Em Moçambique, esse cenário violento e degradante para o ser humano ocorre em áreas com maior expressão do agronegócio de eucalipto, cana-de-açúcar, soja, tabaco, sisal, chá e macadâmias, só para citar alguns exemplos. Essa barbárie aparece documentada em vários estudos (ALI, 2017; MUIANGA, 2017; O'LAUGHLIN, 2017; CATSOSSA, 2020a; CATSOSSA & FABRINI, 2020). As

condições de trabalho análogas à escravidão não se verificam apenas em Moçambique; esse cenário ocorre também em outros países onde o agronegócio se expande no campo, sendo reportado no Brasil por Fabrini e Roos (2014).

No caso moçambicano, para piorar, milhares de famílias camponesas perderam suas terras, sua base material e simbólica durante a expansão do agronegócio no campo, o que, de algum modo, contribuiu para a degradação das suas condições de vida. Ao serem expropriadas e expulsas das suas terras, essas famílias camponesas foram limitadas e/ou impedidas de terem acesso aos serviços sociais básicos, sobretudo educação, saúde, água e saneamento. Além disso, a expropriação e a expulsão dessas famílias camponesas das suas terras, deixou-as mais vulneráveis à fome e à desnutrição. Contudo, nem o Programa Sustenta, aquele que foi promovido pelo governo Filipe Nyusi como sendo a solução da fome em Moçambique, conseguiu garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias moçambicanas.

Aos poucos, a implementação deste programa vem confirmando as dúvidas que se tem dele no combate à fome (CATSOSSA, 2017), uma vez que promove o agronegócio de pequena e média escala – o *agronegocinho*. Além de servir de uma espécie de um “fundo partidário” do partido FRELIMO, semelhante ao que aconteceu o *Fundo de Desenvolvimento Distrital – FDD* (CATSOSSA & FABRINI, 2020), o Sustenta está empreendendo uma neoliberalização das sociedades rurais, conforme observa-se pela integração perversa dos agricultores do setor familiar à lógica do modo capitalista de produção na agricultura.

Os agricultores do setor familiar são considerados como meros produtores de mercadorias, com destaque para soja, gergelim, girassol, tabacos, algodão, etc. Sob o ponto do combate à fome e à desnutrição, a integração dos agricultores do setor familiar à lógica do mercado nos moldes que está acontecendo no âmbito do Programa Sustenta, é problemática e contraditória, uma vez que este processo contribui para a reprodução destes males sociais no país. Ao serem integrados, os agricultores perdem o foco; em vez de produzirem culturas alimentares para sustentar o seu agregado familiar, dedicam a maior parte do tempo na produção de culturas de rendimento, aquelas que o mercado precisa naquele momento.

Para piorar, a maioria dos agricultores integrados ao âmbito do Sustenta, enfrentam dificuldades na comercialização da sua produção por falta de mercado interno. Há uma narrativa por parte do governo de que todos os agricultores integrados têm o mercado garantido, mas na prática, o cenário é diferente. A falta de mercado para a comercialização dos seus produtos agrícolas, faz com que os agricultores do setor familiar, ora integrados, não tenham dinheiro

para comprar produtos alimentares, o que também contribui para que a fome e a desnutrição se perpetuem em seus agregados familiares. O Programa Sustenta apresenta muitas falhas, sendo que uma delas foi a sua expansão para o resto do país, sem uma avaliação profunda dos seus resultados nas províncias onde inicialmente foi implementado, sobretudo, na Zambézia e Nampula.

Outra falha reside no fato deste programa estar privilegiando a massificação de culturas de rendimento, e não as culturas de subsistência familiar. É a agricultura de base familiar que combate a insegurança alimentar, e não o agronegócio, porque a sua racionalidade é o lucro. O Sustenta falhou ao centrar-se na integração perversa dos agricultores do setor familiar à lógica do mercado sem, no entanto, criar condições mínimas para que toda a produção fosse escoada. Na verdade, nem são os agricultores do setor familiar que estão se beneficiando do financiamento, mas, sim, os médios produtores, membros da FRELIMO, em nível das bases e grupos empresariais ligados a este partido. Alguns destes nem vivem no campo, e da agricultura, apenas veem o Sustenta como uma oportunidade de negócio. Esse cenário mostra que o Sustenta está excluindo e marginalizando aqueles que vivem no campo, e da agricultura, beneficiando aos que têm esta atividade apenas como fonte de acumulação privada.

Mesmo assim, há uma tendência de frustração por parte dos agricultores integrados à lógica do mercado pelo Sustenta. Há, portanto, indicação de que as estatísticas divulgadas pelo governo no âmbito do Sustenta não correspondem à verdade que ocorre no campo. O governo tem sido acusado por deputados dos partidos da oposição, sobretudo da RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana, o maior partido da oposição em Moçambique), como é o caso de Venâncio Mondlane, de estar enganando os moçambicanos. Venâncio Mondlane fez uma *live* onde apresentou a radiografia do Sustenta, tendo destacado que o ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Celso Correia, tem trabalhado arduamente no sentido de “maquiar” os dados para dar entender à sociedade moçambicana que, com o Sustenta, os níveis de produção e produtividade de determinadas culturas crescem no país.

A fome combate-se com políticas de incentivo à produção de alimentos que vão diretamente para a mesa do cidadão. O que o governo deveria fazer, seria abrir uma linha de financiamento para os agricultores do setor familiar produzirem culturas de alimentos, que poderiam ser escoados para os principais centros urbanos onde vive a maioria das pessoas que dependem da compra de alimentos no seu dia a dia. Contudo, nos termos em que o Sustenta está sendo implementado pelo governo, às vezes, sem nenhuma transparência e inclusão, existe a possibilidade deste programa deixar dívidas estrondosas no país.

Existe também a possibilidade dos agricultores do setor familiar, ora integrados à lógica do mercado pelo Sustenta, saírem endividados com os bancos, uma vez que não conseguem comercializar os seus produtos para, deste processo, obterem lucro por falta de mercados. Contudo, numa altura em que o governo Filipe Nyusi cedeu à realização de uma reforma fundiária de mercado, amplamente defendida pelo Banco Mundial e grupos poderosos ligados ao partido FRELIMO, a qual culminou com a aprovação da nova Política de Terras pelo Conselho de Ministros em novembro de 2022, o Programa Sustenta pode revolucionar a captura de terras por parte dos bancos comerciais.

Em Moçambique, o Sustenta, programa agrícola financiado pelo Banco Mundial, desempenha um papel duplo. De um lado, promove o registro de terras junto às comunidades rurais, e aos camponeses, com a suposição de garantir-lhes a segurança de posse, e, do outro, promove a neoliberalização das sociedades rurais, empurrando os camponeses para o agronegócio, embora em pequena escala. Assim, os bancos podem penhorar e/ou hipotecar as terras dos agricultores ora integrados que não conseguem pagar os empréstimos bancários, já que a nova Política de Terras aprovada pelo Conselho de Ministros em novembro de 2022 permite a *colateralização dos títulos de terras* - Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT).

Por sua vez, numa situação de impossibilidade de pagamento dos empréstimos bancários, estes agricultores podem vender tais terras para outros, já que a mesma Política de Terras oficializou a *transmissibilidade dos títulos de terras*. Este cenário pode culminar com a substituição direta destes agricultores mais pobres por aqueles que são financeiramente poderosos, na sua maioria, estrangeiros, aumentando assim os níveis de concentração de terras no país.

Lutas anticapitalistas contra a estrangeirização de terras e a expansão do agronegócio na África e seus contextos em Moçambique

Nos últimos anos, o continente africano tem sido palco de protestos populares em vários níveis. Fortes e fracas em determinados contextos geográficos, as mobilizações populares estiveram presentes na formação socioespacial de muitos países africanos, sobretudo após a invasão europeia. Os estudos que procuram documentar protestos populares contra a onda de estrangeirização de terras e de expansão do agronegócio no continente africano são poucos (CATSOSSA, 2021). Por sua vez, a literatura científica que se debruça sobre as lutas e

resistências dos movimentos sociais contra esse fenômeno na África continua bastante fraca em termos de debate (BUSSOTTI & MUTZENBERG, 2016).

A maior parte das organizações da sociedade civil africanas vive um dilema. Um número considerável de organizações da sociedade civil não tem tido capacidade de financiar as suas próprias atividades, dada a sua dependência ao financiamento externo, sobretudo das agências estrangeiras vindas dos países ocidentais. Algumas das empresas que estão envolvidas na apropriação de extensas áreas de terras, e no saque dos recursos naturais no continente africano, vêm dos países que financiam as atividades das organizações da sociedade civil. Esse cenário tem contribuído para uma crescente onda de cooptação dos movimentos sociais pelas instituições que financiam as suas atividades (BUSSOTTI & MUTZENBERG, 2016), e tal cenário acontece sob a convivência dos governos locais.

Se não aceitam a cooptação e as chantagens, as lideranças dos movimentos sociais de muitos países africanos são hostilizadas por serem promotoras da desordem social, supostamente por impedirem o desenvolvimento. Como resultado disso, essas lideranças são perseguidas, ameaçadas, intimidadas, e, em casos extremos, são violentadas; esse cenário acontece sob a convivência das elites africanas no poder (CATSOSSA, 2021). Tal situação tem contribuído para o enfraquecimento dos movimentos sociais na luta e resistência contra a onda de saque e pilhagem dos recursos naturais, como também de apropriação de terras por parte das multinacionais estrangeiras em muitos países africanos.

Mesmo assim, os movimentos sociais africanos têm levantado a sua voz, em defesa dos expropriados, expulsos, injustiçados, oprimidos, violentados. Por sua vez, os movimentos sociais têm contestado abertamente as novas formas de colonialidades do poder e do saber, as quais têm sido impostas pelo ocidente na sua busca de novos territórios para a produção de *commodities* agrícolas de interesse do mercado internacional. A expansão do capital financeiro, que tem ocasionado a estrangeirização de terras no continente africano, vem sendo contestada pelos movimentos populares de luta pela terra e soberania alimentar. Esses movimentos populares têm-se reorganizado, fazendo alianças com outros povos oprimidos, de forma a lutar e a resistir conjuntamente contra essa onda de saque de terras por parte do capital financeiro.

Para os movimentos sociais, a expansão do capital nos países africanos coloca em risco a segurança de posse da terra dos camponeses. É uma ameaça à soberania alimentar e ao “modo de vida” secular e geracional destes sujeitos do campo. Igualmente, representa uma ameaça à segurança alimentar e nutricional dos camponeses africanos, uma vez que a maior parte deles

depende da terra para a sua existência material e simbólica. Embora haja poucos estudos que façam referência às ações dos movimentos sociais no continente africano, a verdade é que esses movimentos sempre existiriam e têm atuado de diversas maneiras no campo.

Nos encontros que os movimentos sociais africanos têm organizado, a concentração de terras pelas corporações capitalistas e elites do Norte e Sul Global tem sido tema de destaque nas suas agendas. Nesses encontros, os movimentos sociais africanos têm debatido sobre a necessidade de se avançar com alternativas ao modelo hegemônico de produção na agricultura. Nas suas discussões em busca de uma alternativa ao modelo agrário/agrícola do agronegócio, os movimentos sociais africanos têm afirmado que é importante avançar-se com um modelo agrário que não seja pautado apenas no lucro, que não dependa da exploração intensiva e destrutiva dos recursos naturais, do uso de sementes transgênicas, e da aplicação excessiva de agrotóxicos no processo de produção.

O agronegócio é que tem sido o alvo das contestações populares em muitos países africanos. Os movimentos sociais africanos contestam o agronegócio por entender que a sua expansão tem ocasionado a expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras. Além disso, os movimentos sociais africanos afirmam que o modelo agrário/agrícola do agronegócio vem ocasionando a concentração de terras nas mãos de pequenos grupos que não dependem da terra para a sua reprodução social.

Estes movimentos descrevem que a expansão do agronegócio, visto por alguns governos africanos como motor para o alcance do desenvolvimento socioeconômico, apenas tem contribuído para a reprodução da fome, desnutrição, miséria, desemprego, violência, conflitos, degradação ambiental, contaminação dos solos, da água, dos alimentos, e de pessoas, dentre outras tragédias socioambientais. No continente africano, os movimentos sociais questionam o agronegócio pelo fato de tentar sempre destruir o campesinato no âmbito da sua expansão no campo e defendem que o agronegócio deva ser substituído por outro modelo agrário/agrícola que seja socialmente inclusivo, como também ambientalmente responsável e sustentável. Para os movimentos sociais africanos, a agricultura camponesa é a única alternativa ao modelo agrário/agrícola do agronegócio, considerando a agricultura camponesa como sociobiodiversidade, uma vez que esta forma de trabalhar a terra e de produzir baseia-se em práticas agroecológicas. Neste sentido, agroecologia seria uma alternativa ao modelo agrário/agrícola do agronegócio no continente africano.

Estes movimentos acreditam, ainda, que este é o único modelo capaz de produzir alimentos saudáveis para o consumo humano, uma vez que não é dependente de agrotóxicos no processo produtivo. Também acreditam que a produção baseada nas práticas agroecológicas possibilita ter o cuidado com a terra, com as pessoas e com a natureza. Cuidar da terra significa, para os movimentos sociais africanos e moçambicanos de forma particular, respeitar a vida, já que o homem vive na natureza e depende dela. Muitos autores (ALTIER, 2013; FABRINI & ROSSI, 2014; FERNANDES, 2016; CATSOSSA, 2020a, 2020b; CATSOSSA & FABRINI, 2020) vão na mesma linha de pensamento dos movimentos sociais africanos. Estes autores também olham para a agricultura camponesa como sendo uma das formas de fazer a agricultura que vem se constituindo como uma alternativa ao modelo hegemônico do agronegócio no campo, sobretudo na vertente de garantir a produção de alimentos de qualidade para o consumo humano e para a sustentabilidade ambiental.

Debruçando-se em relação a este assunto, Fernandes (2016) reitera que, para o desenvolvimento do campesinato no mundo, é fundamental que os movimentos sociais construam políticas de formação agroecológicas. Tais políticas devem cingir-se à produção dos alimentos agroecológicos, e permitir que os camponeses consigam penetrar em alguns mercados onde os produtos do agronegócio vêm sendo questionados pelo uso excessivo de agrotóxicos na produção agrícola. Sabe-se, pois, que os agrotóxicos têm trazido implicações negativas para a saúde pública, uma vez que a sua aplicação na produção agrícola contamina os alimentos.

Aos poucos, os consumidores vão ganhando consciência do perigo eminente, e, “não há dúvidas que, cada vez mais, a população vai preferir comida saudável do que comida envenenada.” (FERNANDES, 2016, n. p.). Em Moçambique, os movimentos sociais têm-se firmado no campo, espacializando as suas ações coletivas em busca de empreender alternativas de modelo de desenvolvimento agrário. Para os movimentos sociais, a agricultura camponesa é a alternativa ao modelo hegemônico do agronegócio. Os camponeses têm contestado a expansão de todo o tipo de agronegócio, exigindo a soberania alimentar.

Na foto à esquerda (Figura 7), são camponeses dos distritos de Mecuburi e Ribaué, na província de Nampula, contestando a expansão de monoculturas de eucaliptos em seus territórios, além disso, estes sujeitos do campo defendem também a soberania alimentar, conforme se pode verificar à direita, na foto da Figura 7. Como se pode ver, a soberania alimentar acabou por se traduzir numa das bandeiras de lutas e resistências camponesas e dos movimentos sociais contra a expansão do agronegócio no campo. O ProSAVANA foi um dos programas agrícolas mais contestados pelos movimentos sociais. Era um programa de cooperação trilateral, e a sua

implementação envolvia os governos de Moçambique, Brasil e Japão, com o qual pretendia-se modernizar a agricultura no Corredor de Nacala mediante a ocupação de extensas áreas de terras estimadas em, aproximadamente, 14,5 milhões de hectares para a produção de *commodities*, como soja, milho, cana-de-açúcar, gergelim e algodão.

Figura 7 - Camponeses em defesa da soberania alimentar e contestando a expansão do agronegócio.



Fonte: Acervo particular da Justiça Ambiental, 2022 (foto à esquerda) e Catsossa, 2020a (foto à direita).

Contudo, graças à união das organizações da sociedade civil, e com o apoio solidário dos povos oprimidos do Brasil e do Japão, o ProSAVANA viria a terminar oficialmente, em junho de 2021, sem, no entanto, exportar sequer uma tonelada das *commodities* que haviam sido propostas para o mercado asiático, sobretudo para o Japão (CATSOSSA, 2020b, CATSOSSA & FABRINI, 2020). Por sua vez, os movimentos sociais contestam abertamente a expansão das sementes transgênicas e/ou Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) por entenderem que são uma ameaça ao campesinato, uma vez que colocam em risco de desaparecimento as sementes nativas/crioulas. A União Nacional de Camponeses (UNAC), o maior movimento campesino moçambicano e membro da Via Campesina, tem desencadeado lutas contra a expansão de OGMs no campo moçambicano.

Figura 8 - Camponesas protestando a entrada de OGMs em Moçambique.



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Além da UNAC, na luta contra OGMs, destaca-se também o papel da Justiça Ambiental (JA!) – Amigos da Terra Moçambique, da Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECURU) e da Livaningo. Em alguns momentos, essas organizações têm realizado eventos conjuntos para discutirem a problemática da expansão de OGMs para o campesinato e a soberania alimentar, traçando, inclusive, estratégias de lutas ao campesinato, sobretudo quanto às sementes nativas/crioulas (CATSOSSA, 2020a). Apoiados e assessorados por alguns acadêmicos progressistas, os movimentos sociais têm elaborado propostas, nas quais apresentam modelos alternativos ao agronegócio, que são entregues ao governo. Parte das propostas de modelo alternativo ao agronegócio, encontra-se no documento intitulado *”Sistemas alimentares em Moçambique: rumo a uma política alimentar nacional”*, produzido pelos movimentos sociais, com a participação de alguns acadêmicos, investigadores, instituições de pesquisa/investigação e da *Via Campesina*. Após a sua publicação, este documento foi entregue ao ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Celso Ismail Correia, representante do governo, num evento organizado pelos próprios movimentos sociais, conforme mostra a Figura 9.

Figura 9 - Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural recebendo a proposta de política alimentar em Moçambique elaborada pelos movimentos sociais.



Fonte: fotos extraídas da página do *Facebook* do Ministro Celso Ismail Correia (2022).

Esse documento elaborado pelos movimentos sociais moçambicanos, como alternativa ao modelo agrário/agrícola do agronegócio, propõe que o governo potencialize a agricultura camponesa. Para os movimentos sociais, a agricultura camponesa respeita a soberania alimentar dos camponeses, como também a conservação/preservação das sementes nativas/crioulas. Contudo, esse tipo de iniciativa desencadada pelos movimentos sociais moçambicanos tem influenciado no processo de tomada de decisões da parte do governo. É de realçar que, em muitos casos, o governo tem resistido em colocar em prática as pautas dos movimentos sociais.

Essa resistência do governo está presente na segunda versão do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA II) e do Plano Nacional de Investimento do Setor Agrário (PNISA II) 2022-2026. A elaboração destes dois documentos, importantes para a transformação da agricultura no país, no sentido de colocá-la a serviço da produção de alimentos de qualidade e saudáveis para o consumo humano, enfim, da segurança e soberania alimentar, ignorou as propostas apresentadas pelos movimentos sociais no documento entregue ao ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Celso Correia, em 2022.

Estes dois documentos já foram alvos de análise crítica por parte de Abbas (2022), tendo sido constatado que os erros do passado, caracterizados pela exclusão, marginalização e sujeição do campesinato à lógica do modo capitalista de produção, estão sendo reproduzidos pelo governo. O campesinato, defendido pelos movimentos sociais como uma alternativa, infelizmente é invisibilizado no PEDSA II e no PNISA II, de tal maneira que aparece subordinado à hegemonia do agronegócio, como mero fornecedor de mercadorias, com destaque para soja, gergelim, algodão, milho e mandioca, e não necessariamente à produção de alimentos que iriam diretamente à mesa do cidadão. Ademais, o setor familiar, o qual, constitucionalmente, foi encarregado da missão de satisfazer as necessidades essenciais da população moçambicana, mais uma vez será integrado de forma perversa à lógica do modo capitalista de produção. Abbas (2022) observou que tanto o PEDSA II quanto o PNISA II, não fazem

referência a agroecologia como uma técnica sustentável de produção agrícola a adotar e nem a soberania alimentar. [...]. Não se faz referência a integração de novas práticas agrícolas adaptadas ao contexto local e culturalmente aceites e de acordo com o conhecimento local e tradicional (sustentável), o conhecimento e técnicas tradicionais de conservação, processamento etc. (ABBAS, 2020, p. 7).

Tanto o PEDSA II quanto o PNISA II, promovem a neoliberalização das sociedades rurais moçambicanas com base num modelo agrário/agrícola, cuja racionalidade está presente na acumulação ampliada do capital, neste caso, o agronegócio. O PEDSA II e o PNISA II promovem uma agricultura altamente mecanizada, feita em larga escala, mediante o uso intensivo da terra e do capital. No PEDSA II e no PNISA II, as plantações florestais são vistas como alternativas para o reflorestamento, e também à mitigação das mudanças climáticas (ABBAS, 2022). Na prática, essas iniciativas demandam a ocupação, apropriação, e controle de extensas áreas de terras por empresas agrícolas estrangeiras especializadas na produção dessas *commodities*.

Um dado curioso a ser mencionado, é que a elaboração do PEDSA II e PNISA II, aconteceu no mesmo período em que decorria a revisão da Política de Terras aprovada pelo Conselho de Ministros em novembro de 2022. Não se trata de uma mera coincidência; na verdade, o objetivo era o de “haver um alinhamento e entendimento entre essas políticas, na medida em que estas se sobrepõem em alguns aspectos, como a questão de acesso a terra, colateralização dos DUATs para investimento no setor agrário, entre outros.” (ABBAS, 2022, p. 1). Com base nesses pressupostos, pode-se afirmar que o PEDSA II e o PNISA II promovem a estrangeirização de terras no país.

Por sua vez, os movimentos sociais moçambicanos têm lutado e resistido contra todas as práticas que buscam expropriar e expulsar os camponeses das suas terras. Por sua vez, estes têm-se organizado com vistas a travarem batalhas contra o que chamam de tentativa de privatização da terra em Moçambique. Nas suas lutas e resistências, em voz alta, gritam: “não à privatização da terra”; “a terra não se vende”, “ama-se e defende-se!”, dentre outros *slogans*. Trata-se de gritos que ecoam a necessidade de se criar mecanismos para que os direitos das comunidades rurais e dos camponeses fossem observados na revisão da Política de Terras, cujo o lançamento oficial ocorreu em 2017 pelo presidente Filipe Nyusi, durante o *IX Fórum de Consulta sobre Terras*, realizado na cidade de Maputo.

Com o lançamento oficial da “auscultação pública” em 2020, as organizações da sociedade civil se uniram para contestar abertamente a revisão da Política de Terras de 1995. Ao constar o processo de revisão da Política de Terras de 1995, as organizações da sociedade civil alegavam a falta de transparência e inclusão dos cidadãos, sobretudo os camponeses. Destacavam ainda que os motivos que levaram à revisão da Política de Terras de 1995, não estavam claros. Para esta classe social, era evidente que o governo pretendia privatizar a terra no país, e, por via disto, criar condições para acomodar o capital financeiro global.

Destas organizações, os destaques vão para a Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), Justiça Ambiental (JA!), Fórum Mulher, Centro Terra Viva (CTV), Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Rural Sustentável (AMDER), Sekelekane, Rede de Organizações da Soberania Alimentar (ROSA), Alternativa, Aliança da Sociedade Civil contra a Usurpação de Terras (ASCUT), Centro Democracia e Desenvolvimento (CDD), Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), Observatório das Mulheres, Associação de Proteção da Mulher e Rapariga (PROMURA), dentre outras. Nas suas lutas e resistências, as organizações da sociedade civil convocavam a

imprensa para denunciar práticas que, no seu entender, concorriam para a privatização da terra no país.

Figura 10 - Membros de algumas organizações da sociedade civil durante a conferência de imprensa em contestação ao processo de revisão da Política Nacional de Terras – Maputo.



Fonte: acervo particular das OSC (2022).

Para estes sujeitos, a oficialização do mercado de terras pode reduzir os mecanismos de proteção das comunidades rurais e dos camponeses. Igualmente, o próprio poder do Estado na administração e gestão de terras, pode ser reduzido, o que significa que o papel do Estado poderá ser marginal na administração e gestão da terra. Mais tarde, a União Nacional de Camponeses (UNAC) se juntou ao movimento que contestava a revisão da Política de Terras. Inicialmente, a UNAC fazia parte da comissão responsável pela revisão da Política de Terras. Ao aceitar compor a comissão, a UNAC pretendia influenciar internamente para que os interesses dos camponeses fossem salvaguardados na nova política fundiária.

Mas, com o andar do tempo, a UNAC viu seu sonho tornar-se uma miragem, de tal maneira que, momentos depois, publicou um comunicado na imprensa, contestando e denunciando a tentativa de privatização da terra por parte do governo Filipe Nyusi. Nas suas lutas e resistências, as organizações da sociedade civil conseguiram alcançar algumas vitórias importantes. Uma das vitórias foi forçar o governo para a mesa do diálogo. No início, o governo Filipe Nyusi optou por ignorar o grito sobre a necessidade de inclusão das organizações da sociedade civil no processo de revisão da Política de Terras de 1995. Contudo, na medida em que as organizações da sociedade civil foram exercendo maior pressão, questionando e denunciando o processo de revisão da Política de Terras de 1995, mostrando as incongruências e inconsistências metodológicas, e, às vezes, usando os meios de comunicação social privados, de forma tímida, o governo foi se abrindo ao diálogo, mas mantendo constante o seu caráter antidemocrático.

Outra vitória importante que as organizações da sociedade civil obtiveram, foi quando forçaram o governo a prorrogar o período de entrega do documento final ao Conselho de Ministros para a sua harmonização com as demandas populares. Contudo, se não fosse a pressão exercida por estes atores civis, possivelmente o documento teria sido submetido ao Conselho de Ministros logo no primeiro semestre de 2022 para a sua aprovação, e, quiçá, para a sua apreciação pela Assembleia da República, e posteriormente a sua transformação em Lei, já que se dizia que a revisão da Política de Terras de 1995 deveria ser feita com a maior urgência possível, para dar segmento ao desenvolvimento socioeconômico do país.

Considerações finais

Com base na análise aqui feita, percebe-se que a estrangeirização de terras em curso no continente africano, e em Moçambique de forma particular, é um fenômeno muito complexo. A sua complexidade deve-se ao fato de não existirem informações sistemáticas. Esse fenômeno tem gerado contradições e desigualdades em muitos países africanos. De um lado, nota-se a expropriação e a expulsão dos camponeses das suas terras, as quais, mais tarde, serão transformadas em campos de produção de *commodities* e, de outro, percebe-se a apropriação de outros recursos naturais (água, florestas e minerais) importantes para a sobrevivência de milhares de famílias camponesas.

Além de ocasionar a concentração fundiária e ampliar os níveis de fome e desnutrição, a apropriação desses recursos naturais pelo capital financeiro tem gerado conflitos sociais, disputas territoriais e violência em muitos países africanos. Na África, verifica-se também a espoliação e a destruição do campesinato em vários níveis, por causa deste fenômeno. Na contramão, os movimentos sociais de muitos países africanos têm-se mobilizado para contestar a estrangeirização de terras e o modelo do agronegócio, de um lado, por aprofundar os níveis de desigualdades sociais, pobreza, fome, desnutrição, e, de outro, por elevar os índices de conflitualidades, violência, dentre outras tragédias socioambientais.

Essas lutas populares contra a estrangeirização de terras e a expansão do agronegócio no campo, se verificam em Moçambique, e, nesse país africano, os movimentos sociais têm logrado algumas vitórias importantes. O fim definitivo do ProSAVANA é um exemplo clássico. No caso moçambicano, há um problema de agenda por parte do governo em relação ao combate à fome. O governo continua a concessionar extensas áreas de terras sem nenhuma transparência e autodeterminação dos camponeses, entregando-as às empresas estrangeiras e aos governos de países ricos. Através de programas agrícolas específicos, o governo avança no sentido de

intensificar a neoliberalização das sociedades rurais moçambicanas, integrando perversamente o campesinato à lógica do modo capitalista de produção. O programa Sustenta vai neste sentido.

Não se combate a fome e muito menos se alcança a “Fome Zero”, estrangeirizando a terra, e integrando perversamente o campesinato ao modo capitalista de produção. Também não é por meio de corporações capitalistas que o governo vai combater a fome e vai alcançar a “Fome Zero”, pois a sua racionalidade é o lucro. Em Moçambique, a fome só pode ser combatida fortalecendo a agricultura camponesa por meio de políticas públicas voltadas à produção de alimentos que vão diretamente para a mesa do cidadão. Para isso, é fundamental que os movimentos sociais construam uma política agrária de base agroecológica, para enfrentarem o modelo do agronegócio.

Referências bibliográficas

ABBAS, Máriam. **PEDSA/PNISA II: Contribuição para a persistência da marginalização dos camponeses e da soberania alimentar**. Destaque Rural – n. 196, OMR, Maputo, 2022.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para agricultura sustentável**, 3. ed., Rio de Janeiro: Expressão popular, 2012.

ALI, Rosimina. Dinâmicas e dilemas do emprego, trabalho e bem-estar nas agro-indústrias florestais em Niassa. *In*: ALI, Rosimina, CASTEL-BTANCO, Carlos Nuno; MUIANGA, Carlos (org.). **Emprego e transformação econômica e social em Moçambique**. IESE, p. 209-254, Maputo, 2017.

BUSSOTTI, Luca; MUTZEMBERG, Remo. Movimentos sociais, Estado e sociedade civil: considerações introdutórias. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 31, p. 7-14, 2016.

BRUNA, Natacha. **Reflexão sobre modelo de desenvolvimento rural e cooperação no Corredor de Nacala**. *In*: Cadernos de Estudos Africanos, p. 185-211, 2019.

CARTA DE MOÇAMBIQUE. **Cabo Delgado: governo vai “arrancar” 25 mil hectares em Palma e não 12 mil hectares**. Disponível em: <https://cartamoz.com/index.php/politica/item/10885-cabo-delgado-governo-vai-arrancar-25-mil-hectares-em-palma-e-nao-12-mil-hectares>. Acesso em: 23 ago. 2022.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. O campo moçambicano no século XXI: dilemas e desafios do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio. *In*: **Revista Nera**, p. 151-178, Presidente Prudente, 2017.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão agrária na contemporaneidade. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. Disputas territoriais entre o campesinato e o agronegócio no Corredor de Nacala em Moçambique. Tese [Doutorado em Geografia], UFGD, Dourados, 2020.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. Globalização do capitalismo extrativista, recursos naturais e neocolonialismo na África: desafios e perspectivas para Moçambique. **Revista Entre-Lugar**, 12(23), p. 310-355, 2021.

CATSOSSA, Lucas Atanásio; FABRINI, João Edmilson. As contradições do desenvolvimento capitalista no Corredor de Nacala em Moçambique: entre a modernidade e a barbárie. *In*: FABRINI, João Edmilson; MONDARDO, Marcos; GOETERTT, Jones Dari (org.). **A cruzada na fronteira**. 1. ed. Porto Alegre: TotalBooks, p. 246-283, 2020.

CLEMENTS, Elizabeth Alice; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique**. OR – Número 6, OMR, Maputo, 2013.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djon. **Conflitos territoriais entre campesinato e agronegócio latifundiário**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos Territórios do Território. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). **Campesinato e territórios em disputas**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 273-301, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Geopolítica da questão agrária mundial**. 2013. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/economia/agricultura/a-questao-agraria-e-um-problema-territorial/>. Acesso em: 8 ago. 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Falta de informações sobre a estrutura fundiária e estrangeirização de terras é intencional**. 2016. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/554368>. Acesso em: 9 ago. 2022.

FERNANDES, Bernardo M. Luta pela reforma agrária nos governos neoliberais e pós-liberais: FHC, Lula e Dilma. *In*: COELHO, F.; CAMACHO, R. S. (org.). **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas**. Curitiba: CRV; p. 61-80, 2018.

FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla. Globalização financeira e *land grabbing*: constituição translatinizadora de megaempresas argentinas. *In*: BERNADES, Julia Adão *et al.* (org.). **Globalização do agronegócio e land grabbing**: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 12-32, 2017.

JUSTIÇA AMBIENTAL. **Camponeses denunciam a empresa Mozambique Holdings Lda as autoridades policiais em Lugela**. 2021. Disponível em: <https://justica-ambiental.org/category/mozambique-holdings-lda-human-right-abuse/>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MANDAMULE, Uacitissa. MARRACUENE: “o fogo sob as cinzas”? um estudo sobre posse da terra, conflitos e land grabbing em Moçambique. *In*: MOSCA, J. (coord). **Setor familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique**. Maputo: Escolar Editora, p. 241-273, 2015.

MANDAMULE, Uacitissa. **Processos e debates relacionados com DUATs: estudos de caso em Napula e Zambézia**. *In*: MANDAMULE, Uacitissa (Coord). Terra, poder e desenvolvimento em Moçambique. Maputo: Escolar Editora, p. 153-199, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa; MANHICANE JR., Tomás. **Os mercados de terras rurais no corredor da beira: dinâmicas e conflitos**. OR n. 72, OMR, Maputo, 2019.

MOSCA, João. Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas. *In*: MOSCA, J. (coord). **Setor familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique**. Escolar Editora, p. 51-98, Maputo, 2015.

MOSCA, João. **Introdução**. *In*: MOSCA, J. (coord). **Setor familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique**. Escolar Editora, p. 7-10, Maputo, 2015.

MUIANGA, Carlos. Organização e condições sociais de trabalho na agroindústria do Chá na Zambézia. *In*: ALI, Rosimina, CASTEL-BTANCO, Carlos Nuno; MUIANGA, Carlos (org.). **Emprego e transformação econômica e social em Moçambique**. IESE, p. 255-294, Maputo, 2017.

OBSERVADOR. **Há 281,6 milhões de africanos a passar fome, mais 89 milhões do que em 2014**. Disponível em: <https://observador.pt/2021/12/14/ha-2816-milhoes-de-africanos-a-passar-fome-mais-89-milhoes-do-que-em-2014>. Acesso em: 9 set. 2022.

OBSERVADOR. **FAO sublinha que mais de 281 milhões de pessoas em África ficaram expostas a fome em 2021**. Disponível em: <https://observador.pt/2022/14/11/fao-sublinha-que-mais-de-281-milhoes-de-pessoas-em-africa-ficaram-expostas-a-fome-em-2021>. Acesso em: 8 ago. 2022.

OBSERVADOR. **ONU afirma que o risco de fome em África é “maior do que nunca”**. Disponível em: <https://observador.pt/2022/10/31/onu-afirma-que-risco-de-fome-em-africa-e-maior-do-que-nuca/>. Acesso em: 19 jan. 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Barbárie e modernidade: as transformações no campo e agronegócio no Brasil**. São Paulo: AGB, ano 19, n. 21, jul./dez, p. 113-156, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil – um retorno aos dossiês. **Revista Agrária**, n. 12, p. 3-113, 2010.

O'LAUGHLIN, Bridget. Criação de emprego versus trabalho decente? Produção de cana e bem-estar dos trabalhadores no sul de Moçambique. *In*: ALI, Rosimina; CASTEL-BTANCO, Carlos Nuno; MUIANGA, Carlos (org.). **Emprego e transformação econômica e social em Moçambique**. IESE, p. 173-207, Maputo, 2017.

O PAÍS. Mais de 2,6 milhões de pessoas escapam da fome no país. Disponível em: <https://opais.co.mz/mais-de-2-milhoes-de-pessoas-escapam-da-fome-no-pais/>. Acesso em: 8 ago. 2022.

PERREIRA, Lorena Izá. **O processo de estrangeirização de terras no Brasil: um estudo de caso da empresa Umoe Bioenergy no município de Sandovalina (SP), Presidente Prudente**. Monografia [Bacharelato em Geografia], UNESP, Presidente Prudente/SP, 2015.

PERREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des)construindo uma definição a partir da Geografia**. Revista Nera – Ano 20, n. 36 – Dossie, p. 107-132, Presidente Prudente/SP, 2017.

SANTOS, Milton. O dinheiro e território. *In*: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidades e complexidade da economia global**. Tradução: Angélica Freitas. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2016.

SAUER, Sérgio. Demanda mundial por terras: land grabbing ou oportunidades de negócio no Brasil? **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 4, n. 1, 2010.

SAUER, Sérgio; BORRAS JR., Saturno Juan. Land grabbing e Green Grabbing: uma leitura da corrida na produção acadêmica sobre apropriação global de terras. **Revista Campo-Território**, n. 23, v. 11, p. 6-42, 2016.

SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes. Introdução. *In*: SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes (org.). **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e a reforma agrária de mercado**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 7-10, 2006.

UNAC & GRAIN. **Usurpação de terras no Corredor de Nacala: uma nova era de luta contra as plantações coloniais no norte de Moçambique.** Maputo, 2015.

ZOMMERS, Annelies. Lidar com a corrida global à terra: uma análise crítica das políticas rurais sobre a terra, desde os anos 90. *In*: SERRA, Carlos Manuel; CARRILHO, J. (coord.). **Dinâmicas da ocupação e uso da terra em Moçambique.** Maputo: Escolar Editora, p. 13-49, 2013.

A IMPORTÂNCIA DO TERRITÓRIO PARA A FAMÍLIA RURAL MOÇAMBIcana

Elmer Agostinho Carlos de Matos

Introdução

A Constituição da República de Moçambique consagra a agricultura como a base para o desenvolvimento do país (MOÇAMBIQUE, 2004). Provavelmente, esta percepção forja a implantação de estratégias de desenvolvimento que concebem o rural como um espaço agrícola. As mesmas engendram transformar os agricultores familiares, que são a maioria, em agricultores (re)integrados ao mercado, conquistando habilidades para facilmente se adaptarem ao processo de modernização agrícola, com vistas a alcançarem o almejado desenvolvimento.

Ao longo do tempo, os agricultores familiares sempre foram vistos como sendo atores incapazes de impulsionar o aumento da produtividade, e de se enquadrar nos modelos de desenvolvimento que eram aplicados. Durante a colonização, essa visão forjou a implementação de um modelo de economia dual, alicerçado numa agricultura para a exportação, e numa que seria para alimentar o consumo nacional, ao mesmo tempo que se produzia o mínimo para manter a força familiar sobrevivente, asseverando a manutenção do sistema (HEDGES, 1999; NEGRÃO, 1995; HERMELE, 1987; CENTER FOR DEVELOPMENT RESEARCH, 1978; MACKINTOSH; WUYTS, 1987; ARAÚJO, 1989).

O alcance da independência não alterou a secundarização do agricultor familiar (MOSCA, 2005, 2015; NEGRÃO, 2008a; MATOS; MEDEIROS, 2014; 2015). A Constituição da República, surgida logo após o alcance da independência, considerou o agricultor familiar como sendo arcaico e inadequado para a revolução que se pretendia implantar. As alterações no campo da agricultura e, conseqüentemente, do desenvolvimento rural, conceberam o agricultor familiar como o ator que deveria ser substituído por novos (ou os mesmos, mas com visões diferentes) que produziriam novas formas de organização social e espacial, capazes de dar o salto necessário, através da socialização do campo. As crises atravessadas pela economia moçambicana e que impeliram sua adesão às políticas neoliberais, em meados da década de 80, introduziram um novo modelo de desenvolvimento rural, não mais assente na coletivização da terra, e muito menos na estatização da economia, mas sim, na ideia de que era urgente transformar o agricultor familiar em homem de negócio, capaz de adotar as novas tecnologias e de pensar como um neoliberal.

Em todos esses modelos adotados, ignorou-se pensar em: (i) quem eram esses agricultores familiares? (ii) como realmente se relacionam com o seu território? (iii) como pensam e se organizam social e espacialmente? Os alertas a essas questões foram levantadas por Araújo (1989), Almeida Serra (1991), Negrão (2008a, 2006h), Mosca (2015), e outros autores. Negrão (2008h) chegou a destacar o papel da terra como sendo indispensável à família rural moçambicana. O autor foi lançando as bases para se pensar o território das comunidades locais nas suas várias dimensões, não o restringindo apenas ao espaço de produção. Ou melhor, propôs que se pensasse na terra como um espaço de vida e de projeção do futuro.

Esse artigo é o resultado de reflexões que o autor vem fazendo nos últimos cinco anos, com o propósito de destacar o papel do território para as comunidades locais como o pilar para o desenvolvimento rural. Este debate iniciou com Negrão, mas foi pouco compreendido. Mais tarde, Matos (2016) resgatou-o, diferenciando território de terra, e evidenciou que o primeiro é mais importante que o segundo, e que é a garantia da reprodução social da família rural. Com base em leituras de obras que discutem a agricultura familiar em Moçambique, o artigo procura evidenciar a importância do território, mergulhando em estudos que buscaram caracterizar a agricultura moçambicana. Com o artigo, intenta-se, também, resgatar os conhecimentos produzidos por Negrão, que permanecem atuais.

Compreendendo a família rural moçambicana

Os dados do último censo populacional, realizado em 2017, indicam que cerca de 2/3 da população moçambicana vive em áreas classificadas como rurais. O percentual de população vivendo em áreas rurais vem decrescendo ao longo do tempo. De acordo com o censo populacional de 1980, primeiro censo do país independente, os espaços rurais albergavam cerca de 85% da população. Apesar de se registrar uma significativa redução percentual, os dados censitários apontam que, durante esse período, o número de habitantes aumentou em cerca de sete milhões.

Trabalhos desenvolvidos por Araújo (1989, 1997) evidenciam que a família rural moçambicana se organiza num povoamento disperso, em que o espaço produtivo se aproxima do residencial. Araújo (1989) e Almeida Serra (1991) evidenciaram a importância da compreensão da organização socioespacial do povoamento rural, visto que este arranjo socioespacial confronta a relação entre o espaço residencial e o espaço produtivo. Araújo (1989) acrescenta que a família rural dispõe, geralmente, de dois espaços produtivos, sendo que um se encontra próximo do espaço residencial, contendo a pequena *machamba* (roça), também

conhecida como horta. Este espaço é ocupado, comumente, por culturas que têm como principal destino o consumo familiar. O segundo espaço produtivo encontra-se distante do espaço residencial, e nele são produzidas culturas que atendem não só ao consumo familiar, mas também ao mercado. Há situações em que a família pode ter mais de duas *machambas*, cujo principal objetivo é produzir culturas destinadas à obtenção de rendimento monetário.

Compreendendo o arranjo espacial rural, melhor se apreende, primeiro, a dimensão sociocultural da família e, segundo, a dimensão econômica. O arranjo espacial está interligado à organização social da família rural, que carrega consigo a ideia de ser “a mais pequena unidade de produção, consumo e distribuição.” (NEGRÃO, 2008e, p. 117).

Para Negrão, essas três funções são intrínsecas à família rural, não podendo ser compreendida a produção sem o consumo, pois são interdependentes, ao mesmo tempo em que se relacionam com as decisões que são tomadas na família, no que se refere à adjudicação dos tempos de trabalho, com vistas a responder às necessidades familiares.

A implementação de modelos de desenvolvimento rural no país ignorou a incorporação das três funções destacadas por Negrão, que se refletem na organização do espaço (o residencial e produtivo). Autores como Araújo (1989) e Almeida Serra (1990) referem que esta omissão terá sido responsável pelo fracasso da estratégia de desenvolvimento rural, calcada na “socialização do campo”. Compreendendo a família e o arranjo espacial, é possível incluir a ideia de comunidade local que se popularizou no país, principalmente na década de 90, alicerçada nos projetos de desenvolvimento que foram implementados. O diálogo que se estabelece entre a família rural e a comunidade local é fundamental, pois a família rural não é independente, mas é parte de um núcleo maior, ligado, muitas vezes, por laços “linhageiros”, que podem estar enraizados no conceito de comunidade local, ou, se preferirmos, de um território. Negrão (2008e, p. 117) entende a comunidade local como “o conjunto de famílias que estabelece entre si relações econômicas, sociais e jurídicas, com o objetivo de minimizar os riscos da sua reprodução social”. O autor chama a atenção para a construção de um mito associado ao conceito de comunidade local (e, provavelmente da família rural), como sendo estanque e preso ao tempo.

De uma forma geral, a família rural é chefiada por um homem, geralmente o marido. A sociedade moçambicana é fundamentalmente uma sociedade patriarcal, apesar de existirem duas realidades distintas, em que ao sul do rio Save é dominada por uma sociedade patrilinear e, ao norte, predomina a sociedade matrilinear, mas assente no domínio do sexo masculino. Os

dados do censo demonstram essa tendência, sendo que perto de 70% das famílias rurais são chefiadas por homens, e o grosso se encontra numa união (marital ou de fato) (vide Tabela 1). Das famílias chefiadas por mulheres, constata-se que perto de 60% se encontram fora de qualquer tipo de união.

Tabela 1 - Estado civil dos chefes de Agregados Familiares (%).

Ano	Sexo	Solteiro	Casado	União de Fato	Divorciado	Viúvo
2017	Rural	9,91	18,85	55,83	6,55	8,85
	Homens	4,78	24,05	68,04	1,72	1,42
	Mulheres	19,60	9,04	32,76	15,69	22,90
1997	Rural	6,86	19,52	56,67	6,67	9,88
	Homens	3,93	24,72	67,13	2,17	1,88
	Mulheres	13,33	8,02	33,56	16,60	27,56

Fonte: organizado pelo autor a partir de INE (2019; 1999).

Para a realidade sociocultural moçambicana, a existência de cerca de 40% de famílias que declararam ser chefiadas por mulheres, estando numa situação de união (marital ou de fato), parece fugir à regra de uma sociedade patriarcal, mesmo em espaços onde são dominados por uma sociedade matrilinear. Importa referir que essa tendência não é recente (do ano de 2017), mas foi também observada no censo de 1997, podendo ser explicada, em parte, pela decisão tomada nos censos realizados, em que se determinou que, em situações em que o parceiro se encontre ausente por mais de 6 meses, a mulher (a esposa) poderá ser considerada a chefe do agregado familiar. A ausência do homem na habitação familiar pode ser explicada pela necessidade de obtenção de rendimentos monetários que são importantes à família. Geralmente esta necessidade é suprida fora da sua localidade, implicando numa migração (para um espaço urbano ou mesmo para fora do país) por um período superior a seis meses.

Os dados censitários evidenciam que a família rural é nuclear e alargada (Tabela 2). Pouco mais de ¼ das famílias incluem outros parentes, ou seja, para além de ser uma família nuclear (pai, mãe e filhos) ou monoparental (masculino – com pai e filhos e feminino – com mãe e filhos), incluem outros membros à família, como primos, sobrinhos, avós, etc. A presença de mais membros na família, quer sejam os primos, sobrinhos, ou outros parentes, é importante, não só quanto à dimensão económica, que pode incorporar mão de obra ao processo de divisão do trabalho familiar, mas também na dimensão sociocultural, como um mecanismo de solidariedade entre as famílias.

O nível de analfabetismo, medido a partir da declaração de não saber ler e escrever das famílias, vem se reduzindo ao longo do tempo. Em 1997, perto de 50% da população moçambicana, com cinco anos, e mais, residentes no espaço rural, não sabia ler e nem escrever.

No ano de 2017, esse percentual se reduziu para menos de 30%. Contudo, observa-se que, apesar desse avanço, as mulheres continuam a apresentar um percentual preocupante, pois 60% dos considerados analfabetos são do sexo feminino (Tabela 3).

Tabela 2 - Tipo de Agregados Familiares (%).

Ano	Unipessoal	Monoparental		Nuclear		Alargado	Outros
		Masculino	Feminino	Com filhos	Sem filhos		
2017	9,55	1,03	13,11	37,30	7,56	25,65	5,81
1997	10,48	1,23	13,57	35,47	10,35	28,70	0,20

Fonte: organizado pelo autor a partir de INE (2019; 1999).

Tabela 3 - Condição de analfabetismo (Não sabe ler e nem escrever) (%).

Ano	Faixa etária	Rural	Homens	Mulheres
2017	5 a 9 anos	69,07	49,83	50,17
	10 a 14 anos	19,66	49,56	50,44
	5 e mais anos	27,45	39,76	60,24
1997	5 a 9 anos	89,33	49,65	50,35
	10 a 14 anos	65,33	48,51	51,49
	5 e mais anos	48,92	34,91	65,09

Fonte: organizado pelo autor a partir de INE (2019; 1999).

Em relação às crianças em idade escolar, compreendendo as idades dos 5 aos 14 anos, constata-se uma melhoria significativa na redução de crianças analfabetas, o que representa um grande esforço de massificação do ensino primário nas áreas rurais. Esses ganhos são mais sentidos na faixa etária dos 10 aos 14 anos. Os avanços conquistados em relação às meninas são importantes, pois estão permitindo uma paridade entre os sexos. O acesso à educação vai liberando as crianças de algumas atividades domésticas, abrindo novas oportunidades que vinham sendo vedadas, não só pela forma como o acesso ao ensino fora estruturado durante a colonização, mas também em função das decisões de alocação de tempo de trabalho na família rural, que, igualmente é, em parte, reflexo do processo de colonização.

Viver em espaços rurais moçambicanos parece significar estar longe dos bens materiais importantes para oferecer o conforto e comodidade do mundo moderno. A importância do meio (os recursos oferecidos pela natureza) e as privações enfrentadas ao longo da história, associadas à precária integração ao mercado, compeliram a família rural a obter do seu território as condições para a sua reprodução. Em geral, as habitações construídas pela família rural são de origem vegetal (caniço, capim, palha, palmeira, colmo, bambu, etc.), chamadas de palhotas (Tabela 4).

Tabela 4 - Tipo de habitação dos Agregados Familiares (%).

Ano	Moradia	Flat/Ap.	Palhota	Casa precária	Casa de madeira e zinco
2017	37,29	0,45	61,15	0,72	0,39
1997	32,64	0,51	63,38	3,48	0,00

Fonte: organizado pelo autor a partir de INE (2019; 1999).

A penetração dos vetores da modernidade, nesses espaços, vem implantando, na família rural, a necessidade de ir substituindo os materiais de origem vegetal pelos chamados materiais convencionais. Assim, passam a ter uma habitação convencional (construídas com blocos de cimento e cobertas de chapas de zinco). Para se alcançar esse objetivo, é importante que a família obtenha rendimentos monetários, o que pode influenciar na adjudicação dos tempos de trabalho no seu seio. A par dessa influência, importa realçar que a substituição também é condicionada pela localização da família em relação aos centros urbanos que comercializam os materiais. Estar distantes desses centros pode significar, igualmente, um empecilho para a família ir transitando de uma habitação do tipo palhota para uma convencional.

As condições do tipo de habitação, assim como a sua localização em relação aos centros urbanos ou sedes dos distritos e Postos Administrativos têm, igualmente, uma relação com o acesso aos serviços sociais básicos, como eletricidade, abastecimento de água e saneamento do meio. Os dados apresentados na Tabela 5 evidenciam uma melhoria significativa nos últimos 20 anos. Contudo, a situação ainda continua preocupante, pois menos de 6% dos agregados familiares se beneficia de eletricidade, mesmo quando o país dispõe da Hidrelétrica de Cahora Bassa.

Se analisado o abastecimento de energia elétrica e água encanada, é possível verificar a proximidade das percentagens dos beneficiários desses serviços. Geralmente os agregados familiares que se beneficiam de eletricidade e abastecimento de água encanada são os que residem nas áreas centrais das sedes dos distritos ou postos administrativos (ou no núcleo central). À medida que se vai afastando do núcleo central, as condições de abastecimento de água vão se deteriorando, muitas vezes tendo que recorrer aos poços não protegidos, aos rios, lagos e às lagoas.

Em relação ao saneamento do meio, os dados do censo de 2017 demonstram que as condições ainda são alarmantes, constatando-se que pouco mais de 75% dos agregados familiares não dispõem de saneamento adequado.

Tabela 5 - Acessos aos serviços sociais básicos (%).

Ano	Água encanada	Fontanário	Água não encanada			
			Furo e poço	Poço não protegido	Rios/Lagos/Lagoas	Outros
2017	6,10	8,80	27,07	41,28	12,22	4,53
1997	0,90	2,82	a)	73,78	21,18	1,31

Ano	Energia elétrica	Retrete	Latrina		Latrina não melhorada	Não tem retrete e nem latrina
			Latrina melhorada	Latrina Tradicional melhorada		
2017	5,45	2,99	7,29	13,18	44,77	31,79
1997	0,47	0,79	a)	a)	22,54	76,67

a) Categorias não existente no Censo de 1997.

Fonte: organizado pelo autor a partir de INE (2019; 1999).

As condições pelas quais se encontram as famílias rurais, as coloca numa situação de pobreza material extrema, com graves limitações no acesso aos serviços sociais básicos. A relação com o seu entorno acaba sendo importante, pois responde à indispensabilidade da habitação, como também no emprego de alguns serviços imprescindíveis como energia (lenha, carvão), água (rios, lagos e lagoas), saneamento (matos, rios), etc. É importante colocar esse meio como parte da família rural, não só como principal meio ou fonte de sobrevivência, mas também como extensão da sua relação com os seus antepassados, e canal para o seu prolongamento no tempo e no espaço. É justamente esta relação com o entorno que produz o arranjo socioespacial, que atende às diversas necessidades familiares e comunitárias, com implicações na adjudicação dos tempos de trabalho na família.

Entender a família rural moçambicana na perspectiva de Negrão é importante, pois implica, de modo igual, compreender como a família rural se organiza para suprir as necessidades internas. E suprir essas necessidades passa pela decisão de adjudicação dos tempos de todos os membros da família para a realização de várias tarefas importantes.

Os membros da família rural compõem a força de trabalho familiar, que deve ser explorada ao máximo, com vistas a garantir a sua reprodução social. Essas decisões também têm em conta variáveis externas à família, que podem afetar os tempos disponíveis. Negrão (2008c, p. 79) assevera que “na África Subsaariana como em muitas outras partes do terceiro mundo, a divisão do trabalho é feita entre indivíduos membros da mesma família, quer seja nuclear ou alargada”. Para o autor, a distribuição de tarefas na família implica a inclusão de todos os membros em atividades, desde a prática da agricultura, que visa principalmente a alimentação, assim como a agricultura para a colocação do resultado da produção (ou parte) no

mercado. Também se inclui a necessidade de assalariamento. O autor acrescenta que “a família rural usa o tempo de trabalho disponível em função da fonte de rendimento ser em espécie ou em monetário e de acordo com o género e a idade de cada um dos seus membros” (2008b, p. 61).

Para a reprodução da família rural moçambicana, é necessário que se garanta o acesso à terra, à segurança de sua posse, e à divisão da terra, em função das múltiplas funções que a mesma desempenha (no presente) e desempenhará (no futuro) (NEGRÃO, 2008h).

Estas necessidades encarnam um papel importante, quer economicamente, como socioculturalmente. Ao falar da distribuição de tarefas no seio da família, Negrão deixa implícito que a “terra” é fundamental para a reprodução social da família, aspecto igualmente abordado nos trabalhos de Muchanga (2016) e Oliveira (2016).

As famílias rurais moçambicanas são predominantemente agrícolas, sendo esta a principal atividade econômica e de sobrevivência. É importante referenciar que a maior parte da população que habita os espaços classificados como rurais, desenvolve atividades agrárias. Os dados do censo populacional de 2017 indicam que 82% dos habitantes em idade ativa declararam a agricultura/pecuária/silvicultura/pesca como o ramo de atividade em que se encontravam ocupados (Tabela 6). A prática da agricultura desempenha um papel importante nas famílias rurais, não só porque providencia a segurança alimentar, mas também porque é uma atividade da qual a família tem um controle e garantia, como é destacado por Negrão.

Tabela 6 - População economicamente ativa e os principais ramos de atividades (%).

Ramo de atividade	2017			1997		
	Rural	Homens	Mulheres	Rural	Homens	Mulheres
Agricultura/Silvicultura/Pesca	82,20	73,54	90,09	92,00	86,57	97,75
Extração mineira	0,73	1,37	0,15	0,30	0,62	0,03
Indústria manufatureira	1,55	2,88	0,35	1,68	3,25	0,38
Energia	0,01	0,03	0,00	0,02	0,05	0,00
Construções	0,94	1,90	0,06	1,25	2,50	0,21
Transporte e comunicações	0,37	0,68	0,09	0,22	0,46	0,02
Comércio e finanças	6,96	9,80	4,37	2,02	3,63	0,69
Serviços Administrativos	0,25	0,39	0,11	0,86	1,63	0,22
Outros serviços	2,22	3,45	0,10	0,26	0,46	0,11
Desconhecidos	4,77	5,96	3,68	0,7	0,84	0,58

Fonte: organizado pelo autor a partir de INE (2019; 1999).

Se analisada a evolução nos últimos anos, constata-se que o número de habitantes que declarou desenvolver as atividades agrárias reduziu 10%. Em 1997, pouco mais de 90% da população ativa se considerava camponesa. Desse grupo, constata-se que as mulheres estavam, quase que exclusivamente, ocupadas em atividades agrárias, enquanto que os homens, para além de desenvolverem essa atividade, se dedicavam ao comércio e serviços. É importante

destacar que, em 1997, cerca de 91% da população em idade ativa se considerava camponesa e, em 2017, esse número decresceu para 75%. Ou melhor, o percentual da população que declarou desenvolver atividades agrárias em 1997, é também o mesmo que considerou ser camponês, o que não acontece em 2017, onde há uma diferença entre considerar-se camponês e estar ocupado no ramo das atividades agrárias.

As atividades agrárias continuam a ser importantes no espaço rural, quer seja como principal atividade ou mesmo como secundária. Uaiene (2015) reporta que cerca de 99% das explorações agrárias no país são familiares e que, para além de serem responsáveis pela segurança alimentar, também contribuem para o provimento de fibras, energia, medicamentos, para a proteção da agrobiodiversidade, e para o uso sustentável dos recursos naturais. Mesmo que os indivíduos indiquem outra atividade como sendo a principal, constata-se que as atividades agrárias estão sempre presentes nas famílias. Assim sendo, como refere Negrão (2008h), a família rural não abandona a prática da agricultura, mas pode reduzi-la em função dos rendimentos obtidos por outros serviços (ou fontes de rendimento). Entretanto, sempre desenvolverá essa atividade, pois a considera como sendo segura e de controle familiar.

O trabalho apresentado por Uaiene (2015), caracterizando a agricultura familiar, tem como base os dados provenientes dos Censos Agropecuários (CAP), Trabalhos de Inquéritos Agrários (TIA) e o Inquérito Agrário Integrado (IAI). Estes inquéritos classificam as explorações agrícolas em três grandes grupos, nomeadamente: pequenas explorações, médias explorações e grandes explorações (Tabela 7). É interessante notar que as pequenas explorações, que geralmente são as dos agricultores familiares, apresentam um limite de 10 ha. Todavia, no estudo realizado por Uaiene (2015), a área média de exploração no país é de 1,2 ha.

Negrão (2008a, p. 21) considera que o agricultor familiar ocupa uma área que usualmente não supera a barreira dos 5 ha. O autor divide esse grupo em dois subgrupos, sendo que um é aquele que varia entre 0,4 ha e 2,5 ha, e o segundo tem *machambas* que variam entre 2,5 ha e 4 ha. Para o autor, a diferença entre esses dois subgrupos está “baseada no recrutamento de trabalho adicional que aumenta ligeiramente as áreas mais do que o tamanho *de per si*”. Ou seja, se a família está ocupando uma área superior a 2,5 ha, então significa que deverá estar disposta a aumentar a capacidade de trabalho nela, podendo recorrer à incorporação de novos membros da sua família na atividade, ou mesmo recorrer a trabalhadores sazonais. Negrão (2008a) chama a atenção para essa diferenciação, pois ajuda a compreender o essencial do comportamento econômico da família rural, já que o tamanho da *machamba* depende: (i) do

número de unidades de membros da família ligada à *machamba*; e (ii) da capacidade financeira e vontade de recrutar força de trabalho adicional.

Tabela 7 - Critério para a classificação das explorações agrícolas.

Critério	Limite 1	Limite 2
Área cultivada não agrícola (ha)	10	50
Área cultivada irrigada, pomares irrigados, plantações, hortícolas, floricultura (ha)	5	10
Número de cabeças de gado	10	100
Número de caprinos, ovinos e suínos	50	500
Número de aves	2.000	10.000

* Observação/Nota: Pequenas explorações são todas aquelas que não superam o limite 1. Médias explorações são todas aquelas que estão no intervalo entre o limite 1 e o limite 2. Grandes explorações são todas aquelas iguais ou superiores ao limite 2.

Fonte: UAIENE (2015).

Analisando o comportamento econômico da família rural, Negrão (2008a) destaca algumas características importantes, nomeadamente: (i) a necessidade de obter diferentes fontes de rendimentos, que resulta da alocação dos membros em diferentes atividades; (ii) a função de garantir o bem-estar da família que é predominantemente masculina (do marido); e (iii) a influência das linhagens nas decisões de investimento.

Estas características explicam a importância dos laços históricos da família, a dependência da agricultura para o consumo, e a necessidade de todos os membros da família contribuírem, mesmo que seja em atividades que podem liberar tempo para se apostar em atividades geradoras de rendimentos monetários. O papel que o homem (marido) desempenha na família perpetua a condição de inferioridade da mulher.

Se analisada a forma de organização espacial da família rural, apresentada por Araújo (1989), associando ao comportamento da divisão de tarefas no seio da mesma, defendido por Negrão (2008a), percebe-se que a *machamba* próxima de casa é fundamentalmente para o consumo, sendo da responsabilidade da mulher. As crianças tornam-se responsáveis por cuidar das outras crianças, da pastagem do gado, e ajudar a mãe. Ao homem cabe a tarefa de dedicar-se à *machamba* principal, que gera rendimentos monetários, e que se encontra localizada distante do espaço residencial. Se essa *machamba* não gerar rendimentos em dinheiro, mas sim em espécie, o homem pode ser forçado a desenvolver outras atividades que gerem rendimentos monetários, podendo migrar para os espaços urbanos, ou mesmo para outros países, se essa necessidade não for satisfeita próxima do local de residência. Para Negrão (2008a, p. 38):

[...] a economia familiar joga um papel duplo de unidade de consumo e unidade de produção. A adjudicação de tempo e de fatores de produção não-força de trabalho entre a produção (própria e para o mercado), mercado de força de trabalho (para compra e venda de serviços de força de trabalho) e trabalho doméstico (ter e educar crianças, provisão de serviços de saúde, educação e manutenção do agregado familiar), está predominantemente sob a responsabilidade do chefe masculino da família nuclear sempre que isso implica receita ou despesas em dinheiro. Por outro lado, quando a adjudicação do recurso está relacionada com receita ou despesa em espécie ou pequenas quantidades de dinheiro, a responsabilidade é delegada pelo marido, nas sociedades patrilineares, ou pelo irmão mais velho, nas sociedades matrilineares, à mãe das crianças.

Fica evidente que a necessidade da família rural obter uma fonte de rendimento que lhe permite ter dinheiro é fundamental, mesmo que esse rendimento seja obtido através da comercialização dos produtos agrários. A colonização introduziu, precariamente, a família rural à economia de mercado, forçando a prática de culturas de rendimento, que seriam comercializadas a preços injustos. A comercialização da produção era importante para a obtenção de rendimento monetário que permitiria à família pagar os impostos, ao mesmo tempo que poderia adquirir produtos que não podem ser produzidos na *machamba*. Sendo assim, a obtenção de rendimentos monetários passa a ser importante para a família rural, e satisfazê-la próximo da comunidade é preponderante, porque evita a ausência do homem na família.

O trabalho de Uaiene (2015) refere que a família rural detém três principais formas de obtenção de rendimentos monetários, nomeadamente: (i) atividades agrárias (podendo resultar do excedente da produção agrária ou mesmo da exploração de uma área com culturas de rendimento); (ii) extração de recursos naturais; e (iii) trabalho assalariado. As recorrências a outras fontes de rendimento monetário são também evidenciadas por Feijó e Agy (2015). Uaiene (2015) constata que a renda monetária das famílias provém, em mais de 70%, das atividades agrárias. Contudo, há variações regionais importantes a se destacar, como o fato das províncias do Centro e Norte dependerem, quase que exclusivamente, da atividade agrária, devido à pouca diversificação e reduzidas oportunidades de assalariamento. Para as províncias do sul, surgem outras fontes de obtenção de rendimento monetário fora da agricultura. Nessas províncias, com destaque para Maputo e Gaza, a renda proveniente de outras fontes aproxima-se dos 50%. É também nestas províncias onde se obtém a maior renda média total.

Os dados trabalhados por Uaiene (2015) demonstram que as províncias do sul do país, que apresentam a maior renda média total por família, e que são influenciadas pela diversificação de fontes e oportunidades, são as que apresentam menor área explorada e que, nos últimos anos, vêm reduzindo a área média explorada. Para as restantes províncias, as que

apresentam o maior potencial agroecológico do país, observa-se que são as que detêm as maiores áreas médias de exploração (hectares).

É importante destacar que a agricultura familiar moçambicana é caracterizada por ser uma agricultura de sequeiro, com baixíssimo uso de insumos químicos, reduzido uso de sementes melhoradas, e fraco benefício dos serviços de extensão. É dependente da mão de obra familiar, e recorre a instrumentos de trabalho rudimentares. Estas características pouco se alteraram ao longo do tempo, o que condiciona o aumento da produtividade. Da análise de Feijó e Agy (2015), é possível concluir que os agricultores familiares não estão interessados em se integrar no modelo de produção capitalista. Eles procuram garantir o sustento das suas famílias e melhorar o padrão de vida, pois “[...] critérios de eficiência e de lucro coexistem com outros objetivos, como a segurança alimentar e familiar, o prestígio e poder na comunidade, ou a reprodução da família como unidade econômica e social.” (FEIJÓ; AGY, 2015, p. 231).

Ao longo dos últimos 20 anos, duas principais atividades cresceram significativamente, nomeadamente os empregados domésticos e os pequenos negócios (Tabela 8). Os dados censitários vêm mostrando que mais pessoas começam a apostar em outras atividades como a principal, deixando a agricultura como atividade secundária, porém continuando a ser importante e imprescindível.

Tabela 8 - Principal ocupação (%).

Ocupação principal	Ano			
	2017		1997	
	Rural	Mulheres	Rural	Mulheres
Camponeses	75,40	58,57	91,30	58,62
Empregados domésticos	5,55	50,85	0,06	47,77
Pequenos comerciantes	4,52	35,22	1,59	21,79
Operários não agrícolas	4,03	10,54	3,18	7,86
Operários agrícolas	1,08	48,56	0,54	14,59

Fonte: organizado pelo autor a partir de INE (2019; 1999).

Os dados do Inquérito ao Orçamento Familiar (2002/3, 2008/9 e 2014/15) reforçam a importância e a dependência das famílias às atividades agrárias. Entretanto, a análise evolutiva desses dados se afigura bastante complicada, pois, em cada inquérito realizado, as opções têm alterado significativamente, o que dificulta o acompanhamento da evolução de determinados ramos de atividades.

A entrada no novo milênio marcou um *boom* na indústria extrativa, evidenciando-se como uma importante atividade para a economia moçambicana. Uma das principais características dessa atividade no país é a sua localização, principalmente em áreas rurais, o que alargaria a oportunidade de oferta de empregos, especialmente para a população rural. Os dados recolhidos pelos censos, nos últimos 20 anos, mostram uma pequena contribuição deste ramo de atividade para a população rural, que ocupa menos de 1%. Recorrendo aos dados do Inquérito ao Orçamento Familiar, constata-se que a contribuição da indústria extrativa, principalmente na ocupação da população rural, manteve-se constante de 2002 a 2015, ou seja, nunca chegou a ultrapassar a barreira dos 0,5%. Estes dados parecem corroborar com os trabalhos desenvolvidos por alguns pesquisadores que estudaram os investimentos na indústria extrativa, revelando que o impacto desta atividade ao nível do emprego é bastante insignificante, principalmente quando se encontra na fase operacional, onde o número de trabalhadores afeitos à atividade reduz significativamente (MATSINHE, 2011; MOSCA e SELEMANE, 2011; MATOS, 2016, FREI, 2019; EUSÉBIO, 2019; BATA, 2016; BELLUCCI, 2008).

Analisando as principais atividades que se destacam no meio rural, verifica-se que o grosso dos que declararam ser camponeses são do sexo feminino. Nos restantes ramos de atividades, é possível verificar o predomínio de homens, apesar de, nos últimos tempos, o percentual de mulheres ocupando algumas dessas atividades estar crescendo.

Desse grupo de atividades, destacam-se os operários agrícolas e os pequenos negócios que tiveram um crescimento significativo, sendo que o primeiro passou dos 22% em 1997 para 35% em 2017, e o segundo passou dos 15% para próximo da metade (48,6%) (Tabela 8). Estes dados evidenciam dinâmicas importantes no espaço rural e na família rural, onde se verifica uma tendência de a mulher estar abandonando a exclusividade de se ocupar na agricultura, e nos afazeres domésticos.

A importância do território para a família rural moçambicana

Discutindo os conceitos de território e espaço para os reassentados em Moatize, Matos (2016) considera ser importante que o debate seja transferido para a categoria de território e não de espaço. Importa realçar que, nesse debate que o autor apresenta, estão patentes as ideias de Raffestin (1993), que concebe o território como resultado de uma intervenção sobre o espaço. Para Medeiros (2006), o território reflete as nossas etiquetas no espaço, e deixa marcas que podem ser visíveis, ou até mesmo invisíveis (MEDEIROS; LINDNER, 2014).

Corrêa (1994) recorre à etimologia da palavra território para o compreender. O autor constata que etimologicamente território deriva do latim *terra* e *torium*, que significa terra pertencente a alguém. Com o pertencer, o autor desfaz equívocos que se podem tirar dessa leitura, evidenciando que o pertencer não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação, o que pode apresentar um duplo significado. Por um lado:

Associa-se ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado, por parte de instituições ou grupos sobre dado segmento do espaço. Nesse sentido o conceito de território vincula-se à geografia política e geopolítica. A apropriação, por outro lado, pode assumir uma dimensão efetiva, derivada das práticas espacializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. Nesse sentido o conceito de território vincula-se a uma geografia que privilegia os sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares, [...] Apropriação passa a associar-se à identidade de grupos à afetividade espacial. (CORRÊA, 1994, p. 251).

A partir da concepção de Corrêa, pode-se compreender que território é um produto que pode surgir da apropriação, quer seja mais carregada do componente material, quer pela afetividade. O importante é compreender como os diferentes atores, a partir dos seus respectivos domínios de poder, organizam os seus objetos e agem sobre eles no espaço, produzindo território.

A proposta de analisar o fenômeno com base no conceito (e categoria) de território é precisamente porque ele é um produto. É a espacialização da história e da cultura no espaço. Como refere Matos (2016, p. 267) “a produção do território é um processo forjado na luta pelo domínio dos objetos e das ações que se materializam nele”.

É preciso ter em conta o alerta levantado por Fernandes (2008), porque nos remete à obrigatoriedade de diferenciar o território uno (também conhecido como território de governança) dos territórios resultantes da apropriação, fruto da dimensão sociocultural ou econômica. Os primeiros seriam os territórios da administração do Estado e os segundos seriam os territórios que se reproduzem dentro do primeiro, mas que podem conflitar entre si, porque são resultados de duas dimensões que podem ter objetivos contraditórios (dimensão sociocultural e dimensão econômica).

Nos trabalhos desenvolvidos por Negrão, é visível a grande preocupação que ele apresenta quanto à necessidade da família rural ter acesso e segurança da posse de terra, como a garantia da reprodução social. O autor vem defendendo, em muitos dos seus artigos, o imperativo de se repensar, não só na compreensão das formas de adjudicação do tempo de trabalho na família, mas também da importância de se garantir o acesso e segurança à terra. No

seu debate, Negrão não trabalha o conceito de território, mas sim o de terra. Todavia, para o autor, a terra não se limita ao espaço de produção, ela incorpora outras dimensões que nos remetem ao território.

Em seu artigo, publicado originalmente em 2001, Negrão discute a posse da terra e a gestão dos recursos naturais pelas comunidades locais. É nesse artigo que ensaia uma distinção entre terrenos e território. Mesmo não se referindo à terra e território, é possível perceber que o autor pretende diferenciar o que seria terreno (para nós espaço) e o território (para nós reflexo de um processo histórico, contendo as nossas etiquetas, que providenciam a identidade do grupo que o produz e é limitado pela influência que se faz sentir do poder intrínseco nele).

O tempo já passou, porém, e chegou a hora de tomarmos uma decisão sobre uma questão fundamental, sobre qual a distinção entre terreno e território. Em *stricto sensu* a lei de Terras refere-se a terrenos, ou seja, a unidades territoriais sobre as quais se exercem atividades de caráter produtivo. Todavia, o conjunto de leis já mencionado dá abertura a outras formas de uso e aproveitamento que não as estritamente relacionadas com a atividade produtiva, como por exemplo, as zonas de uso e de valor histórico-cultural que constam na Lei de Florestas e Fauna Bravia ou a distinção de comunidade local da Lei de Terras que inclui florestas, pastagens e fontes de água. Em ambas, de facto, se trata de território e não de terreno da comunidade. (NEGRÃO, 2008e, p. 120).

Ao apresentar a distinção entre terreno e território, o autor pretende, de uma forma inequívoca, evidenciar que não se pode pensar na terra meramente como um espaço de produção. É preciso incluir o espaço de vida, o espaço simbólico, um espaço de relacionamento social e de convivência com os seus antepassados. É preciso pensar que esse espaço (re)produzido ao longo do tempo é parte da comunidade, providenciando os mais diversos serviços indispensáveis à sobrevivência, e à reprodução social do grupo.

O debate travado por Negrão parece se circunscrever à ideia de que na terra existem outras dimensões importantes que precisam ser compreendidas, o que nos permite entender que o autor está ingressando no conceito de território, como um construto social e histórico. Se relacionado ao conceito de família rural, trabalhado pelo mesmo autor, compreende-se que a ideia de território está sempre presente, o que demonstra que a preocupação com a reprodução social é importante nos grupos comunitários ligados, muitas vezes, por laços históricos e culturais, e frequentemente associados às linhagens.

Na construção do conceito de família rural, Negrão considera que, para além das três funções importantes da família rural estarem interligadas, elas estão associadas à terra, ou melhor,

à função de consumo da família rural corresponde o acesso à terra, à função de produção equivale a segurança de posse e à função de distribuição simetriza-se a divisão das terras em função da multiplicidade de redes que se estabelecem através do parentesco, do casamento e da herança. Para eles, antes de qualquer outro grupo de interesse, a manutenção dos retornos intergerações [sic] no uso dos recursos é de importância primordial porque é determinante para a sua reprodução. (NEGRÃO, 2008h, p. 153).

É interessante notar que a ideia de ter acesso à terra e a sua posse, bem como a forma como a mesma é gerida, é importante para permitir que a família e a comunidade se perpetuem por mais tempo. Ou seja, a ideia da sustentabilidade dos processos internos é fundamental, pois, a comunidade local, incluindo as famílias que são partes integrantes, estão sempre pensando como o acesso à terra e a sua segurança irá permitir, num futuro, a reprodução do grupo social.

Negrão (2008c) faz um alerta para não se confundir o uso da terra, que pode ser entendido como o direito à terra, e o sistema de uso da terra, que compreende o conjunto de normas consuetudinárias, ou mesmo as modernas, que configuram as garantias necessárias para a reprodução social dos grupos. O autor entende que o sistema de uso da terra incorpora a problemática da terra nos quatro principais pontos, nomeadamente: como fator de produção, como recurso, como agente social, e como fonte de rendimento.

Os quatro fatores apresentados por Negrão nos permitem entender o sistema de uso da terra como um produto dos atores que configuram o seu território, sob suas normas, e, claro, podem e devem incorporar as normas legais, ajustando-se à realidade local. Mais uma vez, essa abordagem ampla da terra nos permite incluir as mais diversas dimensões. Essas dimensões podem ser ativadas isoladamente, quando os interesses de quem os ativa se encontram protegidos. Mas, para as comunidades locais e para a família rural, elas devem ser compreendidas de uma forma integrada, na qual os quatro fatores se interligam, permitindo que as famílias e as comunidades se reproduzam no tempo e no espaço. Esta visão de Negrão se ajusta perfeitamente à abordagem de território defendida por Fernandes (2008), como também se encaixa no debate travado por Matos (2016 e 2017), sobre o direito ao território.

Em relação ao fator produção, constata-se que a preocupação da família rural passa por garantir produção alimentar suficiente para o seu sustento. Esta é a principal função, muitas vezes destinada ao sexo feminino, responsável pela produção de alimentos suficientes, evitando-se a recorrência ao mercado para a aquisição de bens que podem ser produzidos no espaço produtivo familiar. Muchanga (2016) refere que as famílias se preocupam em maximizar a utilização dos recursos escassos que dispõem, produzindo o suficiente para satisfazer as suas necessidades, tendo em conta o número e a idade dos membros. Oliveira (2016) considera que

a produção de alimentos para o consumo constitui a base principal da estrutura produtiva do setor familiar.

Muchanga (2016), Oliveira (2016), e Negrão (2008f), evidenciam que a grande preocupação da família rural é garantir a sua subsistência, minimizando qualquer tipo de risco que possa acontecer. Garantir que a produção alimentar para o consumo não seja colocada em risco condiciona que todo o tipo de decisão na família seja tomado tendo como base a minimização dos riscos para o consumo. Um estudo realizado por Ibrahim (2018), abordando o cultivo da mandioca para alimentar a indústria de cervejas, mostrou que, apesar dos fomentadores da cultura terem disponibilizado uma variante da mandioca que oferecia maior produtividade, a mesma não teve aceitação na comunidade, porque se considera que são espécies impróprias para o consumo. Aceitar a substituição da variedade era, para a comunidade, a possibilidade de colocar em risco a segurança alimentar. Pesquisa desenvolvida por Muchanga (2016) também chega a uma constatação próxima, ao verificar que as famílias eram pouco receptivas à introdução de novas culturas, ou mesmo de novas práticas, com receio das mesmas as colocarem numa situação de insegurança alimentar, ao afetarem a quantidade e a qualidade de alimentos produzidos para o consumo.

A terra é também um espaço de obtenção de rendimento. Esse rendimento pode ser obtido quando é colocado o excedente da produção no mercado, ou quando se tem uma *machamba* com culturas viradas, especificamente, para o mercado. Ou mesmo quando se retira, da floresta, os mais diversos bens e serviços que podem ser colocados à disposição do mercado. Negrão (2008f, 2008h), Oliveira (2016), e Mosca (2015), referem que a necessidade de obtenção de rendimentos monetários é sempre importante para a família rural. Negrão (2008a), Mosca (2015), e Feijó e Agy (2015), demonstram que a relação da família rural com o mercado é anterior à colonização. Tanto Negrão, como Oliveira (2016) e Muchanga (2016), evidenciam que a procura de rendimentos monetários é parte das características da família rural, a qual, sempre que possível, direciona um membro para assalariamento. Para Oliveira (2016, p. 164) “caso existam oportunidades de emprego, existirá a preferência pelo assalariamento e abandono da atividade agrícola de, pelo menos, um elemento do agregado familiar, e, possivelmente, a migração para as cidades grandes e de médio porte.”

Mais do que entender a terra como fonte de rendimento obtido na prática de atividades agrárias, Negrão demonstra que a terra oferece, igualmente, a oportunidade de renda, quando se verifica a canalização de partes de rendimentos resultantes da exploração de determinados recursos por projetos específicos, como a exploração madeireira, ou mesmo a exploração do

turismo cinegético. Outra possibilidade de ganho pode resultar da utilização da terra sob o prisma de serem acionistas de projetos, coparticipando na divisão dos lucros resultantes das atividades implantadas nas suas terras. O que o autor pretende mostrar é que existem múltiplas formas de garantir que a ocupação da terra das comunidades locais por investidores possa gerar mais ganhos comunitários.

O acesso à terra providencia não apenas rendimentos e lucros a partir de possíveis atividades que se localizam nela, mas também a obtenção dos mais diversos benefícios. Esses benefícios são fundamentais à família rural porque permitem: (i) manter o sustento alimentar; (ii) abrir a possibilidade da sua colocação no mercado; e (iii) beneficiar-se dos serviços medicinais. Negrão (2008c), Oliveira (2016), e Matos (2017), reforçam o papel dos recursos disponíveis no espaço produtivo comunitário, como as florestas, na reprodução social dos grupos sociais. Oliveira (2016, p. 164) destaca que as florestas comunitárias são usadas “principalmente como fonte de lenha, carvão e plantas medicinais, como fonte de nutrientes e fertilizantes do solo por meio de queimadas e reciclagem das folhas e como fonte de alimentos para os animais domésticos”.

A terra é, também, o elo com os antepassados, e a garantia de um futuro aos descendentes. A dimensão social que a terra apresenta vai além da sua relação com os antepassados. A possibilidade de herança, de empréstimos aos novos membros, a manutenção de relações de apoio entre os diferentes espaços (rural e urbano), são materializados graças à existência desses espaços. Substanciando esta importância, Negrão (2008c, p. 79) destaca que

face aos baixos rendimentos auferidos pela família nuclear, a segurança de reprodução social passa pelo estabelecimento de complexas redes de alianças de linhagens através do casamento, de obrigações mútuas e de outros mecanismos que impliquem a interdependência entre famílias. Por esta razão, a segurança de posse e acesso à terra está muito mais dependente das relações de linhagem, manifestas nos direitos consuetudinários, do que das formas de propriedade formais expressas nos títulos de uso e aproveitamento da terra.

Não é a terra *de per si* que está sendo tratada como fundamental para a família rural, pois esta, quase sempre, está associada apenas ao seu uso, negligenciando-se os usos futuros. Matos (2016) constatou que o problema em Moçambique não era o direito à terra, pois ela estava garantida na legislação. O problema era a garantia do direito ao território. Este último havia sido destruído pelo interesse dos investimentos econômicos. A problematização levantada por Matos (2016), principalmente para a situação de precariedade provocada pelos processos de reassentamento, encontra fundamento em Negrão, que defende que o desenvolvimento dos espaços rurais passa pela compreensão do território comunitário, que não se circunscreve

apenas ao espaço produtivo (terreno) que, apesar de ser indispensável, é insuficiente para garantir o desenvolvimento rural.

Para não concluir

Negrão (2008a) e Mosca (2015) referem que desde o período colonial a família rural ocupou as terras marginais. Mesmo com o alcance da independência, a família rural continuou a ocupar as terras marginais, com fraca qualidade para o aumento da produção e da produtividade. A agricultura familiar sempre desempenhou um papel importante na economia moçambicana, não só para a segurança alimentar da família rural, mas também como a garantia da produção comercial. O papel preponderante da agricultura familiar na produção para a exportação também foi evidente durante o período colonial, com a implantação de um sistema dual, que acabou por influenciar os modelos de desenvolvimento deste setor, bem como do espaço rural, nos períodos subsequentes.

Negrão (2008a), Cunguanara e Garrett (2011), e Mosca (2015), analisaram as diferentes políticas públicas viradas para o setor agrário, desde o período colonial, e constataram que nenhuma delas deu atenção especial ao desenvolvimento da agricultura familiar. É importante ressaltar que tanto as estratégias nacionais, assim como os vários pesquisadores que trabalharam a problemática do espaço rural moçambicano, sempre o fizeram associando o desenvolvimento rural com a agricultura. Assim, foram sendo desenhadas várias estratégias de intervenção, que tinham como epicentro a agricultura. Contudo, as mesmas excluía as famílias camponesas, consideradas à margem das dinâmicas do mercado.

Trabalhos desenvolvidos por Cunguanara e Garrett (2011), Mosca (2015) e Uaiene (2015), olharam para o agricultor familiar apenas na dimensão do uso da terra como espaço de produção, e de obtenção de rendimento. As dimensões sociais e de obtenção dos mais variados recursos encontram-se negligenciados. É com Negrão que a abordagem integradora é colocada em destaque, ao olhar para a terra como um produto social, ou seja, a olhando como um produto social indispensável às comunidades.

Discutir o desenvolvimento rural passa por entender o território das comunidades. Entender o território passa por compreender, como nos ensina Negrão, os seus múltiplos usos, assim como as lógicas que norteiam a organização social e espacial das famílias rurais moçambicanas. Se entendermos o desenvolvimento como a melhoria da qualidade de vida das pessoas, facilmente compreenderemos que, para que se alcance o desenvolvimento rural, dever-

se-á passar pela compreensão do território como um espaço de vida e de produção, mas também como um espaço de sacralização da história do grupo. Um espaço que projeta o futuro.

As estratégias de desenvolvimento rural aplicadas no país, partem, muitas vezes, como refere Negrão, de vários mitos que precisam de ser despidos, nomeadamente os mitos da subsistência, da insuficiência de capital, da estagnação tecnológica, e da comunidade homogênea. Se analisadas as críticas que Mosca (2015) faz ao posicionamento do Estado moçambicano à agricultura familiar, é possível constatar que as estratégias adotadas, mesmo não estando direcionadas para esse tipo de agricultura, carregam alguns desses mitos. Um estudo realizado por Carrilho *et al.* (2003), para o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, apontava para uma estratégia que limitava a terra como espaço de produção e considerava ser fundamental a direção do investimento para os agricultores com ligação ao mercado, transformando-os em agricultores familiares comerciais. Estes, por sua vez, seriam o “empurrão” para os agricultores sem ligação ao mercado, através da oferta de trabalho nas suas propriedades, já que os investimentos nesse grupo abririam espaço para a contratação de mão de obra externa à familiar.

Para além da aposta em determinados agricultores familiares, a tendência da delimitação de terras foi uma das estratégias adotadas para potencializar os agricultores familiares. A ideia de delimitação de terras pretende, supostamente, proteger os interesses da família rural e das comunidades locais, visto que o investimento estrangeiro caminhará a passos largos no país. Estas ideias deram corpo a algumas intervenções no espaço rural, como são os exemplos dos projetos Terra Segura e Sustenta, que concebem a delimitação de terras e a transformação do agricultor familiar como a alavanca que impulsionará mudanças importantes na agricultura.

Como se pode observar, o que está em causa, em muitas dessas estratégias, é a ideia da terra como espaço de produção e espaço de obtenção de rendimento. Não estão incorporadas a questão da terra como espaço de obtenção dos mais diversos bens e serviços, como também a sua dimensão sociocultural, reprodutora social do grupo e protetora do seu futuro. Ou melhor, não se aborda a terra como espaço de vida. Não se aborda a importância do território como sendo indispensável ao desenvolvimento da família rural.

Referências bibliográficas

ALMEIDA SERRA, António M. de. **Política agrária e desenvolvimento económico na República Popular de Moçambique, 1975-85**. 1991. 791f. Tese (Doutorado em Economia). Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 1991.

ARAÚJO, Manuel G. M. de. **O sistema das aldeias comunais em Moçambique: transformações na organização do espaço residencial e produtivo**. 1989. 479f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Lisboa, 1989.

ARAÚJO, Manuel G. M. de. **Geografia dos povoamentos: assentamentos humanos rurais e urbanos**. Maputo: Livraria Universitária da UEM, 1997.

BATA, Eduardo J.; BARREIRA, Celene C. M. A.; ALMEIDA, Maria G. Impactos sócio-espaciais e políticos dos megaprojectos de mineração em Moçambique: o caso da exploração do carvão mineral de Moçambique. **Revista Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 11, n. 22, p. 93-122, abr., 2016.

BELLUCCI, Beluce. Tudo e nada: a aposta do capital em Moçambique. *In: La globalización y el Consenso de Washington: sus influencias sobre la democracia y el desarrollo en el sur*. CLACSO, 2008, p. 125-137.

CARRILHO, João *et al.* Qual o papel da agricultura familiar comercial no desenvolvimento rural e redução da pobreza em Moçambique. **Relatório nr. 53P**. Maputo: MADER, 2003.

CENTER FOR DEVELOPMENT RESEARCH. Rural development un Mozambique. Copenhagen: CDR Project Proposal D 78.6, march, 1978.

CORRÊA, Roberto L. Territorialidade e corporação: um exemplo. *In: SANTOS, Milton; Souza, Maria A. A. de; SILVEIRA, Maria L. (org.). Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 251-258.

CUNGUARA, Benedito; GARRETT, James. O sector agrário em Moçambique: análise situacional, constrangimentos e oportunidades para o crescimento agrário. Documento apresentado no “Diálogo sobre a promoção de crescimento agrário em Moçambique”. Maputo, 2011.

EUSÉBIO, Albino J. Os direitos sobre os territórios: “comunidades locais” e os projectos de desenvolvimento em Moçambique. **AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos**, v. 03, n. 03, p. 154-177, 2019.

FEIJÓ, João; AGY, Aleia. Receitas, consumo e investimento – dinâmicas da economia camponesa em zonas de implementação de grandes projectos. *In: MOSCA, João (coord.). Sector familiar agrário e desenvolvimento em moçambique*. Maputo: Escolar Editora, 2017, p. 191-239.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. *In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

FREI, Vanito V. M. Megaprojectos de mineração e o ônus do “desenvolvimento” nas comunidades locais da província de nampula – Moçambique: o caso de Topuito. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, v. 8, n. 2, p. 60-92, 2019.

HEDGES, David. **História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961**, v. 2. Maputo: Livraria Universidade Eduardo Mondlane, 2. ed., 1999.

HERMELE, Kenneth. Diferenciação rural e estratégia de desenvolvimento: apontamentos sobre Moçambique no período de transição 1974-1977. Rascunho Estocolmo, fevereiro de 1987.

IBRAIMO, Momade. Reflexões sobre a comercialização da mandioca para a produção de cerveja. **Destaque Rural**, n. 34. Maputo: Observatório do Meio Rural, 2018.

INE – Instituto Nacional de Estatística. II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997: Resultados definitivos. Moçambique. Maputo, 1999.

- INE - Instituto Nacional de Estatística. Relatório final do inquérito aos agregados familiares sobre orçamento familiar, 2002/3. Moçambique. Maputo, 2004.
- INE - Instituto Nacional de Estatística. Relatório final do inquérito ao orçamento familiar – IOF 2008/9. Moçambique. Maputo, 2010.
- INE - Instituto Nacional de Estatística. Inquérito ao Orçamento Familiar – 2014-2015 – Relatório do módulo da força de trabalho. Moçambique. Maputo, 2016.
- INE – Instituto Nacional de Estatística. IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017: Resultados definitivos. Moçambique. Maputo, 2019.
- MACKINTOSH, Maureen; WUYTS, Marc. Accumulation, socialism services and socialist transition in the third world: reflections on decentralized planning based on Mozambican experience. *In: DPP Working Paper*, n. 9, United Kingdom: The Open University, 1987.
- MATOS, Elmer A. C. de. O direito ao território: ensaio sobre a problemática na exploração dos recursos naturais em Moçambique. **Iberografias** – Revista de Estudos Ibéricos, n. 13, ano XIII, 2017, p. 119-136.
- MATOS, Elmer A. C. de. Desterritorialização e reterritorialização das comunidades atingidas pela exploração do carvão mineral em Moatize, Moçambique. 2016. 295f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2016.
- MATOS, Elmer A. C. de; MEDEIROS, Rosa M. V. A transformação do espaço rural moçambicano rumo à socialização do campo. *In: Revista da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia* (Anpege), v. 11, n. 15, 2015, p. 31-64.
- MATOS, Elmer A. C. de; MEDEIROS, Rosa M. V. Acesso a terra e exploração mineira em Moçambique: que implicações para as comunidades locais. *In: Campo e Território: revista de geografia agrária*, v. 9, n. 17, 2014, p. 559-621.
- MATSINHE, Levi S. **Moçambique: uma longa caminhada para um futuro incerto?** 2011. 118f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofias e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS, 2011.
- MEDEIROS, Rosa M. V. Camponeses, cultura e Inovação. *In: LEMOS, Amália I. G. de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria L. (org.). América Latina: cidade, campo e turismo*. 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais – CLACSO/ São Paulo: Universidade São Paulo, 2006, p. 281-293.
- MEDEIROS, Rosa M. V.; LINDNER, Michel. O território dos assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul. *In: MEDEIROS, Rosa M. V.; LINDNER, Michel (org.). Assentamentos rurais, território, produção: novas alternativas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: NEAG/UFRGS, 2014, p. 15-28.
- MOÇAMBIQUE. **Constituição da República**. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2004.
- MOSCA, João. Agricultura familiar em moçambique: ideologias e políticas. *In: MOSCA, João (coord.). Sector familiar agrário e desenvolvimento em moçambique*. Maputo: Escolar Editora, 2015, p. 51-98.
- MOSCA, João. **Economia de Moçambique: século XX**. Lisboa: Instituto PIAGET, 2005.
- MOSCA, João; SELEMANE, Tomás. **El dorado Tete: os mega projetos de mineração**. Maputo: CIP, 2011.

- MUCHANGA, Lúcio P. I. **Estratégias de meio de vida das famílias camponesas à luz das mudanças climáticas**: um estudo do Posto Administrativo de mahel, distrito de Magude, Moçambique. 2016. 159f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.
- NEGRÃO, José. Minimizar as causas de instabilidade Moçambique: agricultura e ajustamento (1992). *In*: NEGRÃO, José. **Repensando a terra e as modas do desenvolvimento rural**. Maputo: Texto Editores, 2008a, p. 11-53.
- NEGRÃO, José. Repensando as modas de desenvolvimento rural (1998). *In*: NEGRÃO, José. **Repensando a terra e as modas do desenvolvimento rural**. Maputo: Texto Editores, 2008b, p. 55-66.
- NEGRÃO, José. Terra e desenvolvimento rural em Moçambique (1998). *In*: NEGRÃO, José. **Repensando a terra e as modas do desenvolvimento rural**. Maputo: Texto Editores, 2008c, p. 67-88.
- NEGRÃO, José. Sistemas costumeiros da terra em Moçambique (2000). *In*: NEGRÃO, José. **Repensando a terra e as modas do desenvolvimento rural**. Maputo: Texto Editores, 2008d, p. 89-111.
- NEGRÃO, José. Posse da terra e gestão dos recursos naturais pelas comunidades locais (2001). *In*: NEGRÃO, José. **Repensando a terra e as modas do desenvolvimento rural**. Maputo: Texto Editores, 2008e, p. 113-122.
- NEGRÃO, José. Como induzir o desenvolvimento em África? O caso de Moçambique (2001). *In*: NEGRÃO, José. **Repensando a terra e as modas do desenvolvimento rural**. Maputo: Texto Editores, 2008f, p. 123-138.
- NEGRÃO, José. Estratégia de desenvolvimento rural (2002). *In*: NEGRÃO, José. **Repensando a terra e as modas do desenvolvimento rural**. Maputo: Texto Editores, 2008g, p. 139-150.
- NEGRÃO, José. A indispensável terra africana para o aumento da riqueza dos pobres (2002). *In*: NEGRÃO, José. **Repensando a terra e as modas do desenvolvimento rural**. Maputo: Texto Editores, 2008h, p. 151-163.
- NEGRÃO, José. A terra e a economia da família rural no Delta do Zambeze. *In*: **Seminário da Comissão de Terras**. Maputo: Núcleo de Estudos Terra & Desenvolvimento, 1995.
- OLIVEIRA, Patrícia N. de. Agricultura familiar, cultura e economia em Moçambique. **Cadernos CERU**, v. 27, n. 2, 2016, p. 156-170.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *In*: SANTOS, *et al.* (org.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, p. 13-21.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. *In*: SANTOS, Milton; Souza, Maria A. A. de; SILVEIRA, Maria L. (org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Editora Hicitec, 1994, p. 15-20.
- SOUZA, Marcelo L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná E. de *et al.* **Geografia**: conceitos e temas. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 77-116.
- UAIENE, Rafael. Caracterização do sector familiar em Moçambique. *In*: MOSCA, João (coord.). **Sector familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique**. Maputo: Editora Escolar, 2015, p. 23-49.

APTIDÃO AGRÍCOLA DAS TERRAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MAUE EM ANGÓNIA

*Ringo Benjamim Victor
Nádia Regina do Nascimento*

Introdução

O crescimento demográfico mundial, e a sua demanda por recursos naturais, especialmente alimentos, têm impelido transformações na paisagem, concretamente na cobertura de uso das terras, ocasionando, portanto, degradação ambiental. A esse respeito, Beek (1975) considera que o crescimento da população mundial, e sua demanda por alimentos, fibras, fontes renováveis de energia e espaço para atender usos não agrícolas, além do desenvolvimento urbano, construções de estradas e recreação, são responsáveis por mudanças muito rápidas nos padrões tradicionais de uso das terras.

Face a essa realidade, a utilização das terras deve, portanto, ser planejada e controlada, visando conservar a sua produtividade e assegurar a qualidade do capital natural e, por conseguinte, seu uso pelas gerações presentes e futuras. Mas, para isso, a avaliação de aptidão agrícola das terras torna-se fundamental.

A agricultura é um dos segmentos mais importante da cadeia produtiva e é aquele que mais depende das condições ambientais. O ambiente, basicamente solo, relevo e clima, controla o crescimento e o desenvolvimento vegetativo das plantas. Dentro desse contexto, as condições ambientais devem ser adequadamente avaliadas antes da implantação de projetos ligados ao desenvolvimento agrícola. Assim, o primeiro passo, em qualquer planejamento, deve ser a identificação das áreas com alto potencial de uso, isto é, áreas onde solo, clima, relevo e hidrografia sejam adequadas para as culturas.

Em face dessa realidade, o conhecimento e a geração de informações relativas à avaliação de aptidão agrícola de terras são extremamente importantes para orientar os diversos usos, manejos e conservação de solos, visando maximizar a produção e a produtividade agrícola sem, no entanto, impactar negativamente os ecossistemas.

Morelle e Lejeune (2000) consideram que a gestão racional das terras exige bom conhecimento das suas características físicas. Contudo, estes dados por si só não são suficientes,

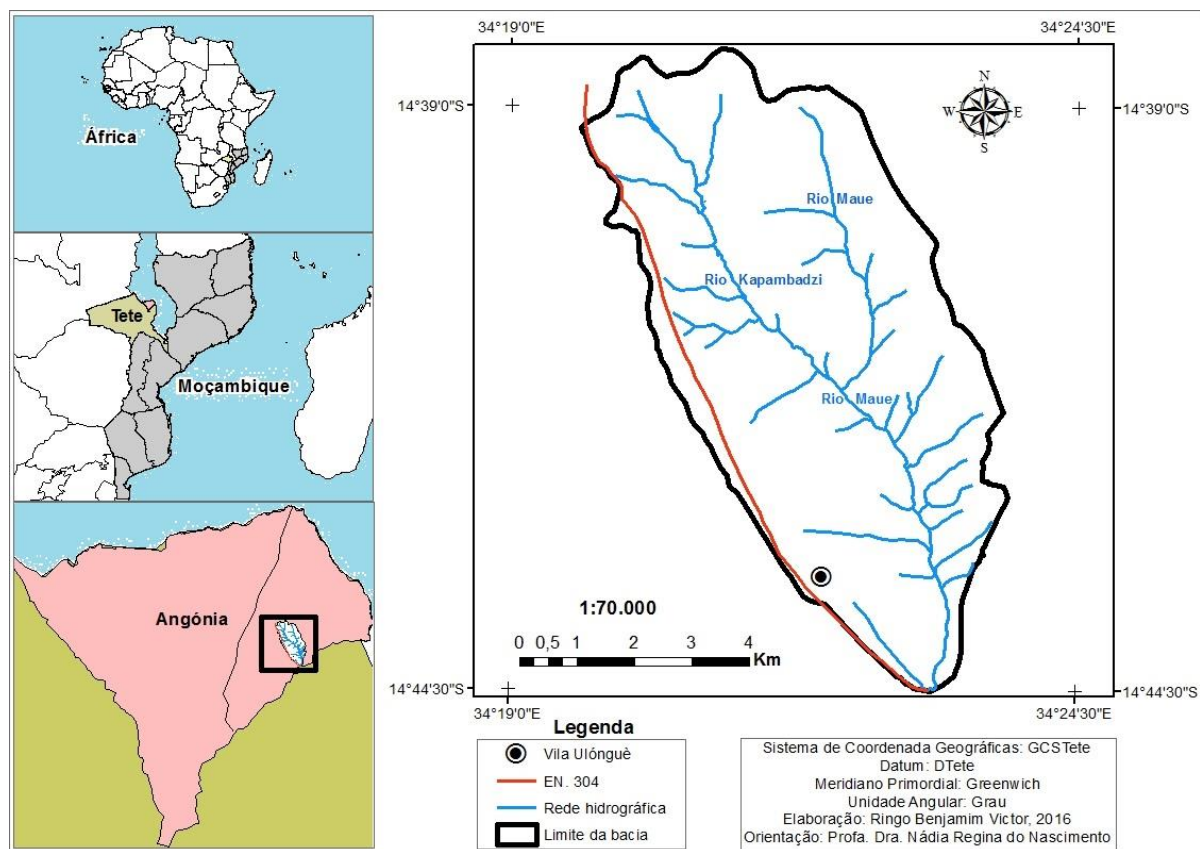
pois se torna necessário considerar também o ponto de vista da capacidade das terras para as atribuições previstas, haja vista que a produção agrícola é especialmente dependente das características físicas, químicas e biológicas dos solos, bem como de sua aptidão.

Considerando o acima exposto, o presente artigo objetiva avaliar a aptidão agrícola das terras da Bacia Hidrográfica do Rio Maue em Angónia, na Província de Tete, com vistas a subsidiar o planejamento de uso das terras, (re)orientando, assim, projetos agrícolas e outros de desenvolvimento socioeconômico na área de estudo.

Material e Métodos

O estudo foi desenvolvido na Bacia Hidrográfica do Rio Maue, situada no Posto Administrativo de Ulónguè, a sudeste do Distrito de Angónia, na Província de Tete em Moçambique. Com uma área superficial de aproximadamente 46 km², correspondente a 4.592,56 ha, se localiza entre os paralelos 14° 39' 00" e 14° 44' 30" de Latitude Sul, e os meridianos 34° 19' 00" e 34° 24' 30" de Longitude Este (Figura 1).

Figura 1 - Mapa de Localização geográfica da Bacia Hidrográfica do Rio Maue.



Fonte: autores (2016).

Quanto aos procedimentos metodológicos empregados para a avaliação da aptidão agrícola das terras da área estudada, além da pesquisa bibliográfica, foram aplicadas técnicas de geoprocessamento em ambiente SIG - Sistema de Informação Geográfica, através do *software ArcGis 10*, plataforma *ArcMap 10.3*. Com base na descrição morfológica dos solos em campo, e dos resultados das análises laboratoriais (físico-químicas) dos solos do perímetro estudado, foi efetuada a avaliação das classes de aptidão agrícola culminando, assim, na elaboração do mapa final de aptidão agrícola das terras.

Neste processo, *a priori*, procurou-se diagnosticar as informações referentes às potencialidades e limitações das terras da Bacia Hidrográfica do Rio Maue em função dos seus usos e manejos. Assim, seu desenho metodológico compreendeu três (3) etapas: a) levantamento de dados da área estudada e preparação de mapas básicos (solo, geologia, relevo, hidrografia, clima, uso da terra, declividade e MDE); b) avaliação das terras com base em tabelas de critérios; e c) elaboração do mapa final de aptidão agrícola das terras da área em consonância com as características e propriedades físico-químicas e morfológicas dos solos estudados.

Na avaliação de aptidão agrícola das terras, foram considerados seis parâmetros: deficiência de fertilidade (f), deficiência de água (h), excesso de água (o), impedimentos à mecanização (m), suscetibilidade à erosão (e), e profundidade efetiva (p), em função dos três níveis de manejos desenvolvidos (A, B e C) em conformidade com o Sistema de Avaliação de Aptidão Agrícola das Terras (SAAAT) exposto por Ramalho Filho e Beek (1995), e adaptados ao contexto local. Portanto, na avaliação destes fatores, são admitidos os graus de limitação: nulo (N), ligeiro (L), moderado (M), forte (F) e muito forte (MF).

Para além destas informações, foram levados também em consideração o complexo sortivo do solo: soma de bases (SB), capacidade de troca de cátions (CTC), saturação por bases (V), saturação por alumínio (m), porcentagem de sódio trocável (PST), potencial hidrogeniônico (pH) e características granulométricas dos solos.

Resultados e discussão

Caracterização de Solos

Na bacia em estudo, identificaram-se dez (10) classes de solos, notadamente: Vertissolos, Plintossolos, Argissolos, Cambissolos, Latossolos, Gleissolos, Planossolos, as quais são abaixo descritas.

Vertissolos

A classe VERTISSOLO HIDROMORFÍCO Órtico típico Ta Eutrófico (VGnve) ocorre em áreas de baixa altitude, com declividade plana (0 a 3%), em várzeas. Com uma área superficial de 429,80 ha, correspondente a 9,36% da área total. Os Vertissolos estudados apresentaram uma boa profundidade efetiva e classe textural muito argilosa em virtude de seus teores de argila terem sido superiores a 600 g kg⁻¹.

Segundo a EMBRAPA (2013), os Vertissolos compreendem solos constituídos por material mineral apresentando horizonte vértico e pequena variação textural ao longo do perfil, nunca suficiente para caracterizar um horizonte B textural. Apresentam pronunciadas mudanças de volume com o aumento do teor de água no solo, e fendas profundas na época seca e evidências de movimentação da massa do solo sob a forma de superfícies de fricção (*slickensides*).

Plintossolo

A classe PLINTOSSOLO ARGILÚVICO Ta Eutrófico gleissólico (FTveng) ocorre numa área superficial de 259 ha, o equivalente a 5,65% da cobertura. Estes solos apresentam materiais minerais endurecidos tais como: plintita, petroplintita e pisólitos, designados por solos lateríticos. Para Ker *et al.*, (2012) os Plintossolos são agrupamentos de solos de expressiva plintização com ou sem formação de petroplintita. O critério para a sua identificação é a preponderância e profundidade de ocorrência da plintita, definindo horizonte diagnóstico subsuperficial como plíntico, concrecionário ou litoplíntico.

Estes solos na área de estudo, caracterizam-se pela alta saturação por bases (>50%) e a alta atividade da argila. Apesar destes atributos, os solos evidenciaram o caráter sódico, pois a PST é 47,9 %.

Argissolo

O solo ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Ta Eutrófico sódico vertissólico (PVAven) ocupa uma área de 747,20 ha, correspondente a 16,7% de cobertura total da área. Segundo Ker *et al.*, (2012) os Argissolos são grupamentos de solos com B textural, com argila de atividade baixa ou alta conjugada com saturação por bases baixa ou caráter alítico. O critério para sua identificação é o desenvolvimento (expressão) de horizonte diagnóstico B textural em vinculação com atributos que evidenciam a baixa atividade da fração argila ou o caráter alítico.

Cabe salientar que a classe de Argissolo Vermelho-Amarelo na área estudada ocorre em relevo suave ondulado, com boa drenagem, elevada fertilidade natural e sem restrições físico-químicas, adequando-se, assim, para a lavoura.

Cambissolos

Para a FAO-UNESCO (1977) os cambissolos são solos característicos de estágio recente de formação (incipiente). Estes possuem um grande potencial de fertilidade. Contudo, seu uso depende essencialmente das condições topográficas e ecológicas, e sua sustentabilidade necessita de adoção de técnicas de exploração, gestão e manejos mais adequados.

Deste modo, na Bacia Hidrográfica do Rio Maue, encontram-se predominantemente, a classe de CAMBISSOLO HÁPLICO Ta Eutrófico léptico, conglomerático (CXve), que ocupa 445,19 ha, correspondentes a 9,69% da área total. Estes solos apresentaram teores de argila de 161 g/kg de solo, além de terem sido observados predomínio de argila de atividade alta, e elevada saturação por bases (>50%). A presença de rochosidade (blocos conglomeráticos), endo e epi-pedregosidade assegurou o caráter léptico e conglomerático, respectivamente.

Nas partes mais íngremes do relevo (montanhoso e forte ondulado), afloram, à superfície do solo, rochas de dimensões variadas, incluindo cascalho, calhau, matacão, e até grandes blocos de conglomerados, em quantidade elevada, fator que, associado ao maior pendor da vertente, impedem ou dificultam o uso agrícola do solo.

O CAMBISSOLO FLÚVICO Ta Eutrófico latossólico, sódico lítopetroplíntico (CYenlf), ocupa 1.104,50 ha (24.05%), predominando, na área estudada, em relevo suave ondulado (3-8%). Observou-se, inclusive, a presença de material mineral extremamente resistente, subjacente ao solo (materiais constituídos por rochas duras e fracamente alteradas, bem como concreções), cuja consistência seca evidenciou-se em dura a extremamente dura.

Latossolos

De acordo com a Embrapa (2013), os Latossolos são solos bastante profundos e permeáveis, que apresentam características químicas que refletem os intensos processos pedogenéticos e geomorfológicos por que passou o material de origem desses.

Os Latossolos da bacia estudada são constituídos pelas classes LATOSSOLO AMARELO Ta Eutrocoeso sódico, textura argilosa (LAVexn) e LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Tb Eutrocoeso típico, textura muito argilosa (LVAbex). Deste modo, a primeira classe ocupa 224,13 ha, equivalente a 4,88% da cobertura total. Esta unidade de solos encontra-se distribuída nas áreas de topo plano e terço médio de encostas com relevo plano a suave

ondulado, e reúne melhores características físicas para o uso intensivo, sendo constituída por material mineral com horizonte B latossólico (Bw), imediatamente abaixo de horizonte A moderado.

Os Latossolos Amarelos apresentaram texturas granulométricas variando de argilosos a muito argilosos, e alta saturação por bases, bem como caráter coeso dos seus horizontes. Já o Latossolo Vermelho-Amarelo perfaz 624,96 ha (13,61%) da área total. Estes solos encontram-se distribuídos nas áreas de topo plano e terço médio de encostas com declive plano (0 – 3%), a suave ondulado (3 – 8%).

Há presença de alto teor de argila, superior a 600 g.kg⁻¹ de solo, além de alta saturação por bases (>50%), e um caráter coeso dos seus horizontes. Fisicamente, estes solos caracterizam-se por boa profundidade efetiva e boa drenagem.

Gleissolos

Gleissolos são solos constituídos por material mineral com horizonte glei iniciando-se dentro dos primeiros 150 cm da superfície do solo ou a profundidades entre 50 cm e 150 cm desde que imediatamente abaixo de horizonte A ou E, ou de horizonte hístico com espessura insuficiente para definir a classe dos Organossolos. Não apresentam horizonte vértico ou horizonte B plânico acima ou coincidente com horizonte glei, tampouco qualquer outro tipo de horizonte B diagnóstico acima do horizonte glei ou textura exclusivamente areia ou areia franca em todos os horizontes até a profundidade de 150 cm a partir da superfície do solo ou até um contato lítico. Horizonte plíntico, se presente, deve estar à profundidade superior a 200 cm da superfície do solo. (Embrapa, 2013).

Na área estudada, esta classe evidencia-se pelo GLEISSOLO HÁPLICO Ta Eutrófico sódico, carbonático (GXvenk), ocupando 228,88 ha de cobertura, o correspondente a 4,98% da área total. Estes solos encontram-se associados às zonas mais rebaixadas da paisagem. Apesar de eutróficos, com teores mais elevados de matéria orgânica, apresentam fortes limitações agrícolas em nível físico, por se apresentarem mal drenados, com frequente inundação nos períodos mais úmidos do ano, o que leva a uma aeração inadequada. Quimicamente, apesar de eutróficos, possuem restrições em razão de apresentarem-se com elevada sodicidade (PST>15%) o que representa uma limitação ao desenvolvimento das plantas.

Planossolos

Os Planossolos compreendem solos minerais imperfeitamente ou mal drenados, com horizonte superficial eluvial, de textura mais leve, que contrasta abruptamente com o horizonte B imediatamente subjacente, adensado, geralmente de acentuada concentração de argila, permeabilidade lenta, ou muito lenta, constituindo, por vezes, um horizonte pã, responsável

pela formação de lençol d'água sobreposto (suspenso), de existência periódica, e presença variável durante o ano (Embrapa, 2013).

Na área estudada, para essa classe, encontram-se duas unidades, as quais referenciaram-se anteriormente. Neste contexto, a 1ª classe, PLANOSSOLO NÁTRICO Ta Eutrocoeso dúrico típico (SNvex) ocupa 469,80 ha, o equivalente a 10,23% de cobertura total da área. Esta classe de solos possui altas concentrações de sais solúveis em alguns períodos do ano.

Por sua vez, a 2ª classe, PLANOSSOLO NÁTRICO Ta Eutrófico típico, petroplíntico (SNveqm), abrange 59,10 ha, o correspondente a 1,28% da área total de cobertura.

Esta última classe localiza-se em ambiente de baixada plana, muitas vezes ocorrendo em Zonas de Proteção Parcial (ZPP), devido à proximidade das linhas de drenagem e das nascentes. Vale lembrar que esta classe apresenta poucas limitações físicas (maior coesão e adensamento dos seus horizontes de solo). Apesar disso, possui elevada fertilidade. De modo geral, as unidades de mapeamento dos solos estão patentes na Tabela 1.

Tabela 1- Unidades de mapeamento dos solos na Bacia Hidrográfica do Rio Maue.

Ordem/ Perfil	Unidade de Mapeamento	SiBCS (2013)	Área	
			ha	%
1.	VGnve	VERTISSOLO HIDROMÓRFICO Sódico típico, Ta Eutrófico	429,80	9,36
2.	FTveng	PLINTOSSOLO ARGILÚVICO Ta Eutrófico sódico, gleissólico	259,00	5,65
3.	PVAven	ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Ta Eutrófico sódico, vertissólico	747,20	16,27
4.	CXve	CAMBISSOLO HÁPLICHO Ta Eutrófico léptico, conglomerático	445,19	9,69
5.	LAvexn	LATOSSOLO AMARELO Ta Eutrocoeso sódico, textura argilosa	224,13	4,88
6.	GXvenk	GLEISSOLO HÁPLICHO Ta Eutrófico sódico, carbonático	228,88	4,98
7.	SNvex	PLANOSSOLO HÁPLICHO Ta Eutrocoeso durico	469,80	10,23
8.	CYvenlf	CAMBISSOLO FLÚVICO Ta Eutrófico latossólico, sódico lítopetroplíntico	1.104,50	24,05
9.	SNveqm	PLANOSSOLO HÁPLICHO Ta Eutrófico típico, petroplíntico	59,10	1,28
10.	LVAbex	LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Tb Eutrocoeso, típico textura muito argilosa	624,96	13,61
Total			4.592,56	100

Fonte: Autores, 2017.

Os solos estudados evidenciam que 20% destes são de elevada fertilidade natural (eutróficos) e sem nenhuma limitação química, correspondendo, assim, às classes de Latossolos

e Cambissolos. Por sua vez, 80% dos solos (Gleissolos, Planossolos, Argissolos, Plintossolos e Vertissolos), apesar de eutróficos, possuem baixa fertilidade natural, pois deparam-se com problemas de sodicidade.

Avaliação de Aptidão Agrícola das Terras da Bacia Hidrográfica do Rio Maue

A avaliação de terras é definida pela FAO (1976) como o processo de avaliação do desempenho da terra quando usada para fins específicos, envolvendo a execução e interpretação de levantamentos e estudos de solos, relevo, vegetação, clima, e outros aspectos da terra, visando identificar e comparar tipos promissores de uso em termos compatíveis, com o objetivo da avaliação. Por seu turno, Ramalho Filho e Beek (1995), e EMBRAPA (2004), consideram que a avaliação da aptidão agrícola das terras baseia-se na comparação das condições oferecidas pelas terras com as exigências dos diversos tipos de usos. Trata-se, portanto, de um processo interpretativo que considera informações sobre as características do meio ambiente, de atributos de solos (propriedades físicas e químicas das diferentes classes de solos) e da viabilidade de melhoramento de qualidades básicas das terras.

De posse dos resultados morfológicos de solos em campo, e analíticos (físico-químicos), conjugando-se com a metodologia exposta por Ramalho Filho e Beek (1995), foi possível identificar cinco classes de Aptidão Agrícola de Terras na área de estudo, as quais podem ser observadas na Tabela 4.

A partir da análise dos resultados (tabelas 2 e 3, e figuras 2 e 3) fica evidente que 40,41% da área total da bacia apresenta a classe de aptidão 1ABC, que compreende terras pertencentes à classe de aptidão boa para lavouras nos níveis de manejo A, B e C, seguida da classe 5SN com 24,05%, correspondendo às terras pertencentes à classe de aptidão boa para a silvicultura, e pastagem natural. Por sua vez, 15,62% da área compreende a classe 4P, que representa as terras pertencentes à classe de aptidão boa para pastagem plantada.

O subgrupo 1(a)BC corresponde a 10,23% da área total, compreendendo, assim, terras pertencentes à classe de aptidão boa para a lavoura nos níveis de manejo B e C, e restrita no nível A. Por último, tem-se a classe 6, com 9,69% representando, portanto, as terras sem aptidão para o uso agrícola, ou melhor, áreas não aptas para nenhum uso agrícola. Estas são, por excelência, reservadas apenas à preservação da fauna e da flora.

Tabela 2 - Atributos Químicos.

COMPLEXO SORTIVO																		
Hor.	Prof.(cm)	pH (H2O)	pH (KCl)	ΔpH	P	K mg/dm ³	Na ⁺	Ca ²⁺	Mg ²⁺	Al ³⁺	H ⁺ +Al ³⁺ cmolc dm ⁻³	SB	T	AA cmolc kg ⁻¹	V	m %	PST	MO dag kg
Perfil 1 - VERTISSOLO HIDROMÓRFICO Órtico típico Ta Eutrófico																		
Agv	00-17	6,32	5,1		2,0	33	39,9	46,59	4,15	0,00	4,3	50,82	55,12	88,4	92,2	0,00	72,38	8,89
B _{Agv}	17-40	6,83	5,3		0,7	15	47,9	49,59	4,69	0,00	2,5	54,32	56,82	77,9	95,6	0,00	84,3	4,61
B _{igv}	40-70	7,26	5,6		0,7	8	52,9	48,21	4,10	0,00	1,7	52,33	54,03	73,7	96,9	0,00	97,9	2,63
C _{g1}	70-110	7,35	5,54		0,1	10	32,9	34,84	3,17	0,00	1,3	38,04	39,34	57,5	96,7	0,00	83,62	1,05
C _{g2}	110-150+	7,47	5,49		0,0	8	29,9	34,79	3,15	0,00	1,7	37,96	39,66	56,4	95,7	0,00	75,39	0,66
Perfil 2 - PLINTOSSOLO ARGILÚVICO Ta Eutrófico gleissólico																		
A _{eg}	00-20	6,17	4,94		0,9	53	14,9	22,13	3,03	0,00	4,1	25,30	29,40	65,7	86,1	0,00	50,68	2,90
B _{tg1}	20-60	6,69	5,2		1,3	15	13,9	22,26	3,15	0,00	1,7	25,45	27,15	33,3	93,7	0,00	51,19	0,53
B _{tg2}	60-98	7,08	5,3		1,2	12	15,9	22,97	3,26	0,00	1,5	26,26	27,76	36,4	94,6	0,00	57,27	0,40
C _{g1}	98-152	7,09	5,31		0,8	12	17,9	23,92	3,29	0,00	1,5	27,24	28,74	39,7	94,8	0,00	59,81	0,26
C _{g2}	152-213+	7,03	5,2		0,0	10	50,9	25,21	3,38	0,00	1,7	28,62	30,32	53,4	94,4	0,00	167,87	0,26
Perfil 3 - ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Ta Eutrófico sódico vertissólico																		
A _v	00-15	6,33	4,74		0,5	11	15,9	27,49	3,45	0,00	4,6	30,97	35,57	52,2	87,1	0,00	44,7	4,28
B _{t1v}	15-37	6,50	4,72		0,0	10	8,9	20,10	2,52	0,00	3,3	22,65	25,95	30,6	87,3	0,00	34,29	2,11
B _{t2v}	37-68	6,56	4,91		0,2	9	7,9	18,65	2,78	0,00	2,1	21,45	23,55	28,9	91,1	0,00	33,54	1,19
B _{Cv}	68-107	7,05	5,05		0,0	6	22,9	20,35	2,92	0,00	1,7	23,29	24,99	36,3	93,2	0,00	91,63	0,53
C _v	107- 165+	7,32	5,25		0,9	0,9	40,9	11,60	1,26	0,00	0,7	12,87	13,57	59,2	94,8	0,00	301,4	0,13
Perfil 4 - CAMBISSOLO HÁPLICO Ta Eutrófico léptico, congromerático																		
A	00-20	6,13	4,65		0,9	75	0,0	9,54	1,89	0,00	4,1	11,62	15,72	25,0	73,9	0,00	0,0	1,19
Bi	20-41	6,19	4,85		1,3	62	0,0	9,47	1,64	0,00	2,6	11,27	13,87	26,4	81,3	0,00	0,0	0,79
1C	41-67	6,50	5,2		1,2	78	0,0	9,86	1,68	0,00	3,0	11,74	14,74	91,5	79,6	0,00	0,0	0,66
2C	67-95	6,60	5,41		0,6	106	0,0	10,23	1,50	0,00	1,7	12,00	13,70	24,1	87,6	0,00	0,0	0,40
Cr ⁽¹⁾	95-140+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perfil 5 - LATOSSOLO AMARELO Ta Eutrocoeso sódico, textura argilosa																		
A ₁₁	00-14	5,89	4,25		1,3	30	0,0	7,65	1,38	0,00	2,1	9,11	11,21	26,6	81,3	0,00	0,0	1,84
A ₁₂	14-40	5,75	4,44		0,1	20	0,0	9,38	1,56	0,00	3,3	10,99	14,29	28,4	76,9	0,00	0,0	1,05
AB	40-76	5,90	4,72		0,1	13	10,9	11,17	2,06	0,00	2,3	13,26	15,56	25,5	85,2	0,00	70,05	0,26
B _{w1}	76-130	6,73	5,2		0,2	15	10,9	11,56	3,06	0,00	1,7	14,66	16,36	27,8	89,6	0,00	66,62	0,40
B _{w2}	130-170+	6,87	5,14		0,1	14	17,9	20,04	6,00	0,00	1,7	26,08	27,78	43,2	93,9	0,00	64,34	0,26

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Hor.	Prof.(cm)	pH (H2O)	pH (KCl)	ΔpH	COMPLEXO SORTIVO													PST	MO
					P	K	Na ⁺⁺	Ca ²⁺	Mg ²⁺	Al ³⁺	H+Al	SB	T	AA	V	m			
					mg/dm ³			cmolc dm ⁻³					cmolc kg ⁻¹			%	dag kg		
Perfil 6 - GLEISSOLO HÁPLICO Ta Eutrófico sódico, carbonático																			
A	00-14	7,35	5,78		1,5	12	26,9	36,89	1,66	0,00	0,3	38,58	38,88	57,6	99,2	0,00	69,18	1,71	
AC	14-40	7,66	5,99		0,4	9	32,9	39,40	1,54	0,00	0,3	40,96	41,26	54,8	99,3	0,00	79,73	0,92	
CAG	40-70	7,76	6,06		0,2	9	37,9	44,19	1,79	0,00	0,7	46,00	46,70	63,1	98,5	0,00	81,15	0,66	
Cg1	70-105	7,83	6,13		0,4	8	35,9	39,41	1,61	0,00	0,5	41,04	41,54	60,4	98,8	0,00	86,42	0,40	
Cg2	105-141	7,83	5,96		0,4	5	31,9	38,57	1,80	0,00	0,8	40,38	41,18	61,0	98,1	0,00	77,46	0,40	
Cg3	141-200+	7,78	5,82		0,3	5	32,9	35,96	1,94	0,00	1,2	37,91	39,11	56,6	96,9	0,00	84,12	0,13	
Perfil 7 - PLANOSSOLO HÁPLICO Ta Eutrocoeso dúrico																			
A	00-10	6,22	4,6		2,4	27	13,9	16,14	1,17	0,00	4,6	17,38	21,98	62,9	79,1	0,00	63,23	4,61	
Bt1	10-36	6,31	4,5		0,4	13	32,9	23,84	1,40	0,00	3,0	25,27	28,27	41,8	89,4	0,00	113,19	2,90	
Bt2	36-60	6,78	5,08		0,1	14	67,9	25,48	1,57	0,00	2,0	29,09	29,09	43,8	93,1	0,00	233,41	1,19	
BC	60-81	7,00	5,48		0,0	4	90,8	26,75	1,45	0,00	1,2	29,41	29,41	60,0	95,9	0,00	308,73	0,40	
C	81-105+	7,62	5,77		0,3	7	59,9	26,89	1,44	0,00	0,7	29,05	29,05	61,8	97,6	0,00	267,29	0,13	
Perfil 8 - CAMBISSOLO FLÚVICO Ta Eutróficatosódico, sódico lítopetroplítico																			
Acf	00-15	6,20	4,5		0,4	30	4,9	14,32	5,74	0,00	4,6	20,14	24,74	51,1	81,4	0,00	19,8	2,63	
ABcf	15-30	6,48	4,58		0,0	11	9,9	18,76	7,17	0,00	2,6	25,96	28,56	52,9	90,9	0,00	34,66	0,92	
Bi	30-50	6,82	4,85		0,0	5	20,9	20,17	7,24	0,00	1,0	27,42	28,42	86,9	96,5	0,00	73,53	0,13	
C	50-92	7,16	5,1		0,0	3	22,9	18,85	6,83	0,00	1,3	25,68	26,99	129,1	95,2	0,00	84,86	0,13	
2C1	92-120+	7,30	5,1		0,0	1	11,9	16,03	5,58	0,00	0,8	21,61	22,41	183,6	96,4	0,00	53,1	0,13	
Perfil 9 - PLANOSSOLO HÁPLICO Ta Eutrófico típico, petroplítico																			
AEqm	00-10	6,21	4,5		1,0	27	14,9	20,63	3,34	0,00	4,6	24,04	28,64	74,0	83,9	0,00	52,02	3,62	
Bt1qm	10-20	6,34	4,67		0,5	24	15,9	19,63	3,27	0,00	3,3	23,10	26,40	60,8	87,5	0,00	68,83	2,30	
Bt2qm	20-40	6,60	4,99		0,6	30	2,9	20,33	3,22	0,00	2,5	23,63	26,13	47,2	90,4	0,00	11,09	1,58	
Bt3	40-67	7,25	5,55		0,0	22	13,9	25,87	3,68	0,00	1,7	29,61	31,31	45,9	94,6	0,00	44,39	0,92	
C1	67-104	7,41	5,94		0,0	20	44,9	28,12	3,48	0,00	1,7	31,65	33,35	57,5	94,9	0,00	134,63	0,66	
C2	104-150+	7,65	6,07		0,0	9	49,9	15,41	1,52	0,00	1,2	16,95	18,15	50,5	93,4	0,00	274,93	0,13	
Perfil 10 - LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Tb Eutrocoeso típico, textura muito argilosa																			
A11	00-15	6,41	5,35		566,9	155	1,9	17,96	0,89	0,00	5,6	19,25	24,85	32,9	77,5	0,00	7,64	4,28	
A12	15-40	6,58	5,4		185,8	83	0,0	14,98	0,52	0,00	3,5	15,71	19,21	24,8	81,8	0,00	0,0	1,71	
AB	40-70	6,84	5,6		21,1	67	0,0	11,54	0,40	0,00	1,7	12,11	13,81	17,8	87,7	0,00	0,0	0,79	
BA	70-93	7,02	5,76		13,0	43	0,0	13,57	0,47	0,00	1,3	14,15	15,45	20,1	91,6	0,00	0,0	0,53	
Bw1	93-149	7,13	5,96		2,9	38	0,0	12,02	0,49	0,00	0,7	12,61	13,31	17,3	94,7	0,00	0,0	0,40	
Bw2	149-205+	7,10	6,02		0,7	38	0,0	10,06	0,61	0,00	0,7	10,77	11,47	15,4	93,9	0,00	0,0	0,40	

Tabela 3 - Atributos físicos.

HORIZONTE		Composição granulométrica (g kg ⁻¹)						ADA	GF (%)	CE(ds/m) (1 x 10 ⁻⁵)	S/A	Af/At
Simb.	Prof. (cm)	Areia		Silte	Argila	Classe textural						
		Grossa	Fina	Total								
Perfil 1 - VERTISSOLO HIDROMÓRFICO Órtico típico Ta Eutrófico												
Agv	00-17	86	62	148	222	630	Muito-Argilosa	0,336	99,9	83,0	0,35	0,04
BAGv	17-40	50	31	81	190	729	Muito-Argilosa	0,450	99,9	65,0	0,26	0,38
Bigv	40-70	46	52	98	179	733	Muito-Argilosa	0,454	99,9	70,0	0,24	0,53
Cg1	70-110	96	78	174	142	684	Muito-Argilosa	0,424	99,9	46,0	0,20	0,44
Cg2	110-150+	76	57	133	165	702	Muito-Argilosa	0,381	99,9	38,0	0,23	0,42
Perfil 2 - PLINTOSSOLO ARGILÚVICO Ta Eutrófico gleissólico												
Aeg	00-20	58	44	102	451	447	Argilosa	0,274	99,9	113,0	1,0	0,43
Btg1	20-60	23	23	46	141	813	Muito-Argilosa	0,324	99,9	47,0	0,17	0,5
Btg2	60-98	21	19	40	200	760	Muito-Argilosa	0,219	99,9	32,0	0,26	0,47
Cg1	98-152	15	18	33	244	723	Muito-Argilosa	0,310	99,9	32,0	0,33	0,54
Cg2	152-213+	31	46	77	356	567	Argilosa	0,253	99,9	33,0	0,62	0,59
Perfil 3 - ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Ta Eutrófico sódico vertissólico												
Av	00-15	50	62	112	208	680	Muito-Argilosa	0,343	99,9	40,0	0,30	0,55
Bt1v	15-37	14	16	30	122	848	Muito-Argilosa	0,442	99,9	30,0	0,14	0,53
Bt2v	37-68	10	14	24	162	814	Muito-Argilosa	0,389	99,9	27,0	0,19	0,58
BCv	68-107	41	30	71	241	688	Muito-Argilosa	0,298	99,9	24,0	0,35	0,42
Cv	107-165+	369	264	633	138	229	Franco-argilo-arenosa	0,081	99,9	29,0	0,60	0,41
Perfil 4 - CAMBISSOLO HÁPLICO Ta Eutrófico léptico, conglomerático												
A	00-20	137	96	233	140	628	Muito-Argilosa	0,204	99,9	22,0	0,22	0,41
Bi	20-41	172	131	303	173	524	Argilosa	0,168	99,9	22,0	0,33	0,43
1C	41-67	48	58	106	733	161	Franco-siltosa	0,114	99,9	22,0	4,5	0,54
2C	67-95	142	97	239	194	567	Argilosa	0,121	99,9	23,0	0,34	0,40
Ct ⁽¹⁾	95-140+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perfil 5 - LATOSSOLO AMARELO Ta Eutrocoeso sódico, textura argilosa												
A11	00-14	351	134	485	95	420	Argilo-arenosa	0,153	99,9	25,0	0,22	0,27
A12	14-40	276	121	397	101	502	Argilosa	0,228	99,9	29,0	0,20	0,30
AB	40-76	201	65	265	125	610	Muito-Argilosa	0,262	99,9	26,0	0,20	0,24
Bw1	76-130	206	76	282	130	588	Argilosa	0,280	99,9	25,0	0,22	0,26
Bw2	130-170+	115	51	266	191	643	Muito-Argilosa	0,331	99,9	27,0	0,29	0,19

ADA - Argila Dispersa em Água; CE - Condutividade Elétrica; GF - Grau de Dispersão S/A - Relação Silte e Argila; Af/At - Relação Areia fina e Areia total.

CONTINUA.

PROCESSOS E DINÂMICAS GEOGRÁFICAS NO MOÇAMBIQUE CONTEMPORÂNEO

...CONTINUAÇÃO.

HORIZONTE		Composição granulométrica (gkg ⁻¹)					Classe textural	ADA	GF %	CE(dS/m) (1 x 10 ⁻⁵)	S/A	Af/At
Simb.	Prof. (cm)	Areia		Silte	Argila	Grossa						
Perfil 6 - GLEISSOLO HÁPLICO Ta Eutrófico sódico, carbonático												
A	00-14	60	107	167	160	674	Muito-Argilosa	0,319	99,9	69,0	0,23	0,64
AC	14-40	48	88	138	111	752	Muito-Argilosa	0,390	99,9	66,0	0,14	0,63
CAG	40-70	43	71	114	148	739	Muito-Argilosa	0,378	99,9	30,0	0,18	0,62
Cg1	70-105	58	100	158	155	687	Muito-Argilosa	0,401	99,9	64,0	0,22	0,63
Cg2	105-141	74	115	189	137	674	Muito-Argilosa	0,405	99,9	45,0	0,20	0,60
Cg3	141-200+	59	88	147	163	690	Muito-Argilosa	0,389	99,9	33,0	0,23	0,58
Perfil 7 - PLANOSSOLO HÁPLICO Ta Eutrocoeso dúrcico												
A	00-10	302	237	539	112	349	Franco-argilo-arenosa	0,090	99,9	45,0	0,32	0,43
Bt1	10-36	127	74	201	123	676	Muito-Argilosa	0,318	99,9	43,0	0,18	0,36
Bt2	36-60	102	56	159	179	664	Muito-Argilosa	0,297	99,9	33,0	0,26	0,35
BC	60-81	220	109	329	182	490	Argilo-arenosa	0,219	99,9	37,0	0,33	0,37
C	81-105+	278	125	403	127	470	Argilo-arenosa	0,205	99,9	43,0	0,27	0,31
Perfil 8 - CAMBISSOLO FLÚVICO Ta Eutrófico latossólico, sódico lítopetroplíntico												
Acf	00-15	211	152	363	152	484	Argilo-arenosa	0,164	99,9	35,0	0,31	0,41
ABcf	15-30	214	103	317	143	539	Argilosa	0,230	99,9	26,0	0,26	0,32
Bi	30-50	409	122	531	142	327	Franco-argilo-arenosa	0,121	99,9	34,0	0,04	0,22
C	50-92	509	142	651	139	209	Franco-argilo-arenosa	0,062	99,9	29,0	0,66	0,21
2C1	92-120+	571	166	637	141	122	Franco-arenosa	0,035	99,9	29,0	1,15	0,26
Perfil 9 - PLANOSSOLO HÁPLICO Ta Eutrófico típico, petroplíntico												
AEqm	00-10	308	180	488	125	387	Franco-argilosa	0,132	99,9	36,0	0,32	0,36
Bt1qm	10-20	387	107	494	73	434	Argilo-arenosa	0,210	99,9	36,0	0,16	0,21
Bt2qm	20-40	349	41	390	56	553	Argilosa	0,319	99,9	37,0	0,10	0,10
Bt3	40-67	117	48	165	154	681	Muito-Argilosa	0,295	99,9	34,0	0,22	0,29
C1	67-104	138	81	219	202	579	Argilosa	0,267	95,3	47,0	0,34	0,36
C2	104-150+	350	157	507	134	359	Franco-argilo-arenosa	0,113	96,8	48,0	0,37	0,30
Perfil 10 - LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Tb Eutrocoeso típico, textura muito argilosa												
A11	00-15	62	61	123	122	755	Muito-Argilosa	0,299	99,9	63,0	0,16	0,49
A12	15-40	59	38	97	129	774	Muito-Argilosa	0,330	99,9	54,0	0,16	0,39
AB	40-70	30	25	55	168	778	Muito-Argilosa	0,099	99,9	33,0	0,21	0,45
BA	70-93	25	26	51	183	765	Muito-Argilosa	0,314	99,9	38,0	0,23	0,50
Bw1	93-149	20	20	40	193	767	Muito-Argilosa	0,039	99,9	39,0	0,25	0,4
Bw2	149-205+	21	24	45	213	743	Muito-Argilosa	0,011	99,9	28,0	0,28	0,53

Tabela 4 - Classes de aptidão agrícola de terras da Bacia Hidrográfica do Rio Maue.

Classes de Aptidão Agrícola	Classes de Solos	Designação das classes	Área	
			ha	%
5SN	CYvegl	Terras pertencentes à classe de aptidão boa para silvicultura e pastagem natural	1.104,50	24,05
4P	VGove GXvek SXve2	Terras pertencentes à classe de aptidão boa para pastagem plantada	717,78	15,62
1(a)BC	SNvex1	Terras pertencentes à classe de aptidão boa para a lavoura nos níveis de manejo B e C, e restrita no nível A	469,80	10,23
1ABC	PVAvek LVAbex LAvex FTveg	Terras pertencentes à classe de aptidão boa para lavouras nos níveis de manejo A, B e C	1.855,29	40,41
6	CXve	Terras sem aptidão para o uso agrícola	445,19	9,69
Total			4.592,56	100

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Os 9,69% compreendem as terras inaptas para o uso agrícola, em virtude de estas possuírem maior pedregosidade, rochosidade, e acentuada declividade (>45%), o que propicia impedimentos à mecanização motora, resultando em dificuldades no uso e, inclusive, impedimentos para a utilização de implementos agrícolas, em face da maior suscetibilidade à erosão e, conseqüentemente, à remoção de nutrientes do solo. Apesar disso, tais limitações não reduzem significativamente as terras agricultáveis da região.

Os dados apresentados permitem afirmar, de modo geral, que a área em estudo se apresenta com considerável potencial para o uso agrícola, haja vista que 90,31% da área total da bacia compreende áreas aptas para a lavoura de culturas de ciclos curtos, e/ou longos, ou terras pertencentes à classe com aptidão boa para a lavoura, fato que lhes conferem maior potencialidade agrícola e, por conseguinte, maior produtividade.

Com base nos quadros 1 e 2, e nas figuras 2 e 3, depreende-se que, para as classes de aptidão agrícola estudadas, os graus de limitação de deficiência de fertilidade (f) variam de nula (N) para as classes 1ABC e 6; a forte (F) para as classes 1(a)BC, 4P e 5SN.

O grau de limitação nulo compreende as terras que possuem elevadas reservas de nutrientes para as plantas, sem apresentar toxidez por sais solúveis, sódio trocável, ou outros elementos prejudiciais ao desenvolvimento das plantas. Praticamente, não respondem à adubação, e apresentam ótimos rendimentos durante muitos anos (supostamente mais de 20 anos), mesmo sendo para as culturas mais exigentes. Entretanto, os solos pertencentes a esse grau apresentam, ao longo do perfil, mais de 80% de saturação, soma de bases acima de 6

meq/100g de solo; e são livres de alumínio trocável (Al^{+3}) na camada arável. A condutividade elétrica é menor que 4 mmhos/cm a 25° C (RAMALHO FILHO e BEEK, 1995).

Tais classes possuem elevada fertilidade natural e, conseqüentemente, maior potencialidade agrícola das terras, dispensando assim o uso de fertilizantes e calagens para a manutenção do seu estado nutricional, em virtude de possuírem boas condições agronômicas (pH adequado), o que as qualifica como aptas para a produção agropecuária. Deste modo, terras com alta fertilidade natural, e boas propriedades físicas exigem, eventualmente, pequenas quantidades de fertilizantes para a manutenção da produção.

O grau de limitação forte constitui-se nas terras com reservas muito limitadas de um ou mais elementos nutrientes, ou contendo sais tóxicos em quantidades tais que permitem apenas o desenvolvimento de plantas com tolerâncias. Normalmente, caracterizam-se pela baixa soma de bases trocáveis (S), podendo a condutividade elétrica estar quase sempre entre 8 e 15 mmhos/cm a 25 °C, e a saturação com sódio acima de 15%.

Vale destacar que essas características refletem-se nos baixos rendimentos da maioria das culturas e pastagens desde o início da exploração agrícola, devendo essa deficiência ser corrigida na fase inicial de sua utilização.

As terras que apresentam este tipo de grau de limitação exigem um melhoramento viável com práticas intensivas e sofisticadas, e considerável aplicação de capital em prol de recuperação de solos sódicos, os quais requerem a substituição do sódio por outro cátion, em geral cálcio, e a remoção do sódio contido na solução do solo por irrigação e/ou drenagem. De igual maneira, estas exigem a aplicação de maior aporte de fertilizantes, além de um adequado manejo.

Oliveira (2001) evidencia que em alguns solos como o Vertissolo Hidromórfico sódico, a condutividade hidráulica é quase nula, sendo impossível o processo de lavagem; devido a esse fato, tem sido recomendado que a irrigação de tais solos seja feita de forma a melhorar os 30 – 40 cm superficiais. Para a mesma fonte, os Planossolos Nátricos constituem sérios impedimentos à permeabilidade interna, dificultando igualmente o processo de saneamento de tais solos.

No que diz respeito à deficiência de água (h), constatou-se que, para as classes 4P e 1(a)BC, apresentam-se nulos (N), pois estas compreendem terras em que não há falta de água para o desenvolvimento das culturas, em nenhuma época do ano. Portanto, são terras com boa drenagem interna ou livres de estação seca, ou aquelas com lençol freático elevado, típicas das

várzeas. Em algumas áreas, dependendo da temperatura e umidade relativa, e distribuição das chuvas, há possibilidade de dois cultivos em um ano.

Por sua vez, as classes 1ABC e 5SN integram-se na deficiência de água (h) no nível ligeiro (L), pois fazem parte das terras em que ocorre a deficiência de água pouco acentuada, durante um período de 3 a 5 meses por ano, o que eliminará as possibilidades de dois cultivos de ciclo curto, anualmente. Não estão previstas, em áreas com esse grau de limitação, irregularidades durante o período de chuvas.

As formações vegetais, que normalmente se relacionam a este grau, são o cerrado⁹, e a floresta subcaducifólia, bem como caducifólia em solos com alta retenção de água.

Com relação ao excesso de água e/ou deficiência de oxigênio (o), as classes 1ABC e 5SN comportaram-se de modo semelhante, pois evidenciaram graus de limitação nulo (N), justificando terras que não apresentam restrições ao excesso de água, ou terras que não apresentam problemas de aeração ao sistema radicular da maioria das culturas durante todo o ano. Portanto, são classificadas como bem, e excessivamente, drenadas. Ademais, seus solos possuem boa profundidade efetiva, relevo com declividade, variando de plano a suave ondulado, atributos esses que contribuem para a boa drenagem nos seus perfis.

A classe 4P apresentou-se com grau de limitação moderado (M) por se apresentar sob condições de terras nas quais a maioria das culturas sensíveis não se desenvolve satisfatoriamente, em decorrência da deficiência da aeração durante a estação chuvosa. São consideradas imperfeitamente drenadas e sujeitas a riscos ocasionais de inundação. A classe 1(a)BC apresentou-se com grau ligeiro (L), correspondendo, assim, às terras que apresentam certa deficiência de aeração às culturas sensíveis a excesso de água durante a estação chuvosa. Estas são, em geral, moderadamente drenadas.

A despeito da suscetibilidade à erosão (e), as classes de aptidão agrícola 1ABC, 1(a)BC e 4P mostraram-se com grau de limitação nulo (N), por se distribuírem espacialmente em solos com relevos planos ou quase planos, com declividade de 0 a 3%, e com boa permeabilidade, na sua maioria. Por sua vez, a classe 5SN apresentou o grau de restrição forte (F) a muito forte (MF), em virtude de possuir forte suscetibilidade à erosão. Não obstante, estas terras ocorrem em relevo ondulado a forte ondulado, com declive normalmente de 13 a 20% e 20 a 45% respectivamente.

⁹ Para o contexto do presente estudo, considere-se Savana.

Quanto ao impedimento à mecanização (m), refira-se que, para a maioria das classes de aptidão agrícola estudadas, os graus de limitação mostraram-se nulo (N), exceto às classes 5SN e 6, que se apresentaram com limitação muito forte (MF).

A classe 6 (sem aptidão para uso) apresentou uma grande limitação concernente à suscetibilidade à erosão, pois integrou-se nos graus de limitação muito forte (MF) a extremamente forte (EF). Estas categorias de limitação pertencem às terras de maior suscetibilidade erosiva do que as classes anteriores, fato que lhes propicia um uso agrícola restrito, pois ocorre em áreas com relevo forte ondulado a montanhoso, com declives na ordem de 20-45 % e > 45 %. Para essas áreas, na maioria dos casos, o controle à erosão é dispendioso.

Concomitantemente, a mesma classe integra-se no grau extremamente forte (EF), o qual se caracteriza pelas terras que apresentam severas suscetibilidades à erosão. Todavia, não são recomendáveis para o uso agrícola, sob pena de serem totalmente erodidas em poucos anos.

As terras da classe 6, são constituídas por paisagens com declives superiores a 45%, nas quais deve ser estabelecida uma cobertura vegetal para preservação ambiental. Porém, apesar desta classe possuir solos com boas propriedades químicas (elevada soma de bases, maior CTC, caráter eutrófico, argila de alta atividade, bom pH entre outros), e físicas (teores de argila > 360 g kg⁻¹), apresenta, simultaneamente, grandes restrições físicas (maior declive, que contribui para a vigorosa erosão e mobilização dos materiais do solo, e do regolito, decorrentes da maior suscetibilidade erosiva, maior pedregosidade e rochosidade, pequena espessura do *solum*, e presença de cascalho, calhaus, e matacões), que dificultam sobremaneira a mecanização e uso de implementos agrícolas, tornando-a inapta para o uso agrícola. Esta situação propicia a esta classe a preservação da flora e fauna.

A despeito de impedimento à mecanização, vale salientar ainda que as classes de aptidão agrícola das terras tiveram um comportamento heterogêneo, sendo que apenas a classe 6 apresentou grau de limitação muito forte (MF), que compreende terras que não permitem o uso de maquinários, sendo difícil até mesmo o uso de implementos de tração animal. Normalmente, estas classes na área de estudo são de topografia montanhosa, com declive superior a 45% e com impedimentos muito fortes devido à pedregosidade, rochosidade, profundidade efetiva, e outros problemas de drenagem.

Por outro lado, as restantes classes, 1ABC, 1(a)BC, e 4P, apresentam-se com grau de limitação nulo (N), perfazendo, assim, terras que permitem, em qualquer época do ano, o emprego de todos os tipos de máquinas e implementos agrícolas ordinariamente utilizados.

Caracterizam-se ainda por possuírem topografia plana e praticamente plana, com declividade inferior a 3%, e não oferecem impedimentos relevantes à mecanização. O rendimento do trator (números de horas de trabalho usadas efetivamente) é superior a 90%.

Por último, a classe 5SN teve o grau de forte (F), em virtude de possuir terras que permitem apenas, em quase sua totalidade, o uso de implementos de tração animal ou máquinas especiais. Estas se caracterizam por possuírem declives acentuados (20 - 45%) em relevo forte ondulado. Ademais, a presença de sulcos e voçorocas pode constituir impedimentos ao uso de máquinas, bem como tendo epi-pedregosidade, rochosidade, pequena profundidade efetiva, e má drenagem, etc., restrições essas que constituem uma realidade nos solos por onde se espacializam essas terras.

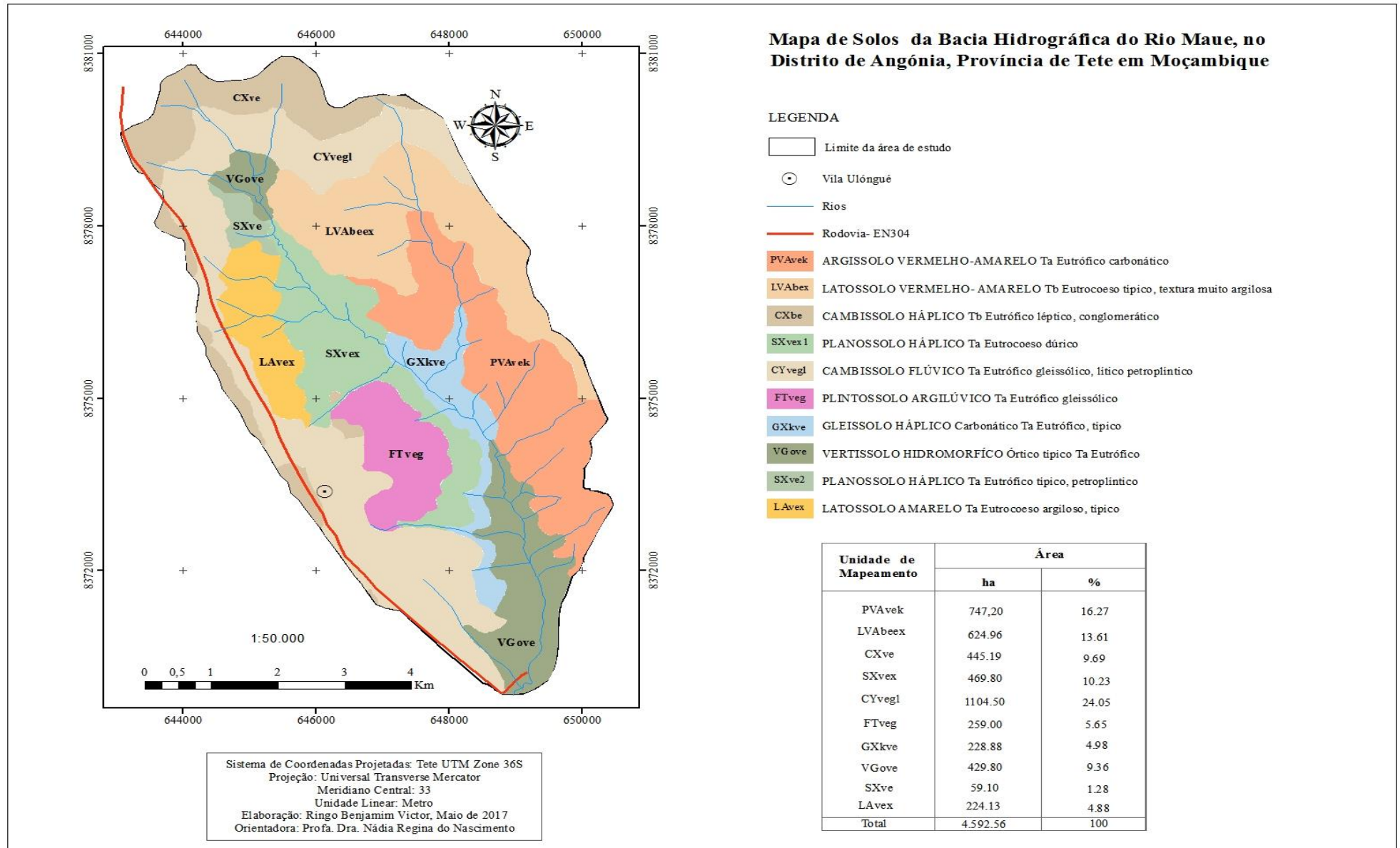
Considerações Finais

A pesquisa evidenciou que 20% dos solos da bacia são de elevada fertilidade natural (eutróficos) e sem nenhuma limitação química, que correspondem às classes Latossolo Vermelho-Amarelo Tb Eutrocoeso típico, textura muito argilosa, e Cambissolo Háptico Tb Eutrofico léptico, conglomerático. Por sua vez, 80% dos solos, apesar de eutróficos, possuem baixa fertilidade natural, pois deparam-se com problemas de sodicidade, o que representa limitação ao desenvolvimento das culturas, exceto às tolerantes a este elemento.

Fisicamente, os solos geralmente se apresentam com restrições (coesão, adensamento e cimentação de seus horizontes, endopedregosidade, rochosidade e acentuada declividade), principalmente para as classes de Cambissolo e Planossolos, o que contribui para a deficiência nas trocas gasosas e líquidas, restrições estas que limitam o crescimento e o desenvolvimento eficiente das plantas, uso da mecanização e implementos agrícolas. Apesar disso, se prestam à lavoura quando submetidos a correções e manejos visando à melhoria de sua estrutura, produtividade e conservação.

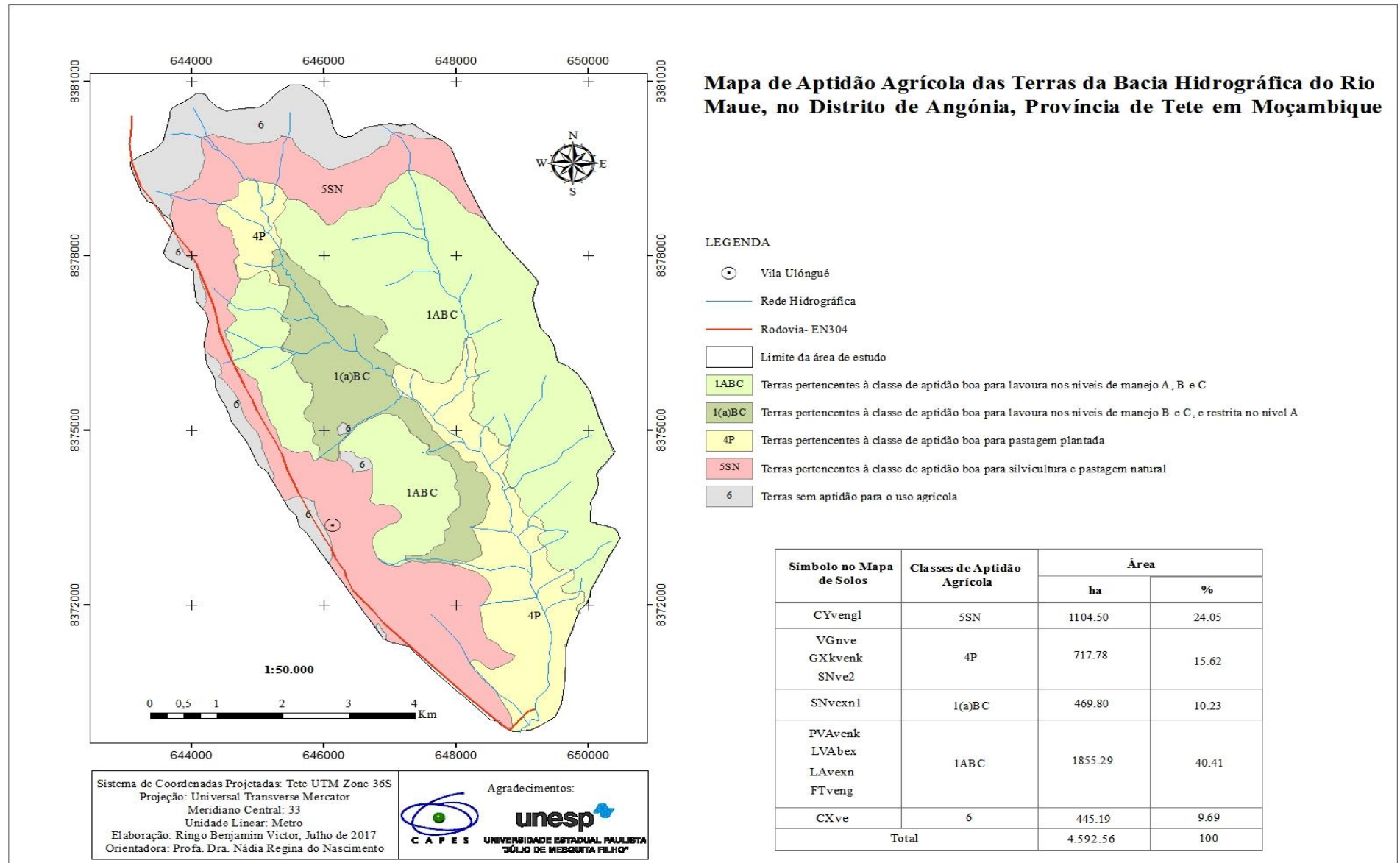
A avaliação da aptidão agrícola possibilita não apenas a identificação do potencial produtivo das terras, nas suas diferentes categorias de uso e manejo, mas também oferece importantes subsídios para planejamentos ambientais sustentáveis.

Figura 2 - Mapa pedológico da área de estudo segundo SiBCS (EMBRAPA, 2013).



Fonte: Os Autores, 2017.

Figura 3 - Mapa de aptidão agrícola de terras da área de estudo.



Fonte: Os Autores, 2017.

Quadro 1 - Quadro-guia de avaliação da aptidão agrícola das terras na Bacia Hidrográfica do Rio Maue em Angónia.

Aptidão Agrícola			Graus de limitação das condições agrícolas das terras para os níveis de manejo A, B e C															
Grupo	Subgrupo	Classe	Deficiência de fertilidade			Deficiência de água			Excesso de água ou deficiência de oxigênio			Susceptibilidade à erosão			Impedimentos à mecanização			Tipo de utilização indicado
			A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	
1	1ABC	Boa	N/F	N/F1	N/F1	L	L	L	N	N	N	N	N	N	N	N	N	Lavouras
1	1(a)BC	Boa	F	F2	F2	N	N	N	L	L	L	N	N	N	N	N	N	
4	4P	Boa	F	F2	F2	N	N	N	M	M	M	N	N	N	N/L	N/L	N/L	Pastagem plantada
5	5SN	Boa	F	F2	F2	L	L	L	N	N	N	F/MF	F/MF	F/MF	MF	MF	MF	Silvicultura e/ou pastagem natural
6	6	Sem aptidão agrícola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Preservação da Flora e da Fauna

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Notas:

- Os algarismos correspondem aos níveis de viabilidade de melhoramento das condições agrícolas das terras;
- A ausência de algarismos acompanhando a letra representativa do grau de limitação indica não haver possibilidades e/ou interesse de melhoramento naquele nível de manejo;
- Graus de limitação: N - Nulo; L- Ligeiro; M - Moderado; F - Forte; MF- Muito Forte; EF- Extremamente Forte.

Quadro 2 - Relação entre solos e classes (grupos e subgrupos) de aptidão agrícola de terras na Bacia Hidrográfica do Rio Maue em Angónia.

Classes de Solos	Relevo	Estimativa dos graus de limitação e melhoramento					Impedimentos à mecanização	Classificação
		Deficiência de fertilidade	Deficiência de água	Excesso de água	Suscetibilidade à erosão			
Argissolo Vermelho-Amarelo Ta Eutrófico carbonático	Suave Ondulado							
Latossolo Vermelho- Amarelo Tb Eutrocoeso, típico textura muito argilosa	Suave Ondulado							
Latossolo Amarelo Ta Eutrocoeso argiloso, típico	Plano	N ₁	L/M	N	N	N		1ABC
Plintossolo Argilúvico Ta Eutrófico gleissólico	Plano							
Planossolo Háptico Ta Eutrocoeso gleissólico, lítico petroplúntico	Plano	F ₂	L/M	N	F	M		1(a)BC
Vertissolo Hidromórfico órtico Típico Ta Eutrófico	Plano	F ₂	L/M	N	L	L		4P
Glissolo Háptico Carbonático Ta Eutrófico, típico								
Planossolo Háptico Ta Eutrófico típico, petroplúntico								
Cambissolo Flúvico Ta Eutrófico gleissólico, lítico petroplúntico	Forte Ondulado	F ₂	L	N	F/MF	MF		5SN
Cambissolo Háptico Ta Eutrófico léptico, conglomerático	Montanhoso	-	-	-	-	-		6

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

A avaliação da aptidão agrícola de terras identificou cinco classes de terras: 1ABC, com 40,41% da área total, que compreende terras pertencentes às classes de aptidão boa para lavouras nos níveis de manejo A, B, e C; seguindo-se da 5SN com 24,05%, correspondendo a terras pertencentes à classe de aptidão boa para silvicultura e pastagem natural. Por sua vez, 15,62% compreendem à classe 4P, que representa terras pertencentes à classe de aptidão boa para pastagem plantada, e a classe 1(a)BC, com 10,23%, comportando assim terras pertencentes à classe de aptidão boa para a lavoura nos níveis de manejo B e C, e restrita ao nível A.

Por último, a classe 6, com 9,69%, não possui alguma aptidão para o uso agrícola, sendo esta reservada apenas para preservação da flora e fauna.

Em termos percentuais, a área estudada possui um potencial agrícola considerável de uso, pois 90,31% de cobertura pertencem a áreas aptas para a lavoura de culturas de ciclos curtos e/ou longos, pastagem plantada e silvicultura, quando submetidas a técnicas promissoras de manejos e conservação dos solos, com objetivos de elevar a sua fertilidade.

Agradecimentos

Expressamos os nossos agradecimentos à CAPES-PECPG pela bolsa concedida durante a formação em nível de doutoramento do primeiro autor, que resultou no presente artigo.

Referências bibliográficas

EMBRAPA (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA). **Avaliação da Aptidão Agrícola das Terras**: propostas metodológicas. São Paulo, 2004.

EMBRAPA. (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA). **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 3. ed. Revista e ampliada. Brasília: Embrapa, 2013.

FAO (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS) **Frame Work for Land Evaluation**. Roma. FAO. (Soil Bull, 29) e Wagenigen, ILIRI. 72 p. (Publ. 22), 1976.

FAO-UNESCO (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS- ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS TO SCIENCE, EDUCATIONS E CULTURE). **Soil map of the World: 1:5.000.000**. Volume VI Africa. Prepared by the Food and Agriculture Organization of the United Nations end United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, Unesco- Paris, 1977.

KER, João Carlos *et al.* **Pedologia: fundamentos**. 1. ed. SBCS, Viçosa - Minas Gerais, 2012.

MORELLE, David; LEJEUNE Philippe. Élaboration d'une méthode quantitative et globale d'évaluation de l'aptitude des terres à l'agriculture: application à la Région wallonne (Belgique). *In: Revista Biotechnol. Agron. Soc. Environ.* 2000 4 (1), 51-57, Disponível em: <http://orbi.ulg.ac.be/bitstream/2268/17230/1/>. Acesso em: 27 jun. 2015.

RAMALHO FILHO, Antonio; BEEK, K. J. **Sistema de Avaliação da Aptidão Agrícola das Terras**. 3. ed. EMBRAPA: Rio de Janeiro, 1995.

AVALIAÇÃO HISTÓRICA DO RISCO DE SECA NA PROVÍNCIA DE MANICA (MOÇAMBIQUE) DE 1989 - 2019

*Alfredo A. Cumbuia
Hélio V. Nganhane
Euginol Chaves*

Introdução

A província de Manica, de modo geral, é tida com alta potencialidade agroecológica em Moçambique, devido à sua grande produção de cereais, frutas e hortícolas. Esta produção confunde a análise de riscos de seca, que muitas vezes é reportada quando há escassez de água e fraca produção. Mas, analisadas as séries de temperatura e precipitação, e combinadas com informações colhidas nos jornais de notícias num período de 30 anos, foi possível aferir períodos de seca.

Embora as condições hidrometeorológicas da província de Manica propiciem, de um modo geral, a queda regular da precipitação, nos últimos tempos têm havido cenários de variabilidade ou flutuação climática, que se traduzem em seca, que, por sua vez, afetam em algumas regiões da província, impactando negativamente na produção agrícola, e propiciando situações de insegurança alimentar e fome nas comunidades.

Segundo o *Plano de Acção Nacional de Combate a Seca e Desertificação* (PANCSO), a província de Manica possui regiões que têm registrado cenários de seca com muita frequência, e com uma elevada intensidade (MICOA, 2007). Todavia, o impacto desse fenômeno tem aumentado devido à maior vulnerabilidade da população.

Ainda que existam muitos e diferentes estudos feitos sobre a seca na província de Manica ao longo do tempo, esses estudos não fazem uma abordagem histórica sobre os cenários e impactos da seca nesta região. Outro fato é que não existe uma informação sistematizada capaz de possibilitar a análise da variabilidade da seca nos últimos anos para esta região.

A presente pesquisa consistiu na avaliação histórica de risco de seca na província de Manica, analisando séries de precipitação e temperaturas correspondentes a 30 anos, e uma revisão de fontes jornalísticas sobre a seca na região.

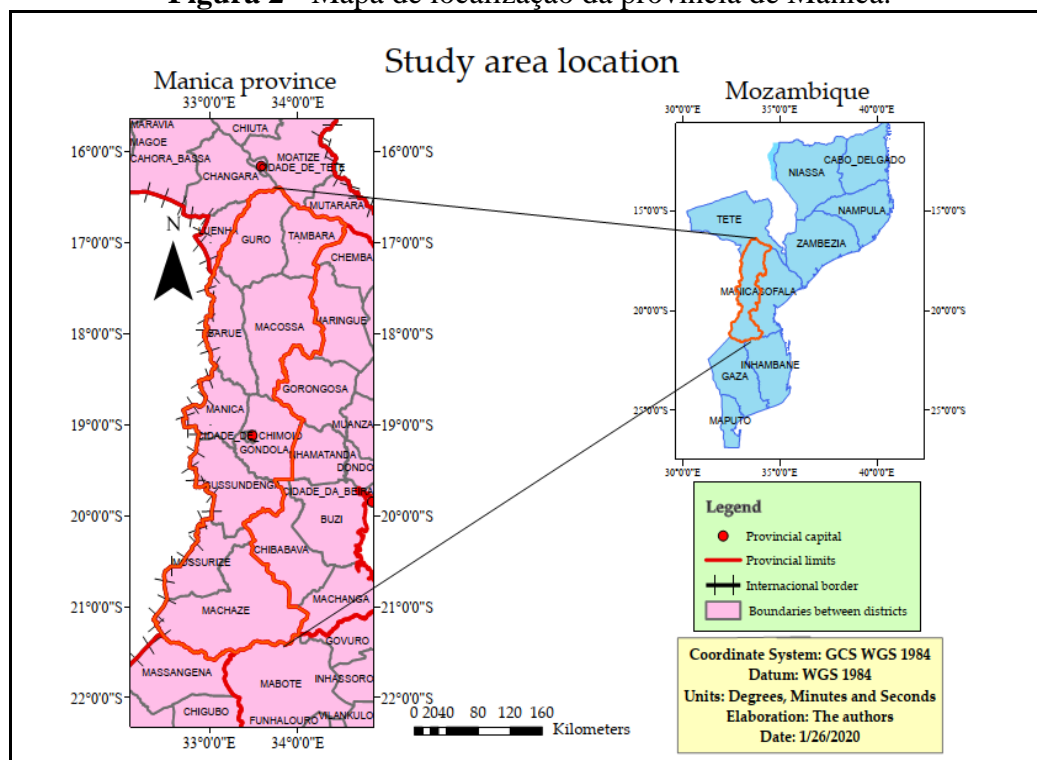
Com esse estudo pretendeu-se, também, prover informações, estratégias de mitigação, prevenção, e adaptação sobre riscos de seca, tendo em conta o contexto da área de estudo. Tais considerações, por sua vez, poderão ajudar na redução da vulnerabilidade, e proporcionar um

aumento de resiliência das comunidades frente à ocorrência das anomalias meteorológicas na província de Manica.

Caracterização da área de estudo

A província de Manica está localizada no centro-oeste do país, ao longo da fronteira com a República do Zimbabwe. A fronteira de Moçambique com Zimbabwe possui 1.231 km de extensão, indo do norte do Zimbabwe para o leste do país e, daí, para o sul. Astronomicamente, a província de Manica localiza-se entre os paralelos 21°34'07" e 16°24'05" de latitude sul; 34°01'47" e 32°42'45" de longitude leste. É limitada ao norte pela província de Tete, através dos rios Luenha e Zambeze, numa extensão de cerca de 600 km; ao sul limita-se pelas províncias de Gaza e Inhambane, através do rio Save; a leste separa-se da província de Sofala por linhas convencionais, e a oeste faz fronteira com a República do Zimbabwe. Em termos de extensão, a província possui uma superfície de 61.661 km².

Figura 2 - Mapa de localização da província de Manica.



Fonte: elaboração própria; base de dados do CENACARTA,¹⁰ (2020).

De modo a fazer uma melhor descrição da área do estudo, apresenta-se igualmente alguns aspectos relacionados com o clima, geologia, hidrologia e pedologia da região.

¹⁰ Centro Nacional de Cartografia e Teledeteção.

Os principais rios desta região correm no sentido oeste-este, obedecendo à disposição do relevo. A principal bacia hidrográfica é a do Zambeze no extremo norte; é constituída pelo rio do mesmo nome, e tem os rios Luenha, Nhamakombe e Pompu, como principais afluentes. Na parte central e sul da província encontram-se outros rios, nomeadamente, os rios Púngue e Revué. Quanto à constância do escoamento, os rios nesta região são intermitentes e não oferecem condições de navegabilidade.

Geologicamente, a região apresenta unidades correspondentes aos principais períodos do desenvolvimento paleogeográfico de Moçambique, nomeadamente o Pré-câmbrico, o Karroo, e o Pós-Karroo (MUCHANGOS, 1999).

Sob o ponto de vista pedológico, na província de Manica, predominam os solos franco-argilosos arenosos, solos franco-argilosos-arenosos vermelhos com camada superficial mais leve, e solos arenosos.

O relevo da província é constituído por três zonas altimétricas: áreas de montanhas, planaltos e planícies. Assim sendo, as montanhas situam-se essencialmente no extremo oeste da cidade e capital da província de Manica, Chimoio, com mais de 1.000 m de altitude, junto à fronteira com o Zimbabwe, e incluem a maior parte dos distritos de Sussundenga e Mossurize. É nesta zona que se situam os pontos mais altos da província: o Monte Binga, com 2.436 m; o Monte Gorongue com 1.887 m, e a Serra Chôa com 1.844 m (MUCHANGOS, 1999; MICOA, 2009).

Os planaltos, com altitudes que variam entre os 200 e 1.000 m, localizam-se na região central e leste, e ocupam cerca de 70% da área da província. As planícies, com altitudes que variam de 100 a 200 metros, estão localizadas no extremo sudeste da província, onde os terrenos são quase planos (MICOA, 2009). A geomorfologia do extremo setentrional (ao norte de Tambara) compreende vertentes, vales, e fundos dos rios, à exceção da região do vale do Zambeze, onde aparecem planícies de acumulação. Todavia, no extremo meridional da província (nos distritos de Machaze e Mossurize), o relevo do terreno é caracterizado pela ocorrência de colinas e montanhas fortemente dissecadas por muitos riachos que drenam a área, juntando-se aos rios mais importantes. Estas formações são o prolongamento da escarpa de Manica, parte integrante dos montes de Chimanimani, no distrito de Sussundenga.

Quanto à cobertura vegetal dessa região, de um modo geral, a vegetação da província de Manica é predominantemente constituída por floresta de miombo com estratos diferenciados (altos, médios e baixos). Entretanto, o extremo Norte da província apresenta baixa cobertura

florestal, devido ao elevado desflorestamento, e erosão. Algumas áreas são caracterizadas por florestas abertas de miombo com predomínio de estrato baixo, com espécies como *Brachystegia spp* (BAZIMA *et al.*, 2011).

Descrição de materiais e métodos

- *Revisão de fontes hemerográficas*

Com este método, fez-se a revisão de diversas literaturas que se debruçam sobre os riscos naturais, especificamente sobre as análises dos riscos de seca, em formato eletrônico, como é o caso de artigos científicos, e revisão dos jornais correspondentes ao período entre 1989-2019, que retratam sobre os cenários de seca na província de Manica. Mediante este método, também foi possível elaborar um quadro teórico sobre o problema em causa, por meio de experiência da sistematização de conhecimento científico, o que ajudou na compreensão do tema em destaque.

- *Estatístico-Matemático*

Este método foi usado no cálculo e análise das séries de precipitação. No entanto; especificamente analisou-se a (NP) Percentagem da Normal de Precipitação da região central, setentrional e meridional da província de manica, através do cálculo do índice de precipitação normal (CUNHA, 2008; PESSIN, 2017). Além dos dados estatísticos, o mesmo método foi aplicado na análise dos dados referentes aos danos e consequências dos cenários ou eventos de seca na província de Manica para se fazer a avaliação da vulnerabilidade socioeconômica nesta região.

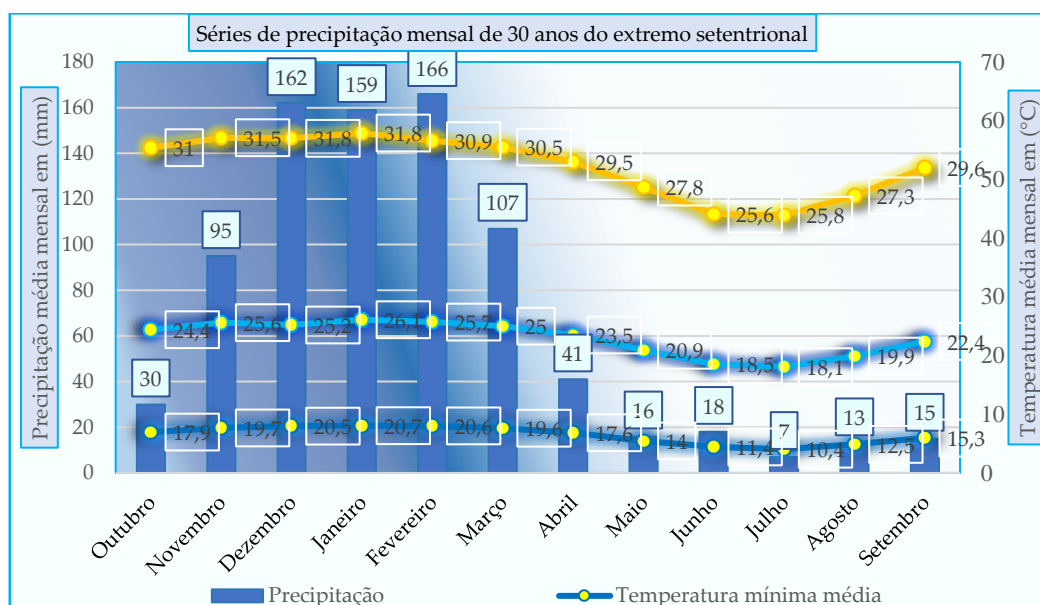
- *Delimitação do universo e amostra*

Neste estudo, constituíram-se como universo da pesquisa todos os dados estatísticos referentes às séries de precipitação (valores mensais e anuais de precipitação) da província de Manica, e, como amostra, optou-se pela amostragem sistemática (AS). Nesse caso, o plano de amostragem é obtido por um critério pelo qual os intervalos regulares de mesmo tamanho entre unidades da amostra são tomados até se compor uma amostra de tamanho “n” (SOUSA, 2011). Entretanto, foram escolhidos dados obtidos dos centros de registros das três regiões da província de Manica, de 1989 a 2019, ou, simplesmente, 30 anos.

Análise do estado de risco de seca (meteorológica) da província de Manica partindo de indicadores de precipitação

Para se fazer a análise dos dados pluviométricos mensais da região setentrional da província de Manica, baseou-se na metodologia apresentada por UELE (2015). Esta considera um mês como sendo seco, quando o total de chuva é inferior a 60 mm, e um mês úmido ou chuvoso, quando os valores de precipitação são superiores a 60 mm.

Figura 1 - Séries de precipitação e temperatura média mensal de 1989-2019 da região mais ao norte da província de Manica.



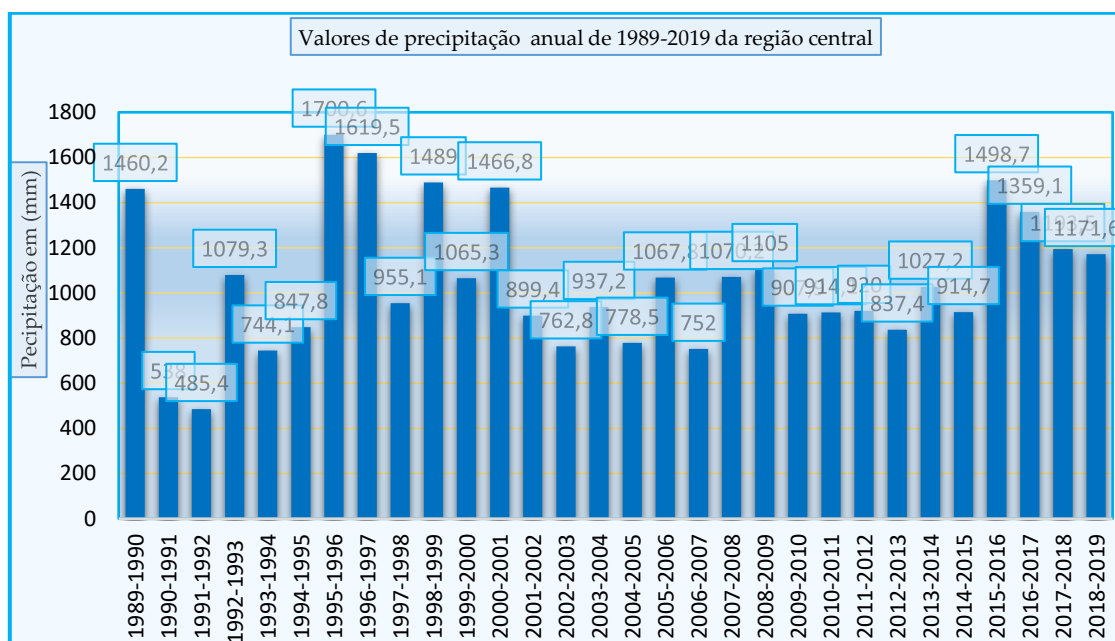
Elaboração própria: Dados do INAM¹¹, 2020 (Delegação de Manica).

A análise da série de precipitação média mensal permitiu identificar os meses úmidos e os meses secos dos anos estudados. No entanto, os meses de abril, maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro apresentaram valores que se traduzem como sendo secos, uma vez que os seus valores pluviométricos variam entre 3 e 25mm. Os meses de novembro, dezembro, janeiro, fevereiro e março, ao longo dos 30 anos, apresentaram valores médios de precipitação, que variam de 60 a 160 mm. As observações das séries de precipitação mensal da região setentrional da província de Manica, possibilitaram igualmente concluir que o aumento da pluviosidade geralmente começa a se verificar a partir do mês de novembro de cada ano hidrológico.

O regime pluviométrico do local de estudo é influenciado por vários fatores climáticos. Dentre eles destacam-se o relevo e a latitude. O gráfico da Figura 2 a seguir apresenta os valores de precipitação anual da Província de Manica de 1989 a 2019.

¹¹ Instituto Nacional de Meteorologia.

Figura 2 - Dados anuais de precipitação de 1989-2019 para a região central da província de Manica.



Elaboração própria: Dados do INAM, 2020 (Delegação de Manica).

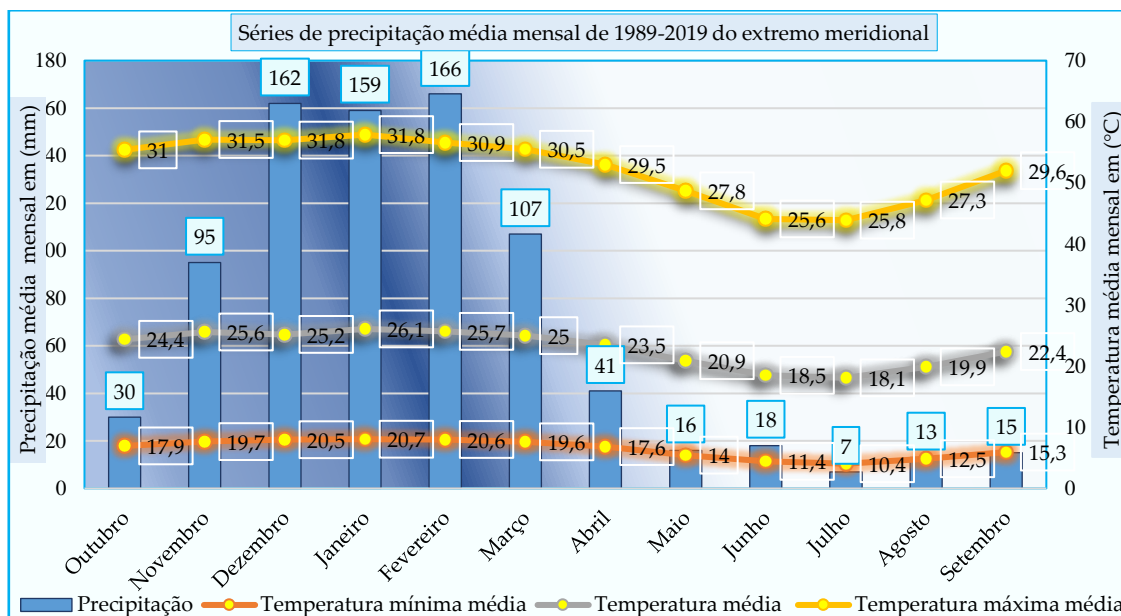
Os meses de outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, e março, registraram valores de precipitação média que variaram de 95 a 166 mm. Esses dados levam a concluir que nos últimos 30 anos, na região meridional da província de Manica, concretamente nos distritos de Machaze e Mossurize, começou a ser registrado um aumento da queda pluviométrica e dos níveis de escoamento, a partir do mês de novembro. Os meses de abril, maio, junho, julho, agosto e setembro são os meses em que foram registrados os níveis mais baixos de pluviosidade ao longo do ano. Há que salientar-se que a análise da variação da precipitação média mensal possibilitou identificar que, nestas regiões, os valores pluviométricos começaram a incrementar-se no mês de outubro de cada ano hidrológico.

Discussão dos resultados

Partindo-se dos dados do período analisado, observou-se que os valores de precipitação da província de Manica apresentaram muita variabilidade. Os valores mais baixos foram registrados no ano de 1990-1991, com 538 mm de total anual de precipitação, e no ano hidrológico de 1991-1992, onde se registrou 485,4 mm. Esses valores correspondem a menos de 50% da precipitação normal desta região, o que leva a concluir que esses dados se traduzem em ocorrência de evento ou cenário de seca extrema. A análise das séries de precipitação anual possibilitou também identificar os anos hidrológicos em que se registraram elevados valores de queda pluviométrica no período estudado. Entretanto, os anos hidrológicos de maior

pluviosidade são: 1995-1996 com 1.700,6 mm, 1996-1997 com 1.619,5 mm, e 2015-2016 com 1.498,7 mm de precipitação média anual.

Figura 3 - Séries de precipitação média mensal de 1989-2019 do extremo meridional da província de Manica.



Elaboração própria: Dados do INAM, 2020 (Delegação de Manica).

Séries de precipitação da província de Manica

Para se obter os índices de precipitação normal, usou-se o método de cálculo de NP (*Normal Precipitation*) que, por sua vez, consiste na divisão do valor da precipitação real de um ano, pela precipitação média, usando a seguinte fórmula proposta por Cunha (CUNHA, 2008; PESSINI, 2017):

$$NP = \frac{P_{real}}{P} (\%)$$

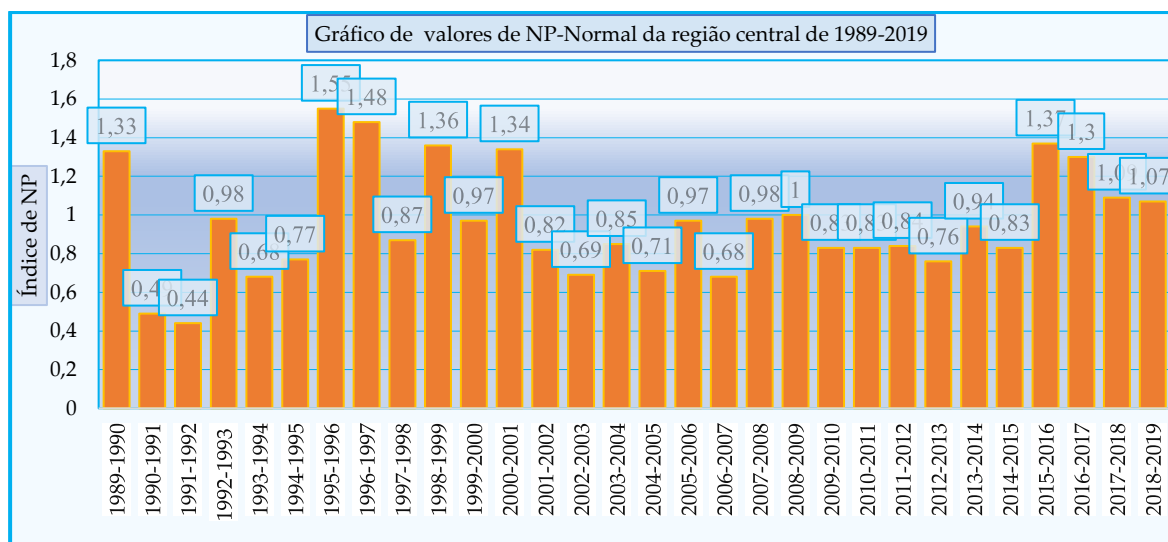
Com relação ao NP, tem-se que: valores iguais ou superiores a $NP \geq 100\%$ assumem-se como úmidos; os que variam entre $85\% \leq \%NP < 100\%$ assumem-se como sendo próximos do normal, ou seja, com inexistência da seca; valores que variam entre $75\% \leq NP < 85\%$ apresentam cenário de seca moderada; valores entre $50\% \leq NP < 75\%$ mostram cenário de seca severa; e, finalmente, valores que apresentam $NP < 50\%$ assumem-se como cenário de seca extrema. Os valores dos índices de precipitação estão representados no gráfico da Figura 4 a seguir.

A análise do NP (*Normal Precipitation*) mostrou que nos últimos 30 anos a região central da província de Manica registrou dois anos de seca extrema, quatro anos de seca severa,

sete de seca moderada, oito anos de precipitação próximo do normal, e sete anos de inexistência da seca.

Os anos hidrológicos de 1990-1991 e 1991-1992 apresentaram índices de precipitação abaixo do normal, tendo-se registrado 44% e 49% de NP respectivamente, que traduz-se como cenário de seca extrema.

Figura 4 - Valores de NP- (Precipitação Normal) na província de Manica de 1989-2019.



Elaboração própria: Dados do INAM, 2020 (Delegação de Manica).

Os anos hidrológicos de 1992-1993, 1997-1998, 2003-2004, 2005-2006, 2007-2008, 2008-2009, 2013-2014, 2014-2015, 2017-2018, 2018-2019, apresentaram índices de NP que variam de 83% a 109%. Entretanto, esses dados indicam que houve registro de precipitação próximo do normal. Todavia, os anos hidrológicos de 1993-1994, 1994-1995, 2009-2010, 2010-2011, 2011-2012, e 2012-2013, apresentaram valores de NP na ordem dos 77% a 85%, o que traduz-se como cenário de seca severa.

Os anos hidrológicos 1989-1990, 1992-1992, 1995-1996, 1996-1997, 1998-1999, 1999-2000, 2000-2001, 2015-2016, e 2016-2017, registraram valores de precipitação acima dos 100% da média, o que traduz-se como inexistência de seca, ou seja, são anos úmidos.






A análise das séries temporais permitiu igualmente identificar os anos hidrológicos mais úmidos e mais secos. Entretanto, os anos de 1995-1996, 1996-1997, 2000-2001, e de 2015-2016, foram os anos hidrológicos com maiores valores de precipitação, com uma variação percentual de 134% a 155%. Os anos mais secos da série foram os de 1990-1991 e de 1991-1992, com uma variação percentual de 44% a 49% do índice de NP. A tabela a seguir ilustra a classificação da severidade da seca na província de Manica de 1989 a 2019.

Tabela 1 - Classificação da severidade da seca na província de Manica de 1989-2019 através da avaliação do PN.

Ano hidrológico	NP-12 (prec. anual)	Ano hidrológico	NP-12 (prec. anual)	Ano hidrológico	NP-12 (prec. anual)
1989-1990	133 %	1999-2000	97 %	2009-2010	83 %
1990-1991	49 %	2000-2001	134 %	2010-2011	83 %
1991-1992	44 %	2001-2002	82 %	2011-2012	84 %
1992-1993	98 %	2002-2003	69 %	2012-2013	76 %
1993-1994	68 %	2003-2004	85 %	2013-2014	94 %
1994-1995	77 %	2004-2005	71 %	2014-2015	83 %
1995-1996	155 %	2005-2006	97 %	2015-2016	137 %
1996-1997	148 %	2006-2007	68 %	2016-2017	130 %
1997-1998	87 %	2007-2008	98 %	2017-2018	109 %
1998-1999	136 %	2008-2009	100 %	2018-2019	107 %

Elaboração própria: Partindo de Dados do INAM, 2020 (Delegação de Manica).

Legenda:

-  Seca extrema (NP < 50%)
-  Seca severa (50% ≤ NP < 75%)
-  Seca moderada (75% ≤ NP < 85%)
-  Próximo do normal (85% ≤ NP < 100%)
-  Úmido/não há seca (NP ≥ 100%)

Vulnerabilidade social e econômica sobre seca na província de Manica

Para se fazer a avaliação da vulnerabilidade perante os desastres em vários países, são adotadas noções ou aspectos que propiciam o seu incremento. Dentre os principais aspectos, destacam-se os seguintes: a fragilidade ou exposição, a suscetibilidade, e a falta de resiliência, ou capacidade adaptativa (PERREIRA, 2019). Uma das fontes que reportam a exposição e fragilidades na resposta das comunidades perante algum desastre são os jornais.

Os dados do “Jornal Notícias”¹² do período de 1989 até meados de 2019 indicam que Manica é suscetível à ocorrência de cenários de seca, com maior intensidade e frequência em alguns distritos do extremo setentrional e meridional da província. Assim sendo:

¹² JORNAL “NOTÍCIAS”. Cenários de Seca na Provincial de Manica, arquivos da Biblioteca Provincial de Manica e do Instituto de Investigação do Património Sociocultural (ARPAC), Delegação de Manica. Chimoio, Mozambique, 2019.

- Em 1991, no mês de março, a província de Manica enfrentou cenário de seca extrema que afetou mais de 4.700 pessoas, e causou 4 óbitos no distrito de Tambara; o mesmo cenário também afetou os distritos de Gondola, Sussundenga, Mossurize, Manica e Macossa.
- No ano de 1992, a safra agrícola 1991-1992 foi dada como perdida, onde foram afetadas mais de 600 mil pessoas. Este evento criou um déficit de 94.433 toneladas de cereais. Esses dados refletem a maior vulnerabilidade da população desta província, pois a maior parte vive no meio rural. Deste modo, aumenta-se a suscetibilidade perante a seca, uma vez que seus habitantes vivem principalmente da agricultura, que, por sua vez, é de subsistência e dependente do regime de chuvas.
- No ano hidrológico ou na campanha agrícola de 1999-2000, milhares de pessoas foram afetados pela seca severa nos distritos de Macossa, Tambara, e Gurro.
- Em 2002, houve registro de mais um cenário de seca nos distritos do sul da província de Manica, especialmente nos distritos de Machaze, onde, dos 27.362 hectares plantados, 12.868 foram castigados pela estiagem. O cenário afetou mais de 6.787 famílias.
- Em março do ano de 2004, mais de 780 mil pessoas foram afetadas no sul e centro do país, quando a província de Manica também foi atingida.
- No ano de 2010, mais de 11 mil hectares de culturas diversas foram destruídos no distrito de Guro. O mesmo fenômeno afetou mais de 32 mil pessoas de um total de 42 mil habitantes do distrito de Tambara. Devido à fraca resiliência e à maior suscetibilidade da população perante este fenômeno, mais de 45 famílias abandonaram as suas residências, criando desta forma desequilíbrios na vida das pessoas nessa região.
- Em 2016, a seca afetou mais de 500 mil pessoas em cinco distritos da província, nomeadamente Tambara, Macossa, Guro, Mossurize e Machaze. Deste número, 80.840 pessoas ficaram em uma situação de extrema vulnerabilidade, e apenas 7.594 foram beneficiadas pelo processo de assistência alimentar, que consistia na distribuição de farinha de milho e feijão manteiga nos distritos em referência.

Conclusão

Os resultados obtidos na pesquisa mostram que a província de Manica é suscetível a cenários ou eventos de seca. O método de cálculo de NP (*Normal Precipitation*) possibilitou graduar os diferentes níveis ou categorias da seca.

Figura 5 - Recortes de jornais com cenários ou eventos de seca na província de Manica.



Fonte: ARPAC & Biblioteca Provincial de Manica (2020).

Os resultados indicaram que houve registro de seca extrema nos seguintes anos hidrológicos: 1990-1991, 199-1992, e 2002-2003, com uma variação percentual de 44% a 69%. Os resultados ilustraram que houve registro de seca severa nos seguintes anos hidrológicos: 1993-1994, 1994-1995, 2004-2005, e 2006-2007, onde a variação percentual da intensidade da seca foi de 68% a 77%; os anos hidrológicos de 2001-2002, 2009-2010, 2011-2012, e 2012-2013, apresentaram seca moderada com variação percentual de 76% a 84%. Os anos hidrológicos de 1992-1993, 1997-1998, 1999-2000, 2003-2004, 2004-2005, 2007-2008, 2008-2009, 2013-2014, 2014-2015, 2017-2018, e 2018-2019, apresentaram uma variação percentual de NP de 94% a 109%. Esta intensidade é categorizada como sendo próximo do normal, o que também pode-se traduzir como sendo um período de inexistência da seca. Entretanto, os dados de precipitação dos anos hidrológicos de 1989-1990, 1995-1996, 1998-1999, 2000-2001, e 2015-2016, apresentaram uma variação percentual do NP de 133% a 155%, o que os caracterizou como os anos hidrológicos mais úmidos das séries de precipitação analisadas.

A análise histórica do risco de seca possibilitou compreender que existe uma maior vulnerabilidade social e econômica em muitos distritos da província de Manica, tendo em conta elementos muito essenciais tais como a baixa ou fraca capacidade adaptativa, e o maior índice de exposição. Todavia, constatou-se, ainda, que os distritos de Tambara e Gurro, no extremo

meridional da província, são os mais afetados ciclicamente pela seca. No extremo setentrional, destacam-se os distritos de Machaze e Mossurize.

A pesquisa permitiu, ainda, concluir que existe uma correlação entre os eventos de seca identificados a partir da análise da (NP) Percentagem da Normal de Precipitação, e dos cenários descritos nas fontes históricas, neste caso, o Jornal “Notícias”.

Bibliografia

BAZIMA, V. M.; GUILICHE, A. A.; VICENTE, C. C.; OMAR, A. R.; JONE, H. L. **Manica Province Strategic Development Plan** (PEDPM) 2011-2015. Manica, Moçambique, 2011.

CUNHA, Rita Luzia Abreu da. **Definição de cenários de referência para avaliação dos impactos das secas**, Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Especialização em Hidráulica, Porto, 2008.

GUEDES, R.; MACEDO, M.; SOUSA, F. Análise Espacial de Eventos de Secas com Base no Índice Padronizado de Precipitação e Análise de Agrupamento; **Revista Brasileira de Ciências Ambientais** – Número 23 – março de 2012, ISSN Eletrônico: 2176-9478.

INAM. **Dados de Precipitação Mensal da Província de Manica em mm** (1989-2019), Chimoio, Moçambique, 2019.

JORNAL NOTÍCIAS. **Cenários de Seca na Provincial de Manica**, arquivos da Biblioteca Provincial de Manica e do Instituto de Investigação do Património Sociocultural (ARPAC), Delegação de Manica. Chimoio, Moçambique, 2019.

MICOA. **The National Report on Implementation of Convention on Biological Diversity in Mozambique**, Mozambique, 2009.

MICOA. **Programa de Acção Nacional para a Adaptação Às Mudanças Climáticas (NAPA)**. Maputo, Mocambique, 2007.

MUCHANGOS, Aniceto dos. **Moçambique Paisagens e Regiões Naturais**, Tipografia Globo Lda, Maputo, 1999, 76 p.

PANCSO. **Plano de Acção Nacional de Combate à Seca e à Desertificação**, 2002, MICOA, Maputo, Moçambique, Disponível em: <https://www.unccd.int/sites/default/files/naps/mozambique-other2002.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2019.

PERREIRA, Guilherme *et al.* **Vulnerabilidade e Adaptação à Seca nos Sertões Brasileiros**. Disponível em: http://plutao.sid.inpe.br/col/urllib.net/www/2017/12.05.16.49.44/doc/Vulnerabilidade_e_Adaptacao_a_Seca_nos_S.pdf. Acesso em: 23 nov. 2019.

PESSINI Priscila Bogo. **Estudo dos Eventos de Seca Meteorológica na Região Sul do Brasil**, Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental, 2017. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://www.labhidro.ufsc.br/Artigos/TCC_PriscilaPessini.pdf. Acesso em: 25 Maio 2020.

SOUSA, P. S. **Introdução a Amostragem Estatística**, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro-BA, 2011.

UELE, Dionísio Inocêncio *et al.* Variabilidade Espacial e Intranual das Chuvas na Região Sul de Moçambique, África Austral. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 32, 2015, p. 45-47.

ATRIBUIÇÃO DE PARCELAS DE TERRA NA ZONA DE PROTEÇÃO PARCIAL: A DISSONÂNCIA INSTITUCIONAL ENTRE O PODER DO GOVERNO CENTRAL E OS PODERES DOS ÓRGÃOS LOCAIS DO ESTADO EM MOÇAMBIQUE

*Raimundo Alberto Mulhaisse
Sofia Tembe Adolfo*

INTRODUÇÃO

Este texto discute a dissonância institucional entre o poder do governo central e os poderes dos órgãos locais do Estado na atribuição de parcelas da terra na servitude da CPMZ (Companhia de Pipeline Moçambique-Zimbabwe Ltda.)

A CPMZ é uma empresa petrolífera de Moçambique, criada em 1962, e vocacionada ao transporte de *diesel*, gasolina e *jet A-1*, através de oleoduto, numa extensão de 274,3 km até a fronteira comum com o Zimbabwe, em Machipanda (Moçambique).

A área de implementação do oleoduto que transporta combustíveis da Estação de Bombagem da Beira, no porto do mesmo nome, em Moçambique, à Estação de Recepção de Combustíveis de Feruka em Zimbabwe, permeia, em território moçambicano, as províncias de Sofala e de Manica, e é confinada pela servitude que consiste, nos termos da lei, em Zona de Proteção Parcial (ZPP).

Na ZPP são proibidos quaisquer tipos de ocupações territoriais que não estejam relacionadas ao processo de transporte de combustível. Não obstante a esta imposição legal, as atribuições de parcelas da terra continuam sendo feitas por órgãos locais do Estado e seus parceiros, o que demonstra a existência da dissonância institucional entre os poderes.

A contribuição do presente trabalho resulta da combinação metodológica das pesquisas qualitativa e quantitativa, o que nos possibilitou manter o foco no assunto estudado, e compreender a complexidade e a dinâmica da dissonância institucional entre os poderes.

A pesquisa realizada demandou desafios decorrentes da circunstância de ter sido desenvolvida numa área extensa, com realidades socioculturais não tão linearmente similares, e existência de instabilidade político-militar, particularmente no distrito de Gondola em Manica, o que exigiu dos autores sucessivas adaptações em função dos contextos.

A pesquisa pretende, deste modo, demonstrar que a atribuição de parcelas de terra, na Zona de Proteção Parcial da Companhia de Pipeline Moçambique-Zimbabwe expõe a desarmonia institucional entre o poder do governo central e os poderes dos órgãos locais do Estado.

Para a consecução do objetivo deste trabalho procedemos ao levantamento de dados através de pesquisa bibliográfica, observação, diálogo informal, questionário, e entrevistas com membros das comunidades residentes na e nas contiguidades da ZPP, autoridades tradicionais, gestor da CPMZ, e técnicos dos conselhos autárquicos e dos serviços distritais de infraestruturas junto dos governos distritais.

No contexto da pesquisa bibliográfica, realizamos o levantamento, leitura e documentação do acervo bibliográfico relativo ao quadro legal, poder local, e dissonância institucional entre os poderes. Posteriormente, fizemos a análise textual do acervo bibliográfico, a qual nos favoreceu a formulação lógica dos argumentos, especificamente na identificação e discussão dos resultados.

Promovemos diálogo informal com 32 (trinta e dois) líderes comunitários correspondentes a igual número de comunidades (47%), de um universo de 68 (sessenta e oito) comunidades residentes em terras comunitárias atravessadas pela ZPP; sendo 18 (dezoito) comunidades da província de Sofala, e 14 (catorze) da província de Manica escolhidas aleatoriamente. Estendemos o diálogo às autoridades político-administrativas (administradores, chefes de posto e de localidade) e ao Chefe do Setor do Ambiente, Saúde e Segurança Ocupacional junto à CPMZ.

Observamos situações periclitantes a que estão expostos os usuários da ZPP, formas de ocupação da zona de proteção, atividades produtivas praticadas e suas implicações, no meio ambiente, e na integridade física do oleoduto.

O diálogo e a observação proporcionaram-nos a coleta de dados sobre o mecanismo de atribuições de parcelas da terra na ZPP, e o grau de cumprimento do quadro legal pelas autoridades político-administrativas e tradicionais.

Aplicamos o questionário a 3.982 chefes de agregado familiar, de ambos os gêneros, e com idade igual ou superior a 18 anos nas 32 comunidades (16,6% da população total residente na ZPP), sendo 1.221 chefes de agregados familiares em Sofala e 2.761 em Manica. O objetivo consistia em reunir informação quantitativa sobre o local de nascimento dos inquiridos, idade dos residentes, proveniência e tempo de permanência na ZPP, entidade atribuidora de parcelas

da terra, e número de interseções do oleoduto com os cursos naturais de água, povoações, mercados, igrejas, cemitérios, e vias de acesso rodoviárias e ferroviárias na ZPP.

Entrevistamos 5 (cinco) membros de cada comunidade, totalizando assim 160 (cento e sessenta) entrevistados, escolhidos de acordo com a disponibilidade e facilidade de comunicação, atendendo o nosso fraco domínio das línguas *xisena* (Sofala) e *xitewe* (Manica). O tipo de entrevista aplicado foi o semiestruturado, o qual facultou ao entrevistado exprimir-se livremente e sem interrupções.

Codificamos os entrevistados, onde o “E” significa “entrevistado”; “MC_{S/MI} ou AT_{S/MI} ou EMCA_{S/MI}/EMGD_{S/MI}”, “MC” constitui indicação de “Membro da Comunidade” ou “AT” da “Autoridade Tradicional”, “GD” de “Governo Distrital” e “CA” do “Conselho Autárquico”; o “s” e “m” referem-se às províncias de Sofala e de Manica, respectivamente, e “1,2,3...” diz respeito à ordem sequencial dos entrevistados.

Por fim, estabelecemos a ligação entre a realidade observada e a interpretação da informação obtida no decurso da observação, entrevista e inquérito, num percurso metodológico que contribui para que fosse possível focalizarmo-nos na essência das narrativas dos informantes. Este procedimento foi-nos profícuo, conquanto nos proporcionou a supressão das indeterminações resultantes da aplicação da entrevista e do questionário.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

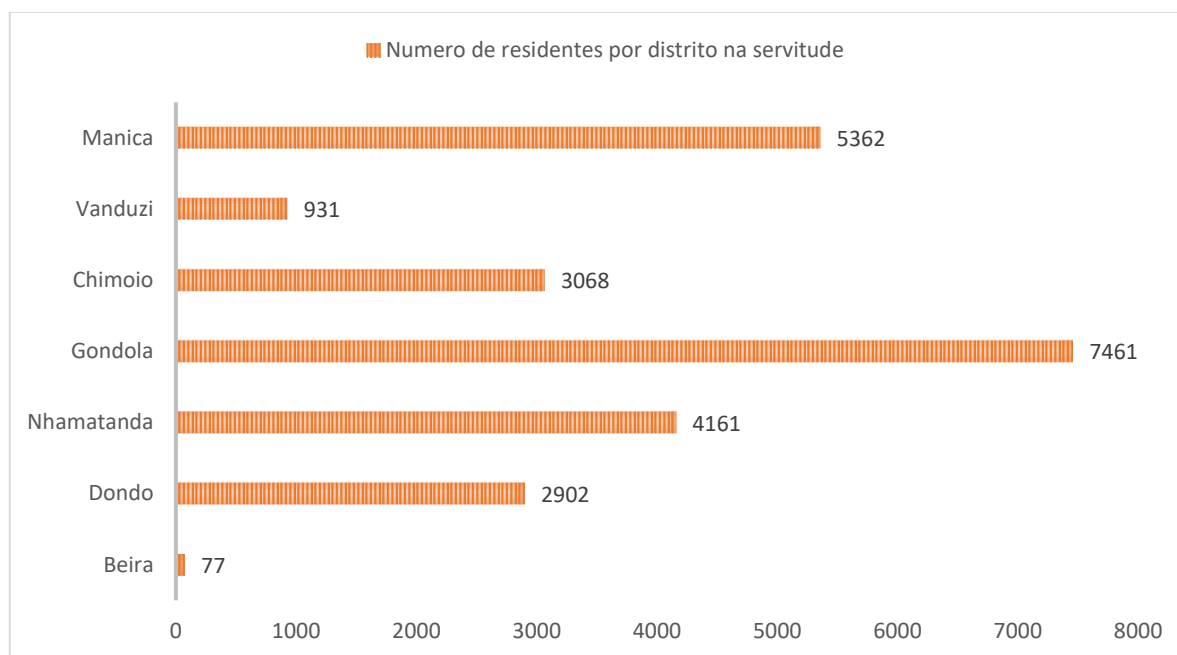
Características sociais da Zona de Proteção Parcial

As terras comunitárias atravessadas pela Zona de Proteção Parcial integram originalmente as etnias *sena*, *chona*, *ndau* e *xiteve*, e seus habitantes perfazem 23.962 membros¹³; dos quais 52% são do gênero feminino (Figura 1).

A Figura 1 permite-nos verificar que os distritos de Gondola (31,3%) e de Manica (23%) reúnem o maior número de habitantes na ZPP, e os da Beira (0,2%) e Vanduzi (4%), o menor. A maioria das famílias residentes na zona de proteção (43,9%) agregam de 5 a 9 membros, havendo também famílias constituídas por mais de 20 membros (2,6%). Grosso modo, são chefes de família em situação de poligamia (Tabela 1).

¹³ De acordo com as informações proporcionadas pelos líderes comunitários.

Figura 1 - Número de residentes na servitude por distrito.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

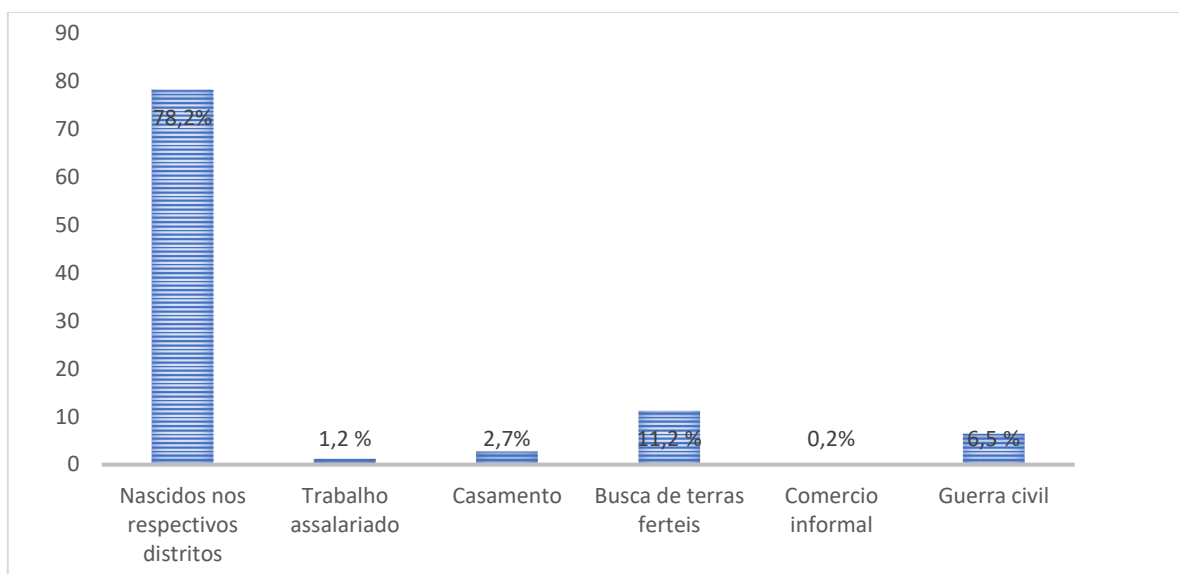
Tabela 1 - Número de agregado familiar na ZPP.

Província	Distrito	Número de agregado familiar				
		[0-4]	[5-9]	[10-14]	[15-19]	+20
Sofala	Beira	7	1	----	----	----
	Dondo	156	271	46	8	----
	Nhamatanda	86	266	270	93	17
Manica	Gondola	324	826	415	249	42
	Chimoio	54	187	41	57	13
	Vanduzi	35	92	18	21	----
	Manica	58	106	39	153	31
Total		720	1749	829	581	103

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A administração do questionário possibilitou-nos reconhecer que a maioria dos habitantes nasceu nos distritos em que residem (78,2%), e outra parte é constituída por pessoas provenientes de diferentes distritos das províncias de Sofala e de Manica. Dos motivos pelos quais se fixaram na ZPP, ou nas suas proximidades, figuram: trabalho assalariado (1,2%), casamento (2,7%), busca de terras férteis para a prática de atividade agrícola (11,2%), comércio informal (0,2%) e guerra civil (6,5%), como ilustra a Figura 2.

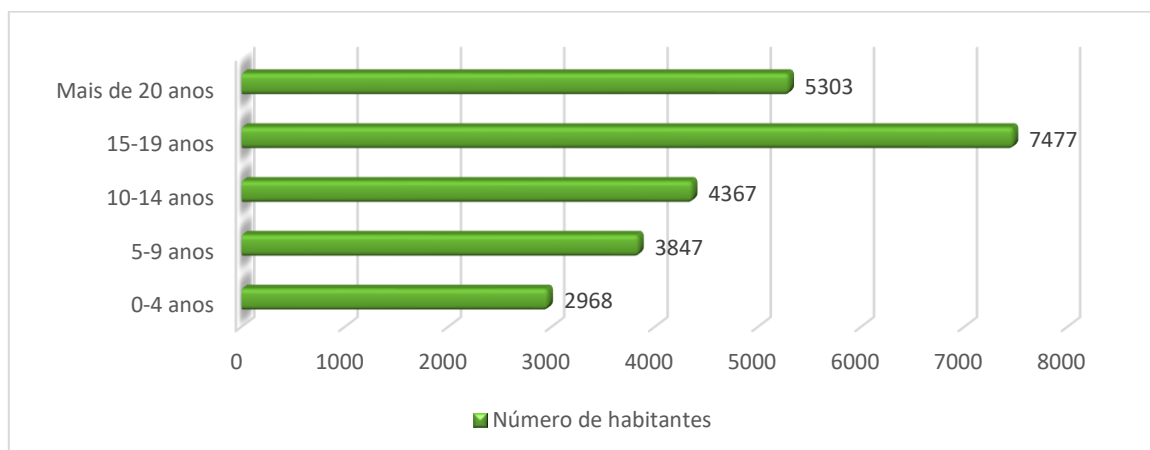
Figura 2 - Local de nascença dos ocupantes da ZPP.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Os resultados da aplicação do questionário conduziram-nos à obtenção da informação, segundo a qual a maioria das famílias fixou as suas residências na ZPP a sensivelmente 15 a 19 anos atrás, e existe ainda número significativo de famílias que se estabeleceu há mais de 20 anos (24,07%), como atesta a Figura 3.

Figura 3 - Tempo de permanência dos habitantes na ZPP.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Nos últimos 14 anos, assistimos a uma tendência crescente de diminuição do tempo de permanência na ZPP, o que pode estar diretamente relacionado com a intensificação da fiscalização pela CPMZ, e com o aumento da consciência sobre os perigos que as famílias correm com o estabelecimento de residências e desenvolvimento de atividades produtivas ao longo da zona de proteção.

As atribuições de parcelas da terra na ZPP e formas de ocupação do espaço

No contexto de gestão da terra em Moçambique, a Constituição da República (2004) considera a terra como sendo propriedade do Estado¹⁴ e cabe a este determinar as condições de uso e seu aproveitamento¹⁵. No entanto, tais condições devem ser determinadas, auscultados os órgãos locais do Estado e seus parceiros que, no conjunto, representam o poder local.

Entende-se, neste texto, por poder local, a composição de forças, ações e expressões organizacionais existentes em uma comunidade, que contribuem para a satisfação de necessidades, interesses e aspirações dos restantes membros das comunidades locais com vistas à melhoria das condições de vida. O poder local, de acordo com a visão de Silva (2008), compreende não só o recorte territorial localizado e localizável, mas também o espaço com história e memórias próprias, com identidades, e práticas políticas determinadas, ou seja, um espaço socialmente construído.

Nas relações interinstitucionais de poder, o Estado se constitui uma das figuras que medeia o poder local, pois é na interseção de suas várias concepções e das lutas simbólicas por elas desencadeadas, que se projeta analogamente a ideia da atuação deste em nível local. Isso não implica que não se deva transpor a fronteira do poder nele ou por ele estabelecido, particularmente quando se está na presença de uma sociedade estratificada, com grupos de interesses, micropoderes, relações individuais, e estrategicamente formados (FELIZES, 1999 *apud* SILVA, 2008).

O Estado moçambicano considera o seu governo como um dos órgãos centrais, e os governos provinciais, distritais, postos administrativos, localidades¹⁶, e de povoações, como a materialização dos chamados órgãos locais do Estado. Adicionalmente, o Estado reconhece as autoridades comunitárias¹⁷, constituídas por “autoridades tradicionais”, secretários de bairro ou aldeia¹⁸, e outros líderes legitimados como tais, pelas respectivas comunidades locais¹⁹, como instituições paralelas e parceiras fundamentais do poder do Estado sem, no entanto, identificar as diferenças de cada um deles, pois não exercem o poder de forma igualitária. As comunidades

¹⁴ Item 1 do artigo 109.

¹⁵ Item 1 do artigo 110.

¹⁶ Sem ligação direta com as comunidades, sendo a ligação materializada através das autoridades comunitárias (SILVA, 2008).

¹⁷ Artigo 18º do capítulo III da Constituição da República (2004) materializado pelo artigo 5 do Decreto 15/2000 de junho (formas de articulação dos órgãos locais do Estado com as autoridades comunitárias).

¹⁸ Pessoas que exercem liderança com base na eleição feita no bairro ou vila a que estão inseridas (GONÇALVES, 2005).

¹⁹ Pessoas que usam algum papel social, religioso ou cultural, econômico aceites como tal pelo grupo social ao qual pertencem (GONÇALVES, 2005).

locais sempre apelidam as “autoridades tradicionais” de régulos²⁰ para as diferenciar de outras representações.

No âmbito da titularização do direito de uso e aproveitamento da terra, o Estado reconhece e protege os direitos adquiridos por herança ou ocupação²¹. Todavia, a “terra” é excluída da lista de “domínios públicos”²², e integrada na lista dos recursos que necessitam da obtenção de DUAT²³ (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra). Deste modo, são elegíveis, para a aquisição de DUAT, “pessoas singulares ou coletivas²⁴”, incluindo as comunidades locais²⁵, segundo as normas e práticas costumeiras, naquilo que não contrarie a Constituição da República e as pessoas singulares nacionais com “ocupação de boa-fé, e que estejam utilizando a terra há pelo menos dez anos”²⁶.

A Constituição da República de Moçambique (2004) aponta como um dos princípios do Estado, o “Direito e o Respeito pelos Direitos Adquiridos²⁷”. De acordo com este princípio

[...] o respeito pelos direitos adquiridos é um princípio geral do Direito, particularmente em relação aos direitos patrimoniais, tal é o caso dos relacionados com a terra e outros recursos naturais. [...] Em razão do princípio em causa, tendo alguém adquirido um DUAT, seja através da ocupação ou através do pedido formal do “Estado” [...], o cidadão [...] deverá saber com devida certeza de que goza de fortes garantias constitucionais e legais contra qualquer tentativa ou ação pelo Estado de expropriar ou de alguma forma colocar em causa tal direito²⁸. (CALENGO, 2014, p. 31).

Para regular a gestão da terra, o Estado criou a Lei e Regulamento de Terras, que estabelecem Zonas de Proteção Parcial²⁹ (ZPP) como segmentos da terra destinados para a proteção de ecossistemas e ambientes frágeis, bem como para a proteção de terrenos que envolvem pontos ou linhas de interesse socioeconômico para o país, como é o caso do oleoduto da CPMZ.

²⁰ Líder supremo em cada uma das comunidades. No seu governo, o régulo é apoiado pelos *sapandas* e *fumos*, em língua local. O cargo de *sapanda* é hereditário e normalmente atribuído a um ramo da família principal ou à família que, pela sua expressão numérica, ou serviços prestados, tenha jus à distinção, enquanto o cargo de *fumo* não é hereditário e recai em indivíduos, e não em famílias. No decurso das suas funções, o *fumo* apoia-se geralmente nos anciões proeminentes (MULHAISSE, 2020).

²¹ Artigo 48.

²² Parágrafo 2º do artigo 98 da Constituição da República (2004).

²³ Artigo 110 da Constituição da República conjugado com o artigo 12 da Lei de Terras, e os artigos 9, 10 e 11 do Regulamento da Lei de Terras.

²⁴ Parágrafo 2º do artigo 111, da Constituição da República.

²⁵ Parágrafo 3º do artigo 10, da Lei de Terras.

²⁶ Parágrafo único do artigo 12 da Lei de Terras.

²⁷ Artigo 3 (Estado de Direito Democrático).

²⁸ Artigo 82 da Constituição da República.

²⁹ Alínea g) do Artigo 8 da Lei de Terras (Lei nº 19/97 de 1 de outubro).

Na ZPP, não podem ser adquiridos direitos de uso e aproveitamento da terra, podendo, no entanto, ser emitidas licenças especiais para o exercício de atividades extraordinárias³⁰. A autorização para a emissão de tais licenças compete unicamente aos governadores provinciais e ao ministro da agricultura, nos termos da Lei³¹.

O espaço sobre o qual foi implantado o oleoduto (ZPP) foi cedido à CPMZ pelo Governo Ultramarino da Província de Moçambique - na era colonial - e, posteriormente, reconhecida a sua importância pelo governo de Moçambique pós-independência, tendo, por via disso, sido protegido nos termos do Regulamento da Lei de Terras (1997).

Na ZPP identificam-se várias formas de ocupação do espaço que refletem distintas atribuições de parcelas da terra aos seus usuários, pelos órgãos locais do Estado, e pelas autoridades tradicionais.

A atribuição da terra, durante muitos e longos anos, nas comunidades rurais, sempre foi da competência das autoridades tradicionais, sobretudo em áreas rurais em que o poder de representação do Estado não possui significativa influência.

Sou régulo e há muitos anos tenho autorizado pessoas da minha comunidade a expandir as suas atividades ou áreas residenciais para espaços livres nas proximidades das suas residências. Para pessoas que vêm de outras comunidades existe um mecanismo de consulta dos membros das comunidades sobre a possibilidade ou não de se atribuir a parcelas da terra. É um trabalho realizado pelos fumos e/ou sapandas e depois tomamos a decisão. [...] Nos últimos tempos parece que está havendo muitas ocupações na servitude que não são autorizadas por mim e nem sou consultado. (EAT 51, 557, 586, M159).

Examinadas as respostas das autoridades tradicionais ante as perguntas por nós formuladas, facilmente percebemos que, efetivamente, estas participam da atribuição de parcelas da terra na ZPP, ouvidos os membros das suas respectivas comunidades. As mesmas autoridades reconhecem também que existem ocupações cujas atribuições não são da sua autoria.

As atribuições da terra na ZPP são também de autoria dos governos distritais e conselhos autárquicos. Os beneficiários das atribuições eximiram-se de nos fornecer evidências das cedências (títulos de propriedade), limitando-se, à distância, a agitar documentos com a identificação dos conselhos autárquicos. Face a esta realidade, entrevistamos os técnicos das autarquias e dos serviços distritais de infraestruturas, tendo obtido as seguintes respostas:

³⁰ Artigo 9 da Lei nº 19/97.

³¹ Alínea b) do item 1 do artigo 22 da Lei nº 19/97.

A presença de assentamentos populacionais na servitude é normal pois não impede a passagem dos carros da CPMZ, nas suas atividades de rotina. [...]. Desconheço se alguém destes serviços tem feito atribuição de parcelas da terra na servitude, mas admito que aquela faixa é muito grande. (ETCA/GD S1, S2, S3, M1, M3, M5).

Existem casas construídas de material convencional e outras de material precário na servitude. [...] sabemos que lá não podemos fazer atribuições de parcelas da terra porque pertence à CPMZ. Não estamos a fazer nada para evitar a permanência de pessoas na servitude, porque esta é da CPMZ e cabe à empresa tirar as pessoas do local. Se precisarmos de nós, estamos aqui. (ETCA/GD S2, S3, M5, M6, M7).

A presença da população na zona de proteção, com as suas práticas socioeconômicas, é igualmente reconhecida pelos técnicos dos governos distritais e conselhos autárquicos. No entanto, estes se distanciam da responsabilidade quanto à atribuição de parcelas da terra no local. Todavia, os técnicos aparentam desconhecer que a servitude constitui ZPP, referindo apenas que esta é titulada pela CPMZ.

As diferentes atribuições de parcelas da terra na ZPP, por não se consubstanciarem em licenças especiais, colidem com a Lei de Terras (Lei nº 19/97 de 1 de outubro), que considera a zona como área na qual não é permitida a obtenção do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), exceto para o exercício de atividades determinadas mediante a emissão de licenças especiais³² e a sua violação gera ilegalidade quanto ao surgimento e à expansão de diferentes formas de ocupação do espaço na ZPP.

As atribuições feitas pelas autoridades tradicionais são legitimadas pelas comunidades locais por as considerarem que decorrem de um processo claro e baseado na auscultação verdadeira dos seus membros. Questionam sempre as atribuições concedidas pelos governos distritais e conselhos autárquicos, por acharem que a envolvimento e a transparência dos processos não são convincentes e muito menos desejáveis.

O nosso régulo costuma atribuir terra para pessoas que nós na comunidade conhecemos. [...] por isso, ele manda o fumo ou sapanda para nos consultar se conhecemos e se concordamos com a autorização da cedência de parcelas da terra. [...] pessoas de fora não aceitamos, porque não sabemos o que querem na nossa terra. (MC_{S7, S42, S59, M99 e M123}).

Na comunidade existem pessoas que foram atribuídas terra pelo governo do distrito ou município e outras que se fixaram por compra do espaço aos anteriores ocupantes. [...] não sabemos como fazem para ter licença. (MC A1, A 21, A51, B156, B159).

³² Artigo 9 da Lei de Terras.

As respostas dos informantes revelam que não existe nenhuma contrariedade em ver os régulos a lhes atribuírem parcelas da terra, porque são os principais beneficiários, e as atribuições passam por um processo de audiência comunitária. Existe insatisfação quanto às pessoas ou instituições que se estabelecem nas suas “terras”, sem que tenham sido consultados e autorizados pelos régulos, em representação das respectivas comunidades. A Tabela 2 apresenta o mapeamento das sobreposições das atribuições de parcelas da terra.

Tabela 2 - Mapeamento das sobreposições de atribuições de parcelas da terra na ZPP.

Província	Distrito	Forma de aquisição dos terrenos				Total/Distrito	
		Governo distrital	Conselho Autárquico	Autoridades tradicionais	Nenhum	Número Atribuições	%
Sofala	Beira	----	----	8	----	8	0,1
	Dondo	11	----	599	18	628	9,4
	Nhamatanda	7	6	739	175	927	13,9
Manica	Gondola	13	46	2.625	334	3.018	45,1
	Chimoio	----	8	719	94	821	12,2
	Vanduzi	----	----	191	72	263	4
	Manica	32	28	843	124	1.027	15,3
Subtotal		63	88	5.724	817	----	----
%		1	1	86	12	6.692	100

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

De acordo com a Tabela 2, as atribuições de parcelas da terra para a construção de residências foram majoritariamente obra das autoridades tradicionais (86%). Identifica-se, ainda, um número assinalável de ocupações sem atribuição formal ou informal (12%), que correspondem à expansão dos campos de cultivo e de residências, e, por fim, os conselhos autárquicos e os governos distritais com número de atribuições reduzido, perfazendo 2% do total. A mesma tabela permite-nos ainda perceber que o distrito de Gondola é o que apresenta maior número de atribuições de parcelas da terra protagonizadas, essencialmente, pelas autoridades tradicionais (87%) e ocupações sem atribuição formal ou informal (11%) do total do distrito. A província de Manica reúne o maior número de atribuições na ZPP (76,6%), independentemente da entidade atribuidora. Consequentemente, constatamos que na ZPP emergem 5 centros urbanos, contendo ao todo 17 bairros em expansão (Tabela 3).

São ainda identificáveis campos agropecuários, quintas, infraestruturas diversas e vias de acesso (rodoviária e ferroviária), como atesta a Tabela 4.

Tabela 3 - Centros urbanos com bairros na ZPP.

Províncias	Centros urbanos	Bairros	Nº de bairros
Sofala	Dondo	<ul style="list-style-type: none"> • Canhandula • Mandruze • Consito • Macharote • Nhamaiabwe 	5
	Nhamatanda	<ul style="list-style-type: none"> • Jossias Tongogara • Filipe Samuel • Magaia • Josina Machel • 3 de Fevereiro 	4
Manica	Gondola	<ul style="list-style-type: none"> • 7 de Abril • 25 de junho • Bela Vista 	3
	Chimoio	<ul style="list-style-type: none"> • Tembwe • Agostinho Neto • Heróis • Moçambicanos 	3
	Manica	<ul style="list-style-type: none"> • Cacarwe • Sossera 	2
Total dos bairros	-----	-----	17

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Tabela 4 - Número de interseções do oleoduto na ZPP.

Categorias	Interseções		Número de ocorrências		
			Interseções	Total por categoria	%
Vias de acesso	Rodoviária		56	58	0,72
	Ferroviária		5		
Campos de cultivo	Machambas individuais		Indeterminadas	---	---
	Quintas		Indeterminadas		
Infraestruturas	Residências	Convencionais	4.692	7.923	98,55
		Precárias	2.931		
	Cemitérios	Formal	1	5	0,06
		Informal	4		
	Igrejas	Convencionais	13	29	0,36
		Precárias	16		
	Mercados	Formal	0	13	0,16
		Informal	13		
Moageiras		12	12	0,15	
Total	-----		-----	8.040	100

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

O maior número de interseções recai sobre as habitações (98,6%); das quais 59,2% são de construção convencional, e as restantes categorias não têm muita expressão. Todavia, as igrejas (0,36%) e os cemitérios (0,06%) ainda que menos expressivos no total das interseções,

gozam de um simbolismo importante na vida das populações, por participarem da reprodução cultural, social e econômica das comunidades locais. A Tabela 5 indica a distribuição das interseções por distrito.

Tabela 5 - Distribuição espacial das interseções na ZPP por distrito.

Categorias		Distrito							
		Beira	Dondo	Nhamat.	Gondola	Chimoio	Vanduzi	Manica	Total
Residências	Convencional	---	315	503	2.294	784	121	670	4.692
	Precária	8	392	857	1.011	117	142	407	2.931
Igrejas	Convencional	---	1	2	4	2	---	4	13
	Precária	---	3	4	3	1	2	3	16
Cemitérios		---	---	2	2	---	1	---	5
Campos de cultivo	Campos de cultivo	Indeterminadas							
	Quintas	Indeterminadas							
Moageiras		---	2	4	1	2	---	3	12
Mercados		---	2	3	3	2	1	2	13
Vias de acesso	Rodoviária	---	8	11	7	10	6	14	56
	Ferrovária	---	1	---	1	---	---	---	2
Corpos hídricos	Rios	---	---	1	1	---	---	4	6
	Riachos	---	3	---	4	3	---	7	19

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Os distritos de Gondola e Nhamatanda são os que reúnem maior número de habitações entre convencionais e precárias, correspondente a 43,36 % e 17,8%, respectivamente. O distrito de Vanduzi agrupa o menor número de residências com apenas 263 (3,45%).

Análise da dissonância institucional entre os poderes

A compreensão de poder nas relações sociais sempre se apresentou um campo de estudo bastante vasto, e no qual vários autores de diferentes áreas de conhecimento, designadamente direito, filosofia, história, política, e sociologia se esforçaram em apresentar as suas contribuições e visões, fato que dificulta a concepção de um conceito uníssono de poder.

Os diferentes autores, influenciados pela Teoria do Poder do filósofo Michel Foucault (1926-1984), convergem no aspecto que entendem que a sociedade é um complexo de microrrelações de poderes disciplinares, que pretendem controlar os corpos das pessoas através da imposição da disciplina. Para estes autores, o poder não se encontra centralizado, mas, sim, dissolvido em várias instituições.

As diferentes instituições que exercem o poder devem relacionar-se entre si de forma independente e harmoniosa. No entanto, na realidade quotidiana, nem sempre é muito clara a delimitação do campo legítimo de ação das instituições, o que pode dar oportunidade à

desarmonia que envolva acusações mútuas de invasão das esferas de competência próprias à cada poder (ALVES, *et al.* 2017).

A análise da dissonância institucional entre os poderes compreendeu várias dimensões, que procuram identificar os atores sociais com o intuito de explicitar as suas ações específicas, entender as suas interações, posições e preferências, e compreender a complexidade, e a dinâmica dessa dissonância.

Em conformidade com o cenário anteriormente descrito, procuramos elaborar um modelo teórico de análise da dissonância institucional entre o poder do governo central, dos órgãos locais do Estado, e parceiros na atribuição de parcelas da terra na zona de proteção parcial, onde transcorre nossa interpretação (Figura 4).

A estratégia dos governos mundiais, e a do governo de Moçambique em particular, na proteção da integridade física de oleodutos, passa pela conversão da servitude em Zona de Proteção Parcial e, por conseguinte, interditar, por força da Lei, o desenvolvimento de quaisquer atividades que não sejam as relativas ao transporte de combustíveis através do oleoduto.

A despeito de existir a interdição legal de ocupação e exercício de atividades socioeconômicas na zona de proteção, verificamos, nesta, atribuições de parcelas da terra pelos governos distritais, conselhos autárquicos e autoridades tradicionais, os quais representam os poderes dos órgãos locais de Estado e parceiros, sobrepondo-se à atribuição realizada pelo governo central, o que se configura em dissonância institucional entre os poderes.

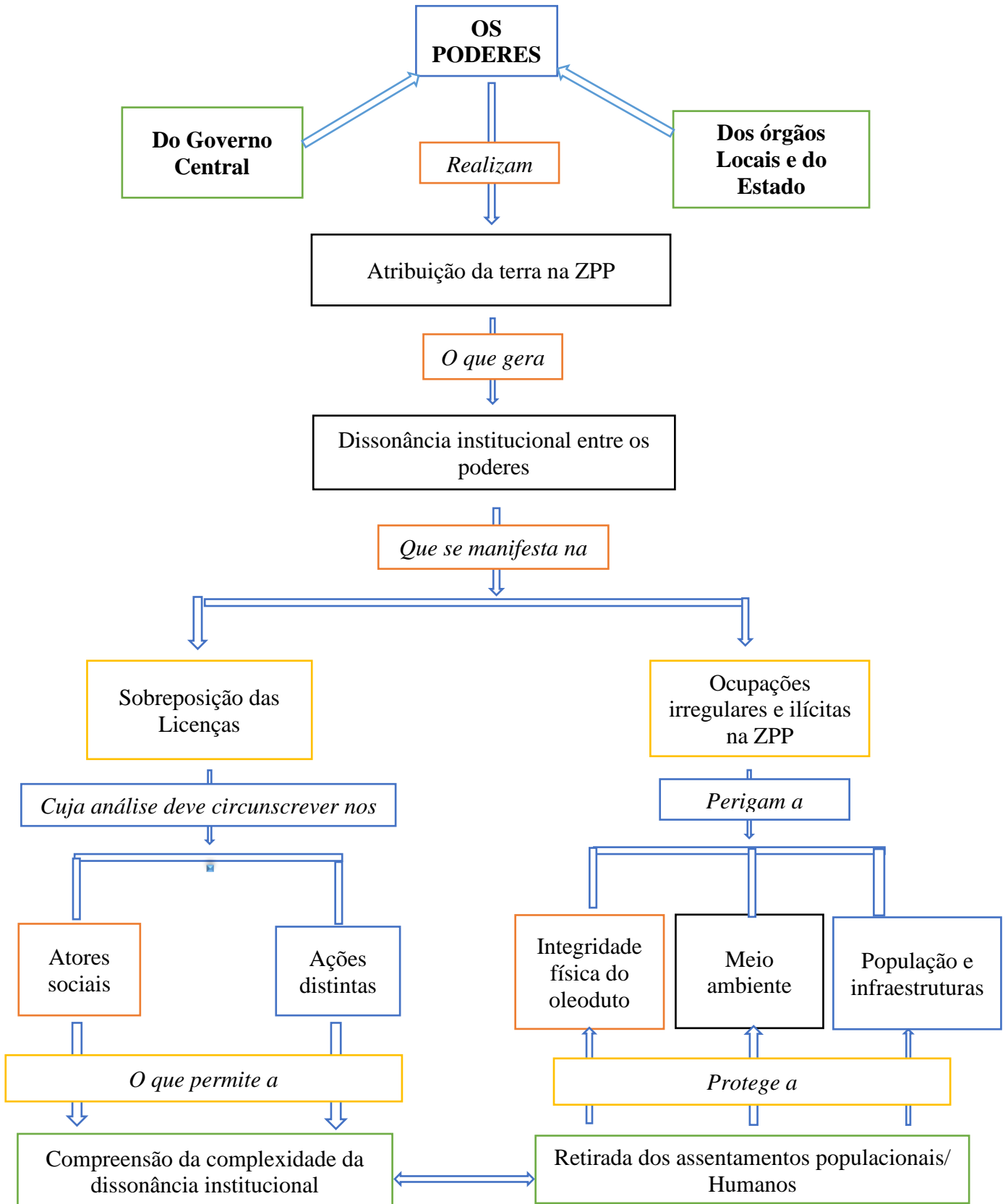
A dissonância institucional entre o poder do governo central e os poderes dos órgãos locais do Estado e parceiros mostra-se em dois níveis:

- a) Dissonância institucional entre o poder do governo central e os poderes dos órgãos locais do Estado³³; e
- b) Dissonância institucional entre o poder do governo central e os poderes das autoridades tradicionais (parceiros do Estado).

No primeiro nível, a dissonância decorre da atribuição de parcelas de terra realizada pelos governos distritais e conselhos autárquicos, em oposição à atribuição efetuada pelo governo central; e no segundo, a dissonância se opõe às autoridades tradicionais que procedem à atribuição de parcelas da terra, ignorando a cedência feita pelo governo central.

³³ Excetuando o dos governos provinciais de Sofala e Manica, uma vez que não participam da atribuição de parcelas de terra na ZPP (servidão).

Figura 4 - Modelo de análise da dissonância institucional entre os poderes.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A dissonância institucional entre os poderes manifesta-se pela sobreposição de licenças de uso e aproveitamento da terra, e pelo surgimento e expansão de ocupações territoriais irregulares e ilícitas na ZPP, o que pode gerar danos para:

- a) O oleoduto, dada as atividades de escavações praticadas localmente para atender fins díspares, entre estes, a abertura de represas para a criação de peixes em cativeiro, e para a irrigação de hortícolas.
- b) O meio ambiente, devido à abertura de campos de cultivo, pois esta atividade expõe os solos às forças da geodinâmica externa, especialmente ao vento e às precipitações pluviométricas, propiciando a erosão superficial dos solos. A erosão é substancialmente grave nas regiões de planalto e de montanha (província de Manica), dada a forte declividade das suas vertentes, o que confere maior energia cinética, ou de movimento das águas, imprimindo maior capacidade de desintegração dos solos e exposição das vertentes para a ocorrência de deslizamento de solos quando associado a chuvas copiosas.
- c) Os residentes e usuários da servitude, cujas vidas estão inevitavelmente correndo sérios riscos, como no caso da deflagração de incêndio por ruptura do oleoduto. A ruptura é passível de acontecer em empreendimento desta natureza, quer devido à vandalização, ou tentativa de roubo de combustível, quer por problemas técnicos.
- d) Infraestruturas socioeconômicas, que consistem, grosso modo, em residências, mercados, unidades sanitárias e escolares, ferrovias, rodovias, postos de telefonia móvel e condutas da água, suscetíveis de exterminação, em caso de deflagração de incêndio, na sequência da ruptura do oleoduto.

Para a compreensão da complexidade da dissonância institucional entre os poderes, importa analisar os atores sociais e seus interesses no processo. Os atores são indivíduos, grupos sociais, instituições, ou o Estado que representam algo para a sociedade e com capacidade de modificar o seu contexto, movidos por interesses, valores, e percepções próprias.

O diálogo informal, questionário, entrevista e observação, possibilitaram-nos, no conjunto, identificar diversos atores sociais e instituições com interesses na exploração dos recursos naturais existentes na ZPP. Assim, foi estabelecido o agrupamento destes em três categorias, a saber:

A. Instituições governamentais

- Governo Central (GC) – É responsável pelo exercício e gestão do poder político do Estado nos domínios de ordem pública, serviços sociais, segurança dos cidadãos e vida econômica. Compete-lhe apresentar propostas de lei e resoluções junto à

Assembleia da República (órgão legislador), cumprir e fazê-las cumprir. Tem nas suas atribuições a prerrogativa de analisar e autorizar pedidos de concessão de parcelas da terra acima de 10.000 hectares³⁴.

- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADR) - com competências para dirigir, planificar e assegurar a execução da legislação e de políticas no domínio da agricultura, pecuária, hidráulica agrícola, plantações agroflorestais, segurança alimentar, e coordenar o desenvolvimento rural. Compete-lhe a atribuição de parcelas da terra que variam entre 1.000 e 10.000 hectares.
- Ministério da Saúde (MS) - responsável pela extensão e melhoramento da disponibilidade dos serviços da saúde para o meio rural com o intuito de prevenir, controlar e combater doenças como tuberculose, diarreia, problemas respiratórios e ainda malária, HIV&SIDA, COVID-19, responsáveis por grande parte das mortes nas comunidades rurais e não só. Possui um Centro de Saúde em Inchope na ZPP.
- Ministério da Terra e Ambiente (MTA) - órgão central do aparelho de Estado que, de acordo com os princípios, objetivos e tarefas definidos pelo governo, dirige, planeja, coordena, controla e assegura a implementação de políticas nas áreas de administração e gestão de terras, florestas e vida selvagem, ambiente, alterações climáticas e áreas de conservação. É percebido pelas comunidades locais como sendo um órgão mais preocupado com a minimização dos impactos ambientais na ZPP (combate a incêndios criminosos e à erosão) e mais próximo das intenções da CPMZ.
- Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MEDH) - responsável pelo cumprimento das políticas educacionais de favorecimento ao acesso e permanência na escola dos membros das comunidades em geral e das meninas em particular, em todos os níveis de educação escolar, valorização do conhecimento local e do etno-desenvolvimento, e compromisso de proporcionar à criança uma educação pensada no lugar onde ela vive e que vincule a sua cultura. Administra duas escolas primárias completas na ZPP; sendo uma em Inchope (Gondola) e outra em Chimoio, nas proximidades do IAC (Instituto Agrário de Chimoio).
- Governos Provinciais (GPs) - compostos por diretores provinciais, contendo as Direções Provinciais de Agricultura que integram os Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro, as entidades com a competência de atribuir título de uso e

³⁴ Alínea a) do item 3 do artigo 22 da Lei nº 19/97.

aproveitamento da terra até 1.000 hectares, ouvidos os órgãos locais do Estado e parceiros.

- Governos Distritais (GDs) – garantem, no seu respectivo território, sem prejuízo da autonomia das autarquias locais, a realização de tarefas e programas económicos, sociais e culturais de interesse local e nacional, observando a Constituição, as deliberações da Assembleia da República, e de outros órgãos do Estado de escalão superior³⁵. A ZPP atravessa os distritos da Beira, Dondo, Nhamatanda (Sofala), Gondola, Chimoio, Vanduzi e Manica (Manica). Os Governos Distritais não gozam da autonomia jurídica para a atribuição de parcelas da terra, cabendo a estes a responsabilidade de velar pelo cumprimento rigoroso da Lei e Regulamento de Terras, em nível local, participar ativamente nas audiências públicas de processos de atribuição da terra, e dirimir os conflitos que possam eventualmente ocorrer.
- Conselhos Autárquicos (CAs) – pessoas coletivas públicas dotadas de órgãos representativos próprios que visam a prossecução de interesses das populações, sem prejuízo dos interesses nacionais e da participação do Estado. Desenvolvem as suas atividades no quadro da Unidade do Estado e organizam-se com pleno respeito da unidade do poder político e de ordenamento jurídico nacional³⁶. A ZPP atravessa sucessivamente as autarquias da Beira, Dondo, Nhamatanda, na província de Sofala, e Gondola, Chimoio, Manica, na província de Manica. Os Conselhos Autárquicos gozam de autonomia jurídica de atribuição de parcelas da terra, dentro da área sob a sua jurisdição.

B. Instituições locais beneficiárias

- Autoridades tradicionais (ATs) - integram régulos, fumos e sapandas. Segundo as práticas costumeiras, as autoridades tradicionais atribuem porções da terra aos seus membros e, não só, para diversos fins de interesse local.
- Comunidades Locais (CLs) – que vivem na área contida pela ZPP e sua contiguidade, desenvolvem as atividades agrícolas para o suprimento alimentar, práticas socioculturais para a afirmação da sua identidade cultural, e coleta de plantas medicinais.
- Pecuários (PeCs) – possuem quintas com superfície de até 10 hectares, particularmente na província de Sofala, e os seus proprietários normalmente não

³⁵ Item 3 do artigo 3 do Decreto nº 11/2005 de 10 de junho (Regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado).

³⁶ Pontos 1 e 2 do artigo 1 (Autarquias Locais) da Lei nº 2/97 de 28 de maio [Lei de Bases das Autarquias].

residem nelas, mas sim em centros urbanos como Beira, Dondo, Nhamatanda e Manica. Dedicam-se essencialmente à criação de gado bovino e caprino, sempre focados em suas experiências e necessidades diversificadas. Apresentam-se como agentes de desenvolvimento local. Parte da ZPP constitui extensão do pasto de seus animais.

- Comerciantes Informais (CIs) – que exercem suas atividades socioeconômicas em mercados informais erguidos em plena ZPP. Nestes, são vendidos normalmente produtos alimentícios básicos e roupas usadas, cujos potenciais clientes são os membros das comunidades locais.

C. Outras institucionais beneficiárias

- CPMZ (Companhia de Pipeline Moçambique-Zimbabwe) – trata-se de uma empresa petrolífera concessionária do direito de uso e aproveitamento da ZPP para o transporte de combustíveis através do oleoduto do Porto da Beira até Feruka, no Zimbabwe.
- CFM (Caminhos de Ferro de Moçambique) - empresa pública especializada em gestão logística. Faz a gestão dos sistemas ferroviários e portuários moçambicanos e possui vários segmentos da linha férrea Beira-Machipanda que atravessam a ZPP.
- FIPAG (Fundo de Investimento e Patrimônio do Abastecimento de Água) - instituição pública de âmbito nacional, responsável pela gestão do sistema de abastecimento de água. Tem sessões de condutores de água que atravessam a ZPP, com maior incidência no distrito de Dondo.
- moVitel (Operadora de telefonia móvel) - com a missão de colocar os seus serviços mais próximos do cliente, independentemente do lugar onde ele esteja, oferecendo-lhe, assim, a possibilidade de se conectar com o país e com o mundo. Possui postos de telefonia móvel implantados na ZPP.

As diferentes ações dos atores sociais identificados na ZPP foram elencadas abaixo, destacando-se as seguintes:

- Prestação de serviços sociais básicos de educação (MEDH) e de saúde (MS);
- Usufruto de condições de sobrevivência, e acesso e preservação dos cemitérios (lugares sagrados) para a reprodução cultural, social e econômica das CLs, CTs, PeCs, CIs);
- Elevação dos rendimentos familiares de CIs e pecuários PeCs;

- Proteção da qualidade ambiental das componentes naturais, proibição ou condicionamento do exercício de atividades socioeconômicas, que possam colocar em perigo a vida das pessoas e degradar o meio ambiente (MTA, CPMZ);
- Prestação de serviços de comunicação pela Operadora de Telefonia Móvel (moVitel);
- Prestação de serviços de abastecimento de água (FIPAG).

O Quadro 1 apresenta os atores sociais distribuídos de acordo com a natureza das suas ações.

Quadro 1 - Atores sociais distribuídos de acordo com a natureza das suas ações.

Designação dos atores sociais		Natureza
Institucionais governamentais	GC, MADR, MS, MTA, MEDH, GPs, GDs e CAs	Política, social, ambiental, territorial.
Institucionais locais beneficiárias	ATs, CLs, PeCs, CIs	Social, cultural, ambiental, territorial, econômica.
Outras institucionais beneficiárias	CPMZ, CFM, FIPAG e moVitel	Social, econômica, territorial.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

No Quadro 1 foram elencadas as naturezas das ações dos atores sociais envolvidos na dissonância institucional entre poderes que, na sua essência, são de natureza social, econômica, ambiental e territorial. A indicação de atores sociais não pretende fazer uma listagem exaustiva ou de reconhecimento de atores, mas, sim, destacar os principais que, pelas suas ações, possam ser considerados na análise integral da complexidade da dissonância institucional entre o poder do governo central, e dos poderes dos órgãos locais do Estado e parceiros na ZPP.

A retirada dos assentamentos populacionais e outras formas de ocupação do espaço na ZPP, configura-se como sendo condição chave para a proteção da integridade física do oleoduto, meio ambiente e vidas humanas. No entanto, são apontados vários constrangimentos tais como:

Na servitude/ZPP assistimos, com muita tristeza, a construção de habitações e outras infraestruturas socioeconômicas. No entanto, temos trabalhado arduamente no sentido de desencorajar o surgimento de novas construções quer particulares quer públicas, mas enfrentamos constrangimentos de vária ordem que têm contribuído para que o nosso esforço, não seja de todo um sucesso. (Nelson Marcolino³⁷)

Após muita insistência, conseguimos arrancar do entrevistado que os constrangimentos por ele referidos ligam-se, essencialmente, com as “contínuas atribuições de parcelas da terra

³⁷ Gestor do Ambiente, Saúde e Segurança Ocupacional da CPMZ.

na ZPP”, que não são as conferidas pelo governo central, ou, excepcionalmente, pelos governos provinciais, como impõe a legislação em vigor. As atribuições conferidas pelos poderes dos órgãos locais do Estado e parceiros, transgridem a Constituição da República, os Regulamentos da Lei de Terras e dos Órgãos Locais do Estado, e os direitos e as garantias dos cidadãos e instituições.

Diálogo como estratégia de alinhamento institucional

O exercício de poder deve passar pela harmonia entre pessoas e instituições de poder. Todavia, não existe exercício de poder sem desalinhamentos, quebra de certezas e sem diálogo; ou seja, o exercício de poder coabita, e sempre coabitará, com dissonância institucional entre os poderes (ALVES, *et al.* 2017).

A dissonância institucional, quando é cada vez mais exposta, evidencia a fragilidade da Constituição da República, das demais leis setoriais, e dos direitos e garantias dos cidadãos, em relação ao uso e aproveitamento de terra. Entretanto, esta realidade pode configurar-se em uma oportunidade para o diálogo que possa fortalecer e resplandecer a autonomia dos poderes, partindo da base de que Moçambique tem uma Constituição da República (2004), Regulamento da Lei de Terra (1997)³⁸, e Regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado (2005), recentes, e uma democracia jovem (2004), que possibilitam que se criem espaços para o diálogo institucional, nos quais poderá se discutir a dissonância entre os poderes.

O diálogo institucional constitui-se em uma estratégia importante para a solução de dissonância institucional entre os poderes, construído em bases científicas na concepção, organização e realização, estudadas em várias esferas de conhecimento, bem como valendo-se das experiências sistematizadas de pesquisadores e ativistas sociais.

Considerações finais

Abordamos a dissonância institucional entre o poder do Governo Central e os poderes dos Órgãos Locais do Estado, destacando as características sociais das comunidades residentes na ZPP, atribuições de parcelas da terra, e formas de ocupação do espaço. Finalmente, analisamos a dissonância institucional entre os poderes, que decorre da atribuição ilícita de parcelas da terra na zona de proteção.

³⁸ Atualmente em processo de revisão (2020-2021).

A ZPP possui condições favoráveis para o desenvolvimento de atividades produtivas em toda a sua extensão, para o estabelecimento de residências e outras infraestruturas sociais, particularmente na província de Manica, e no distrito de Nhamatanda em Sofala.

A conversão da servitude em Zona de Proteção Parcial interdita, nos termos da legislação, a atribuição de parcelas da terra para outras finalidades que não sejam as de proteção do oleoduto para o transporte seguro de combustíveis.

A despeito da existência do quadro legal que interdita outras atribuições de parcelas da terra na zona de proteção, verificamos as atribuições protagonizadas pelos órgãos locais do Estado e pelas autoridades tradicionais, o que se configura em dissonância entre os poderes do governo central e os poderes dos órgãos locais e parceiros.

As novas atribuições não respeitam o direito à titularidade pela CPMZ outorgada pelo governo central e promovem, por um lado, condições inseguras de transporte de combustíveis, colocam em risco a vida das comunidades residentes nas contiguidades da ZPP, perigam a qualidade ambiental, e violam severamente a Constituição da República (2004), o Regulamento da Lei de Terra (1997), e o Regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado (2005).

O texto particulariza-se por desmistificar a dissonância institucional entre poderes, a partir de uma prática ilícita de atribuições de parcelas da terra na ZPP e, em seguida, estudar a sua complexidade através da análise dos atores sociais e suas ações na Zona de Proteção Parcial, o que nos permitiu compreender quão complexa é a dissonância institucional entre os poderes. O entendimento da complexidade e dinâmica do problema possibilitou-nos, ainda, sugerirmos o diálogo institucional como estratégia para minorar ou solucionar a aparente crise institucional de poderes.

Referências bibliográficas

- ALVES, Stellarmaris Pereira; HOLANDA, Fábio Rodrigues; ROCHA, Gabriel Maia. As disputas institucionais entre os Poderes: o conflito democrático como manutenção da democracia à luz do ativismo judicial. **Projeção Direito e Sociedade**, v. 8, n. 1, Portugal, 2017.
- BARBOSA, António Ezequiel; LIMA, Martonio Mont'alverne Barreto. Influência das teorias dos diálogos institucionais e a última palavra provisória sobre o pensamento constitucional brasileiro contemporâneo. **Jornal de Investigações Constitucionais**, Versão online, ISSN 2359-5639. Revit. Investigar. Const., v. 5, n. 1, Curitiba, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rinc/a/hDx6rtYXCYsqsqWX6MzYy6P/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2023.

CALENGO, André. A classificação das terras em Moçambique. *In*: CAZORIA, Maria J., CHIZIANE, Eduardo (coord.). **Direito da terra e questões agrárias: Uma aproximação entre Espanha e Moçambique**. Maputo: Editora Escolar, 2014, p. 21-76.

FELIZES, Joel. Três abordagens do Poder Local Enquanto Formas Diferenciadas de Construção das Identidades - uma breve exploração. **Cadernos de Estudos Municipais**. Universidade de Minho, 1999, p. 121-137.

GONÇALVES, Euclides. Finding the Chief: Political decentralisation and traditional authority in Mocumbi, southern Mozambique”. *Africa Insight*, 35(3), 2005, p. 64-70.

MULHAISSE, Raimundo Alberto. Área de Conservação Total e Terras Comunitárias: A Sobreposição Territorial, Contradições e Conflitos Sociais na Serra da Gorongosa. Tese (Doutorado em Geografia). 2018. 245 f. Moçambique: Universidade Pedagógica, Programa de Pós-Graduação de Geografia, 2018.

MULHAISSE, Raimundo Alberto. **Sobreposição Territorial: Área de Conservação Total e Terras Comunitárias na Serra da Gorongosa**. Rio de Janeiro. DOI: 10.12957/geouerj. 2020, 53915, e-ISSN 1981-9021. 2010.

SILVA, Márcia da. Poder local: conceito e exemplos de estudos no Brasil. **Revista Sociedade e Natureza**. Editora da Universidade Federal de Uberlândia – EDUFU. Versão impressa ISSN: 0103-1570. Versão on-line ISSN: 1982-4513. Brasil, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1982-45132008000200004> . Acesso em: 25 jan. 2023.

Documentos oficiais:

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República de Moçambique, 2004**. Aprovado pela Assembleia da República aos 16 de novembro de 2004.

MOÇAMBIQUE. **Decreto nº 66/98, de 8 de dezembro. Aprova a Lei nº 19/97 de 01 de outubro**. Aprova a Lei e Regulamento de Terras.

MOÇAMBIQUE. **Decreto nº 11/2005 de 10 de junho. Aprova a Lei nº 8/2003 de 19 de maio**. Regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado.

PATRIMÔNIO CULTURAL, NATURAL, E SEUS ATRATIVOS TURÍSTICOS: UM SUBSÍDIO PARA A UTILIZAÇÃO DAS ÁGUAS TERMAIS EM BOROMA, NO DISTRITO DE MARARA

*José João Passe
Jacinta Janeth Frank Solomone
Eduardo Simba Rashe Jeremias Muachissene*

Introdução

O presente texto deriva de trabalho realizado com o objetivo valorizar o uso de águas termais para impulsionar o desenvolvimento da comunidade local através do ecoturismo em Boroma, no distrito de Marara, em Moçambique. Desta forma, conhecendo os seus diferentes usos em nível ambiental, na saúde, e na cultura, estas podem se revelar um potencial econômico, e atrair investimentos a se implementarem no distrito, e culminar com a satisfação dos grupos de interesse (comunidades, entidades).

Para efeito, nesse texto recorreu-se à coleta de informações através dos respectivos instrumentos metodológicos e fases como o levantamento bibliográfico, elaboração de mapas, trabalho de campo (observação direta, entrevistas, e análises químicas das águas), que permitiram destacar as formas de uso das águas termais por parte das comunidades, dos turistas, e práticas associadas no dia a dia de Boroma, seu impacto, e aferir o seu sentido patrimonial em nível local.

As águas termais e minerais oferecem o seu acervo para fins de lazer e terapêuticos desde a antiga Grécia, onde se realizavam através de banhos. Com o decorrer do tempo, mediante estudos do seu consumo, constatou-se o seu valor na ingestão (Nunes e Tamura, 2012). Por essas razões, elas não deixam de revelar a sua raridade e contributo na saúde e na economia das sociedades por meio de sua exploração, no âmbito científico e ambiental. Assim, torna-se necessária a colaboração de agentes formados, governo distrital, e da população com sentimento de pertença por elas, na sua gestão sustentável.

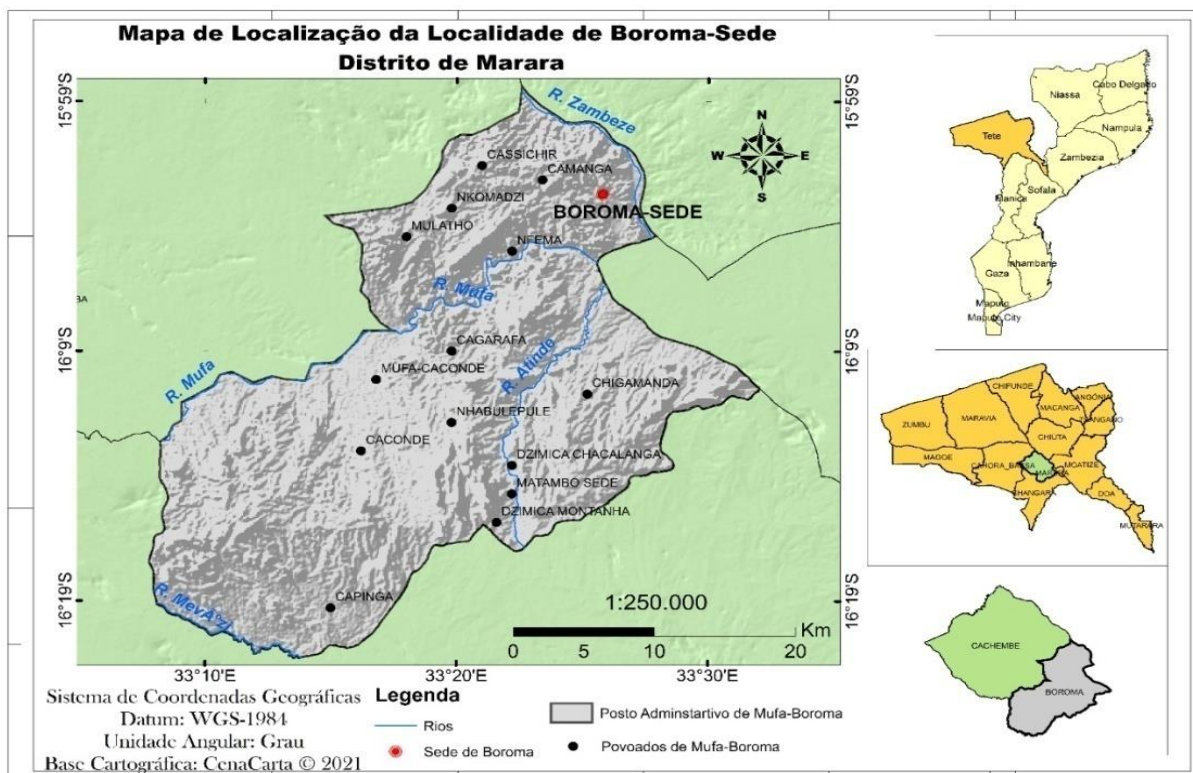
Neste contexto, colabora-se também com as estratégias para influenciar a melhoria de qualidade de vida social, definidas nos ODS³⁹, considerando que Moçambique pertence ao

³⁹ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

grupo dos países em via de desenvolvimento, e carece de iniciativas em investimentos educacionais na promoção de sustentabilidade.

Boroma é uma localidade pertencente ao distrito de Marara, na Província de Tete – Moçambique, caracterizado pela sua inserção na bacia do rio Zambeze, constituindo o rio que define o seu limite como a cidade de Tete, e a localidade de Nhahonde em Moatize. Sendo assim, a sua localização geográfica se dispõe em 16°59' e 16°19' de altitude sul, 33°10' e 33°20' de longitude leste, como ilustra a figura abaixo.

Figura 1 - Localização geográfica da área de estudo.



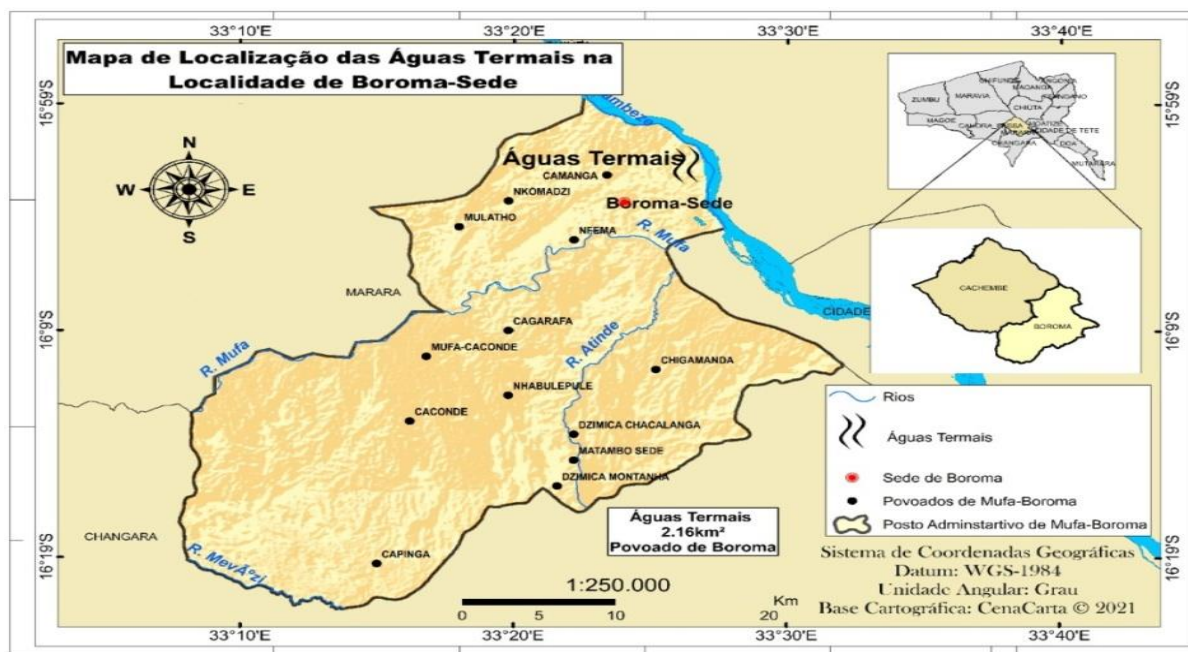
Fonte: Adaptado do CenaCarta (2021).

As águas termais localizam-se a 2,16 km das comunidades circunvizinhas (Figura 2), em um local aproximado das zonas de cultivo da população, conhecida comumente por "Ku Tenta", devido à sua elevada temperatura, e, de acordo com as crenças locais, é um lugar espiritual (*ya mizimu*) que congrega, além da expulsão de espíritos maus, a cura de patologias como o reumatismo, e problemas aliados à pele por meio de banho e consumo.

Em relação ao lado "espiritual" do local em estudo, a sua interpretação dispõe-se através de agentes locais. Por isso, o discurso supersticioso evidencia a necessidade dos turistas em agregarem um cidadão local que conheça a história local como acompanhante nas atividades.

Alguns dos contos relacionados à Boroma fazem parte da história mística há muitos anos, principalmente desde o período colonial. Neste contexto, predomina a história da criação do nome Boroma como resultante do som do gado bovino e a proveniência dos primeiros "brancos" na localidade, para construção da igreja Missão Boroma.

Figura 2 - Mapa de localização das águas termais.



Fonte: Adaptado de CenaCarta (2021).

A utilização das águas termais por parte das comunidades pode constituir em crenças locais, ou aliada ao sentido espiritual no seu quotidiano, contudo algumas atividades aleatórias podem contribuir para a disposição indesejada da mesma, e consistir em impactos negativos para as suas propriedades relevantes. A exemplo, algumas atividades pastoris são desenvolvidas no local (Figura 3).

É evidenciado o déficit na gestão das águas termais como um bem ou atrativo turístico (Figura 4). Contudo, segundo o departamento responsável pelo patrimônio, a monitoria das atividades desenvolvidas no local está sob responsabilidade da hierarquia da comunidade local. Assim, também se referenciam a educação ambiental e a sua divulgação como potenciais estratégias para se persuadir sobre a sua valorização cultural, ambiental e na saúde.

Para realização da análise apropriamos-nos de um leque de metodologias: pesquisa bibliográfica, observação direta, entrevista informal, e método cartográfico. Portanto, a pesquisa bibliográfica consistiu na alocação e leitura de obras literárias que, neste caso, foram livros, artigos científicos, jornais, revistas, dissertações e outros dados oficiais relacionados à temática das águas termais: as águas termais como um patrimônio natural e cultural; a legislação

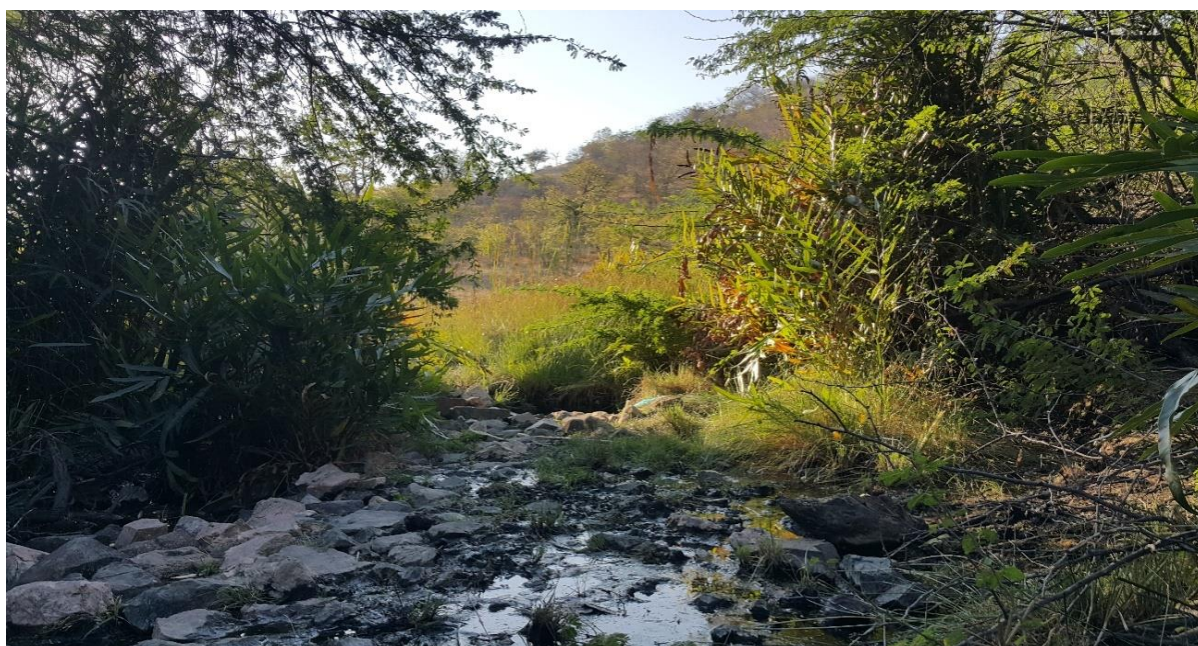
nacional e internacional sobre o uso do patrimônio natural e cultural; o ecoturismo; e a gestão cultural.

Figura 3 - Uso do local para dessedentação do gado.



Fonte: Autores, 2021.

Figura 4 - Estado de degradação do local.



Fonte: Autores, 2021.

O método cartográfico consistiu no uso de técnicas de geoprocessamento, possibilitando, deste modo, a elaboração do mapa de localização geográfica da área em estudo, mediante o uso do *software* ArcGIS, versão ArcMap10.3.

A observação direta cingiu-se no deslocamento dos pesquisadores ao campo para se apurar as formas de uso das águas termais por parte da população local, do governo local, o estado atual das águas termais, a paisagem que as circundam, as práticas culturais relacionadas, e os bens culturais do local.

As entrevistas e questionários permitiram a coleta de dados relevantes para a elaboração do trabalho. A definição de grupos-alvo se deu através da experiência e conhecimento dos indivíduos na temática das águas termais, suas potencialidades turísticas e sua valorização.

A amostragem foi intencional, ou por tipicidade, pois o grupo selecionado constituiu-se com indivíduos relacionados com o objeto em estudo, formados por funcionários do departamento de Patrimônio Cultural e Turismo na Direção Provincial de Turismo e Cultura da província de Tete, funcionários do departamento de cultura e desporto nos Serviços Distritais de Educação e Tecnologia de Marara, nos Serviços Provinciais de Ambiente, líderes comunitários, e guias de turismo locais a visitas conduzidas ao local.

Procedimentos de coleta da água

O processo de coleta das águas termais em *Tentha* consistiu primeiramente na preparação e esterilização da embalagem de vidro para a coleta da água, com tiosulfato de sódio. Após a limpeza e secagem, iniciou-se com a coleta da água para posterior disponibilização nos laboratórios da FIPAG e ARA-CENTRO após uma hora da coleta. A temperatura foi um dos parâmetros com maior suscetibilidade de alteração, e a sua análise foi realizada no local, conforme ilustra a Figura 5.

Figura 5 - Processo de Medição de Temperatura.



Fonte: Autores, 2021.

No contexto da qualidade das águas para o consumo e seus impactos no organismo humano, são apresentadas as normas nacionais, com base na OMS, na tabela a seguir.

Tabela 1 - Padrões de qualidade de água superficiais e os resultados das análises químicas das águas termais coletadas em Boroma "Tentha".

	Unidade	Normas da qualidade de águas superficiais classe II		
		Limite da Legislação Moçambicana*	Média das Amostras	Riscos para a Saúde Pública
Potencial hidrogeniônico	Ph	6,5 a 8,5	7,56	Corrosão, sabor, irritação da pele
Potencial redóx	- Eh/ mV	-	-	-
Condutividade elétrica	u.S/cm CE	50 – 2000	2.264	-
Oxigênio dissolvido	mg/L OD	6	3,84	-
Sólidos totais dissolvidos	mg/L STD	≤ 500	730,5	Sabor desagradável
Turbidez	UNT	5	11,5	Aparência, dificulta a desinfecção
Sulfatos	mg/L	250	654,3	Sabor e corrosão
Arsênio	mg/L As	0,05	0,05	Cancro da pele
Alumínio	mg/L Al	0,2	0,33	Afeta o sistema locomotor e causa anemia
Manganês	mg/L Mn	0,01	0,05	Sabor desagradável
Ferro Total	mg/L Fe	0,3	0,02	Necrose hemorrágica
Zinco	mg/L Zn	3,0	0,05	Aparência e sabor desagradável
* Diploma Ministerial no 180/2004, Parte B				

Fonte: adaptado de MISAU (2004).

Potencialidades químicas das águas termais para o turismo em Boroma "Tentha"

A relevância das águas termais consiste na sua influência em terapias dermatológicas, que se implicam em banhos, criação de soluções, e em formas de ingestão. Neste contexto, as suas potencialidades químicas são referidas como maiores contribuintes no processo terapêutico, a conferir a seguir:

Os parâmetros citados foram definidos como potenciais para aferir-se os tipos de águas termais e seus proveitos para a saúde pública. No entanto, o seu consumo descontrolado pode proporcionar alguns efeitos adversos. Por isso, autores como Nunes e Tamura (2012), e Vasconcelos (2015), ressaltam a necessidade de se definir a dosagem adequada para o consumo e banhos. Deste modo, as águas são conhecidas através da classificação dos autores como: águas termais sulfatadas, alcalinas, cálcicas e magnesianas. Assim, são relevantes em terapias renais, gastrointestinais e metabólicas, através da ingestão, e podem contribuir na cura respiratória através de inalações.

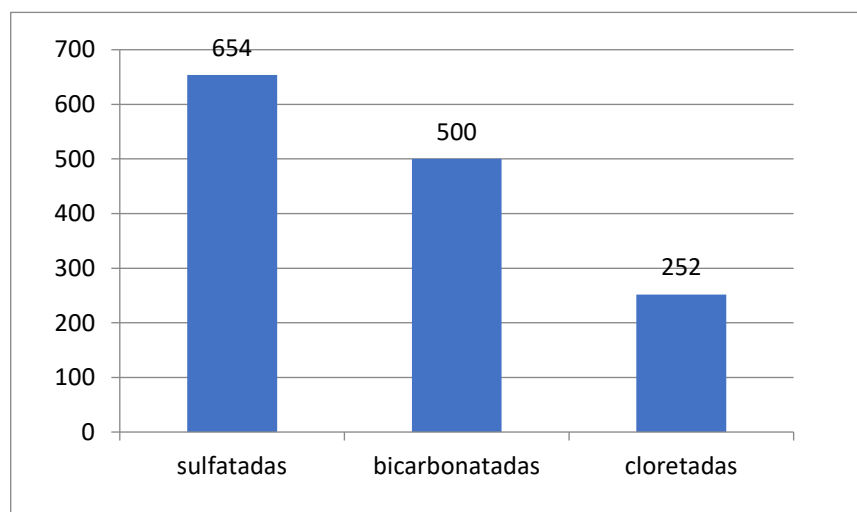
Tabela 2 - Potencialidades terapêuticas das águas termais de Boroma.

Mineral	Unidade	Média das amostras	Potencial terapêutico
Bicarbonato	mg/L	500	Facilitação de evacuação gástrica, estimulação de secreções pancreáticas e afecções de vias urinárias
Cálcio	mg/L	39	Regulação do crescimento das células epidérmicas, ação anti-inflamatória
Cloretos	mg/L	252	Anti-inflamatório, cicatrizante
Alumínio	mg/L	0,33	Dermatose aguda
Magnésio	mg/L	3,84	Dermatose aguda, renovação celular
Manganês	mg/L	730,5	Renovação celular, cicatrização de feridas, recuperação de barreira cutânea
Sódio	mg/L	23	Renovação celular
Sulfatos	mg/L	654,3	Ação metabólica (redução de ácido úrico) e ação diurética (hipertensão)
Zinco	mg/L	0,05	Ação antioxidante, renovação celular e modulação da inflamação
Alcalinidade	mg/L	206	Combate hiperácidos, manutenção da massa magra, redução de ácido

Fonte: Adaptado de Nunes e Tamura (2012); Teixeira (2015).

A Figura 6 apresenta as potencialidades termais de acordo com suas vocações terapêuticas:

Figura 6 - Gráfico sobre as potencialidades das águas termais de Boroma em mg/L.



Fonte: Autores, 2021.

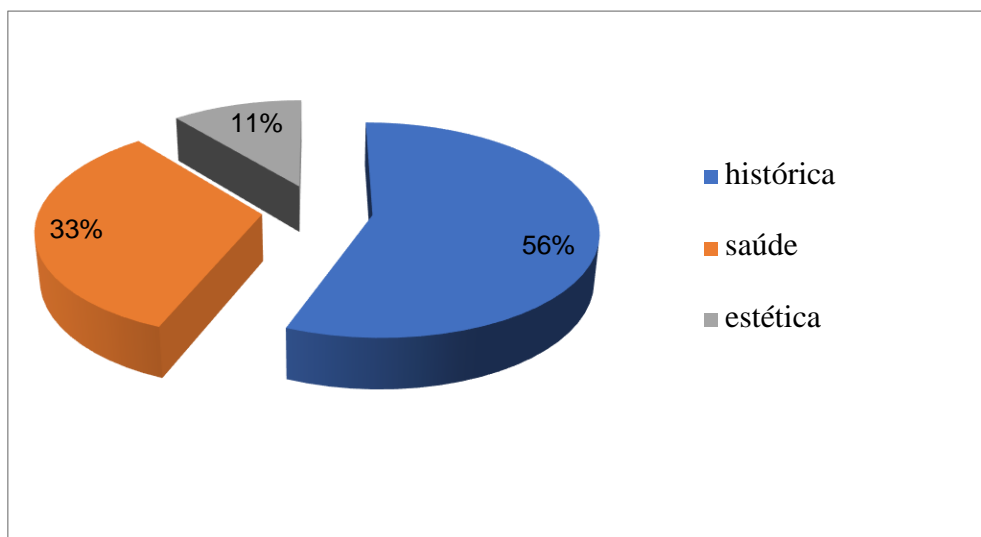
Contudo, a falta de discernimento sobre a sua importância na cura de diferentes patologias, constitui-se em uma das principais razões para a desvalorização das águas termais por parte de alguns residentes e turistas. É neste contexto que se destaca a importância da educação ambiental, e o impulso da sua valorização, tendo em conta a sua dimensão para a saúde, bem-estar, e cultura.

O seu aproveitamento pode não ser destacado apenas em propriedades terapêuticas, ou por meio de uso hidromineral e termal, mas também na exploração geotérmica que, de acordo com Carvalho (2006), faz parte da classificação usual dos recursos minerais, sendo provedor da economia. É imperiosa a exploração sustentável deste recurso, permitindo a sua renovação e estabilidade. Neste processo, deve-se ter em conta que a sua composição depende das condições de circulação subterrânea a que a água é sujeita (*duração, pressão, temperatura e rocha encaixante*), pois a alteração química neste processo influencia no equilíbrio da sua formação.

Em atenção à importância das águas termais por parte das comunidades locais, constata-se que a sua consideração parte do valor histórico e simbólico local, aliado a crenças que passaram por gerações até a atualidade.

De acordo com o departamento cultural do distrito de Marara, a identificação das águas e alguns bens locais como patrimônio cultural, já foi concedida. No entanto, por serem muitos bens, não se prevê a intervenção financeira do governo para a sua gestão, e o esforço do mesmo baseia-se no seu registro e divulgação. A relevância da existência das águas termais em Boroma, por parte das comunidades circunvizinhas, revela-se sob perspectiva histórica, terapêutica muscular, e estética, como refere a Figura 7 a seguir.

Figura 7 - Gráfico sobre consideração patrimonial das águas termais nas comunidades.



Fonte: autores, 2021

Porém, o seu sentido patrimonial não se cinge no afeto ou sentimento de pertença por parte de quem as admira, pois elas podem despertar interesses inconvenientes ou insustentáveis, em nível local. Deste modo, seria necessário um registro formal da importância científica, cultural, e ambiental, que elas albergam.

Neste contexto, a consecução do patrimônio carece de sinergias dos intervenientes interessados como, por exemplo, a concepção da comunidade, o discurso do governo, e os seus valores excepcionais, de modo que se confira a sua raridade no contexto patrimonial. Este é o risco que Serrano, Brahns e Luchiari (2007) advertem, pois, embora o patrimônio remeta à herança comum, aos símbolos, e à viagem para um passado que hoje passa a ser valorizado, o que impulsiona a sua consideração é um discurso político e a intervenção de uma comunidade interessada.

Defende-se, também, que a proteção patrimonial não provém apenas do valor econômico que estimula o interesse de muitos intervenientes, quando se estipula sua virtude turística, mas os processos e grupos culturais resultantes dela, pois a sua caracterização ou consideração parte do humano.

Nesta performance expressiva da importância cultural do patrimônio, os atores tomam, como princípio, a valorização cultural dos recursos naturais, partindo da existência natural do homem, que, durante a sua interação com a natureza, apresenta o olhar do que pode ou não ser excepcional.

Assim, reveste-se a alocação populacional na sua gestão, pois o poder do bem elevado ao patrimônio elucida a sua importância econômica, como refere Choy (2006) “integradas entre bens patrimoniais [...] as antiguidades são metamorfoseadas em valores de troca [...]”, o que nos remete à cautela na sua utilização, de forma a preservar memórias que encontramos, e passarão para gerações, embora não intactas, mas que constituem a história.

Estratégias para a valorização e utilização das águas termais de Boroma

As águas termais podem potencializar um ganho na arena turística, através de diferentes formas de exploração, mas a necessidade de um planejamento e investimentos para o sucesso do projeto não se podem descartar.

Em alguns países como Brasil e Portugal elas são disponibilizadas no mercado turístico através da sua atratividade nos banhos terapêuticos, lazer e estética, pois a sua utilização passou a ser valorizada de forma substancial na saúde, devido as suas habilidades curativas. Nesta vertente, o estudo das águas termais, e o nível do conhecimento de seus ganhos econômicos, apresentam-se de forma tímida e quase neutra nas comunidades locais, pois o que se verifica, na atualidade, quanto à sua utilização, é aliado a fins místicos e em alguns tratamentos de reumatismo.

Destacam-se as seguintes propostas para a valoração e utilização das águas termais de Boroma:

- Implementação de estâncias de banhos terapêuticos, onde as pessoas passariam a conhecer a sua importância na saúde e bem-estar.
- Criação de projetos de captação das águas, para fins de distribuição da água mineral, considerando que as mesmas possuem propriedades físicas e químicas minerais, e o seu consumo pode se propor em uso farmacêutico.
- Criação oportuna de hidroelétricas para a produção de energia geotérmica que poderia fornecer a possibilidade de melhoria de vida local, considerando o déficit de meios elétricos nas comunidades circunvizinhas.
- Criação de associações ecoturísticas com vistas a contribuir na gestão e educação ambiental para a preservação das águas termais como patrimônio natural e cultural local, de forma que se conheça a sua importância na história local, a sua origem explícita cientificamente, e influenciar a curiosidade de conhecimento por parte de turistas, meios publicitários e alocação de profissionais na área.
- Possibilidade de criação de um museu da história local que consistiria em fornecer conhecimentos sobre a história conhecida localmente, e relacionadas às águas termais, a evolução do seu uso, assim como associada à paisagem e à criação de eventos culturais para a sua divulgação, o que não deixaria de evidenciar e potencializar a sua valorização no mercado turístico, o seu conhecimento no mundo como um destino turístico, e atrair investimento em infraestrutura para o seu processo.

Portanto, a divulgação delas como o atrativo turístico catalisador de investimentos necessita da colaboração privada e governamental, de modo que se permita a alocação das necessidades locais, e sensibilize a contribuição da qualidade de vida para ambos. Deste modo, o interesse em implementar qualquer empreendimento turístico pode incluir a participação ativa de ambos, e culminar em benefícios comuns.

Sugestão para gestão das águas termais como patrimônio natural e cultural

As formas de intervenção para a gestão das visitas efetuadas na área de estudo são atualmente controladas pelas comunidade locais, definidas como órgãos necessários no policiamento da população. No entanto, dados ou registos sobre a procura das águas termais em relação aos turistas, são pouco encontrados, o que revela a fraca atenção por parte deste

policiamento e a necessidade de um plano de gestão que inclua formas de as salvaguardar, visto que representam um patrimônio local.

Neste contexto, um plano para a conservação do patrimônio cultural e natural é defendido na legislação oferecida pela Unesco, e conseqüentemente adotada na legislação nacional e local, embora a definição formal do patrimônio acarrete processos, que correspondam com o seu registro.

Sendo assim, os primeiros elementos a constar na gestão turística do patrimônio são os órgãos vinculados ao processo acima descrito, apresentados a seguir:

- Conselho Nacional do Patrimônio Cultural;
- Direção Provincial de Cultura e Turismo;
- Serviços provinciais de ambiente;
- Entidades interessadas ou associações; e
- Comissões de gestão local (comunidades locais, líderes, polícia comunitária, membros de interpretação, população geral).

A definição dos órgãos vinculados à gestão do patrimônio cultural e natural responde à necessidade primordial no processo pelas sinergias que elas envolvem. Assim, o órgão nacional do patrimônio cultural responde pela recomendação, proteção, financiamento, e pela utilização dos bens culturais, e os órgãos subseqüentes seguem as suas atividades de acordo com os objetivos definidos pelo Conselho Nacional de Patrimônio Cultural (CNPC).

As direções provinciais de ambiente, cultura, e turismo, definem estratégias de gestão turística em Boroma, correspondendo com as respectivas legislações, em colaboração com as comissões locais. Portanto, devido à falta de recursos e interessados na exploração das águas termais, propõe-se, a princípio, uma gestão consagrada para associações acadêmicas que possibilitem o dinamismo científico, cultural, e social, com vistas à salvaguarda destas como patrimônio natural e cultural, e incentivo à participação das comunidades na gestão da sua memória coletiva em relação às águas.

Considerações finais

Boroma é um povoado pertencente ao distrito de Marara na Província de Tete, em Moçambique, e apresenta riquezas que podem influenciar o seu desenvolvimento. Porém, faltam intervenções para contribuir no processo da descoberta e divulgação de suas

potencialidades, não só em turismo, mas também em várias outras atividades, como científicas, culturais, ou econômicas.

O turismo é considerado um dos pilares para a melhoria da economia nacional através do seu contributo no PIB, mas a sua maior ocorrência se observa pela oferta e procura dos produtos e serviços disponíveis localmente como, por exemplo, hospedagem, restauração, infraestruturas econômicas, serviços ou produtos culturais. Com isso, pode-se observar, através dos questionários, a preocupação pública em contribuir na gestão das águas termais, presumidamente por constituir a sua significância histórica e cultural, embora alguns com o desconhecimento da sua origem ambiental.

Neste contexto, o sentido patrimonial pode aclarar seu aproveitamento na promoção de atividades turísticas, incluindo as comunidades circunvizinhas, e proceder mecanismos para a sua utilização racional, assim como desencadear impactos positivos como a promoção de emprego, educação ambiental e conhecimento da cultura local.

A existência de meios que identificam a existência do patrimônio cultural e natural é relevante, assim como a existência de profissionais relacionados à área, de forma a condicionar a realização da educação patrimonial e persuadir a sua percepção valiosa por parte do público interessado.

A vedação do espaço pode contribuir para as medidas de mitigação relacionadas à contaminação das águas, através de resíduos, dando a conhecer a contabilidade do seu consumo.

Referências bibliográficas

BEZERRA, Onilda Gomes. **O patrimônio natural no contexto da conservação integrada/Natural**. Patrimônio e Memória, v. 14, n. 1, p. 50-68, 2018.

BORDIN, Dagoberto José *et al.* **Cultura termal e processos de patrimonialização e turismo em duas estações de águas termais: Santo Amaro da Imperatriz/Brasil e Nueva Federación/Argentina**, 2015.

BONIFÁCIO, Lúcia. **O Patrimônio natural e cultural como fatores de motivação turística no concelho de Abrantes**. Tese (Doutorado em História da Arte, Patrimônio e Turismo Cultural). Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra, Portugal, 2014.

CAMPOS, Juliano Bitencourt; PREVE, Daniel Ribeiro; SOUZA, Ismael Francisco de. **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade**. Curitiba: Multideia, 2016.

CHOAY, Françoise. Tradução: T. Castro. **Alegoria de Patrimônio**. Edições 70. Portugal, 2014.

CONJO, Muocha. **Estudo sobre o património cultural da província de Maputo artesanato, literatura oral e jogos tradicionais e seu uso contemporâneo**. Lisboa: Editora FEC-Fundação Fé e Cooperação, 2019.

FARIA, Bruna dos Santos; JALIL, Samia Marouf Abdel. Água termal e sua utilização estética. **Revista conexão eletrônica**, v. 15, n. 1, Três Lagoas, 2018.

GODOY, Laís Paciência *et al.* Impactos do geoturismo nos atrativos naturais das Águas do polo turístico das Águas de São Lourenço, MT. **Geociências**, v. 36, n. 1, p. 48-64, 2017.

IVRING, Marta *et al.* **Turismo, Natureza e Cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas**. Rio de Janeiro, Fundação de Rui Barbosa, 2016.

LE GOFF, Daniel. **História e Memória**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990.

PAES-LUCHIARI, Maria Tereza D.; BRUHNS, Heloisa Turini; DE TOLEDO SERRANO, Célia Maria. **Patrimônio, natureza, e cultura**. Campinas: Papirus Editora, 2007.

MINISTERIO DE EDUCACAO CULTURA. Lei 10/88 de 22 de dezembro.1988.

MINISTERIO DE EDUCACAO CULTURA. Lei 04/2004 de 17 de Junho. Lei do turismo. 2004.

MEIRA, Suédio Alves; DE MORAIS, Jader Onofre. Os conceitos de geodiversidade, patrimônio geológico e geoconservação: abordagens sobre o papel da geografia no estudo da temática. **Boletim de Geografia**, v. 34, n. 3, p. 129-147, 2016.

MINISTÉRIO DE TURISMO DO BRASIL. **Ecoturismo: Orientações básicas**. Brasília, 1. ed., p. 60, 2008.

MUOCHA, Matilde. **Estudos sobre o património cultural da província de Maputo. Artesanato, literatura oral e jogos tradicionais e seu uso contemporâneo**. Lisboa: Fundação Fé e Cooperação, 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Manual de conservação do património cultural imóvel em Moçambique**. Direcção do Património Cultural, Maputo, 2012.

NUNES, Samanta; TAMURA, Bhertha Miyuki. Revisão histórica das águas termais. **Surgical & Cosmetic Dermatology**, v. 4, n. 3, p. 252-258, 2012.

POULOT, Dominique. História e Património. **Revista do Património Histórico e Artístico Nacional**, n. 34, 2012.

QUEIROZ, Odaléia, *et al.* **A natureza e o património na produção do lugar turístico**. Clube de Autores, 2016.

REPÚBLICA DE MOCAMBIQUE. Lei 05/2017 de 20 de Junho. **Lei de proteção, conservação e Uso sustentável da Diversidade Biológica**.2017.

TEIXEIRA, Jerónimo Victor. **A participação das comunidades locais na gestão das florestas em Moçambique**: Caso dos distritos de Montepuez, Maúa, Marrupa e Majune. Tese (Doutorado em Geografia e Planeamento Territorial - Especialidade em Ambiente e Recursos Naturais). Universidade Nova. Lisboa, 2018.

UNESCO. **Records of the general Conference**. Resolutios Recommendations, v. 1, 1972.

TEIXEIRA, F. **Termalismo na Região Centro**. Universidade Coimbra, 2015.

VASCONCELOS, Alexandre. **Hidrogeologia de águas termais**. Um caso de estudo em Portugal. Universidade Porto, 2007.

QUALIDADE DE ENSINO E RENDIMENTO NA PERSPECTIVA DO ENSINO SECUNDÁRIO DA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA NA CIDADE DE TETE: CASO DAS ESCOLAS MINIARTE E CHINGODZI

Ivos Viegas Chamissone Baulene

Introdução

Falar da educação é falar de um processo pelo qual a sociedade prepara os seus membros para garantir a sua continuidade, e o seu desenvolvimento. Trata-se de um processo dinâmico que busca, continuamente, as melhores estratégias, para responder aos novos desafios.

Assim, para distinguir se uma educação é ou não de qualidade, precisamos de indicadores que nos permitam mensurar os resultados advindos do processo educativo e, assim, compará-los entre tantos outros sistemas, podendo, deste modo, operar reformas, mudanças, mantê-lo, melhorá-lo, etc.

Provavelmente muitos venham a ser os conceitos, mas apego-me ao de DAVOK (2007), “*para quem de maneira geral, deve abarcar as estruturas, os processos e os resultados educacionais*”. É por meio disto que esta pesquisa se cinge na qualidade de ensino e rendimento, na perspectiva do ensino secundário na disciplina de Geografia, na cidade de Tete, concretamente na Escola Miniarte e Chingodzi. Entretanto, a expressão “qualidade em educação”, no marco dos sistemas educacionais, admite uma variedade de interpretações, dependendo da concepção que se tenha sobre o que esses sistemas devam proporcionar à sociedade.

Uma educação de qualidade pode significar tanto aquela que possibilita o domínio eficaz dos conteúdos previstos nos planos curriculares, como também aquela que possibilita a aquisição de uma cultura científica ou literária, ou aquela que desenvolve a máxima capacidade técnica para servir ao sistema produtivo, ou ainda, aquela que promove o espírito crítico, e fortalece o compromisso para transformar a realidade social.

Daí surge a necessidade de delimitar duas escolas (uma pública e outra privada), o que nos permitiu pensar em formas e estratégias escolares com a finalidade de explicar a desigualdade de desempenho escolar, sobretudo a qualidade de ensino e rendimento na perspectiva do ensino secundário na disciplina de Geografia, buscando, assim, traduzir o conhecimento através do processo de ensino e aprendizagens.

Este texto surge com o intuito de saber quais as condições que influenciam no rendimento escolar de alunos das escolas secundárias na cidade Tete, concretamente na Chingodzi, sendo uma escola pública, e a Miniarte, sendo uma privada. Por sua vez, esse interesse é motivado pelos relatos feitos por professores que atuam nas instituições, quando afirmam que, para os alunos na escola pública, as percentagens de qualidade e rendimento são mais baixas em relação aos da escola privada.

A relevância deste texto consiste em analisar esforços nas discussões sobre o ensino de Geografia no ensino secundário, reconhecendo que a crise nele experimentada é um reflexo dos problemas de ensino e aprendizagem na educação moçambicana.

Neste contexto, o objetivo deste capítulo foi o de analisar a qualidade do ensino e o rendimento escolar dos alunos da Escola Secundária de Chingodzi e da Escola Primária e Secundária Miniarte, uma pública e outra privada, respectivamente. Além disso, este trabalho buscou investigar os fatores influenciadores de rendimento destes alunos que moram na área rural, e estudam em uma escola localizada na área urbana.

Em relação à técnica de coleta de dados, aplicamos o levantamento bibliográfico, que serviu para contextualizar o trabalho em termos da visão dos autores em relação à matéria. Neste sentido, consultou-se livros, jornais, dicionários, páginas da internet, documentos normativos, consistindo-se numa pesquisa do tipo exploratória.

Os instrumentos de coleta de dados foram aplicados com observações abertas. Neste sentido, os dados foram coletados através de:

- registros escolares, como relatórios de acompanhamento do rendimento escolar;
- questionários, com questões abertas e fechadas, e
- entrevistas semiestruturadas.

Dessa maneira, foram analisados os registros escolares para possibilitar a construção de um perfil do rendimento escolar, na Escola Secundária de Chingodzi e Escola Primária e Secundária Miniarte. Tais dados foram coletados na base de relatórios de acompanhamento do rendimento escolar e foram consideradas todas as avaliações realizadas no ano letivo de 2022. A disciplina analisada, quanto ao rendimento escolar, foi a de Geografia.

Entretanto, há que salientar que se usou também o questionário e a entrevista sobretudo nas duas direções das escolas tanto como nos professores de Geografia. Estes dois elementos

foram úteis no processo da coleta dos dados que consubstanciaram a essência da qualidade de ensino e rendimento na disciplina de Geografia nas duas escolas.

Qualidade de ensino *versus* rendimento

De acordo com Santana (2006, p. 98 *apud* DAYOK 2007, p. 49), definiu-se a qualidade, como “o conjunto de características que um produto ou serviço deve ter para bem atender às aspirações ou interesses dos usuários”.

Segundo o conceito apresentado, podemos conceituar a qualidade de ensino como um processo que resulta da interação de vários fatores que a educação deve ter para responder aos anseios da sociedade.

Perante a isso, para se conseguir um ensino de qualidade, é necessário um investimento de base, o que demandaria uma percentagem considerável do orçamento do Estado dirigido à área da educação, considerada como o alicerce do desenvolvimento de um país.

Com isso, percebe-se que é possível criar-se instituições de ensino de excelência. Mas a grande maioria levaria décadas para evoluir até um padrão aceitável de excelência, pois trata-se de um processo.

A expressão “qualidade em educação”, no marco dos sistemas educacionais, admite uma variedade de interpretações dependendo da concepção que se tenha sobre o que esses sistemas devem proporcionar à sociedade.

Um ensino de qualidade pode significar tanto aquele que possibilita o domínio eficaz dos conteúdos previstos nos planos curriculares como aquele que possibilita a aquisição de uma cultura científica ou literária, ou aquele que desenvolve a máxima capacidade técnica para servir ao sistema produtivo, ou, ainda, aquele que promove o espírito crítico e fortalece o compromisso para transformar a realidade social (DAYOK, 2007).

Nesta perspectiva, Haydt (1997, p. 78) defende que o rendimento deve refletir “tanto a aquisição de conhecimentos e informações decorrentes dos conteúdos curriculares quanto as habilidades, interesses, atitudes, hábitos de estudo e ajustamento pessoal e social.”

Na perspectiva de Silva (2011, p. 33):

O rendimento escolar pode ser definido como as modificações no indivíduo proporcionadas pela aprendizagem no contexto escolar e que são mensuradas e categorizadas em índices (notas ou conceitos) que apontam critérios de aproveitamento da situação de ensino e aprendizagem de conteúdos (bom rendimento) ou o não aproveitamento do ensino e aprendizagem insatisfatória (fraco rendimento).

Portanto, mais que notas e conceitos expressos pelo professor, o rendimento escolar, realizado à base de um sistema de valores, critérios e indicadores, pode referir-se a uma mudança de comportamento e, conseqüentemente, à aprendizagem de um indivíduo ou de uma coletividade.

No entanto, a avaliação da qualidade e do rendimento escolar possui dois objetivos principais: identificar as dificuldades de aprendizagem dos alunos para ajudá-los a superá-las; e avaliar a eficácia do ensino.

Assim, pode ser considerado como um parâmetro de análise para o trabalho desenvolvido em sala de aula e na escola, refletindo, assim, a qualidade do ensino.

Portanto, percebe-se que, para traçar ações necessárias para a melhoria da qualidade do ensino, não basta avaliar o rendimento como um ponto isolado: é necessário conhecer o contexto escolar e os fatores socioeconômicos que influenciam tais resultados; porém, notas e provas não fornecem tais informações.

É com base nisso que a pesquisa realizada buscou analisar quais são os fatores que influenciam a qualidade de ensino e o rendimento de alunos da Escola Secundária de Chingodzi e a Escola Secundária Miniarte, ambas localizadas na área urbana de município de Tete.

Por isso, o objetivo principal deste estudo foi comparar o rendimento escolar entre alunos. Além disso, este trabalho buscou investigar os fatores influenciadores dos alunos destas instituições.

Assim sendo, os fatores que influenciam a desigualdade do desempenho escolar podem ser organizados em níveis hierárquicos, tais como em nível:

- do aluno, compreendendo aspectos pessoais e familiares, como características sociodemográficas, e capital socioeconômico e cultural familiar;
- de turma, relacionado aos aspectos da sala de aula, como características do professor, superlotação das turmas, e práticas pedagógicas; e
- da escola, englobando fatores relativos à instituição de ensino, como violência, políticas ou práticas escolares.

Comparativo da qualidade de ensino e rendimento

Assim sendo, procurou-se identificar os fatores influenciadores na falta da qualidade para trazer-se uma análise comparativa. Entretanto, o desempenho escolar, com base nos dados

obtidos, apontou uma série de aspectos sociais e escolares que podem influenciar, direta ou indiretamente, no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Entre os fatores sociais, destacam-se o número de moradores por domicílio, a escolaridade dos pais e a renda.

Por meio da entrevista com os professores, foi possível obter outras variáveis contextuais que contribuem na desigualdade do rendimento escolar entre os alunos da escola pública e privada. Nisto, constituem-se, como variáveis, a dificuldade de acompanhamento das atividades escolares dos educandos e a falta de acesso a alguns recursos educacionais.

Com este posicionamento, há professores que se preocupam em trabalhar em algumas atividades diversificadas, de forma a contemplar o processo de ensino e aprendizagem e auxiliam os que estão com dificuldade em aprender por meio de atividades extracurriculares e revisão de conteúdos.

Um dos fatores apontado por um dos professores foi a diversidade dos turnos, em particular o turno da noite, que, no seu entender, interfere negativamente, uma vez que nas escolas privadas não há curso noturno.

Diante desses dados, verificou-se que o rendimento dos alunos na escola secundária de Chingodzi é inferior ao rendimento dos estudantes da Escola Secundária Miniarte. Tais condições indicam, por sua vez, que o aproveitamento do ensino e aprendizagem dos alunos das escolas públicas é menor, ao menos na disciplina de Geografia.

Um dos fatores apontado por muitos professores de Geografia das ambas escolas, é a questão de superlotação das turmas, *“normalmente, nas escolas públicas, o número dos alunos por turma é elevado em relação às escolas privadas”*, disse um dos professores.

O processo de ensino e aprendizagem requer empenho do professor (responsável por planejar e transmitir o conteúdo) e dos alunos, sendo que o resultado normalmente é obtido através das avaliações. Esse é o momento utilizado por muitos educadores para cobrar o que foi ensinado, sobretudo por meio da aplicação de provas, as quais continuam sendo o principal mecanismo de avaliação.

No entanto, durante o ano letivo no processo de ensino e aprendizagem, o que predomina são as notas, não importando como foram obtidas, e nem por quais caminhos.

O resultado (nota) das provas aponta os que dominam o conteúdo, e os que não aprenderam a matéria, certo? Na verdade, não é tão simples assim, visto que vários fatores influenciam no desempenho dos alunos, e estes podem atuar de forma positiva ou negativa. Sendo assim, o professor não deve utilizar a prova como uma forma de cobrança ou punição (LOPES; XAVIER; SILVA, 2020).

Durante o período da pesquisa dos conteúdos já lecionados nas duas escolas, elaborou-se uma avaliação de Geografia similar nas duas escolas para auferir o nível de aproveitamento nas mesmas. A avaliação foi aplicada para 440 alunos: 220 da escola Miniarte, e outros 220 da Escola Secundária de Chingodzi. A avaliação do desempenho escolar realizada revelou diferenças no aprendizado dos alunos de ambas escolas, uma vez que, para os alunos de Miniarte, 91% tiveram rendimentos positivos, em relação à Escola Secundária de Chingodzi cujas percentagens situaram-se em 59%.

A partir dos dados coletados através das entrevistas com os professores e dos questionários aplicados aos alunos, foi possível tecer algumas inferências sobre os fatores que podem estar relacionados à desigualdade no rendimento escolar entre os alunos.

O trio professor-aluno-encarregado, a assistência permanente das aulas por parte da direção, não só, como também entre grupos de disciplina, os conselhos pedagógicos, as planificações quinzenais, pesquisas por parte dos professores de Geografia, infraestruturas bem aparelhadas, boa remuneração dos professores e melhores condições de trabalho podem influenciar positivamente na qualidade de ensino e, concretamente, no da disciplina de Geografia, tanto nas escolas privadas quanto públicas.

Figura 2 - Decurso da aula de Geografia na Escola Primária e Secundária Miniarte.



Fonte: Autor, 2022.

Figura 3 - Decurso da aula de Geografia na Escola Secundária de Chingodzi.



Fonte: Autor, 2022.

Avaliações na disciplina de Geografia

O processo de avaliação de Geografia deve ser traçado de acordo com os objetivos, de forma clara e objetiva, evitando-se, assim, interpretações equivocadas. Os exercícios devem explorar o senso crítico, permitindo que os estudantes possam resolver situações-problema, compreender, comparar, e interpretar fenômenos.

No tempo remoto, a avaliação escrita era a forma mais tradicional de verificar a aprendizagem dos alunos. Esse tipo de avaliação considerava-se aterrorizante, pois alguns alunos se sentiam mal quando estavam diante de um documento que avaliaria se realmente eles estariam aptos a seguir em frente, pois, em muitos casos, a resposta deveria estar fielmente como estava no livro ou no caderno, inclusive com seus respectivos sinais de pontuação (LOPES; XAVIER; SILVA, 2020).

Essas são algumas das possibilidades que o professor dessa fantástica ciência pode utilizar como ponto de partida para a composição de suas aulas. No entanto, a criatividade por parte do professor é fundamental no PEA na disciplina de Geografia.

Distintas estratégias de avaliação não tiram a autonomia do professor, elas somente criam uma situação de flexibilidade na hora de avaliar individualmente, ou em grupo, buscando de forma mais versátil a consolidação do progresso do aluno.

Este estudo aponta a necessidade de estudos de larga escala que relacionem os resultados do rendimento escolar a fatores contextuais e socioeconômicos influenciadores nas escolas, e, dessa forma, constatar-se a amplitude do problema.

Considerações finais

Dentre as abordagens levantadas, concluiu-se que os fatores influenciadores de rendimento desigual nas duas escolas, é o fato de notar-se, na escola pública, a lotação de alunos nas salas de aulas e a falta de condições apropriadas para a aplicação do processo de ensino e aprendizagem.

Perante esses dados, verificou-se que o rendimento dos alunos na Escola Secundária de Chingodzi é reduzido, em relação ao rendimento e qualidade de ensino da Escola Primária e Secundária Miniarte, e isso, por sua vez, é um indício de que o aproveitamento do ensino e da aprendizagem dos alunos das escolas públicas é baixo. Este cenário deve-se ao fato de haver uma exigência rigorosa nos professores e monitoramento contínuo do ensino nas escolas privadas, que é o caso da Escola Primária e Secundária Miniarte, comparativamente às escolas públicas, caso concreto da Escola Secundária de Chingodzi.

Na disciplina de Geografia, no ensino secundário, há necessidade de contemplar-se, nos planos analíticos, as aulas práticas, com o intuito de associar os conteúdos teóricos com a prática, sobretudo quando se trata da Geografia Física, o que poderá galvanizar também a qualidade de ensino e rendimento.

Referências Bibliográficas

- BLOOM, B.; HASTINGS, T.; MADDAUS, G. **Manual de avaliação formativa e somativa do aprendizado escolar**. São Paulo: Pioneira, 1983.
- DAVOK, Delsi F. Qualidade em Educação. **Avaliação**. Campinas, Sorocaba, SP, 2007.
- HAYDT, R. C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- LOPES, Suzana Gomes; XAVIER, Isabel Matilde de Carvalho; SILVA, Alexandre Leite dos Santos. **Rendimento escolar: um estudo comparativo entre alunos da área urbana e da área rural em uma escola pública do Piauí**. 4. ed. Rio de Janeiro, Brasil, 2000.
- QUECO, Fernando Osias. **Educação de qualidade: um desafio para Moçambique**. Quelimane, 2004.
- UNESCO. **Educação de qualidade para todos: um assunto de direitos humanos**. Brasília, 2008.

A GUERRA CIVIL NA PROVÍNCIA DA ZAMBEZIA ENTRE 1980 E 1992 E A SUA MITOLOGIA LOCAL: A FUNÇÃO DOS NAPARAMA E MULELAPIA

Celestino Taperero Fernando

Notas introdutórias

Muitos pesquisadores e analistas que enfatizam o envolvimento de potências externas, principalmente Rodésia do Sul e África do Sul, tiveram o propósito de rejeitar o termo “guerra civil” para contrapor ao de “guerra de desestabilização”. O termo “guerra civil” foi adotado quase no fim dos anos 1990, com a aprovação da segunda Constituição, a qual trouxe uma nova esfera política moçambicana.

Nesta Constituição, esses analistas recusavam-se a admitir que aquele movimento estava protagonizando uma guerra anticomunista. Eles nunca aceitaram considerar a Resistência Nacional Moçambicana - RENAMO⁴⁰ como um movimento que estava lutando pelo fim do comunismo, pelo seu título ou sigla em português. Toda essa resistência e ignorância em aceitar que a RENAMO foi formada e liderada pelos moçambicanos, era para dar consistência ao fato de que ela era uma criação dos estrangeiros.

Usavam seu título em inglês expandido, ou a sigla MNR, como um ponto de princípio político, reduzindo a RENAMO apenas a “bandidos armados”, “terroristas”, ou, ocasionalmente, “MNR bandidos”, marionetes dos estrangeiros, recusando-se a reconhecer que o grupo tinha muita legitimidade política no seio da população rural.

Em nossas leituras, verificamos que Paul Fauvet (1985) e Alves Gomes (1986) são jornalistas que publicavam frequentemente artigos por meio das agências de notícias moçambicanas, com o objetivo de mostrar o progresso da revolução pós-independência em Moçambique. Nesse período, Allen e Barbara Isaacman (1991) também estavam preocupados em contrapor a ideia da origem da RENAMO e seus patrocinadores. Para esses últimos, a RENAMO não tinha projeto político, nem pertencia aos moçambicanos. Eram um bando de assassinos sanguinários, sem fé, nem lei, semeadores do terror e da destruição em todo Moçambique.

⁴⁰ A Renamo sempre foi considerada como um bando de bandidos armados a mando de Ian Smith, da Rodésia e Piter Botha, da África do Sul.

Em relação a esse raciocínio, Christian Geffray (1991) explica que, como os jornalistas não puderam trabalhar no terreno, os órgãos de informação internacionais reproduziam a informação e as análises que corriam nesses meios. Os próprios investigadores têm contribuído para consolidar esta visão da guerra. As raras “investigações” feitas até agora revelam as mesmas deficiências de informação agravadas com uma certa ingenuidade propagandista. É verdade que tal imagem não é completamente falsa, e que tem o mérito de sensibilizar, ocasionalmente, a opinião pública ocidental para o drama de milhões de pessoas.

Recentemente, contudo, novos estudos têm chamado a atenção para o início das percepções políticas da RENAMO, mesmo antes do Acordo de Nkomati. Michel Cahen (2019) salienta que, “já em 1982, pode-se perceber a preocupação do Dhlakama na linhagem política da Renamo”.

No livro intitulado *Não Somos Bandidos. A vida diária de uma guerrilha de direita: a Renamo na época do Acordo de Nkomati (1983-1985)*, Cahen cita a mensagem da Renamo do dia 8 de novembro de 1984, em que Dhlakama dizia para seus militares e militantes que:

os nossos políticos devem escrever nas paredes das casas nos prédios na cidade as palavras que fazem com que a Frelimo tenha medo, por exemplo: Viva a Renamo, viva o presidente da Renamo Afonso Dhlakama e abaixo Samora Mandevo, abaixo Frelimo comunista do Kremlin. Isso mostra a mudança que a Renamo já estava a imprimir na sua ideologia. (CAHEN, 2019, p. 82).

Robinson (2006) escreve que, “após a crise que a RENAMO havia iniciado em Moçambique desde o início da guerra, em 1977, e a subsequente assinatura do Acordo de Nkomati com a África do Sul, em 1984”, surge, nas agências acadêmicas e de notícias, um dilúvio de literatura produzida com foco na *Estratégia Total da África do Sul de desestabilização*.

Esses autores minaram toda a possibilidade de ver a RENAMO como um movimento associado aos projetos de Moçambique. A reprodução desse conhecimento estendeu-se até aos cinemas moçambicanos, e o governo foi compulsivamente o dono da expansão dessa informação. Neste contexto, para compreender melhor a evolução da RENAMO, é importante dividi-la em três etapas.

O primeiro período estende-se desde a sua criação, em 1976, até 1984, “período da assinatura do Acordo de Nkomati, conhecido como acordo de boa vizinhança entre Moçambique de Samora Machel e África do Sul de Peter Botha.” (MASBAHA, 1987, p. 231). Nesses primeiros sete anos, a resistência foi essencialmente conhecida como um instrumento

desestabilizador de Moçambique e como bandidos armados. Nessa altura, tanto em Maputo como em outras cidades, os integrantes do movimento recebiam apelidos de *Matsanga*, *bandidos*, *chimuendje etc.*, alguns nomes que serviram para fomentar o discurso pelo qual a RENAMO era obra dos estrangeiros, e usava nossos irmãos para devastar a economia e o desenvolvimento humano do país.

Com a fixação de toda a liderança da RENAMO em Moçambique, os líderes tradicionais tornaram-se cartões de visita da RENAMO, e aliados especiais para todas as circunstâncias, inclusive para as necessidades logísticas, alimentícias, e espirituais. A aliança foi condição *sine qua non* para a prospecção da guerrilha no que tange aos recursos humanos.

Aqui é importante ressaltar que, junto à história da fundação da RENAMO, devem estar as práticas coercitivas das políticas do Homem Novo, como a ausência da inclusão e incorporação da população para a escolha do modelo político, a implementação da ditadura militar e do sistema de partido único e centralizado, o hino nacional e a Constituição da República. Tudo era do Partido Frelimo.

Nesse caso, a FRELIMO não se preocupou em saber o que a população queria depois de alcançar a independência, porque, na verdade, a população moçambicana estava preocupada com a liberdade e não com a revolução que a FRELIMO veio impor depois da independência. A ideia da revolução é uma reinvenção emanada pela FRELIMO no âmbito da criação do Estado.

A revolução moçambicana floresceu com a implementação do sistema de partido único marxista-leninista, com a formação das aldeias comunais, uma política considerada estratégica para a inserção do Estado nas zonas rurais, onde sobrevivia o chamado conservadorismo tradicional ou cultural por parte da população. Mas, para além dessa prática regimental, o aumento da ação do partido Frelimo não parou por aí. Todas as estruturas de governo eram emanadas e chanceladas na sede do partido, que se localizava em Maputo, capital e principal centro urbano.

O segundo período é situado de meados de 1984 até o final de 1989, em que os renamistas moçambicanos legitimaram seu poderio político e domínio total do movimento sob o comando de Afonso Dhlakama. Sem a ajuda da África do Sul, nem da antiga Rodésia do Sul, a guerrilha desencadeou uma nova forma de expandir a guerra e ocupou todo o território nacional. Nessa nova fase, a guerra tornou-se insustentável para o governo de Moçambique, pois começaram a existir bolsas de fome e epidemias, e a economia entrou em colapso. Nesta

fase, o governo começou a preocupar-se em realizar conversações com a liderança da guerrilha, e o conflito passou a ser chamado de guerra civil. À época, a RENAMO recebia apoio total das populações das regiões centro e norte de Moçambique, onde a sua identidade política se fazia sentir.

As ideias divulgadas pela RENAMO eram de consenso da população, e em prol da conservação das culturas, línguas locais, e tradições étnicas tribais. Assim, os líderes tradicionais viram na RENAMO a recuperação do seu poder tradicional. Isso revelou o compromisso que o movimento tinha com a identidade moçambicana, e a construção de um Estado inclusivo e moderno.

Geffray (1991) dá ênfase à alienação do campesinato de Moçambique com a RENAMO devido à implementação compulsiva das aldeias comunais pelo governo da FRELIMO no período de transição. O projeto da Operação Produção e a marginalização das autoridades tradicionais fez com que essa população formasse aliança com a RENAMO, o que fez com que toda a população das zonas rurais fosse considerada como a população da Renamo. Robinson (2006) desvaloriza a ideia de Geffray, afirmando que as reversões destas políticas não eram claramente reais, apenas “uma tática da RENAMO para obter o apoio local”. Para ele, nunca foram claramente articuladas como objetivos de organização, exceto, talvez obliquamente, sob os auspícios dos apelos à iniciativa privada e à extinção do “comunismo”. Mas, na verdade, a RENAMO soube capitalizar essa política e a usou de isca para ter muitos apoios, e fortalecer seu capital militar.

Esse período ficou essencialmente marcado por dois aspectos. Primeiro, a transformação do movimento desestabilizador patrocinado por estrangeiros em um movimento armado autossustentável. Em nível ideológico/político, fundou-se uma RENAMO com programa político que, no quadro da Guerra Fria, reclamava por democracia multipartidária como *leitmotiv* da sua luta. Também foi nesse período que se intensificou a guerra, depois de as forças armadas da África do Sul terem feito os últimos abastecimentos com material bélico para a RENAMO.

A guerra alastrou-se por todo o território nacional; a RENAMO chegou a controlar dois terços do país. O movimento atingiu “20 mil guerrilheiros” (OLIVEIRA, 2006) num país que tinha uma população de cerca de cinco milhões de habitantes, e atingiu o recorde africano em números de guerrilheiros, em relação aos outros rebeldes africanos. Isso preocupou a

FRELIMO, e a comunidade internacional começou a fomentar pressão pelo diálogo para chegar ao fim da guerra, e alocar um regime político que o movimento propunha.

A morte de Samora Machel, em 19 de outubro de 1986, fez renascer uma nova maneira da convivência política. O diálogo com o governo de Joaquim Alberto Chissano rompia a ideia de Samora Machel, para quem a guerra se ganhava na base de combate e não pelo diálogo. O diálogo, para Chissano, não é aceitar que os inimigos da pátria têm razão ou venceram, mas, sim, é o sinônimo da procura de reconciliação nacional, que é a chave do desenvolvimento da pátria.

O papel das igrejas e do Zimbábue de Robert Mugabe na busca da paz consolidou-se, e os primeiros contatos foram iniciados.

O terceiro e último período estendeu-se entre o final de 1989, e outubro de 1992, também foi reconhecido como guerra civil, mas com outra dinâmica diplomática. Nessa época, a intensificação das ideias da busca pela paz alastrou-se até a aprovação da segunda Constituição, de 1990, e uma transição imediata do socialismo para o capitalismo, que surgiu em resposta à exigência da RENAMO, e à situação geopolítica mundial, com a queda do muro de Berlim.

Todas essas articulações foram feitas para construir um governo moderno que poderia responder às diversidades culturais e étnicas de Moçambique, visto que o país tem mais de 24 grupos étnicos e 60 tribos, do Rovuma ao Maputo e do Zumbo ao Índico.

A RENAMO na Zambézia e a fusão com o PRM⁴¹

Lembramos que a guerra civil em Moçambique não iniciou primeiramente pela RENAMO, mas com o PRM, a partir de 1976. Foi o PRM, que tinha a sua base de operações no Malawi, que começou a atacar o regime da FRELIMO na Zambézia, formando, assim, o primeiro movimento comunista e anti-FRELIMO pós-1975 (CHICHAVA, 2018).

Chichava (2018) chama a atenção para isto no seu capítulo de livro intitulado *The Anti-Frelimo Movements & the War in Zambezia*. Entende-se que, para melhor compreender as origens e a dinâmica destas atividades, é necessário rever a história da guerra da FRELIMO contra o colonialismo português, e os diferentes conflitos e divergências que surgiram durante este movimento no período da guerra.

⁴¹ Partido Revolucionario de Moçambique.

Antes da RENAMO penetrar na Zambézia, em 28 de junho de 1982, o secretário geral da RENAMO, Orlando Cristina, escreveu uma carta e a enviou para Gimo Phiri em forma de resposta, propondo a unificação da PRM com a RENAMO. Segundo Cristina, a dispersão das duas forças seria uma alternativa que daria uma desvantagem na luta contra a FRELIMO e o seu regime, lembrando que a guerra anticolonial precisou da união dos moçambicanos para chegar à vitória.

Neste sentido, ao pedir a fusão, Orlando Cristina tinha uma lógica de que a existência de diferentes grupos armados seria muito perigosa para o futuro do país. Em uma revolução, a disciplina é essencial, baseando-se no princípio de que a união faz a força.

Nessas circunstâncias lógicas, tudo indica que a ideia de governar o país já estava sendo alimentada no seio da sua liderança; por isso foi necessário imprimir esse discurso. É importante que advertamos contra os sérios problemas futuros, resultantes de forças divididas, que poderiam lançar nosso país em confusão, caos, e a completa destruição do que estamos criando através de muito sacrifício (CHICHAVA, 2018, p. 10).

A partir dessa unificação, Afonso Dhlakama, líder da RENAMO, permaneceu à frente do movimento e Gimo Phiri tornou-se vice-presidente. Esta unificação marcou também a entrada da RENAMO na Zambézia, em agosto de 1982. A partir deste período, a guerra assumiu outra dimensão, tornando-se feroz em toda a província, e com a guerrilha paralisando a vida econômica e social (CHICHAVA, 2018).

Para além do acordo de união que o movimento estabeleceu com a PRM, a RENAMO entrou nessa província com um grupo estabelecido no Malawi, usando as fronteiras do distrito de Milange, “ocupando quase todos os centros administrativos dos distritos desta província. Durante um ataque ao centro administrativo no distrito de Gilé, em fevereiro de 1986, o administrador local, José Albino, foi morto.” (CHICHAVA, 2018, p. 10). Chichava fundamenta que este distrito foi ocupado em outubro do mesmo ano, tendo o novo administrador fugido para Pebane.

Antes de 1985, existiram algumas mensagens explícitas nos *Cadernos de Gorongosa*, fazendo referência de que “na Zambézia, em 23 de setembro de 1984, ‘nossas forças’ queimaram uma AC na zona de Dachua, no distrito de Milange, e não houve intervenção [sic] do inimigo;” (CAHEN, 2019 p. 98). Isso mostra que a população zambeziana simpatizava-se com as ações da RENAMO.

A Zambézia, no final de 1987, tornou-se uma província com quase 70% do seu território sob controle da RENAMO. Na união firmada entre os dois movimentos, Chichava explicou que esta aliança durou cerca de cinco anos, após Gimo Phiri deixar a RENAMO - em 1987, seguindo discórdias internas. Segundo ele, a Amés Sumane continuou a lutar no grupo contra a FRELIMO e a RENAMO. Mais tarde, o grupo foi levado para o lado da FRELIMO para lutar contra a RENAMO num acordo, cujos detalhes são desconhecidos.

A popularidade da RENAMO na Zambézia

Esta seção pretende demonstrar como a população da Zambézia recebeu a insurgência. Ao escolher a Zambézia, a RENAMO não teve as dificuldades que a FRELIMO enfrentou na luta de libertação nacional de Moçambique. Esta província não permitiu que a Frente de Libertação de Moçambique fixasse as suas bases no seu território, ao contrário da RENAMO que teve muita facilidade, e foi recebida e vista como uma plataforma de combate à FRELIMO e suas políticas da revolução.

O sucesso operativo da RENAMO na Zambézia foi devido à sua política operativa menos severa com a população local. Essa estratégia foi usada como forma de mostrar a sua bondade e civismo. Foi também uma estratégia de limpar a sua imagem e mostrar que eram diferentes da FRELIMO. Chichava (2018) explica que “durante o ataque à Belua e Cuge, a RENAMO matou alguns bovinos da empresa Emocha, e depois distribuiu a carne à população.” (CHICHAVA, 2018, p. 14).

As ações dos mesmos foram se estendendo na província e “a população local assistiu a RENAMO, em Megaza, perto de Morrumbala, onde capturaram o gado de um certo Arnaldo em setembro de 1982.” (CHICHAVA, 2018, p. 16). Esse gado foi morto, e a carne distribuída gratuitamente à população⁴².

Para além de ser uma província fértil e de sucesso para o movimento, ela se transformou em celeiro do mesmo, e de toda a guerrilha espalhada pela região centro. Os seus incidentes agrícolas serviam de alimentos para os soldados durante os seus movimentos nas províncias de Manica e Sofala (CHICHAVA, 2018, p. 16).

⁴² Como exemplo, em agosto de 1984, o Grupo Coordenador Norte mencionou numerosos combates nas regiões Gato Norte, “nos arredores de Milange e Lugela, Leão Norte, próximo de Maganja da Costa, e Leopardo, à volta de Ribauè (oeste da província de Nampula) [...] não fazendo menção a ataques a ACs, mas somente a posições inimigas”.

Mas, esse sistema operativo trouxe consequências negativas. No final de 1986, uma quantidade significativa da população enfrentou uma fome intensa causada pela escassez de alimentos; cerca de 1,5 milhão (mais da metade de toda a população da Zambézia, contabilizada como 2.418.851 habitantes no recenseamento de 1980). As populações rurais refugiaram-se no Malawi (cerca de 200.000 pessoas, incluindo habitantes de Tete), enquanto outras (cerca de 70.000) se deslocaram para a capital Quelimane.

Os Napharamas

Com a entrada da RENAMO na Zambézia, a guerra ganhou novo figurino e contorno alarmante, e vários fenômenos surgiram como a reação ou resposta à guerra, entre eles: Naparama, mulelapi e chupa sangue, como explica Chichava (2018). Os Pharama ou Naparama surgiram no auge da guerra, na província da Zambézia. Essa força nasceu dentro da própria população que estava dividida em duas: uma da RENAMO e outra da FRELIMO.

Os Pharama surgiram na FRELIMO com o objetivo de dar fim às investidas dos guerrilheiros da RENAMO. A palavra Naparama significa força irresistível em Macua! Esse fenômeno mostra a diferença entre a RENAMO, da população Shon, e a RENAMO das outras populações e grupos étnicos⁴³.

Chichava (2018) explica que os Naparama, na verdade, não eram guerreiros que surgiram na década de 1980, no contexto da guerra civil, mas, sim, foram indivíduos que surgiram no auge da guerra civil, com um conhecimento tradicional, munidos de elementos místicos. Os Naparama serviram como grupos auto-organizados contrários à presença da Renamo, que mais tarde viria a se aliar com a FRELIMO.

Chichava (2018) explica que os Naparama eram compostos de uma força criada por um curandeiro chamado Manuel António, que afirmava ser enviado por Deus para vir e libertar o povo das ações da RENAMO.

Essa nova história da guerra surgiu com o curandeiro Manuel António, que nessa altura era um jovem de 27 anos, natural do distrito de Pebane, na província moçambicana da Zambézia. Pelas suas declarações, e pelas declarações das pessoas mais próximas dele, afirmava-se que Manuel António era um ressuscitado da morte, ou seja, ele morreu de sarampo e esteve enterrado durante seis dias, ressuscitando porque Deus o instituiu para libertar o povo da Zambézia das destruições da guerra. Para Chichava (2018), a naturalidade do curandeiro foi

⁴³ Tradução livre do autor 2022.

questionada, mas chegou-se à conclusão de que ele era do distrito de Pebane, de uma região onde se fala Makua-Lomwe, no centro-norte de Moçambique.

Para dar a robustez às suas milícias ou aos seus seguidores, Manuel António usou o critério de “vacinar fazendo-os ingerir poções baseadas em plantas medicinais e marcando-os com incisões simbólicas que os imunizariam das balas inimigas.” (CHICHAVA, 2018, p. 18).

Nas suas exibições, disseminava-se a ideia de que possuía uma vida diferente, semelhante à de Jesus Cristo, pois tinha passado seis dias em um túmulo, depois de ter contraído sarampo. Na mesma linha, Chichava explica que o líder do Naparama tem muitas histórias mitológicas ligadas a ele:

Eu conheci o Naparama. Eu não sei de onde ele veio, mas as pessoas disseram que ele veio de Nampula. Na época, havia um boato dizendo que ele foi enviado por Jesus Cristo para acabar com a guerra. Ele veio e disse: Eu sou o Pharama, não sou contra ninguém, só quero acabar com a guerra. Ele disse: vai achar um facão para me cortar e o povo foi e encontrou alguns e cortou a cabeça, cortou-o em pedacinhos, enterrou-o e ateou fogo nele, depois que o fogo diminuiu, ele apareceu vivo do outro lado e nos perguntou novamente se tivéssemos dúvidas sobre seus poderes. (CHICHAVA, 2018, p. 18).

Uma grande parte desses líderes mitológicos fazia demonstrações das suas ações por efeitos mágicos, como espetar uma faca sobre o seu coração, explodir uma bazuca como tentativa de matá-lo, ou ainda usar outras armas pesadas, como metralhadora e minas anti-humanos, mas nada acontecia com ele; as balas deixaram buracos apenas em sua camisa, por isso autoproclamou-se um enviado especial de Deus.

O aspecto interessante dessa narrativa é o fato de que Manuel António associou duas religiões importantes: uma que afirmava a existência da uma segunda vida, defendida pelo Cristianismo, a morte e a ressurreição, sustentando a profecia do escolhido por Deus; e a outra que usava instrumentos mítico-mágicos africanos, sustentando a vacinação dos seus seguidores para garantir autodefesa e hegemonia.

Muitos zambezianos aderiram à imunização, pois ser um Pharama representava ser um homem protetor, e isso simbolizava uma grande força mítica. Na comunidade, eles podiam fazer o que quisessem que nada poderia lhes acontecer. Isso catapultou muitos seguidores, que se baseavam na admiração que tinham por esse líder, como podemos ver:

Nós atiramos nele, mas as balas deixaram buracos apenas em sua camisa, mas ele não morreu. Assim, as pessoas viram que ele realmente era um homem poderoso. Então, ele escolheu um homem desta região e vacinou-o para que ele pudesse se tornar chefe. Muitos jovens começaram a ser vacinados. Eu também queria ser Pharama, porque estava farta da guerra, mas minha mãe me tirou da linha porque eu era muito jovem, também porque sou de uma família cristã e não podia ser vacinada. O recrutamento foi voluntário. (CHICHAVA, 2018, p. 16).

Uma parte dessa prática injetou alívio e segurança para a população, enquanto a outra criou terror para ela, pois, por saber que eram imunes a qualquer mal, sabotavam os bens alimentares da população local. Por sua vez, os Pharamas estavam espalhados em quase todo o território zambeziano, exceto nos três distritos de Milange, Mopeia, e Chinde.

Essas milícias mágicas ligadas à FRELIMO assustaram a RENAMO, pois a FRELIMO, com o seu discurso, adotou-as e as usou como sua força paralela por um longo tempo. Mas contra todas as expectativas, os discursos da revolução, as exibições e ações, as incursões dos Naparama, provaram que aquela região era decisiva na guerra, ajudando o governo a conter os ataques da RENAMO e melhorando, parcialmente, a segurança na Zambézia.

Como podemos ver na explicação de Chichava (2018), embora a FRELIMO reconhecesse as vantagens que poderia obter nas ações dos Naparama na luta contra a RENAMO, temia, ao mesmo tempo, a perda do prestígio de seus soldados aos olhos da população.

Também temia a infiltração de oportunistas que, fingindo ser Naparama, semeariam pânico na população; por isso, estrategicamente, os acolheu para as suas fileiras. É importante frisar que o receio que a FRELIMO tinha baseava-se nas suas ideologias políticas da revolução, pois aceitar os Naparama publicamente seria demonstração de recuo e concordância com aquilo que eles mesmo achavam obscuro.

Depois de alguns debates, o exército do governo decidiu cooptar o Naparama. Esta cooptação não veio apenas para os usar contra a RENAMO, mas para melhor controlá-los, sob pressão da própria população. De fato, a população não compreendeu as razões pelas quais a FRELIMO não apoiou as suas ações, dado que os Naparama tinham contribuído tanto para parar os ataques da RENAMO e para trazer alguma segurança às zonas governamentais, como o seguinte relatório distrital de Alto-Molocué ilustra:

Em uma reunião organizada pelo governador da província, uma parte da população disse que antes da chegada do curandeiro Manuel António, no centro administrativo do distrito, as populações fugiram de suas casas para dormir no mato, a fim de evitar ser surpreendido pelo inimigo, e que após dois meses da presença do dito curandeiro, eles já voltaram a dormir em suas casas [e essa parte da população] ficou surpresa ao ouvir que o dito Pharama não tinha o apoio do partido nem do governo. (CHICHAVA, 2018, p. 17).

Nessa época, tudo indicava que a FRELIMO adotava os Naparama não só por motivos político-militares, mas também para a população a aliar-se com intuito de procura da proteção do seu corpo. O resultado dessa aliança foi rapidamente visível. “Em setembro de 1990, a administração do distrito de Alto-Molocué felicitou as ações dos Naparama em colaboração com os soldados da FRELIMO.” (CHICHAVA, 2018, p. 12).

De acordo com a FRELIMO, graças ao curandeiro Manuel António, muitos bandidos e seus colaboradores, nomeadamente certos régulos muito influentes, entregaram-se juntamente com as suas armas.

Esse fenômeno, para além de ser político-militar-mitológico, passou a ser um negócio dentro da população. Aquele que pretendia ser vacinado devia pagar um valor monetário de 1.500,00 mts da antiga família da moeda moçambicana, pois a população acreditava que com esse poder nada poderia lhe acontecer. Essa “situação atraiu muitos seguidores que participaram das missões de libertar pessoas e mataram alguns dos bandidos.” (CHICHAVA, 2018, p. 12).

Mulelepeia

Depois de tantas baixas e alguns meses de insucesso no campo da batalha, a RENAMO decidiu criar uma força oposta, como resposta às ações Naparama. As ações dos Naparama reduziram as investidas da RENAMO, que estava perdendo o controle da guerra e das suas zonas na província da Zambézia, visto que a população estava aderindo em massa e abandonando as zonas controladas pela RENAMO para a zona controlada pelo governo, a fim adquirir a vacina de proteção que era fornecida pelo curandeiro Manuel António. Contudo, a sua resposta acabou por ser bastante eficaz e dinâmica nas ações.

Como estratégia de mudar o cenário e tomar o controle da situação que colocava em desvantagem e em risco o seu sucesso, a RENAMO investiu nas ações mítico-mágicas e criou a sua própria força com as mesmas características do Naparama. Essa força, cujo nome era Mulelepeia, servia para neutralizar as ações da primeira.

A RENAMO utilizou a mesma estratégia usada para recrutar os primeiros guerrilheiros, majoritariamente no campo de reeducação onde havia muitos descontentes com as políticas de aldeamento. A RENAMO recrutou, em sua totalidade, os ex-Naparama que haviam retornado à sua terra natal como forma de demonstrar o seu poderio mítico e mágico.

Quando ergueu o grupo Mulelepeia depois de enfrentar um período tenso e de incerteza, a contraofensiva da RENAMO começou de uma forma tensa e devastadora. “Na Zambézia, a RENAMO empregou esta nova força pela primeira vez em Nauela, no distrito de Alto-Molocué, em março de 1991” (CHICHAVA, 2018, p. 12), e depois se estendeu para muitos distritos que tinham os Pharamas.

As novas forças renamistas criaram um clima de terror, em que os direitos humanos, que já não eram considerados crimes contra a humanidade e eram recorrentes. No campo de ação, era normal ouvir os apoiadores do governo sustentando que “os bandidos criaram um terrível grupo de assassinos que, sob a influência de uma droga [mágica], e armados com instrumentos contundentes, copiaram as ações da Pharma.” (CHICHAVA, 2018, p. 15).

O Grupo de Naparama, de Manuel António, nunca foi chamado de bandido porque estava do lado do Estado. Essencialmente, os dois grupos tinham as mesmas características, e as mesmas formas de atuação. Mais tarde, a população aderiu aos Mulelepeia, porque os Naparamas estavam criando intrigas, desordens e desmando aos bens das populações. Porque a RENAMO criou essa força?

A RENAMO criou essa força como resposta às ações de Naparama, que também serviram como força protetora da sua população que estava em volta das suas bases. Por que dizer sua população? No auge da Guerra Civil em Moçambique, existiram duas populações: uma sob o comando da FRELIMO, que é o Estado, e a outra sob o comando da RENAMO.

A evolução rápida dessa nova força equiparou-se à formação da sua guerrilha, que, em pouco tempo, ganhou muitos membros nas populações locais. Como sabemos que a maioria da população era pró-RENAMO, os Naparamas começaram a perder prestígio, admiração e elogios, devido a algumas das ações bárbaras.

Chichava (2018) explica que, a partir de 1991, foram documentados vários atos de vandalismo cometidos pelo curandeiro Manuel António e seu grupo, a saber: roubo de bens destinados ao socorro de emergências, de bens pessoais da população, queima de cabanas e celeiros, e estupro de mulheres. As ações fizeram com que a própria FRELIMO repensasse a sua aliança com o grupo de Manuel António.

A resposta da RENAMO estava sendo dinâmica e estratégica e, rapidamente, começou a criar uma campanha de reconciliação com a população, como forma de recuperar o seu campo que tinha sido tomado pelos Naparama. Essa reconciliação foi possível quando a RENAMO decidiu reduzir a violência com a população envolvida no combate. Isso também ajuda a explicar o apoio que os Mulelepeia tiveram por parte da população. A resposta da RENAMO ao Naparama ganhou repercussão, pois rapidamente conseguiram repelir todos os pharamas que pretendiam atacar a sua população.

Chichava (2018) explica ainda que isso fez com que, no posto administrativo de Nauela, no território controlado pela RENAMO, a população que havia fugido retornasse para as suas casas. As pessoas estavam cientes que já tinham sido criadas condições estruturais e políticas que lhes permitiam a liberdade de práticas culturais e sociais.

Notas finais

Como nota final, importa referenciar que os Naparama serviram como grupos auto-organizados contrários à presença da Renamo, que mais tarde viria a se aliar com a FRELIMO.

Mulelepeia foi uma força mítica de resposta dada pela RENAMO para responder as ações do Naparama. Esta ganhou a batalha porque criou toda a base social e cultural da população, e mobilizou uma campanha contra o comunismo.

Tanto Naparama como Mulelepeia, duas forças míticas da guerra, foram formadas na província de Zambézia, no distrito de Alto-Molocué. A Mulelepeia foi uma criação da RENAMO, na sua estratégia para contrariar o Naparama.

Para sustentar essa metodologia, é importante elencar as palavras de Geffray (1991) quando diz que “deixando de lado a dimensão internacional do conflito, cuja gravidade vai muito além dum *complot* montado por agentes secretos, é importante ver agora a história recente do próprio Moçambique.” (GEFFRAY, 1991, p. 13-14). Por isso, para Geffray, era necessário questionar de onde vêm os homens da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), que combatem as autoridades nas regiões rurais.

Em forma de responder ao questionamento, os estudos de Pinto (2008) são determinantes e admitem que “com os régulos e os camponeses das áreas hostis à FRELIMO, a parte política - a propaganda, o recrutamento, o enquadramento, e a formação dos guerrilheiros e das populações, que eram a base humana dos rebeldes - não foi difícil.” (PINTO, 2008, p. 221). Os mambos, e a população no geral, reclamavam que espíritos dos antepassados

estavam junto das antigas machambas e a impossibilidade de os respeitar devidamente gerou a convicção de serem a causa de secas, doenças, etc.

Os novos estudos de Michel Cahen (2019) fundamentam que, no pós-independência, “Samora Machel dizia ‘já não há brancos, negros, mestiços, indianos, changanas, macondes, macuas..., somos todos moçambicanos’, isto significava, de um lado, isso mesmo, mas era também a negação da própria existência de comunidades historicamente enraizadas.” (CAHEN, 2019, p. 37). Contudo, o descontentamento com as políticas da FRELIMO, sobretudo no meio rural, conservador e tradicional, teve um saldo favorável para a oposição.

Nessa mesma linha, Sergio Chichava (2018), ao explicar as causas da população rural zambeziana, no que tange ao apoio à guerrilha da PRM e depois da Renamo, argumenta que “*as well as the marginalization of the província (one of the oldest areas colonized by the Portuguese) constitutes the foundation of the local population’s support towards the anti-frelimo movement.*” CHICHAVA, (2018, p. 17).

Cahen tece que, para além dos fatores acima mencionados, outro fator muito importante é a não devolução das terras aos camponeses expropriados pelas grandes plantações coloniais para constituir empresas agrícolas estatais de que os próprios camponeses espoliados deviam ser os operários; a proibição dos chefes tradicionais sem a capacidade de construir uma administração alternativa eficaz; a alfabetização feita exclusivamente em português (incluindo para os adultos); o puritanismo sexual à moda protestante, e o ostracismo para com a poligamia, em particular nas zonas muçulmanas; a proibição dos rituais da chuva – obviamente, as secas multiplicaram-se – e, até 1983, a opressão das religiões, em geral; a repressão severa para com qualquer “desvio” com prisões e campos de reeducação, etc., foi o “homem novo”, isto é, a produção de indivíduos sem raízes sociais e *sem comunidade intermediária de pertença* entre a pessoa e a “nação”.

Referências bibliográficas

ABRAHAMSSON, H.; NILSSON, A. **Moçambique em Transição: um estudo da história do desenvolvimento durante o período de 1974-1992**. Maputo: Padrigu/CEEI- ISRI, 1994.

ALBERTS, Tom. **Collectivized agriculture: the case of mozambique**. Maputo. August 1983.

ALEXANDER, J. **Political Change in Manica Province: Implications for the Decentralization of Power**. Maputo: Friederich Ebert Foundation, 1995.

ALFANE, R. **Autoridade tradicional em Moçambique: Educação cívica na sociedade Tradicional, III**. Maputo, MAE/NDA, 1996.

- ALMEIDA SERRA, António M. de. **Política agrária e desenvolvimento econômico na República Popular de Moçambique, 1975-85**. 1991. Tese (Doutorado em Ciências Políticas). Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 1991
- ANDERSSON, Hilary. **Mozambique: A War Against the People**. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1992.
- CAHEN, Michel: **Não Somos Bandidos**. A vida diária de uma guerrilha de direita: a RENAMO na época do Acordo de Nkomati (1983-1985). 2019.
- DIAS, João Ferro. **Memórias de um combatente: e a verdade sobre a fundação da resistência nacional moçambicana**. Novembro, 2008.
- GEFFRAY, Cristian. **A Causa das Armas, Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique**. 1990.
- GRAU, Daniel Innerarity. A ideia de Europa em Hegel, **Contradictio**, v. 2, n. 1, 2009.
- HARRISON, Graham. **Mozambique: an Unsustainable Democracy**. *In: Review of African Political Economy*, n. 61, 1994, p. 429-440.
- HERMET, Guy, *et al.* **Dictionnaire de la science politique et des institutions politiques**. 6. ed. Paris: Armand Colin, 2005.
- HONIGMANN, John. "Tribe", **A dictionary of the social sciences**. Glencoe: Free press, 1964.
- HONWANA, Alcinda. **Espíritos Vivos, Tradições Modernas**. Possessão de espíritos e reintegração social pós-guerra no sul de Moçambique. Maputo: Promedia, 2002.
- LUNDIN, Iraê. Partidos políticos: a leitura da vertente étnico-regional no processo democrático. *In: BRAZÃO, Mazula (org.). Moçambique: eleições, democracia e desenvolvimento*, Maputo, Patrocínio Embaixada do Reino dos Países Baixos. 1995.
- MORIER-GENOUD, Eric; CAHEN, Michel; do ROSÁRIO, Domingos M. **The War Within New Perspectives on the Civil War in Mozambique, 1976-1992**. Oxford: James Currey, 2018.
- NEWITT, M. **História de Moçambique**. Mem Martins: Europa-América, 1995.
- PINTO, Jaime Nogueira. **Jogos dos africanos**. Lisboa, Portugal, 1994.

GESTÃO DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA NO CONTEXTO DA UTILIZAÇÃO DE MOTOTÁXI NA CIDADE DE TETE (2016-2018)

Roberto Cândido Anselmo

Os países desenvolvidos, segundo Lovegrove (2007), experimentaram no seu passado, níveis muito elevados de insegurança rodoviária, relacionados a seus processos de motorização. Hoje, após um grande conjunto de medidas que foram adotadas, os seus índices de segurança são relativamente baixos. No caso dos países em desenvolvimento, o processo de motorização da sociedade está causando enorme quantidade de ferimentos e mortes.

De acordo com a Comissão Regional das Nações Unidas (2010), a gestão da segurança rodoviária é uma importante preocupação social, econômica, de desenvolvimento e saúde pública global. E como o número de viaturas nas estradas tende a aumentar em muitos países, o problema poderá piorar rapidamente, criando, desse modo, uma necessidade premente de maiores esforços para reduzir estas mortes e lesões desnecessárias.

A Comissão da União Africana (2016) preconiza que o sistema de gestão dos dados de segurança rodoviária incluirá bases de dados nacionais de veículos e motoristas, acidentes, lesões e mortes, dados relativos a taxas de utilização de cintos de segurança e de capacetes, e impactos econômicos das lesões relacionadas com a segurança rodoviária. Os dados deverão ser sólidos, confiáveis, harmonizados em nível de continente, e disponíveis para fins de planejamento, investigação e desenvolvimento, monitorização e avaliação do progresso realizado.

Varhelyi (2016) aponta que, em Moçambique, são limitadas as pesquisas que procuram estudar ou analisar o fenômeno da gestão da segurança rodoviária. As reflexões sobre a sinistralidade rodoviária têm sido levadas a cabo por diversas organizações da sociedade civil e instituições públicas, através de *workshops* e seminários. Nesses eventos, são apontadas como principais razões da sinistralidade rodoviária, a condução em estado de embriaguez e o excesso de velocidade.

Nhamire & Mabunda (2014) elucidam-nos que o debate sobre a sinistralidade rodoviária em Moçambique é antigo, na medida em que a sinistralidade rodoviária constitui um problema social e econômico resultante da intervenção indevida na gestão da segurança rodoviária. A deficitária gestão da segurança rodoviária tem resultado na perda de vidas por anos, e destruição

de bens públicos e privados de elevado valor econômico (veículos e motocicletas), pontes, muros de edifícios, postes de energia elétrica, estabelecimentos comerciais, e monumentos).

O mesmo autor refere que, nas cidades, principalmente nas zonas centro e norte de Moçambique, observa-se um aumento de serviços alternativos que usam os mototáxis como meio de transporte de mercadorias e de pessoas, constituindo-se em uma atividade suscetível de sofrer danos decorrentes de acidentes por causas externas, e/ou a agentes físicos, biológicos, e psicossociais. Estes autores referem que, na última década, o serviço de mototáxi teve um crescimento extremo motivado pela demanda do serviço.

A ingerência na segurança rodoviária possibilitou o surgimento de praças de mototáxi que, a princípio, foram criadas pelos próprios operadores, não tendo havido a intervenção do conselho autárquico, cujo papel centra-se no reforço da capacidade institucional, no desenvolvimento de estratégias e metas realistas de médio e longo prazos, e no desenvolvimento de base de dados para monitorar e avaliar as atividades dos mototaxistas.

A vulnerabilidade dos operadores de mototáxi ocorre quando estes se fazem presentes nas vias públicas, fato que contribui com uma crescente taxa de mortalidade em acidentes, e que constituiu uma preocupação para este estudo. Associado a isso, está a questão do comportamento de risco apresentado pelos mototaxistas, e a falta de aptidão para conduzir motocicletas. A referida vulnerabilidade coloca em causa os níveis de gestão, sobretudo no Conselho Autárquico da Cidade de Tete.

O transporte por meio de mototáxi, tornou-se uma opção adicional à população do Conselho Autárquico da Cidade de Tete, principalmente nos bairros periféricos, onde o transporte semi-coletivo é deficitário. Neste sentido, os mototáxis oferecem conforto tanto para o condutor como para os passageiros. Liberatti (2013) considera que a popularização do mototáxi é justificada por sua capacidade de fluidez no trânsito, economia de combustível, facilidade de estacionamento, expansão do mercado de entregas, e pelas facilidades de crédito bancário para a sua aquisição.

Apesar dessas facilidades, o crescimento substancial do uso de motociclos, com especial destaque para o Conselho Autárquico da Cidade de Tete, concorre para o aumento do número de traumatismos, e uma inquietação em termos de gestão da segurança rodoviária, uma vez que o ambiente rodoviário é afetado com a afluência de motociclos não licenciados e sem uma intervenção prática que faça frente ao fenômeno.

Este fato constitui preocupação em termos de gestão da segurança rodoviária, pois muitas pessoas usam esses veículos como meio de transporte. Além disso, a utilização desses veículos aumenta a exposição ao risco de lesões em uma colisão⁴⁴. A situação atual e emergente vivida no Conselho Autárquico da Cidade de Tete, por um lado está relacionada à afluência de operadores do serviço de mototáxi, por sinal não licenciados, e sem o treinamento adequado para circular nas vias públicas.

Por outro lado, no entendimento de Ludovina (2020), a ausência de uma estrutura formada que possa evidenciar as competências clássicas de gestão que seriam, neste caso, as conceituais (capacidade de ver e agir como um todo e pensar estrategicamente); as humanas (capacidade de trabalhar com outros intervenientes, formando um grupo integrado), e técnicas (compreensão e proficiência de tarefas específicas), contribui para a fragilização da gestão da Segurança Rodoviária.

Como resultado da falta de uma política de gestão da segurança rodoviária, da escassez de normas de ordenação e planeamento da atividade de mototáxi, da falta de licenciamento, do treinamento dos operadores de mototáxi relativamente às regras de trânsito rodoviário, assiste-se à ocorrência de acidentes, com consequências críticas, no que tange a mortos, feridos graves, e danos materiais avultados.

O cenário da sinistralidade rodoviária global na província de Tete, no período que compreende os anos de 2016 a 2018, caracterizou-se por apresentar a ocorrência de 173 casos de sinistralidade rodoviária, concorrendo com 235 mortos, 243 feridos graves, e 164 feridos leves.

Nos casos em que estiveram envolvidos os mototaxistas, os dados recolhidos no Comando Provincial da PRM⁴⁵ de Tete indicam um total de 26 acidentes rodoviários em 2016, 39 acidentes rodoviários em 2017, e 49 acidentes rodoviários em 2018, perfazendo um total de 114 acidentes rodoviários, como ilustra a Tabela 1.

Como se pode depreender dos dados constantes na tabela, existe uma tendência crescente no número de acidentes e respectivas consequências. Os choques entre carros e motociclos aparecem com destaque, registrando 6, 10 e 15 acidentes nos anos de 2016, 2017 e 2018, respectivamente. Os despistes (saída da faixa de rodagem) dos mototaxis constituem a segunda maior causa com 7, 12, 13 casos, relativamente ao período em análise.

⁴⁴ A colisão está relacionada à situação de choque entre veículos, que consiste em impacto e imobilização da viatura. As lesões têm a ver com os danos físicos causados nos usuários das vias ou ocupantes dos veículos.

⁴⁵ Polícia da República de Moçambique.

Tabela 1 - Casos de sinistralidade rodoviária envolvendo mototaxistas.

Classificação dos Acidentes	2016				2017				2018			
	Acidentes	Mortos	F. G.	F. L.	Acidentes	Mortos	F. G.	F. L.	Acidentes	Mortos	F. G.	F. L.
<i>Choque entre carro e motociclo</i>	06	07	11	05	10	06	08	07	15	08	08	12
<i>Atropelamento por motociclo</i>	08	02	01	03	09	02	03	01	11	05	00	02
<i>Despiste de motociclo</i>	07	13	11	20	12	17	13	15	13	20	18	27
<i>Choque de motociclo contra obstáculo fixo</i>	05	03	04	07	08	04	02	05	10	03	04	06
Total	26	25	27	35	39	29	26	28	49	36	30	47

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos relatórios do Departamento de Trânsito do CPPRMT⁴⁶.

A gestão da segurança rodoviária no âmbito do serviço de mototáxi no Conselho Autárquico da Cidade de Tete mostra-se preocupante. O elevado número de acidentes de tipo choque entre carro e moto (15 casos), atropelamentos (11 casos), despistes (13 casos), e choque contra obstáculos fixos (10 casos), revela essa tendência.

O objetivo geral da pesquisa busca analisar a gestão da segurança rodoviária no Conselho Autárquico da Cidade de Tete no âmbito da utilização do serviço de mototáxi. Os objetivos específicos procuram descrever as formas de gestão da segurança rodoviária no contexto do serviço de mototáxi; identificar os comportamentos de risco dos operadores do serviço mototáxi; e analisar as estratégias de prevenção desenvolvidas pelo Conselho Autárquico da Cidade de Tete no contexto da gestão da segurança rodoviária, em relação aos operadores de mototáxis.

O presente estudo se justifica pelo crescimento do serviço de mototáxi sem o devido acompanhamento do Conselho Autárquico da Cidade de Tete, entidade responsável pela gestão da atividade. A questão da gestão, como um conjunto de práticas e atividades que visam uma finalidade, relativa ao tema da pesquisa, mostra-se pertinente pela sua atualidade, uma vez que se trata de um assunto que tem revelado consequências sociais e econômicas para o país em geral, e para a autarquia de Tete em particular.

A escassez de pesquisas acadêmicas a respeito da gestão da segurança rodoviária no contexto dos mototáxis viabilizou a elaboração deste trabalho como forma de contribuir com material sobre o tema. O fato de este trabalho constituir uma contribuição na área científica, proporcionará mais valor ao assunto e promoverá a difusão do tema.

⁴⁶ Comando Provincial da Polícia da República de Moçambique – Tete.

A pertinência do trabalho está relacionada com os proveitos que advirão da informação e esclarecimento das autoridades competentes (Direção de Transportes e Comunicação, INATTER⁴⁷, ANE⁴⁸, PRM, e Polícia Municipal), através do aumento da motivação dos colaboradores (operadores de mototáxi e Associação dos Transportadores de Mototáxi), aumento da produtividade, maior integração e comunicação dos colaboradores, estabelecimento de objetivos e metas de forma conjunta, o que fará com que sejam implementadas medidas administrativas e preventivas na sequência de uma boa gestão da segurança rodoviária, contribuindo para que os usuários dos serviços de mototáxi se sintam acomodados e seguros ao utilizarem as vias públicas.

O estudo cobriu a área geográfica do Conselho Autárquico da Cidade de Tete que se localiza na zona central de Moçambique, na região do Baixo Zambeze, a 500 metros de altitude e a 175 metros acima do nível do mar. A área total é de aproximadamente 287 km².

Ao norte, o Conselho Autárquico da Cidade de Tete é limitado pelo Distrito de Moatize através do rio Rovubuè; ao sul, é limitado pelo Distrito de Changara; a leste pelo Distrito de Moatize e a oeste pelos distritos de Changara e Moatize, através dos postos administrativos de Catipu e Marara, (INE⁴⁹, 2013).

O período em que o objeto do estudo foi analisado, é relativo aos anos de 2016 a 2018, uma vez que neste período assistiu-se a um recrudescimento dos operadores de mototáxi, e um conseqüente aumento de casos de sinistralidade rodoviária.

A pesquisa foi realizada com base na abordagem mista, uma vez que combina ou associa a forma qualitativa e quantitativa, fato que permitiu coleta de informação junto aos mototaxistas quanto aos sentimentos, conhecimentos, e percepções que estes têm sobre a gestão da segurança rodoviária, bem como o significado que atribuem a essa gestão.

Determinamos a pesquisa exploratória porque visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito, por meio de contato com a situação vivida pelos mototaxistas para descobrir em que medida a gestão da segurança rodoviária no Conselho Autárquico da Cidade de Tete influi na atividade dos operadores de mototáxi. Para a coleta de dados foi usado um roteiro de entrevistas semiestruturado, um inquérito por questionário, e uma grade de observação.

⁴⁷ Instituto Nacional de Transportes Terrestres.

⁴⁸ Administração Nacional de Estradas.

⁴⁹ Instituto Nacional de Estatística.

No que diz respeito à coleta de dados, foram usados procedimentos metodológicos associados às duas formas de inquérito (Morais & Neves, 2007). Por um lado, usou-se questionários de tipo fechado (característicos de abordagens quantitativas) e, por outro lado, foram usadas técnicas como entrevistas e observações (características de abordagens qualitativas). Também em nível do tratamento dos dados, recorreu-se a métodos quantitativos (tratamento estatístico), e qualitativos (análises interpretativas de conteúdo).

Os principais instrumentos de coleta de dados foram os seguintes: roteiro de entrevista semiestruturado administrado a dois técnicos do INATTER, três oficiais do Departamento da Polícia de Trânsito da PRM, e cinco agentes da Polícia Municipal; o inquérito por questionário foi dirigido a 30 operadores de mototáxi e a ficha de observação que incidiu sobre os operadores de mototáxi.

Foi constituída uma amostra de 40 indivíduos, dos quais 30 (mototaxistas) foram submetidos ao inquérito por questionário e os restantes dez à entrevista semiestruturada (dois técnicos do INATTER, três oficiais do Departamento da Polícia de Trânsito da PRM, e cinco agentes da Polícia Municipal). A técnica de amostragem usada foi a não probabilística intencional, na medida em que as amostras foram selecionadas de acordo com os objetivos do estudo.

O método de preferência da amostra foi intencional porque consistiu em escolher os elementos mais apropriados para o estudo. O critério de seleção da amostra baseou-se no conhecimento da população e do subgrupo selecionado, nas informações disponíveis que pudessem ser consideradas úteis para o estudo.

Usamos como técnica, a análise de conteúdo que, de acordo com Bardin (2011), é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) de mensagens. Na análise do conteúdo, o pesquisador procurou perceber as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos das informações que resultaram das entrevistas realizadas aos técnicos do INATTER, agentes da Polícia Municipal, e oficiais da Polícia de Trânsito.

Quadro teórico

O presente capítulo foi desenvolvido com base em duas teorias que ajudaram a fundamentar a problemática, a teoria sistêmica e a teoria comportamental. Na perspectiva de Grilo (1996), a teoria sistêmica trata de um conjunto de elementos interdependentes ou um grupo de unidades combinadas que formam um todo organizado, ou seja, sistema é um conjunto de combinações de partes formando um todo unitário cuja análise, no ambiente das organizações, permite revelar o geral no particular.

No nosso contexto, podemos aferir que o serviço de mototáxi encontra-se num sistema aberto, uma vez que está interligado por elementos que formam um todo, como é o caso da autarquia, dos clientes com quem interage diariamente, as autoridades policiais (municipal e de trânsito), o INATTER, e os demais motociclistas e automobilistas, com os quais partilha a rede rodoviária.

Efetivamente, o sistema aberto em que se encontra o serviço de mototáxi tem recebido bastante atenção por parte das autoridades policiais e dos usuários. A Polícia Municipal efetua o registro dos motociclistas da Cidade de Tete no momento em que se adquire a licença de circulação.

A teoria dos sistemas aplicada à gestão da segurança rodoviária é concebida, principalmente, para melhorar a administração do serviço de mototáxi e modificar os elementos técnicos do sistema de transporte, dada a influência dos gestores de topo, intermédios e as equipas técnicas.

A teoria sistêmica é importante porque é utilizada para descrever um complexo de elementos em constante interação e intercâmbio com o ambiente externo, tendo como aspecto importante a ideia de um conjunto de elementos interligados para formar um todo. Nossa intenção é estudar as relações que se estabelecem entre a autarquia (subsistema), e os operadores de mototáxi (subsistema), e os demais intervenientes no sistema cooperativo, a saber: o INATTER, o Departamento da Polícia de Trânsito, a Direção de Transportes e Comunicações, e a ANE, todos engajados para construir um sistema de medidas de segurança.

A teoria comportamental, de acordo com Schultz (2016), parte do entendimento da personalidade e dos condicionantes cognitivos dos indivíduos como determinantes do comportamento das organizações. Os indivíduos reagem e moldam as suas condutas em função dos estímulos e pressões que recebem do ambiente no qual estão integrados. O comportamento organizacional, nesta perspectiva, depende da natureza do ser humano e da sua personalidade.

Para esta teoria, o comportamento social do indivíduo apoia-se totalmente no grupo, onde as relações humanas são valorizadas, e a sua compreensão por parte do gestor permite melhorar os resultados obtidos. O comportamento dos mototaxistas na autarquia da cidade de Tete caracteriza-se pela sua complexidade, uma vez que os usuários estão expostos a fatores de risco.

Nessa interação, há transmissão de valores e atitudes que colocam em risco a integridade dos usuários do serviço, resultante de fatores que contribuem para o comportamento do mototaxista (o desejo de chegar no destino em cumprimento de determinado horário). Os valores transmitidos tem a ver com a postura em relação aos usuários, o uso de capacete, a realização várias viagens diárias por meio de altas velocidades, a fim aumentar a receita.

Por isso, a teoria ajuda a explicar quais comportamentos de risco e fatores ambientais são responsáveis por aumentar o número de vítimas, e sugerir medidas de segurança. Aliado aos fatores comportamentais e ambientais estão os meios de intervenção na gestão da segurança rodoviária pelo conselho autárquico, através da regulação e ordenamento da atividade de mototáxi abordado na teoria sistêmica.

Ademais, a sinistralidade rodoviária e suas consequências são elementos importantes que afetam a gestão da segurança rodoviária, o que faz com que a teoria comportamental seja essencial para o entendimento do fenômeno, porque é usada para estabelecer os efeitos do comportamento de risco de operadores de mototáxi, e a capacidade de convencer os gestores da segurança rodoviária, os operadores de mototáxi, e a sociedade em geral, sobre a necessidade de programas de intervenção e de avaliação da sua eficácia.

Apresentação e discussão dos resultados

Neste capítulo apresentamos e discutimos os resultados em função do problema e dos objetivos traçados. Procedemos, em primeiro lugar, à caracterização sociodemográfica dos inquiridos, e, em seguida, apresentamos as formas de gestão da segurança rodoviária, os comportamentos de risco dos mototaxistas, e as estratégias de prevenção da segurança rodoviária.

No âmbito deste estudo, foram tomadas como variáveis sociodemográficas o sexo, a idade, o estado civil, o nível de escolaridade. Quanto à idade, o maior número de inquiridos foi das faixas etárias compreendidas entre 31-35 anos de idade (33,3%), entre 18-21 anos (30%); 22-25 anos (13,4%), 36 ou mais anos (13,3%); e 26-30 anos de idade (10%).

Os mototaxistas na faixa etária entre 18-21 anos apresentam um nível de alto de risco e, consequentemente, maior probabilidade de envolvimento em acidentes de trânsito. No modelo comportamental, essas características estão associadas à falta de experiência, imaturidade, falta de habilidade de condução, desconhecimento das regras de trânsito, e um significativo envolvimento em acidentes, e comportamentos mais tolerantes ao risco.

Em relação ao estado civil dos inquiridos 53,3% são solteiros, 40% vivem maritalmente, enquanto os restantes 6,7% vivem numa situação de separados ou divorciados. Tendo em conta que 53,3% dos inquiridos são solteiros, Schultz (2016) refere que o comportamento social do indivíduo se apoia totalmente no grupo, onde as relações humanas são valorizadas, fazendo com que os jovens solteiros apresentem maior probabilidade de adotar comportamentos de risco, relativamente a circular na via pública sob efeito de bebida alcoólica, desrespeitando as demais normas de trânsito.

A escolaridade desempenha um papel importante na segurança rodoviária porque, além de ser um processo pedagógico que proporciona atitudes, conhecimentos, e competência, permite a interiorização de padrões comportamentais norteados pela segurança rodoviária, ou seja, a escolaridade é uma das formas eficazes de tornar os mototaxistas responsáveis, e influenciar com maior impacto na gestão da segurança rodoviária.

Assim, analisando os dados relativos ao nível de escolaridade, verificou-se que grande parte dos inquiridos tem o nível secundário (50%) e Ensino Primário do 2º grau (33,3%), os restantes frequentam o Ensino Primário do 1º grau (6,7%) e Alfabetização (10%), respectivamente.

Formas de gestão da segurança rodoviária

As formas de gestão da segurança rodoviária traduzidas em ações de coordenação de atividades, fiscalizações periódicas, criação de normas de gestão, intervenção em ações de planificação, desenvolvimento e promoção do serviço, constituíram objeto de análise nesta pesquisa.

Sadauskas (2003) refere que as formas de gestão da segurança rodoviária estão relacionadas com as estratégias e programas de intervenções em todo o sistema, com vistas a alcançar metas de segurança, fiscalização e policiamento das vias para a sua utilização de forma plenamente segura, realização de ações educativas e campanhas de conscientização, que previnam a sinistralidade rodoviária.

Questionados sobre quais eram as formas de gestão da segurança rodoviária, os inquiridos responderam que elas tinham a ver com os meios de intervenção do conselho autárquico através da exigência de capacetes e licenças (ação inclusa no âmbito da fiscalização periódica) e convocação dos mototaxistas para participarem em eventos oficiais do município (desfiles, festividades e cortejos).

Sobre a mesma questão, os entrevistados disseram que ela é garantida através da coordenação de ações de intervenção entre diversas instituições como conselho autárquico, INATTER, ANE, Direção Provincial de Transportes e Comunicações e Polícia de Trânsito, materializada por meio de planificação e realização de operações conjuntas, organização da atividade através de criação da associação (ATMCD⁵⁰), organização dos operadores em diferentes grupos, concepção e definição de praças ou pontos de partida na cidade de Tete.

A gestão da segurança rodoviária é garantida por via da fiscalização do serviço de mototáxi, realização de palestras de sensibilização sobre o uso de equipamentos de proteção; mobilização para cumprimento das regras do Código da Estrada, segundo o testemunho de um Oficial da Polícia de Trânsito:

[...] O Departamento de Trânsito, por um lado, garante a gestão da segurança rodoviária através da coordenação de acções de intervenção com a vereação de transportes urbanos do conselho autárquico, o INATTER, ANE e a Direcção Provincial de Transportes e Comunicações. Também, garante a gestão por meio de fiscalização dos operadores de Mototáxi, realização de palestras em matéria de segurança rodoviária e sensibilização sobre o uso de equipamentos de protecção, mormente, o capacete e colete [...]

Comportamento de risco dos operadores de mototáxi

Estudos sobre segurança rodoviária, nas suas diversas vertentes, têm considerado comportamentos de risco como sendo um comportamento de violação socialmente inaceitável (velocidade, beber, e conduzir), com um resultado potencialmente negativo, segundo Gonçalves (2016).

Para o presente capítulo, considerou-se, na óptica de Elvik (2009), como comportamento de risco no trânsito, o conjunto de características ou indicadores que aumenta a probabilidade de ocorrer um resultado negativo sobre a integridade física e emocional do mototaxista, bem como para os outros usuários da via pública. Tais comportamentos estão relacionados com a utilização de telefones celulares na condução, a ingestão de álcool antes e durante a condução, e o excesso de velocidade.

⁵⁰ Associação dos Transportadores de Mototáxi da Cidade de Tete.

Assim, dos 30 operadores de mototáxi inquiridos, foi possível apurar que 26,7% conduziam sob o efeito de álcool; 25,6% efetuavam ultrapassagem pela esquerda; 24,4% atendiam o telefone no trânsito rodoviário, ou seja, em plena marcha; 12,2% andavam na contramão; 7,8% carregavam mais do que um passageiro; 2,2% andavam entre veículos; e 1,1% circulava pelo passeio.

Os entrevistados concordam que os comportamentos de risco mais comuns estão relacionados com o desconhecimento do Código da Estrada, o excesso de velocidade, a ultrapassagem irregular, o consumo de álcool e entorpecentes, e atender o telefone em plena marcha. Na essência, o desrespeito pelos sinais de trânsito tem como consequência a sinistralidade rodoviária, de acordo com as declarações do Chefe de Operações do Departamento de Trânsito:

Os comportamentos de risco mais comuns que põem em causa a gestão da segurança rodoviária estão relacionados, em primeiro lugar, com a falta de conhecimento das regras do Código da Estrada e a observância das mesmas. A seguir temos o excesso de velocidade e a ultrapassagem irregular [...]

Este cenário tem enquadramento na teoria comportamental, segundo a qual, na percepção de Schultz (2016), os indivíduos reagem e moldam as suas condutas em função de estímulos e pressões que recebem do ambiente no qual estão integrados, ou seja, o comportamento agressivo no trânsito surge do histórico de comportamentos agressivos em outras instâncias da vida do sujeito.

O autor refere que as causas mais comuns da ocorrência desses comportamentos são um ambiente físico que estimule a raiva e o *stress* (como muito barulho, calor, engarrafamentos e sensação de anonimato), a baixa fiscalização (sentimento de impunidade), e um ambiente social que permite e até incentiva esse comportamento, como é o caso dos outros condutores, amigos e familiares do motociclista.

Na óptica de Pinto (2013), os comportamentos de risco apresentados são classificados como transgressões (violações), as quais são definidas como ações deliberadas que o indivíduo tem de infringir uma norma ou planeamento de ação, como no caso de andar em sentido contrário num local congestionado. O autor aponta como principais características dos comportamentos de risco o fato de circular com mais de um passageiro, executar ultrapassagem pela esquerda, efetuar ultrapassagem em veículos em fila e em bloqueio parcial.

Pelo exposto, podemos perceber que os comportamentos de risco mais comuns são: o atendimento de chamadas telefônicas em plena marcha, as ultrapassagens pela esquerda e a

condução sob o efeito de álcool, que perfazem 76,7% do total dos casos. Isto significa que a percepção do risco dos inquiridos é relativamente baixa, o que faz com que a perigosidade de condução seja alta.

Os comportamentos de risco estão associados à exposição por longos períodos ao ambiente rodoviário, fato que pode propiciar cansaço, irritação ou situações de *stress* devido a condições climáticas (calor, frio ou chuva). Esses comportamentos estão articulados a condições de trabalho e estilo de vida, trabalho intenso por conta da pressão dos clientes, alta competitividade, necessidade de uso de meios de comunicação durante o trabalho, e horários de trabalho irregulares.

Para perceber mais sobre a exposição ao ambiente rodoviário durante o dia, os inquiridos foram questionados sobre o período diário de trabalho para realizarem as suas tarefas. 83,3% dos inquiridos foram unânimes ao responder que trabalham o dia inteiro, 13,3% trabalham nas manhãs, e 3,33% trabalham somente nas tardes.

De acordo com Bliss (2004), estas características, relacionadas a outras situações do dia a dia como problemas familiares, trabalho, saúde, consumo de álcool, ou outras substâncias, podem potencializar comportamentos negligentes e de risco.

Os comportamentos de riscos podem ser explicados sob a perspectiva da habilitação legal para condução. Os inquiridos foram questionados se possuíam carta de condução e verificou-se que 73,3% não possuíam a carta de condução. As explicações apresentadas pelos mototaxistas que não possuem a carta de condução foram as seguintes:

[...] *Tenho uma licença passada pelo Conselho Municipal* [...]

[...] *O valor a pagar pela formação é alto e a receita não é suficiente para custear a carta de condução* [...]

[...] *Os motociclos não têm obrigação de circular com a carta de condução* [...]

[...] *Estou a frequentar o curso de formação* [...]

[...] *Estou a me organizar para ingressar numa escola de condução* [...]

No entanto, a habilitação para condução constitui um fator importante na gestão da segurança rodoviária, uma vez que propicia ao condutor habilidades e técnicas de circulação na via pública para enfrentar as vicissitudes do sistema rodoviário, tendo em conta o bem-estar dos demais usuários da via pública. A falta dela implica na circulação sem conhecimento das regras de trânsito, fato que leva à ocorrência da sinistralidade rodoviária, e à tendência do incremento das suas consequências.

Estratégias de prevenção da segurança rodoviária

As estratégias de prevenção da segurança rodoviária ocorrem com base em três vertentes, a saber:

1. O controle à exposição ao tráfego, onde se desenrolam atividades de fiscalização de alcoolemia, excesso de velocidade e manobras perigosas.
2. O controle do risco de sinistros rodoviários, que se traduz em medidas para reduzir os riscos e influenciar o comportamento dos usuários.
3. O controle de lesões ou vítimas, que é uma fase posterior à ocorrência de sinistros rodoviários, onde se pretende promover educação na área de segurança rodoviária, implementação e exercício legal sobre aspectos do ambiente rodoviário.

Assim sendo, os entrevistados apontam como estratégias de prevenção da segurança rodoviária:

- Realização de Blitz em diferentes artérias da cidade de Tete.
- Fiscalização periódica dos operadores de mototáxi em coordenação com a Polícia de Trânsito, Polícia Municipal, ANE, Polícia de Proteção e Direção Provincial de Transportes e Comunicações.
- Controle de velocidade e de alcoolemia; alertas aos mototaxistas para abandono de comportamentos desviantes.
- Controle do risco de ocorrência de acidentes de trânsito.
- Elaboração de planos de coordenação entre a Polícia Municipal, INATTER e Polícia de Trânsito de forma a capacitar todos os mototaxistas registrados e que operam a partir das praças definidas oficialmente. Determinado Oficial da Polícia Municipal apresentou o seguinte depoimento:

[...] As estratégias delineadas a nível institucional traduzem-se na realização de Auto-stop em vários locais da Cidade de Tete como forma de abranger o maior número de praças de Mototáxi; fiscalização cerrada em todas artérias da urbe; controlo da velocidade e do consumo de álcool; coordenação com a Associação dos Transportadores de Motociclos de Tete a fim de alertar aos motociclistas para abandono dos comportamentos desviantes e uso do capacete de protecção. Essencialmente procede-se a aplicação de medidas técnicas sobre o trânsito rodoviário [...]

Por sua vez, os inquiridos foram indagados sobre as medidas de segurança adotadas por eles mesmos como estratégias de prevenção da segurança rodoviária, no que diz respeito à sinistralidade. Foi possível perceber que 43,4% disseram que se deve cumprir as regras de

trânsito, 28,3% afirmaram que não se deve conduzir sob efeito de álcool, e 15,1% declararam que não se deve conduzir sob efeito de cansaço ou *stress*.

Conclusões e sugestões

O presente trabalho procurou estudar a gestão da segurança rodoviária no âmbito dos operadores da atividade comercial de mototáxi. O mesmo teve como objetivos específicos descrever as formas de gestão da segurança rodoviária no âmbito do serviço de mototáxi na cidade de Tete, identificar os comportamentos de risco dos operadores de mototáxi e analisar os contornos da gestão da segurança rodoviária na perspectiva das estratégias de prevenção da sinistralidade rodoviária, envolvendo os mototaxistas.

Como resposta à questão de partida, que procura perceber *de que maneira é feita a gestão da segurança rodoviária na autarquia da Cidade de Tete*, temos a dizer que ela é feita através da coordenação de ações de intervenção entre diversas instituições como Conselho Autárquico, INATTER, ANE, Direção Provincial de Transportes e Comunicações, e Polícia de Trânsito.

As intervenções são realizadas de forma conjunta através da planificação e realização de operações conjuntas, tendo culminado com a criação de uma associação dos mototaxistas, concepção de praças ou pontos de partida na Cidade de Tete e organização dos operadores em grupos. A gestão da segurança rodoviária também é produzida por meio da fiscalização do serviço de mototáxi, realização de palestras de sensibilização sobre uso de equipamentos de proteção e mobilização para cumprimento das regras do Código da Estrada.

Na essência, as formas de gestão da segurança rodoviária se traduzem na fiscalização, regulação, organização e supervisão da atividade de mototáxi; ações de coordenação e intervenção prontificada das autoridades através de implementação de programas e normas que administrem a formação e circulação dos mototaxistas.

Outra forma consiste em promover a livre concorrência entre os operadores para que a estratégia de desenvolvimento do sistema integrado de transportes seja efetivo. Criação de praças de mototáxi e indicação de uma comissão de gestão das mesmas. A comissão teria a responsabilidade de criar um elo de ligação entre os usuários, os mototaxistas e as autoridades municipais.

Relativamente aos comportamentos de riscos mais comuns entre os mototaxistas, concluímos que o desconhecimento do Código da Estrada, o excesso de velocidade, a ultrapassagem irregular, o consumo de álcool e estupefacientes, e atender o telefone em plena marcha. Outros comportamentos têm a ver com a circulação em contramão, circular pelo passeio, andar entre veículos, condução sob efeito de álcool e transporte de dois a três passageiros, fato corroborado pela teoria comportamental que preconiza que o comportamento agressivo no trânsito surge do histórico de comportamentos agressivos em outras instâncias da vida do sujeito.

Da avaliação feita sobre os comportamentos de risco, deduzimos que esta é negativa, na medida em que geram consequências graves, pondo em causa a vida, a integridade física e o patrimônio dos operadores, afetando a esfera social dos mesmos.

Como estratégias da segurança rodoviária no âmbito do serviço de mototáxi, concluímos que a realização de fiscalização em diferentes artérias da cidade de Tete e a fiscalização periódica dos operadores de mototáxi em coordenação com a Polícia de Trânsito, Polícia Municipal, ANE, INATTER, Polícia de Proteção e Direcção Provincial de Transportes e Comunicações, constituem-se como medidas eficazes.

As questões levantadas no problema podem ser sintetizadas de acordo com o seguinte:

- O serviço de mototáxi está sendo afetado pelo surgimento de mototaxistas não licenciados, fato que causa desorganização na atividade.
- Existe a necessidade de formalização do serviço por meio da regulamentação e ordenamento.
- A falta de políticas de gestão da segurança rodoviária seria o reflexo da ausência de uma estrutura que evidencie competências de gestão.
- Há ocorrência de sinistralidade rodoviária com mortes, feridos e danos materiais.

Para mudar o cenário da gestão da segurança rodoviária, sugerimos o seguinte:

- Capitalizar o conhecimento dos mototaxistas experientes de modo a instruir e doutrinar os menos capacitados na matéria de circulação no trânsito rodoviário, em obediência ao Código da Estrada.
- Promover a fiscalização entre os mototaxistas por meio de denúncias de atitudes e comportamentos que desrespeitam as regras e formas de organização e condução.
- Empoderar as iniciativas de gestão e organização locais e transferir a responsabilidade para os mototaxistas, como meio de desenvolvimento da atividade de mototáxi.

- Propiciar o envolvimento dos gestores dos níveis estratégico e tático do Conselho Autárquico da Cidade de Tete, buscando o desenvolvimento de competências clássicas de gestão (conceitual, humana e técnica), com a finalidade de formalização do serviço de mototáxi através de sua regulamentação e ordenamento.

Referências bibliográficas

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BLISS, T. **Implementing the Recommendations of The World Report on Road Traffic Injury Prevention**. The World Bank, Washington DC, 2004.

Comissão da União Africana. **Carta Africana de Segurança Rodoviária**. XXVI Sessão Ordinária da Conferência. Adis Abeba, 2016.

Comissão Regional das Nações Unidas. **Melhorar a Segurança Rodoviária Global: definir objetivos regionais e nacionais para a redução do número de vítimas de acidentes rodoviários**. Relatório de implementação do projecto. Nações Unidas. Nova Iorque e Genebra, 2010.

ELVIK, R.; HØYE, A.; VAA, T.; SØRENSEN, M. **The Handbook of Road Safety Measures - Second Edition**. Emerald Group Publishing Limited. Bingley, United Kingdom, 2009.

GONCALVES, J. **Comportamentos de risco no tráfego rodoviário: estudo exploratório realizado a condutores da Cidade de Bragança**. 2016. Dissertação de Mestrado em Psicologia do Trabalho e das Organizações. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2016.

GRILO, R. **A Teoria da Gestão e a Complexidade**. Departamento de Gestão. Universidade de Évora. Évora, 1996.

INE **Estatísticas do Distrito Cidade de Tete**. 2013. Disponível em: <https://www.ine.gov.mz.html>. Acesso em 22 abr. 2020.

LIBERATTI, C.; SANT'ANNA, F.; ANDRADE, S. (2013). **Acidentes com motociclistas: comparação entre os anos 1998 e 2010**. Londrina. Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/rsp.html>. Acesso em: 20 maio 2019.

LOVEGROVE, G. **Road Safety Planning: New Tools for Sustainable Road Safety and Community Development**. VDM Verlag DR Muller. Berlim, 2007.

LUDOVINA, P. **Gestão e evolução das teorias de gestão**. 2020. Disponível em: <https://www.acadeia.edu.com.html>. Acesso em: 17 mar. 2020.

MORAIS A.; NEVES, I. Fazer investigação usando uma abordagem metodológica mista. **Revista Portuguesa de Educação**. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2007.

NHAMIRE, B.; MABUNDA, L. Corrupção: a causa oculta dos acidentes de viação. Centro de Integridade Pública de Moçambique. **Newsletter**. Edição Número 04. Maputo, 2014.

PINTO, P. **Avaliação do Comportamento de Risco de Motociclistas no Cenário Brasileiro**. 2013. Dissertação de Mestrado em Transportes. Faculdade de Tecnologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SADAUSKAS, V. **Traffic safety strategies**. Transport. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/16483840.2003.10414070.html>. Acesso em: 13 ago. 2019.

SCHULTZ, G. **Introdução à gestão de organizações.** Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2016.

VARHELYI, A. **Road Safety Management: The Need for a Systematic Approach.** Department of Technology and Society. Lund University, Sweden, 2016.

SOBRE OS AUTORES

Alfredo A. Cumbuia. Graduado em Geografia pela Universidade Púngue - Moçambique, atualmente é professor de Geografia da Escola de Santo António-Chimoio. E-mail: alfredoalbertocumbuia@gmail.com

Celestino Taperero Fernando. Doutor em História pela Escola de Humanidade da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil. Mestre em Filosofia com especialização em Ética e Filosofia Política pela mesma instituição. Graduado em Filosofia pela Universidade Pedagógica (UP) de Moçambique. Docente de História e Filosofia na Faculdade de Letras, Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Púnguè (FLCSH/ Púnguè) – Moçambique. Atua com as seguintes áreas de pesquisas: Ética e Filosofia do Direito e Política, Estado e teoria de justiça, Filosofia africana (Ubuntu e Etnofilosofia), História contemporânea de Moçambique, questões étnicas e surgimento dos partidos políticos. E-mail: ctaperero@gmail.com

Eduardo Simba Rashe Jeremias Muachissene. Mestre em Património Cultural e Museologia pela Universidade de Coimbra – Portugal. Graduado em Ensino de História pela Universidade Pedagógica (UP), Delegação da Beira – Moçambique. Docente da Universidade Púnguè (FGA/UniPúnguè) – Moçambique. Desenvolve pesquisas científicas nas seguintes áreas: património cultural e industrial, história e memória. E-mail: eduardomuachissene@ymail.com

Edvaldo Cesar Moretti. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP – Campus Rio Claro/São Paulo – Brasil. Professor Titular da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Brasil, onde leciona nos cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia. Membro da rede de pesquisadores do Fórum Universitário do Mercosul (FOMERCO) e da rede de pesquisa Turismo em tempos de pandemia. Coordenador do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA – certificado pelo CNPq/Brasil), vinculado à Faculdade de Ciências Humana (FCH/UFGD) – Brasil. E-mail: edvaldomoretti@ufgd.edu.br

Elmer Agostinho Carlos de Matos. Doutor e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Brasil. Graduado em Geografia pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM) – Moçambique. Docente do Departamento de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane (DG/UEM) – Moçambique. Foi presidente da Associação Moçambicana de Geógrafos (GAM) gestão 2020 e 2021. Tem experiência na área de Geografia, em ênfase para a Geografia Humana, atuando nos seguintes temas: turismo, comunidades locais, conservação da biodiversidade, agricultura e relação campo-cidades. E-mail: elmermats@yahoo.com.br

Euginol Carlos Pereira Chaves. Mestrando em Gestão Ambiental e Recursos Hídricos pela Universidade Zambeze (UniZambeze) – Moçambique. Licenciado em Meteorologia pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM) – Moçambique. Docente ligado à Faculdade de Geociências e Ambiente da Universidade Púnguè (FGA/UniPúnguè) – Moçambique, onde também exerce a função de Diretor do Curso de Licenciatura em Ensino de Geografia. Atua com as seguintes áreas de pesquisa: dinâmica climática, mudanças climáticas, eventos extremos, e recursos hídricos e eventos. E-mail: eug.chav@gmail.com

Hélio V. Nganhane. Doutorando em Geologia na Universidade de Coimbra – Portugal. Mestre em Geologia Ambiental pela Universidad Complutense de Madrid – Espanha. Atualmente docente na Universidade Púnguè. E-mail: nganhanehelio@gmail.com

Ivos Viegas Chamissone Baulene. Mestre em Gestão de Desenvolvimento pela Universidade Católica de Moçambique. Graduado em Ensino de História e Geografia pela Universidade Pedagógica (UP) – Moçambique. Docente ligado à Faculdade de Geociências e Ambiente da Universidade da Universidade Púnguè (FGA/UniPúnguè). Atua com as seguintes áreas temáticas: desenvolvimento comunitário, planificação de projectos de desenvolvimento e ensino de Geografia. E-mail: ivosbaulene@gmail.com

Jacinta Janeth Frank Solomone. Mestre em Gestão Ambiental pela Universidade Púnguè (FGA/UniPúnguè) – Moçambique. Graduada em Gestão e Estudos Culturais pelo Instituto Superior de Artes e Cultura (ISArC)/Maputo – Moçambique. Docente na Escola Secundária Heróis Moçambicanos – Cidade de Moatize. Atua com as seguintes áreas temáticas: pesquisa sócio-cultural, relação ambiente-comunidade, geoturismo. E-mail: janejacint@gmail.com

José João Passe. Doutor em Geociências – Recursos Minerais e Ambientais pela Universidade de São Paulo (USP) – Brasil. Mestre em Solos e Qualidade de Ecossistemas pela Universidade Federal do Recôncavo da Baía (UFRB) – Brasil. Graduado em Ensino de Geografia pela Universidade Pedagógica (UP) – Moçambique. É professor e investigador da Universidade Púnguè (UniPúnguè), onde também exerce o cargo de Diretor da Faculdade de Geociências e Ambiente (FGA) – Extensão de Tete. Possui sólidos conhecimentos e desenvolve pesquisas nas áreas de geoquímica ambiental e superficial, gestão de resíduos sólidos, conservação de áreas protegidas, desenvolvimento comunitário e recuperação de áreas degradadas. E-mail: jpsejpass@gmail.com

Lucas Atanásio Catsossa. Doutor e Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Brasil. Graduado em Geografia pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM) – Moçambique, com Estágio-Sanduíche no Departamento de Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Brasil. Docente e pesquisador ligado à Faculdade de Geociências e Ambiente da Universidade Púnguè (FGA/UniPúnguè) – Moçambique. Membro do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA – certificado pelo CNPq), vinculado a Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (FCH/UFGD) – Brasil. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando com as seguintes temáticas: Geografia e questão agrária, segurança alimentar e nutricional, movimentos sociais, expropriações contemporâneas, conflitos sócio-ambientais, relação sociedade-natureza, turismo de natureza, extrativismo e desenvolvimento comunitário, geopolítica, Estado e políticas públicas territoriais. E-mail: lucascatsossauem@gmail.com

Nádia Regina do Nascimento. Doutora em Geociências (Geoquímica e Geotectónica) pela Universidade de São Paulo (USP) – Brasil. Mestre em Geociências pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Brasil. Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Brasil. É livre-docente pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP desde 2012. Docente no Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento (DEPLAN) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus Rio Claro – Brasil. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Pedogênese, atuando principalmente nos seguintes temas: erosão química dos solos, evolução dos relevos, podzolização e lateritização, solos tropicais, e bacia amazônica. E-mail: nascimr@rc.unesp.br

Raimundo Alberto Mulhaise. Doutor em Geografia com especialidade em Conflitos Socioambientais em Áreas de Conservação pela Universidade Pedagógica Moçambique. Atualmente é Professor Associado do Departamento de Ciências da Terra e Ambiente na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Licungo (UniLicungo) e pesquisador no Centro de Estudos de Desenvolvimento Comunitário e Ambiente (CEDECA) da UniLicungo, onde coordena e atua na Linha de Pesquisa Território, Cultura e Ambiente. Para além de atividades acadêmicas, entre outras, exerce as funções de Consultor Ambiental na empresa Centro de Estudos de Planeamento, Agrimensura e Gestão Ambiental (CEPLAGA), onde é proprietário e PCA do Grupo Green Earth Holding (GEH). E-mail: mulhaise@gmail.com

Ringo Benjamim Victor. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus Rio Claro-Brasil. Mestre em Solos e Qualidade de Ecossistemas pela Universidade Federal do Recôncavo da Baía (UFRB) – Brasil. Graduado em Ensino de Geografia pela Universidade Pedagógica (UP) – Moçambique. É docente nos cursos de Graduação e Pós-graduação na Faculdade de Geociências e Ambiente da Universidade Púnguè (UniPúnguè), onde exerce o cargo de Diretor do Centro de Pesquisas na mesma instituição. Atua com as seguintes áreas de pesquisa: turismo, geoprocessamento e levantamento pedológico. E-mail: mgauptete@gmail.com

Roberto Cândido Anselmo. Mestre e licenciado em Ciências Policiais com especialização em Segurança Pública pela Academia de Ciências Policiais (ACIPOL) – Moçambique. Exerce funções de Chefe do Departamento Provincial de Recursos Humanos no Comando Provincial de Tete. Docente em tempo parcial das disciplinas de Direito Administrativo e Introdução ao Direito no Curso de Gestão de Recursos Humanos da Faculdade de Letras, Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Púnguè (FLCSH/UniPúnguè). Atua com a seguinte área de pesquisa: segurança pública e sinistralidade. E-mail: anselmo7@gmail.com

Sofia Tembe Adolfo. Licenciada em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Comunitário com habilitações em Ecoturismo pela Universidade Licungo. É Consultora Ambiental na empresa Centro de Estudos de Planeamento, Agrimensura e Gestão Ambiental (CEPLAGA), onde exerce as funções de Chefe do Departamento de Monitorização, Auditoria e Perícia Ambiental. Para além destas funções, entre outras, é diretora da empresa Moz Enviro Solutions (MES) e membro do Conselho de Administração da Green Earth Holding (GEH). E-mail: sofia.adolfo@ceplaga.com.mz

